

Edição em português

ISSN 2316-4891 (on-line)
ISSN 2316-4833 (impresso)



Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
v. 16 n. especial julho 2022

CONSELHO EDITORIAL

Gen Bda Sergio Manoel Martins Pereira Junior
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cel Alexandre Santana Moreira
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

EDITOR

Prof. Dr. Tássio Franchi
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ASSESSORIA EDITORIAL

Carlos Shigueki Oki
OKI Serviços de Informação e Imagem

TRADUÇÃO

COMUNICA

REVISORES DE LINGUAGEM

Maj Mônica da Silva Boia
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

1º Ten Raquel Luciano Gomes
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

SERVIÇOS EDITORIAIS

COMUNICA

Diagramação

Joaquim Olimpio | COMUNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa
Universidade de Brasília
Brasília, DF, Brasil.

Prof. Dr. Antonio Fonfría Mesa
Universidad Complutense de Madrid
Madrid, España.

Prof. Dr. Daniel Zirker
University of Waikato
Hamilton, New Zealand.

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Universidade Salgado de Oliveira
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Frank McCann
University of New Hampshire
Durham, NH, United States of America.

Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC, Brasil.

Prof. Dr. Hector Luis Saint Pierre
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Franca, SP, Brasil.

Gen Bda Juraci Ferreira Galdino
Instituto Militar de Engenharia,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil.

Prof. Dr. Marcos Aurelio Guedes de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco
Recife, PE, Brasil.

Prof. Dr. Octavio Amorim Neto
Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil.

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, SP, Brasil.

Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho
King's College London
London, United Kingdom.

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa
Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil.

Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

v. 16 n. especial julho 2022
Rio de Janeiro

Edição em português

ISSN 2316-4891 (on-line)
ISSN 2316-4833 (impresso)

Coleç. Meira Mattos	Rio de Janeiro	v. 16	n. esp.	p. 1-193	jul. 2022
---------------------	----------------	-------	---------	----------	-----------

SOBRE

A Coleção Meira Mattos é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

ENDEREÇO E CONTATO

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
CEP: 22290-270.
Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895
e-mail: info.cmm@eceme.eb.mil.br

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição CC-BY.

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

SERVIÇOS EDITORIAIS

Tikinet Edição

IMPRESSÃO

Triunfal Gráfica e Editora

DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Elaborado pela Seção de Produção, Divulgação e Catalogação, baseado em arte de Harerama Santos da Costa da Seção de Editoração Eletrônica da ECEME.

TIRAGEM

200 exemplares (Distribuição Gratuita)

AVAILABLE IN ENGLISH / DISPONIBLE EN ESPAÑOL

<<http://ebvistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

C691 Coleção Meira Mattos : revista das ciências militares. — Vol. 1, n. 24- .
— Rio de Janeiro : ECEME, 2007-
v. : il. ; 28 cm.

Quadrimestral.

Publicada dos n. 1-14 com o título Padece-me, dos n. 15-23 com os títulos Padece-me e Coleção Meira Mattos.

ISSN 2316-4891 (on-line). — ISSN 2316-4833 (impresso)

1. DEFESA. 2. CIÊNCIAS MILITARES. I. Escola de Comando Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

SUMÁRIO

EDITORIAL

- A permanência do Poder terrestre no centro dos embates militares de conquista de territórios** v

Sandro Teixeira Moita

ARTIGOS

- As mídias sociais e a difusão de notícias falsas na Nigéria: os protestos do End SARS em perspectiva** 1

Abbas Aminu Umar

- Os impactos do influxo de refugiados Rohingya em Bangladesh** 23

Sazzad Hossain

- Como a política e a estratégia de segurança nacional podem lidar com a insegurança da alocação e utilização de recursos ambientais na Nigéria** 49

Al-Amin Ado Ibrahim

- Insegurança e desenvolvimento econômico na Nigéria: a insurgência do Boko Haram em perspectiva** 67

Abubakar Sadiq Saleh

- Corredor Econômico China-Paquistão: implicações na economia do Paquistão e preocupações de segurança** 87

Ammar Karim

- A corrida de drones do Oriente Médio e a implicação do armamento no cenário de segurança** 105

Khalifah Alteneiji

- A comunicação estratégica como ferramenta para a diplomacia militar brasileira** 133

Leonardo de Souza Franklin

**Forças Especiais do Exército da Guatemala
na luta contra o tráfico de drogas. 149**

Mario Castillo

**Aperfeiçoando os esquemas de segurança social do Exército Nigeriano
para melhorar a motivação do pessoal 167**

Michael Ushikpeiba Ugbong

A permanência do Poder terrestre no centro dos embates militares de conquista de territórios

Sandro Teixeira Moita 

Exército Brasileiro.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

sandrotm@gmail.com

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



A fase mais intensa de combates na Guerra na Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro do corrente ano, revelou um novo espaço de reflexões sobre a guerra no panorama global. Não que o conflito seja único no mundo, e não o é. Testemunha-se violência na África, na Ásia, no Oriente Médio há anos, mas sem o impacto derivado do apelo que o conflito no Leste Europeu possui, mesmo por envolver uma potência militar de um lado, a Rússia, e do outro, a maior aliança militar global, a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Os combates que se seguiram, a despeito de todo o discurso comum ao fetiche militar, de uma pretensa obsolescência do Poder Terrestre nos conflitos, serviram como demonstração de seu relevante papel em uma guerra contemporânea. Meios navais e aéreos tem seu papel na luta que ocorre, mas em essência, se trata de um combates entre dois exércitos e suas forças associadas, como forças auxiliares, paramilitares ou mercenários, que acaba tendo mais semelhanças com guerras passadas, como a Frente Ocidental da Primeira Guerra Mundial, do que com futuros possíveis apontados há tempos, dominados pelo fetiche da tecnologia, que teria o poder de remover o combate terrestre da guerra, quase como que a tornando uma atividade completamente sanitizada.

Assim, a despeito dos planos dos homens, pode-se dizer, com um quê de ironia, que a guerra tinha seus próprios planos, nos quais o Poder Terrestre guarda importância elevada. Entretanto, também deve ser dito que ele não é uma dimensão isolada da força militar, nem pode sê-lo numa guerra contemporânea. Os que os campos de batalha do século XXI demonstram é uma interconexão cada vez maior entre os diversos domínios da força militar, e sua própria efetividade depende disto.

Os vídeos de *drones* sendo utilizados contra meios terrestres como viaturas blindadas e carros de combate, peças de artilharia ou corpos de tropa, demonstram uma maior eficácia para as operações terrestres por meios entendidos tradicionalmente como do Poder Aéreo. Exemplos vários podem ser achados, e de fato, isto ajuda a entender a nova Doutrina do Exército dos Estados Unidos da América, a *Multi-Domain Operations*, que alarga as possibilidades de emprego de cada um dos domínios em conflito contemporâneo.

Desta forma o Poder Terrestre demonstra sua importância e presença permanente como um dos pilares de sustentação da força militar, como ferramenta capaz de impor a um inimigo a sua vontade pela administração da violência ou da ameaça desta. Em um mundo cada vez mais conectado, ainda há espaço para o soldado, primeiro e mais fundamental recurso do Poder Terrestre, a ser aquele que controla e defende um território, ou que o conquista por seu esforço conjugado as plataformas tecnológicas. E assim será por algum tempo ainda, até que um outro caminho seja achado, seja por meio da solução política, ou pela evolução tecnológica.

Neste número da Coleção Meira Mattos temos um conjunto de artigos voltados para questões focadas em diferentes processos nas Organizações Militares. A começar com a educação nos artigos “Investigação sobre práticas sustentáveis em organizações militares - uma revisão sistemática da literatura” e “A história da educação militar em perspectiva - formação dos oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (1989-2018)”. Outros dois artigos são focados na gestão interna “A customização de processos de avaliação de prontidão tecnológica baseados na escala TRL - Desenvolvimento de uma metodologia para o Exército Brasileiro” e “Investigação sobre práticas sustentáveis em organizações militares - uma revisão sistemática da literatura”.

Subindo um degrau outros artigos tratam das questões importantes para os debates entorno da segurança e defesa nacionais e internacionais. Olhando para as questões fronteiriças, e dialogando com o dossiê lançado em janeiro de 2021 (CMM. v. 16, n. 55), temos os artigos “Segurança Sanitária na Fronteira Brasil-Venezuela - vulnerabilidades e oportunidades” e “Muros territoriais e controles migratórios na Itália e na Grécia durante a crise humanitária da Síria (2015-2018)”.

Finalmente outros dois últimos textos tratam de temas importantes para o país que são questão Cyber e a reforma no Conselho de Segurança da ONU. São estes os textos: “Cyberspace, Logistics and National Security Threats, Not Necessarily in that Order” e “Por um assento à alta mesa! Expressão econômica do poder nacional como fator de influência para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

Referência

COLEÇÃO MEIRA MATTOS: revista das ciências militares. Rio de Janeiro: ECEME, v. 16, n. 55, 30 dez. 2021. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/issue/view/1008>. Acesso em 11 jun. 2022.

As mídias sociais e a difusão de notícias falsas na Nigéria: os protestos do End SARS em perspectiva


Social media and the spread of fake news in Nigeria: endSARS protest in perspective

Resumo: A última década testemunhou uma enorme reviravolta na forma como a informação se espalhou devido ao advento da Internet e, por extensão, ao uso das redes sociais. As redes sociais foram utilizadas pelos jovens nigerianos em 2020 para divulgar notícias e informações sobre as actividades da unidade policial nigeriana responsável pelas operações anti-roubo (SARS) no país, a quem acusaram de extorsão, brutalidade e uso excessivo da força para lidar com crises. Mais tarde, isso culminou em um protesto, principalmente em Abuja e Lagos, com o slogan #ENDSARS, pedindo o fim da unidade das operações anti-roubo, reverberando pelas redes sociais. Este estudo, então, foi realizado para revelar até que ponto os meios as mídias sociais foram utilizadas durante o protesto e em que medida foram divulgadas notícias falsas para alimentar a crise. Para o estudo, foi utilizada uma abordagem descritiva, onde questionários relativos ao protesto foram criados e compartilhados com 319 nigerianos, para gerar dados. O resultado mostra como as redes sociais foram utilizadas para obter informações em primeira mão sobre o movimento #ENDSARS, que por vezes foi envolto em notícias falsas para atrair simpatia para os manifestantes e virar os cidadãos contra a polícia e o governo nigeriano.

Palavras-chave: Mídias sociais. Notícias falsas. Protestos #EndSARS Pesquisa descritiva. Nigéria.

Abstract: The last decade witnessed a massive twist in how information spread due to the advent of the internet and by extension the use of social media. Social media was used by Nigerian youths in 2020 to spread news and information concerning the activities of the Nigeria police unit responsible for anti-robbery operations (SARS) in the country, whom they accused of extortion, brutality and excessive use of force to quell crises. This later degenerated into a protest mostly in Abuja and Lagos with #ENDSARS slogan reverberating through social media. This study, therefore, was conducted to reveal how far was the social media used during the protest and to which extent was fake news circulated to fuel the crisis. A Descriptive survey research design was employed for the study where questionnaires in respect of the protest were generated and shared with 319 Nigerians to generate data. The result shows how social media was used to obtain first-hand information about the #ENDSARS movement which sometimes was enmeshed with fake news to draw sympathy for the protesters and turn citizens against the police and the Nigerian Government.

Keywords: Social media. Fake news. #EndSARS protest. Descriptive survey. Nigeria.

Abbas Aminu Umar 
Nigeria Army.
Abuja, Nigeria.
abbasmaje@yahoo.com

Recebido: 31 out. 2021

Aprovado: 28 nov. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

Frequentemente, as pessoas demonstram o seu apoio ou descontentamento com as políticas governamentais individualmente e/ou coletivamente no exercício do seu direito democrático através de diferentes formas e meios. Aqueles que desejam que as suas vozes sejam ouvidas, fazem-no através da mobilização maciça de pessoas em apoio à sua causa. Razões convincentes e persuasão são ingredientes necessários para a mobilização de massas e, no centro disso, está a utilização das mídias sociais como instrumento de partilha e divulgação de notícias e informação. Como meio de interação, as mídias sociais tornaram-se uma plataforma útil para a mobilização de pessoas de vários grupos, de todos os tipos. A dependência das redes sociais para ter contato com notícias e informações tem penetrado profundamente na sociedade do século XXI. Algumas dessas redes sociais incluem, mas não estão limitadas, a: Facebook™, Twitter™, WeChat™, WhatsApp™, Snapchat™, Telegram™, Google™, entre outras. Na última década, as redes sociais têm estado na vanguarda da mobilização em massa de pessoas para fazerem-na ficarem a favor ou contra as políticas governamentais ou seus agentes, como ficou demonstrado durante o movimento #OccupyDemocrats e #Blacklivesmatters, ambos nos EUA, ou a implacável partilha de imagens da floresta amazónica em chamas no Brasil (ADETONA, 2019).

A Nigéria, com uma população de mais de 220 milhões de pessoas e cerca de 33 milhões de usuários ativos das redes sociais, apresenta uma oportunidade única para os cidadãos utilizarem as redes sociais para se envolverem uns com os outros e com o Governo (AKINOLA; KAREN, 2021). Embora imensos benefícios venham com a utilização das redes sociais, elas tratam-se, em grande parte, de plataformas não regulamentadas que podem ser facilmente exploradas por criminosos e agentes não estatais. A capacidade das redes sociais de gerar respostas online em tempo real mostra a redução do monopólio governamental sobre o controle da liberdade de expressão. O uso difundido e a natureza interconectada dessas tecnologias aumentaram o desejo de terroristas, manifestantes, fraudadores e outros elementos criminosos de confiar cada vez mais nas plataformas para suas atividades. Essa interconexão não afeta apenas o modo como nos relacionamos com outras pessoas ou fazemos negócios, mas também o modo como as redes sociais constituem uma ameaça à nossa privacidade e segurança pessoal por meio da divulgação de notícias falsas e distorcidas. Os nigerianos usam as redes sociais para transmitir suas queixas às autoridades, como foi o caso durante o protesto EndSARS. O protesto, que ocorreu em outubro de 2020 e foi dirigido à Polícia da Nigéria, foi amplamente coberto pela mídia local e internacional com base em relatos enviados por pessoas fisicamente próximas às áreas problemáticas. Informações na forma de mensagens, fotos, áudios e vídeos relacionados às causas remotas e imediatas do protesto foram compartilhadas com os nigerianos por meio das redes sociais (UWAZURUIKE, 2020).

No cenário atual, em que o conteúdo gerado pelas redes sociais pode ser produzido por indivíduos, são altas as tendências de notícias falsas e imprecisas que chegam à sociedade por meio das mídias sociais. O sequestro das meninas da escola Chibok e o movimento que se seguiu, “#BringBackOurGirls”, em 2014, foi instrutivo. Notícias falsas — as chamadas fake

news — e desinformação foram divulgadas nas redes sociais, que expuseram o Governo e os pais das crianças sequestradas. O surto de Ebola de 2018 na Nigéria também foi palco para a disseminação de rumores relacionados à possível prevenção contra a doença (TONYE, 2020). As pessoas foram aconselhadas a tomar banho com água salgada no início da manhã como uma possível cura. Isso levou à morte de pelo menos duas pessoas devido ao consumo excessivo de cloreto de sódio (TONYE, 2020). Outro caso relevante foi o caos ocorrido no sudeste da Nigéria, onde os pais retiraram seus filhos das escolas com base em relatos das redes sociais, onde acusavam o exército nigeriano de usar a vacina Phantom Monkey Pox para matar crianças em idade escolar, causando um pandemônio (NWABUEZE; OKONKWO, 2018; OKON; EKPANG II, 2021). Recentemente, a pandemia Covid19 foi recebida pelos nigerianos com muitas notícias falsas sobre sua origem, modo de transmissão e possível tratamento médico (NIGERIA, 2018). Portanto, é necessário questionar a base do uso das redes sociais pelos nigerianos durante o protesto EndSARS, e verificar até que ponto as notícias falsas se espalharam pelas redes sociais.

Durante o protesto EndSARS, jovens, principalmente da capital federal, Abuja, e do centro comercial Lagos, foram para a rua para expressar sua raiva contra a suposta injustiça e brutalidade da polícia. Embora algumas afirmações dos manifestantes possam ser verdadeiras, existem outras questões não comprovadas, mas foram ativamente divulgadas nas redes sociais. É com base nesse cenário que esta pesquisa se concentra em avaliar o papel das redes sociais na exacerbação do protesto, usando notícias falsas como ferramenta de mobilização de massa. O objetivo deste estudo é descobrir a extensão do uso das redes sociais durante o protesto EndSARS, e se notícias falsas foram divulgadas deliberadamente para obter apoio para o protesto contra a polícia e o governo.

A Teoria do Efeito da Mídia e a Teoria do Determinismo Tecnológico foram utilizadas para obter uma compreensão mais clara deste estudo. A Teoria do Efeito da Mídia se concentra na influência da mídia em muitos aspectos da vida humana. De acordo com Patti, “a influência da mídia é a força real exercida por uma mensagem da mídia, resultando em uma mudança ou reforço na audiência ou nas crenças individuais” (VALKENBURG; OLIVER, 2020, p. 21-22). A Teoria do Efeito da Mídia compreende um conjunto de teorias que enfocam o uso da mídia na propaganda e persuasão. No entanto, a teoria que melhor situa este estudo é a Teoria da Agulha Hipodérmica, que foi proposta por Harold Lasswell (NWABUEZE; OKONKWO, 2018). A teoria enfatiza que as pessoas são altamente vulneráveis às mensagens da mídia e que a mensagem alcançaria os efeitos desejados ao atingir seus alvos, independentemente de sua autenticidade. A singularidade deste trabalho de pesquisa está em seu contraste com outras publicações sobre o mesmo assunto, que geralmente se centram no compartilhamento de notícias e informações sem levar em conta como as notícias falsas podem ter desempenhado um papel central na formação de opiniões e em resultados de eventos. Com a postulação anterior sobre o uso das redes sociais na Nigéria para espalhar notícias falsas, este artigo, portanto, analisa a possibilidade de uso das redes sociais pelos nigerianos para amplificar o protesto EndSRAS, intencionalmente ou não.

Foi utilizado um método de pesquisa quantitativa envolvendo usuários de redes sociais nas plataformas FacebookTM, WhatsAppTM e TwitterTM. Um questionário online fechado por meio do Formulários Google foi utilizado para determinar as visões e ideias dos usuários em relação à pesquisa. O questionário foi enviado aos participantes via FacebookTM, WhatsAppTM e e-mails. O questionário aceitou respostas de 6 a 13 de agosto de 2021. Um total de 319 questionários respondidos foram recebidos e analisados por meio de ferramentas do Microsoft Excel e PowerPoint. Uma limitação importante do estudo foi o intervalo de tempo limitado e a distância da área de pesquisa ao local da pesquisa, o que restringiu a coleta de dados apenas ao meio eletrônico. No entanto, o trabalho foi ampliado com outras fontes, como periódicos acadêmicos e relatórios de centros de mídia credenciados.

2 Revisão da literatura

2.1 Redes Sociais

O advento da Internet trouxe uma mudança dramática na forma como recebemos e trocamos informações. O sistema de correio eletrônico abriu o caminho para o uso das mídias sociais como uma ferramenta de compartilhamento e disseminação de informações. FASUNWON (2019) refere-se às mídias sociais como a nova tecnologia da informação projetada para a comunicação entre as pessoas. A mídia social também tem sido referida como um sistema digitalmente interativo que auxilia na criação e disseminação rápida de informações, pontos de vista e ideias por meio de software de rede online (OBAR; WILDMAN, 2015). O controle completo e a aparente descentralização da forma como as informações tradicionais são coletadas e compartilhadas significa que as pessoas têm uma ferramenta potente para acessar um vasto conjunto de dados, seja através de vídeos, imagens ou material escrito, e compartilhar rapidamente por meio de várias interfaces de mídia social a baixo custo. Isso também se traduziu na capacidade dos indivíduos de fazerem suas vozes serem ouvidas de todos os cantos do mundo sobre as questões que os afetam.

A velocidade e frequência de disseminação de informações por meio de redes sociais como WhatsAppTM, TwitterTM e InstagramTM superaram os antigos veículos de mídia tradicionais, como jornais, rádios e televisões. A mídia social também tem a vantagem adicional de resposta instantânea às mensagens e transmissão ao vivo de eventos, recursos que faltam gravemente no espaço da mídia tradicional (EKE-OKPALA; OMEKWU; MISS, 2014; EZEAH, 2013). Da mesma forma, a facilidade com que as pessoas se conectam umas com as outras, como famílias e amigos, diminui a distância e quebra as barreiras que os separam, o que lhes proporciona meios para compartilhar e discutir questões de interesse comum, independentemente de suas localizações geográficas (OGHENETAGA; EJEDAFIRU, 2014).

2.2 Fake News

Notícias falsas foram empregadas no passado como meio de propaganda para enganar os oponentes, especialmente durante conflitos. No entanto, esse fenômeno tem aumentado devido à força cada vez maior das mídias sociais na sociedade. Academicamente, notícias falsas, também chamadas de fake news, são uma combinação de duas palavras distintas, “notícias” e “falsas”. Enquanto “falso” se refere a algo não original/forjado, mas destinado a ser apresentado e aceito como original/verdadeiro, o termo “notícias” significa informações sobre eventos e acontecimentos (ADEKOYA, 2021). A combinação das duas palavras em “notícias falsas”, portanto, refere-se a informações falsas criadas e apresentadas como verdadeiras. A base por trás da maioria das definições de notícias falsas é geralmente centrada em torno da “intenção”. MCGONAGLE (2017) define notícias falsas como notícias deliberadamente fabricadas com a intenção de serem compartilhadas para induzir as pessoas a duvidar de fatos verificáveis. Em todas as definições de notícias falsas mencionadas acima, o principal objetivo daqueles por trás de sua divulgação é criar uma atmosfera delirante para enganar seu público-alvo com uma intenção clara de malícia.

Recentemente, as chamadas fake news chamaram a atenção global devido às suas implicações massivas à democracia (ALLCOTT; GENTZKOW; YU, 2019). A circulação persistente de notícias falsas ampliou a lacuna entre as classes e dividiu ainda mais as comunidades e sociedades (VARGO; GUO; AMAZEEN, 2018). Foi relatado que fake news foram amplamente divulgadas durante as eleições nos EUA de 2016, alegando que o candidato republicano Donald J Trump era apoiado pelo Papa Francisco, o que gerou séria confusão entre os eleitores americanos (TANDOC JR; LIM; LING, 2018). Outro incidente com notícias falsas em 2016 foi a suposta ameaça online do Estado de Israel de lançar uma bomba nuclear na República Islâmica do Paquistão, o que causou apreensão no Oriente Médio (GOLDMAN, 2016). A possibilidade de gladiadores políticos na Nigéria explorarem a raiva, a confusão e as dificuldades econômicas do país para lançar um grupo étnico contra o outro em busca de ganhos políticos usando notícias falsas é muito alta (PATE; IBRAHIM, 2020). Em 2018, a notícia da morte de mais de 100 pessoas em Jos, no estado de Plateau, foi compartilhada nas redes sociais como um ataque retaliatório conduzido pelo grupo Miyatti Allah Fulani contra o grupo Birom. Essa notícia falsa causou a morte de várias outras pessoas inocentes, apesar do fato de não ter nada a ver com Miyatti Allah (SADIKU; EZE; MUSA, 2018). Outros casos de fake news compartilhadas nas redes sociais na Nigéria incluem os rumores da morte do presidente Buhari, em 2017, sua saga de casamento, em 2019, e as alegações de que menores de idade votaram nas eleições gerais de 2019 no norte da Nigéria. Estas descobertas mostram o efeito universal de fake news nas comunidades e sociedades. Isto reforça a necessidade de uma consciência sobre as notícias falsas, como meio de reduzir e prevenir sua disseminação pelos cidadãos.

2.3 Esquadrão Especial Anti-Roubo da Polícia da Nigéria (SARS)

O incessante ataque a passageiros e motoristas no estado de Lagos, o centro comercial da Nigéria, exigiu que a Força Policial da Nigéria estabelecesse um esquadrão especial anti-roubo, conhecido popularmente como "SARS", em 1992 (MALUMFASHI, 2020). A equipe da SARS foi especificamente selecionada e especialmente treinada para enfrentar crimes violentos, como assalto à mão armada, sequestro e banditismo. As operações da SARS era geralmente conduzida às escondidas, sem controle e sem questionamento pelas autoridades (OLOYEDE; ELEGA, 2019). O sucesso "percebido" das operações da unidade em Lagos viu a replicação de unidades semelhantes em todo o país. No entanto, dentro de duas décadas de seu estabelecimento, os nigerianos têm sentimentos contraditórios sobre as operações da SARS e seu mandato.

Os agentes da SARS foram acusados de vários delitos, mesmo sendo as pessoas que deveriam proteger os civis de atos do tipo. Relatos de casos de extorsão, corrupção e até de execuções extrajudiciais contra a SARS só aumentavam (ADEPETUN, 2020). Muitas pessoas se cansaram das operações da SARS e registraram uma série de reclamações no quartel-general da força policial, com pouco ou nenhum sucesso no tratamento do problema (GEORGE, 2020). Estava ficando óbvio que a lógica por trás do estabelecimento do SARS estava claramente derrotada, e as pessoas estavam melhor sem eles (AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2020).

2.4 Protesto #EndSARS

O assassinato de um jovem por um agente da SARS no estado do Delta sul-sul da Nigéria em 20 de outubro de 2020 se tornou viral nas redes sociais. Os nigerianos saíram à rua para manifestar o seu descontentamento e solicitaram a dissolução total da SARS com o slogan "#EndSARS" (Fim da SARS) (AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2020). A mídia internacional estava transmitindo imagens ao vivo do protesto para seu público global. Para diminuir a tensão e impedir que o protesto saísse do controle, o Governo Federal nigeriano anunciou a dissolução imediata da SARS (OMONOBI; AGBAKWURU; BRISIBE; G., 2020). No entanto, a dissolução do SARS não foi suficiente para apaziguar os manifestantes, que enumeraram outras demandas que deveriam ser atendidas pelo governo antes que eles liberassem as ruas. O protesto #EndSARS se assemelha ao #BlackLivesMatter, que foi motivado pelo assassinato de George Floyd por um policial, nos EUA, em 26 de maio de 2020, que foi capturado em vídeo e compartilhado nas redes sociais (EKOI; GEORGE, 2021).

O protesto EndSARS, portanto, durou dias e atraiu a atenção global à medida em que líderes mundiais e personalidades importantes se identificaram com os manifestantes, mostrando empatia por meio das redes sociais. Líderes como o Secretário-Geral da ONU e o Secretário de Estado dos Estados Unidos usaram seus perfis no Twitter para manifestar apoio à liberdade de expressão e ao protesto pacífico (UWAZURUIKE, 2020). Da mesma forma, o então candidato democrata à presidência dos EUA, Biden, bem como a ex-secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, usaram as hashtags do Twitter para apoiar os manifestantes (LARNYOH, 2020; UWAZURUIKE, 2020). Em casa, o partido de oposição rapidamente mobilizou apoio maciço ao movimento, alimentando e estendendo a crise a outras áreas.

2.5 Mídias Sociais e o Movimento #EndSARS

A velocidade do avanço tecnológico, somada ao fato dos smartphones se tornarem cada vez mais acessíveis, trouxeram a disseminação da tecnologia das mídias sociais até mesmo nas partes mais remotas da África, alcançando também a Nigéria. As redes sociais agora atuam como a espinha dorsal do sistema que os nigerianos usam para compartilhamento de informações, bem como para mobilização. Isso deu aos organizadores e promotores do EndSARS as plataformas necessárias para organizar levantes remotamente em diferentes partes do país. Esse fato foi parcialmente responsável pelo sucesso inicial registrado pelos manifestantes em termos de reconhecimento, mobilização e apoio. Os manifestantes compartilharam sua localização e pediram apoio usando o TwitterTM, WhatsAppTM e FacebookTM (KAZEEM, 2020). O protesto, portanto, foi capaz de registrar sua presença digital no país e no exterior, o que deu a alguns elementos descontentes o poder de manipular conteúdos digitais para alimentar ainda mais a crise. Por exemplo, usando as redes sociais, uma popular atriz, Obianuju Catherine Ude, popularmente conhecida como DJ Switch, afirmou ter testemunhado o assassinato de manifestantes desarmados pelas forças de segurança nigerianas, afirmação que ela não foi capaz de substanciar, mas aqueceu ainda mais o conflito. Da mesma forma, uma foto de uma mulher chamada Ugwu Blessing Ugochukwu foi compartilhada via Twitter, afirmando que ela tinha perdido todos os seus irmãos para a polícia da SARS. Essa afirmação foi negada pelo advogado de sua família depois de alguns dias, mas a história já tinha sido compartilhada inúmeras vezes, despertou simpatia pelo protesto e agravou ainda mais a já complicada situação. Essas histórias falsas encorajaram outros nigerianos, alegadamente vítimas da brutalidade policial no passado, a compartilhar suas experiências nas redes sociais, pedindo o fim da SARS (OLOWOLAGBA, 2019). Vídeos e imagens foram utilizados principalmente pelos manifestantes para compartilhar suas histórias, pois essas mídias são facilmente manipuláveis e podem passar mil mensagens, dependendo de como são enquadradas e, posteriormente, apresentadas ao público (JAMIU, 2020).

Bancos como o Guarantee Trust BankTM e outras organizações cooperativas, como o posto de gasolina OandoTM, a Chicken RepublicTM, o serviço de aluguel de automóveis BoltTM, a flutter wavesTM e o supermercado ReneTM distribuíram vários itens logísticos, desde água potável a alimentos, e ofereceram 50% de desconto em viagens de táxi (DADA, 2020). Aqueles que não se identificaram com o protesto foram abertamente chantageados online pelos manifestantes ou seus apoiadores políticos (DADA, 2020). As empresas de mídia social também apoiaram os manifestantes quando o CEO do Twitter, Jack Dorsey, lançou um emoji exclusivo em apoio ao movimento EndSARS (UWAZURUIKE, 2020). Além disso, as redes sociais foram usadas para arrecadar fundos de nigerianos na diáspora para apoiar o movimento. As plataformas digitais se mostraram essenciais para financiar o protesto. Start-ups pertencentes e operadas por nigerianos foram responsáveis pelo financiamento coletivo do movimento, e foi estimado que cerca de US \$ 380.000 foram gerados para apoiar o protesto (MALEFAKIS, 2021).

Em outra reviravolta, o grupo ProSARS se mobilizou em apoio à unidade policial e ao governo. O ProSARS compartilhou vídeos e fotos da vandalização desenfreada de propriedades governamentais e privadas por supostos manifestantes do EndSARS. Fotos de agentes de segurança mortos também foram compartilhados nas redes sociais, para mostrar a extensão do protesto e suas atrocidades. O governo alegou que vândalos usaram as redes sociais para indicar a localização de alimentos e materiais de socorro destinados à distribuição nas áreas infectadas da Covid19. Inúmeras lojas foram saqueadas em todo o país e tiveram seu conteúdo e estruturas vandalizadas. O Inspetor-Geral da Polícia afirmou que as redes sociais foram responsáveis pela propagação mortal do protesto, especialmente em Lagos e Abuja. O governador do estado de Lagos também atribuiu o caos no estado à disseminação de fake news nas redes sociais (ADEDIRAN, 2020).

Geralmente, uma das ferramentas mais potentes empregadas pelos manifestantes e pelo governo é a manipulação de notícias e informações para vencer ou desencorajar os protestos. Assim, para enganar uns aos outros, todos os tipos de táticas foram empregados para distorcer o fluxo de notícias genuínas para promover narrativas e controlar a opinião pública. Ambos os lados empregaram o uso da mídia social para apoiar sua causa, gerando consequências terríveis. É difícil determinar a verdadeira imagem dos acontecimentos, já que ambos os lados foram acusados de divulgar notícias falsas para promover seu objetivo. Foi relatado que 67 por cento das fontes de notícias falsas no movimento EndSARS foi compartilhada por usuários de redes sociais (JAMIU, 2020). Um dos componentes fundamentais de qualquer democracia é a liberdade de imprensa e de expressão dos indivíduos, que está se tornando globalmente ameaçada pela incidência de notícias falsas. As redes sociais foram transformadas em armas e são constantemente alimentadas com notícias falsas ao vivo, em detrimento da boa ordem social e da segurança.

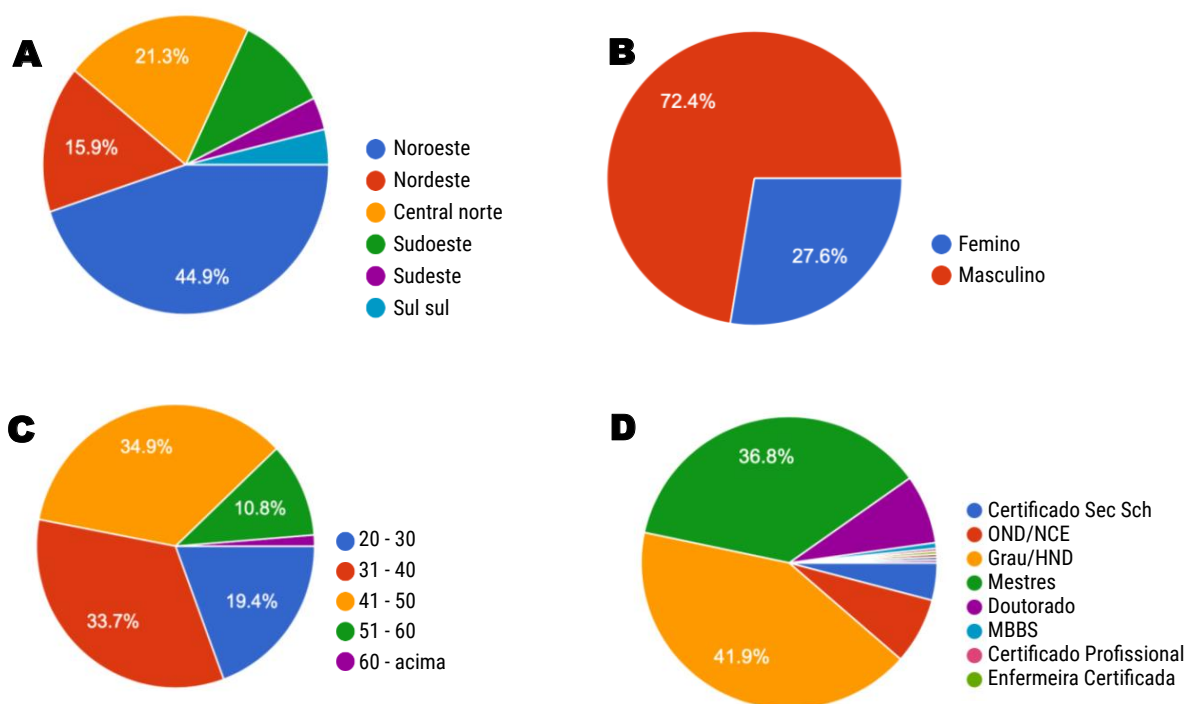
3 Apresentação e análise de dados

3.1 Avaliação Demográfica

Com base nas conveniências políticas, a Nigéria foi dividida em seis zonas geopolíticas. O Nordeste, o Noroeste e o Centro-Norte são todos localizados na parte norte do país. Enquanto o Sudeste, o Sudoeste e o Sul do Sul estão localizados na parte sul da Nigéria. Das 319 respostas recebidas, 45%, 21,4% e 15,9% eram das regiões Noroeste, Centro-Norte e Nordeste, respectivamente (**Gráfico 1A**). Da mesma forma, Sudoeste, Sudeste e Sul do Sul representaram 10,5%, 3,5% e 3,8% dos respondentes, respectivamente (**Gráfico 1A**). A alta porcentagem de entrevistados do Norte é provavelmente uma indicação de onde o autor vem, pois foram usados contatos de listas telefônicas e e-mails para enviar o questionário. Além disso, 72,4% dos entrevistados eram homens, enquanto as mulheres eram 27,6% (**Gráfico 1B**). Por fim, 88% dos que responderam tinham entre 20 e 50 anos, e apenas 12% constituem aqueles com 51 anos ou mais (**Gráfico 1C**). Isso também é uma indicação do alto número de jovens nigerianos como os mais ativos nas redes sociais.

Este achado também corrobora aquele de SAMUEL; STANLEY e OGECHUKWU (2019), que identificou a maioria dos usuários de mídia social na Nigéria como jovens. O nível de escolaridade dos entrevistados mostra que aqueles com ensino superior completo e mestrado/doutorado constituem 86,3% (**Gráfico 1D**). A formação educacional do entrevistado foi escolhida para garantir que eles fossem capazes de tomar decisões racionais ao responder aos questionários. A distribuição demográfica está resumida no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Mostra a distribuição demográfica (A), sexo (B), idade (C) e nível de escolaridade (D) dos respondentes.

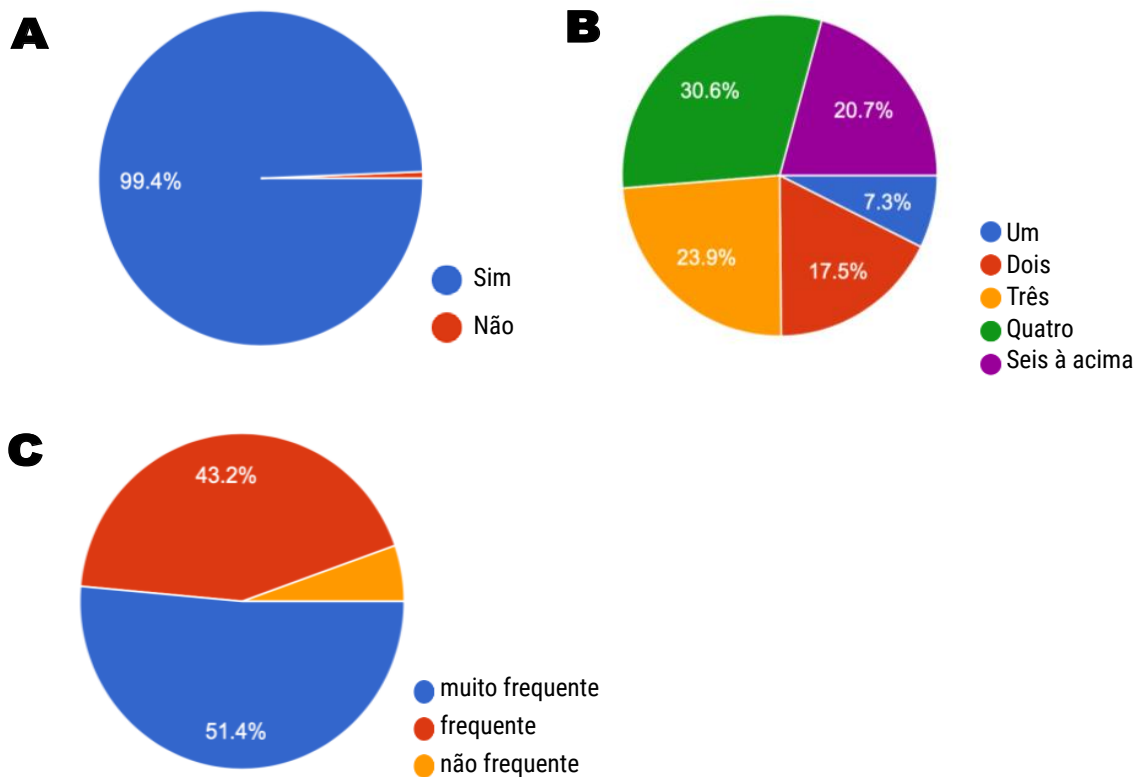


Source: The author (2021).

3.2 Participação nas Redes Sociais

Com base nas respostas, os dados sugerem uma participação ativa nas mídias sociais por parte dos respondentes, em uma porcentagem de 99,4% (**Gráfico 2A**) dos participantes tendo mais de um aplicativo ativo nas redes sociais. O número de aplicativos de mídia social ativos pelos entrevistados eram; 7,3%, 17,5%, 23,9%, 30,6% e 20,7 para uma, duas, três, quatro e cinco aplicações, respectivamente (**Gráfico 2B**). Da mesma forma, todos os entrevistados afirmaram ter envolvimento ativo com as mídias sociais, totalizando 94,6% de engajamento (**Gráfico 2C**).

Gráfico 2 – Mostrando a participação nas mídias sociais pelos entrevistados (A), aqueles com mais de uma aplicação de mídia social (B), e a frequência do envolvimento com as mídias sociais (C).

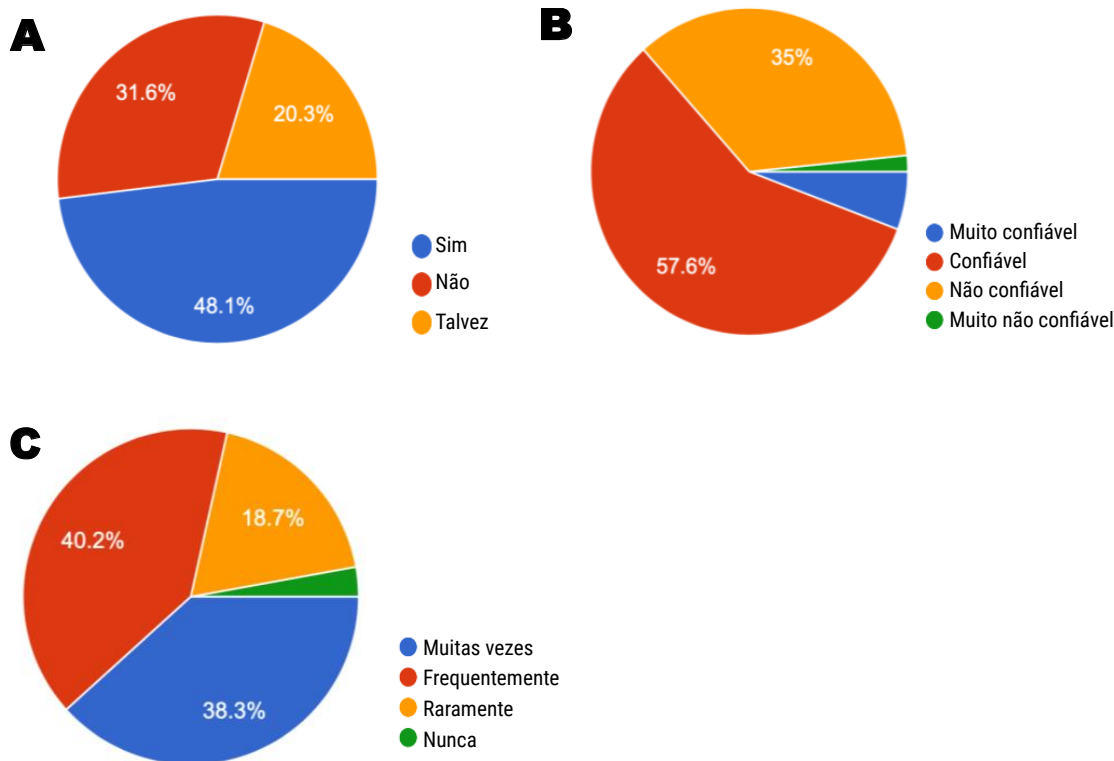


Source: The author (2021).

3.3 Dependência da Mídia Social para Obtenção de Notícias e Informações

A facilidade com que nos movimentamos com um celular inteligente habilitado à internet facilita a conexão com as mídias sociais para obter notícias à medida que elas são lançadas. 48,1% dos entrevistados dependem das mídias sociais para obter suas notícias e informações (**Gráfico 3A**). Entretanto, todos eles diferem quanto à precisão e confiabilidade das informações que obtêm. Enquanto 57,6% defendem a confiabilidade de tais informações/notícias, 35% dizem que as notícias geralmente não são confiáveis, pois não se pode acreditar nelas (**Gráfico 3B**). Alguns participantes também fazem um esforço extra para verificar as notícias recebidas por meio das mídias sociais por outros meios. 78,5% afirmam verificar sempre as notícias que receberam, enquanto 21,5% nunca se importaram em fazê-lo (**Gráfico 3C**).

Gráfico 2 – Mostrando a confiança do entrevistado nas mídias sociais para obter notícias e informações (A), a confiabilidade de tais notícias e/ou informações (B), e a frequência de verificação de tais notícias e informações com outras fontes (C).

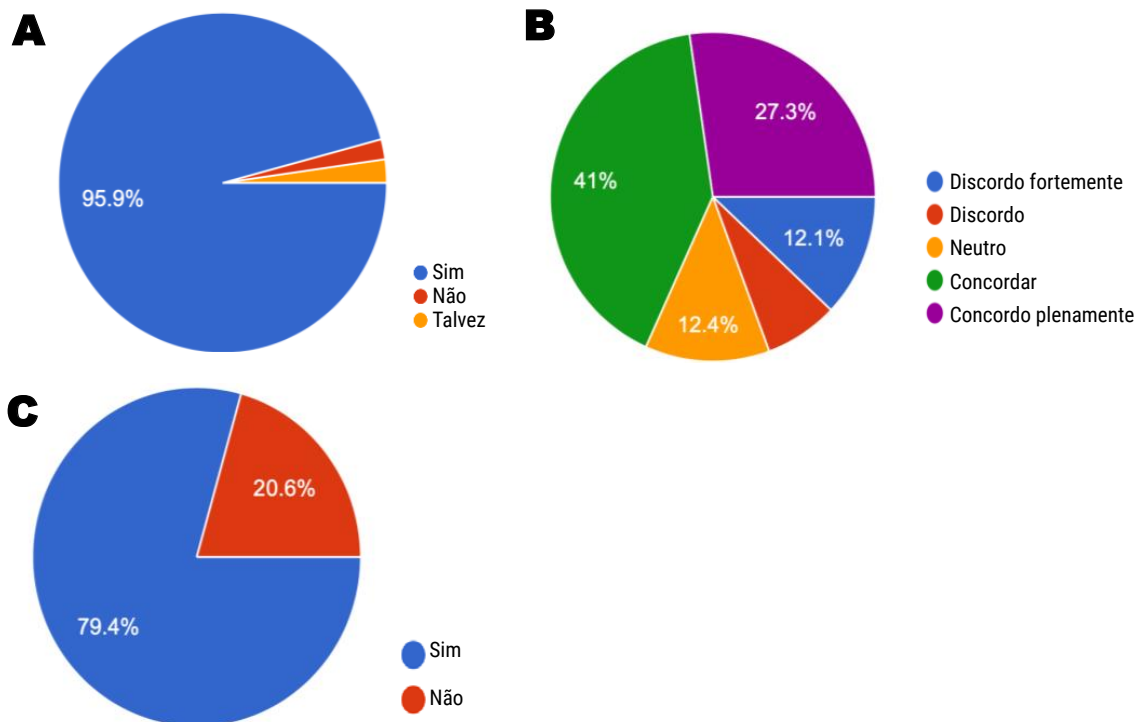


Source: The author (2021).

3.4 Potencial das Mídias Sociais para Espalhar Notícias Falsas

Aqueles que afirmaram verificar notícias de mídias sociais relataram ter encontrado desinformação e notícias falsas em postagens nas redes sociais, com 95,9% dos entrevistados afirmando ter encontrado notícias falsas em mídia social (**Gráfico 4A**). 68,3% dos participantes concordaram que a desinformação e notícias falsas são capazes de agravar a insegurança na Nigéria, enquanto 19,3% discordaram e 12,4% se mantiveram neutros (**Gráfico 4B**). Para reduzir o potencial do uso das mídias sociais para causar caos, 79,4% dos entrevistados foram a favor da regulamentação das mídias sociais pelo governo, enquanto 20,6% se posicionaram contra (**Gráfico 4C**).

Graphic 4 – Showing respondent’s encountering fake news and misinformation within social media posts (A), the possibility of such fake news to exacerbate insecurity in Nigeria (B), and the respondents’ views on the regulation of social media by the Government (C).

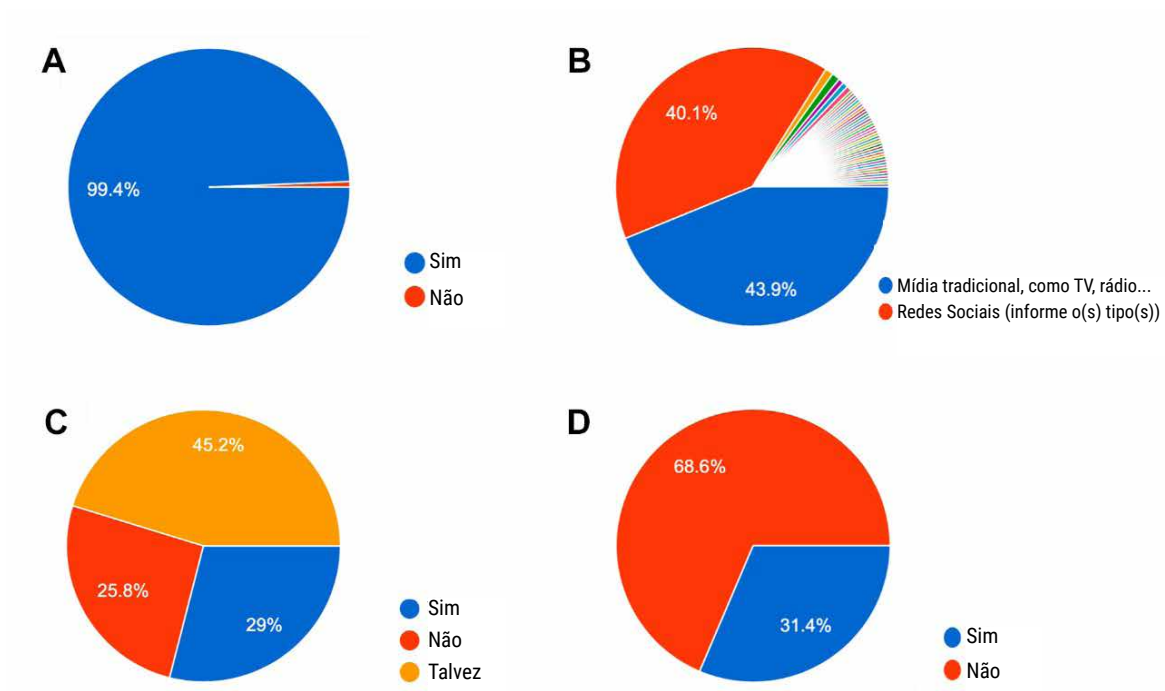


Source: The author (2021).

3.5 A Divulgação das Notícias dos Protestos EndSARS nas Mídias Sociais

Devido à sua ampla divulgação e cobertura de quase todos os entrevistados, 99,4% tiveram contato com notícias sobre os protestos EndSARS, independentemente de suas localizações geográficas (**Gráfico 5A**). Essa descoberta também está de acordo com o trabalho de OKON e EKPANG II (2021), que registrou grande dependência dos nigerianos com as redes sociais para obtenção notícias e informações. 56,1% da população da amostra estava recebendo atualizações sobre o protesto EndSARS por meio das redes sociais, em comparação com 43,9% que eram atualizados por meio da mídia convencional (**Gráfico 5B**). No entanto, nem todas as atualizações sobre o protesto foram precisas. 29% dos respondentes disseram que a atualização era precisa, enquanto 25,8% disseram que não era precisa, e 45,2% estavam indecisos (**Gráfico 5C**). 31,4% dos entrevistados estiveram ativamente envolvidos na restauração da lei e da ordem durante o protesto, o que os torna testemunhas oculares dos eventos e detentores da capacidade de comparar e contrastar as notícias e informações que receberam nas redes sociais em relação ao que estava acontecendo no local (**Gráfico 5D**).

Gráfico 5 – Mostra o conhecimento do entrevistado sobre os protestos EndSARS (A), os meios pelos quais os entrevistados obtinham atualizações sobre os protestos EndSARS (B), a precisão da atualização obtida nas redes sociais (C) e o número de entrevistados que estiveram envolvidos na restauração da lei e da ordem durante o protesto (D).



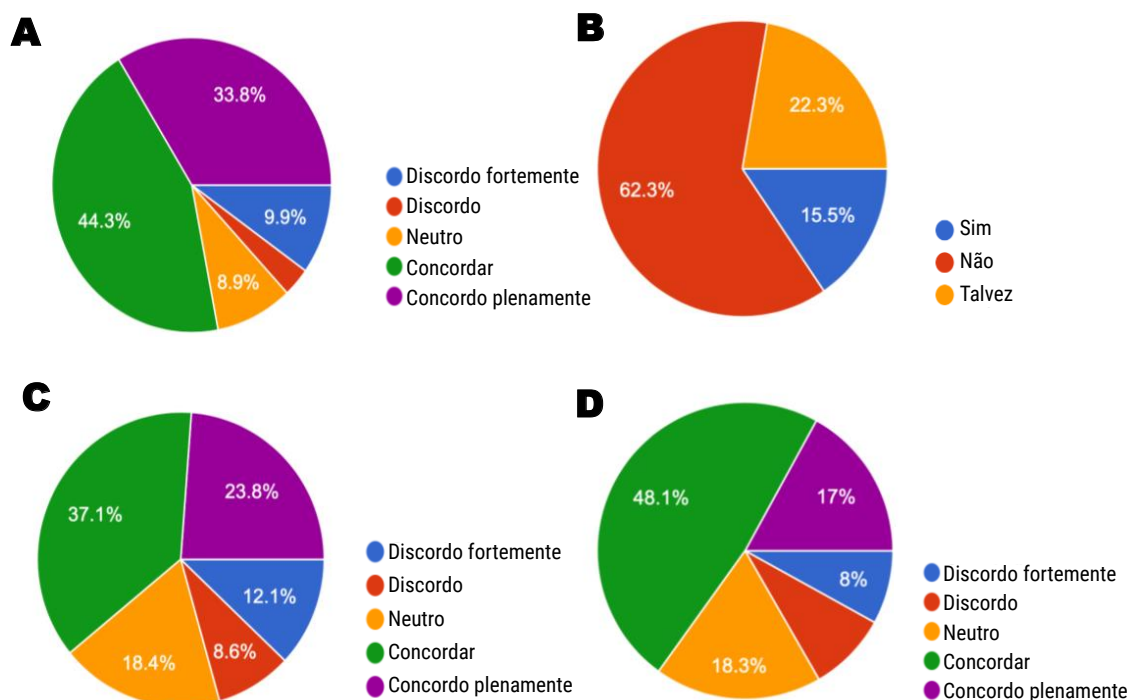
Source: The author (2021).

3.6 Uso das Mídias Sociais para Divulgar Notícias Falsas Durante o Protesto EndSARS

Conforme mencionado na revisão da literatura, muitos autores relataram as inclinações das pessoas em usar as mídias sociais para divulgar notícias falsas. Além disso, os nigerianos são notórios por usar a mídia social para enganar as pessoas, especialmente durante as eleições, com o objetivo de influenciar a escolha dos eleitores (OKON; EKPANG II, 2021). Do mesmo modo, a teoria da agulha hipodérmica, na qual este trabalho de pesquisa se baseia, aduz que as pessoas tendem a acreditar em qualquer forma de notícia e/ou informação transmitida a elas, o que pode ter um tremendo impacto em como elas se comportam posteriormente. Os dados obtidos neste estudo também sugerem o potencial de divulgação de notícias falsas nas redes sociais. 78,1% dos entrevistados concordaram que notícias falsas foram divulgadas durante os protestos EndSARS (Gráfico 6A). Além disso, 62,3% dos respondentes foram de opinião que as pessoas relataram o protesto com preconceito (Gráfico 6B). Também é evidente que os usuários de redes soci-

ais se desviaram do objetivo inicial de usar a mídia social para mobilização, e, ao invés disso, essas plataformas serviram para direcionar os criminosos aos depósitos para saquear os materiais de socorro destinados ao combate ao Covid19 (**Gráfico 6C**). Também se deduz da pesquisa (68,75%, não incluído na Figura abaixo) que o resultado violento do protesto, especialmente em Abuja e Lagos, foi alimentado pela disseminação de notícias não verificáveis, o que alimenta a raiva de ambas as partes e as deixa mais propensas a cometer atos de destruição irresponsável contra propriedades públicas e privadas. Finalmente, 65,1% dos entrevistados acreditavam que a pressão da mídia social sobre o governo em relação às atividades da SARS era responsável pelo desmantelamento da unidade policial (**Gráfico 6D**).

Gráfico 6 – Opiniões dos entrevistados sobre a circulação de notícias falsas nas mídias sociais sobre os protestos EndSARS (A), porcentagem dos entrevistados que acreditam que o protesto EndSARS foi relatado com parcialidade (B), porcentagem dos que têm a percepção de que as mídias sociais foram usadas para enganar os manifestantes a se desviarem do protesto EndSARS (C) e o número de entrevistados que acreditavam que a pressão dos manifestantes das mídias sociais era responsável pela proibição da unidade policial da SARS (D).



Source: The author (2021).

4 Resumo dos resultados e o caminho a seguir

Este estudo mostra claramente a relação entre as redes sociais e os atores do movimento EndSARS, especialmente dos organizadores do protesto. Isso também está de acordo com muitos outros trabalhos de pesquisa que relataram o uso de mídia social durante crises ou distúrbios (OKORO; EMMANUEL, 2018). Também foi relatado por ONALEYE (2020) que, no início do protesto EndSARS, muitos nigerianos recorrem ao uso de redes sociais para se manter a par dos acontecimentos. Conforme discutido anteriormente, a mídia social serve como uma avenida onde os cidadãos compartilham seus pontos de vista e informações, portanto, a arrogância da SARS foi amplamente divulgada por meio das redes sociais. Uma constatação semelhante também foi alcançada por OKON e EKPANG II (2021), que opinou que questões nacionais e internacionais são facilmente relatadas e compartilhadas nas redes sociais. Outros pesquisadores também concordam que as mídias sociais foram usadas para mobilização e sensibilização contra certas políticas governamentais que são hostis à sociedade (ONALEYE, 2020; SHAW, 2016). Vídeos, fotos e gravações de áudio foram usados para relatar os excessos da brutalidade policial aos nigerianos e ao mundo em geral. Isso, conforme argumentado pelos entrevistados, foi parcialmente responsável pelo desmantelamento da unidade da SARS. Os entrevistados acreditam que as redes sociais, como FacebookTM, InstagramTM e TwitterTM, também foram empregadas para direcionar os manifestantes a predeterminar lugares e locais longe das agências de segurança para continuar seu protesto inabalável. A hashtag #EndSARS no TwitterTM estava entre as mais populares do mundo e, sem dúvida, a mais popular na Nigéria. Esse, juntamente com outros problemas remotos, foram provavelmente os responsáveis pelo banimento do TwitterTM pelo governo nigeriano em junho de 2021, uma medida que cerca de 72% dos entrevistados aplaudiram.

Sobre as questões de notícias falsas e sua circulação nas redes sociais durante os protestos EndSARS, o estudo mostra uma concordância esmagadora entre os entrevistados com a afirmação de que as notícias falsas foram amplamente divulgadas nas redes sociais. O estudo não conseguiu determinar se as notícias falsas foram divulgadas intencionalmente ou erroneamente para influenciar a opinião pública. No entanto, existem evidências que provam que algumas das imagens circuladas foram deliberadamente reconfiguradas e adaptadas “à vontade pelos criadores”, com o intuito de atrair simpatia e voltar a população contra a polícia e, também, contra o Governo. Os casos da senhora que alegou ter perdido seus irmãos para a brutalidade policial, do incidente do falso shopping center e do endosso do protesto pelos bispos católicos da Nigéria são instrutivos a esse respeito (MWAI, 2020). Esta pesquisa difere daquela de ADEKOYA (2021), em que eles não puderam vincular distorção deliberada de notícias e/ou informações com os protestos EndSARS. Eles alegaram que notícias falsas realmente circularam durante o protesto, mas sem a intenção de causar danos ou influenciar a opinião pública.

As questões acima mencionadas trazem à tona os perigos da mídia social não regulamentada por qualquer nação ou sociedade. A Assembleia Nacional da Nigéria aprovou a Lei de Proibição de Petições Frívolas e Outros Assuntos Relacionados de 2017, mas não conseguiu controlar a disseminação de conteúdos falsos e perigosos nas redes sociais (SAMUEL; STANLEY; OGECHUKWU, 2019). Embora seja necessário reconhecer os esforços dos legisladores para

redigir e aprovar o projeto de lei sobre as mídias sociais, um esforço conjunto deve ser colocado em prática pelo estado para verificar o uso indevido de mídia social para causar o caos. Alguns segmentos da população são contra a regulamentação das mídias sociais, pois afirmam que é contra a liberdade de expressão; no entanto, eles defendem a verificação dos fatos e a conscientização da sociedade sobre os perigos do uso indevido das redes sociais. Isso também reforça a necessidade de alfabetização digital para equipar a sociedade com a habilidade necessária para verificar notícias e informações com outros veículos de notícias ou organizações confiáveis.

É nossa responsabilidade estar atento a notícias que sejam falsas e possam ser prejudiciais à sociedade. Algumas maneiras de verificar a autenticidade de uma notícia incluem avaliar as fontes de notícias e consultar um especialista (SADIKU; EZE; MUSA, 2018). Avaliar significa examinar as fontes de notícias com base em sua certificação, credibilidade dos autores, cruzar com outras fontes, datas e locais, bem como a confiabilidade de outras notícias anteriores publicadas pela mesma fonte. Notícias falsas também podem ser reconhecidas por especialistas em consultoria, como sites de checagem de fatos, como FactCheck.org, Snopes.com, PolitiFact.com e ProTruthPledge.org ou especialistas no assunto (SADIKU; EZE; MUSA, 2018). Uma vez que uma notícia falha nesses testes, evite compartilhar tais notícias. Após a identificação, é nossa responsabilidade, e também da grande mídia e do Governo, combater a ameaça das notícias falsas. Isso pode ocorrer por meio da alfabetização midiática, que dá ao indivíduo a capacidade de separar fatos de opiniões. Organizações de checagem de fatos, juntamente com gigantes da mídia social, também podem contribuir para identificar e esclarecer notícias que são falsas. A inteligência artificial também pode ser implantada por tecnologia de mídia social para detectar notícias falsas usando algoritmos. O emprego de mediadores terceirizados (sociais, jurídicos e econômicos) também pode reduzir a disseminação de fake news (SADIKU; EZE; MUSA, 2018). Os mediadores sociais podem incluir a imprensa, acadêmicos e ativistas. Mediadores legais, como agências de aplicação da lei e do governo, bem como mediadores econômicos, como a mídia social e seus clientes, podem sancionar os divulgadores de notícias falsas, para higienizar a mídia social. Mais importante ainda, as pessoas devem ser severamente responsabilizadas pelo conteúdo que geram ou compartilham que é prejudicial à segurança nacional.

A Nigéria, com uma população de 220 milhões, está dividida étnica e religiosamente, principalmente de acordo com as zonas geopolíticas do país. Tem havido uma desconfiança endêmica entre essas pessoas divididas étnica e religiosamente, o que foi responsável pela Guerra Civil na Nigéria nos anos 60. A penetração da mídia social nos cantos e recantos da Nigéria expôs novamente esse monstro horrível da divisão. A elite e os políticos estão aproveitando essa ruptura para alimentar ainda mais a raiva e a desconfiança entre o Norte predominantemente muçulmano e o Sul predominantemente cristão. Secessionistas no Sudeste e no Sudoeste estão constantemente usando as redes sociais para reivindicar a fragmentação do país. Os fazendeiros se enfrentam, e a luta étnico-religiosa nos estados do cinturão médio é agravada pelo uso das redes sociais. Para a existência contínua do Estado nigeriano, é imperativo que o governo implemente os regulamentos disponíveis no que diz respeito ao uso de mídias sociais no país, e esses regulamentos devem ser revistos regularmente, conforme a necessidade de impedir que o país caia na anarquia.

5 Conclusões

Este trabalho de pesquisa demonstrou o papel que a mídia social desempenhou nos protestos EndSARS, de outubro de 2020, na Nigéria. Mostra como jovens de 20 a 50 anos usam o celular para obter notícias e informações sobre a origem e as causas remotas e imediatas do protesto. Também mostra a disseminação deliberada de distorções ou meias verdades para causar pânico e apreensão na sociedade, o que às vezes leva à perda de vidas e propriedades. A mídia social pode ser considerada uma faca de dois gumes, dependendo de como é empregada e usada. Enquanto alguns nigerianos o usaram para promover sua agenda oculta, alguns usaram a ferramenta online para expressar suas opiniões e fazer suas vozes serem ouvidas, o que, neste caso, resultou na dissolução da unidade de polícia SARS. Além disso, o protesto provou o poder das mídias sociais enquanto uma ferramenta de mobilização e conscientização massiva que não pode ser domada pelo governo ou suas agências, mas que clamam por uma regulamentação para fornecer santidade contra o abuso e uso indevido. Também é importante que os gigantes da tecnologia, como TwitterTM, FacebookTM e WhatsAppTM sejam mais ativos e decididos no uso de tecnologia e de algoritmos para detectar e remover conteúdo prejudicial em suas plataformas. Eles também devem investir na conscientização sobre as redes sociais como parte de suas relações públicas na comunidade, para que as pessoas identifiquem e relatem notícias falsas ou imprecisas com facilidade.

Referencias

ADEDIRAN, I. #EndSARS: Governor Sanwo-Olu apologises, laments fake news. Premium Times Nigeria, Lagos, Nigeria, 2020. Disponível em: <https://www.premiumtimesng.com/news/more-news/422582-endsars-governor-sanwo-olu-apologises-laments-fake-news.html>. Acesso em: 2 Setembro 2021.

ADEKOYA, C. O. Information and Misinformation during the #EndSARS Protest in Nigeria: An Assessment of the Role of Social Media. ISSN: p. . **Covenant Journal of Library & Information Science (CJLIS)**, 4, n. 1, p. 11, 2021.

ADEPETUN, A. Social media and carnage that trailed #EndSARS protest. **The Guardian**, 2020. Disponível em: from <https://guardian.ng/features/social-media-and-carnage-that-trailed-endsars-protest/>. Acesso em: 27 Agosto 2021.

ADETONA, A. Amazon rainforest fire and effective use of social media. **Business Day**, Nigeria, 2019. Disponível em: <https://businessday.ng/news/article/amazon-rainforest-fire-and-effective-use-of-social-media/>. Acesso em: 17 Setembro 2021.

AKINOLA, O.; KAREN, A. **Social media and the state: challenging the rules of engagement**. Institute of Security Studies. 2021.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M.; YU, C. Trends in the diffusion of misinformation on social media. **Research & Politics**, 6, n. 2, p. 2053168019848554, 2019.

DADA, B. What should your brand be doing during #EndSARS protests? Disponível em: <https://www.benjamindada.com/what-brand-should-do-endsars/>.

EKE-OKPALA, H.; OMEKWU, C.; MISS, O. The Use of Social Networking Sites among the Undergraduate Students of University of Nigeria, Nsukka. **Library Philosophy and Practice**, 2014, 01/01 2014.

EKO, P.; GEORGE, E. The Role of Digital Technology in the EndSars Protest in Nigeria During COVID-19 Pandemic. **Journal of Human Rights and Social Work**, 6, 02/12 2021.

EZEAH, G. Social Media Use among Students of Universities in South-East Nigeria. **IOSR Journal Of Humanities And Social Science**, 16, p. 23-32, 01/01 2013.

FASUNWON, A. F. Social media and political mobilisation in Nigeria. **International Journal of Research and Innovation in Social Science**, 3, n. 12, p. 6, 2019.

GEORGE, A. The roots of the #endsars protests in Nigeria. **Washington Post**, 2020. Disponível em: <https://history.columbia.edu/2020/10/26/abosed-george-wrote-the-roots-of-the-endsars-protests-in-nigeria-published-in-the-washington-post/>. Acesso em: 22 Agosto 2021.

GOLDMAN, R. Reading Fake News, Pakistani Minister Directs Nuclear Threat at Israel. **New York Times**, 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/12/24/world/asia/pakistan-israel-khawaja-asif-fake-news-nuclear.html>. Acesso em: 18 Agosto 2021.

JAMIU, F. Analysis of Claims on #EndSARS Protest in Nigeria: Images most manipulated content, Twitter as major platform. Dubawa. 2020.

KAZEEM, Y. Young Nigerian protesters are using social media to dispel misinformation from traditional media. Disponível em: <https://qz.com/africa/1917507/nigeria-endsars-protests-use-twitter-whatsapp-to-beat-fake-news/>.

LARNYOH, M. Twitter Unveils Emoji in Support of #EndSARS Protests. **Business Insider Africa**, 2020. Disponível em: <https://africa.businessinsider.com/local/lifestyle/twitter-unveils-emoji-in-support-of-endsars-protests/7emvggn>. Acesso em: 17 Agosto 2021.

MALEFAKIS, M. A. Using Social Media and #ENDSARS to Dismantle Nigeria's Hierarchical Gerontocracy. Disponível em: <https://toda.org/global-outlook/using-social-media-and-endsars-to-dismantle-nigerias-hierarchical-gerontocracy.html>. Acesso em: 13 Agosto 2021.

MALUMFASHI, S. Nigeria's sars: a brief history of the special anti-robbery squad. . 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2020/10/22/sars-a-brief-history-of-a-rogue-unit#:~:text=in%201992%2c%20the%20special%20antirobbery%20squad%20%28sars%29%20was,as%20part%20of%20different%20states'%20criminal%20investigation%20departments>.

MCGONAGLE, T. "Fake news" False fears or real concerns? **Netherlands Quarterly of Human Rights**, 35, n. 4, p. 203-209, 2017.

MWAI, P. Nigeria Sars protest: The misinformation circulating online. **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-54628292>. Acesso em: 6 Setembro 2021.

NIGERIA, P. How fake news fuel Nigeria's herder crisis. . **Parrot Nigeria News**, 2018. Disponível em: <https://parrotnigeria.com/how-fake-news-fuels-nigerias-herder-crisis/>. Acesso em: 29 Agosto 2021.

NWABUEZE, C.; OKONKWO, E. Rethinking the Bullet Theory in the Digital Age. **International Journal of Media, Journalism and Mass Communications**, 4, n. 2, p. 1-10, 2018.

OBAR, J. A.; WILDMAN, S. Social media definition and the governance challenge: An introduction to the special issue. **Telecommunications Policy**, 39, n. 9, p. 5, 2015.

OGHENETAGA, L. U.; EJEDAFIRU, E. F. Librarians and social media as catalyst for national development in Nigeria. **Library Philosophy and practice**, Disponível em: from <http://www.webpages.uidaho.edu/mbolin/oghenetega/ejedafiru-longe.htm>.

OKON, P. E.; EKPANG II, J. E. The 2019 Nigerian presidential elections and the resurgence of the magic bullet theory of media effect. **2021**, 3, n. 2, p. 11, 2021-06-30 2021. 2019 Nigerian elections; fake news; hypodermic needle; magic bullet theory; media propaganda; social media.

OKORO, N.; EMMANUEL, N. O. Beyond misinformation: Survival alternatives for Nigerian media in the “post-truth” era. **African Journalism Studies**, 39, n. 4, p. 67-90, 2018.

OLOWOLAGBA, F. End SARS: Nigerians react as Buhari speaks on death of Kolade Johnson. **Daily Post**, 2019 Disponível em: <https://dailypost.ng/2019/04/02/end-sars-nigerians-react-buhari-speaks-death-kolade-johnson/> Acesso em: 18 Agosto 2021.

OLOYEDE, F.; ELEGA, A. A., 2019, Famagusta, Turkish Republic of Northern Cyprus. **Exploring Hashtag Activism in Nigeria: A case of #Endsars Campaign**. Disponível em: https://crcp.emu.edu.tr/Documents/Books/CRC_P%202018%20Proceeding%20Book%20-%20Approved%20One.pdf Acesso em: 18 Agosto 2021.

OMONOB, K.; AGBAKWURU, J.; BRISIBE, P.; G., O. IGP disbands SARS, pledges advanced police reforms. **Vanguard**, 2020. Disponível em: Retrieved from <https://www.vanguardngr.com/2020/10/igp-disbands-sars-pledges-advanced-police-reforms/>.

ONALEYE, T. 5 Digital strategies nigerians have employed in sustaining the EndSARS protest. Disponível em: <https://technext.ng/2020/10/28/5-digital-strategies-nigerians-have-employed-in-sustaining-the-endsars-protest/>. Acesso em: 29 Agosto 2021.

PATE, U. A.; IBRAHIM, A. M. Fake News, Hate Speech and Nigeria’s Struggle for Democratic Consolidation: A Conceptual Review. **Handbook of research on politics in the computer age**, p. 89-112, 2020.

SADIKU, M.; EZE, T.; MUSA, S. Fake news and misinformation. **International Journal of Advances in Scientific Research and Engineering**, 4, n. 5, p. 187-190, 2018.

SAMUEL, O.; STANLEY, E.; OGECHUKWU, O. Social Media and National Security in Nigerian State. **American Based Research Journal**, 8, n. 03, 2019.

SHAW, A. Role of social media in social mobilization (with special reference to Shahbag and Hakkolorob Movements). **Global Media Journal**, 7, n. 1, p. 8, 2016.

TANDOC JR, E.; LIM, Z.; LING, R. Defining “Fake News”: a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism* 6 (2), 137–153 (2018). 2018.

TONYE, B. Fake News Iin Nigeria: A Complex Problem. : Goethe Institute 2020.

UWAZURUIKE, A. R. # EndSARS: The Movement Against Police Brutality in Nigeria. **Harvard Human Rights Journal**, 2020.

VALKENBURG, P. M.; OLIVER, M. B. Media effects theories: An overview. **Media effects: Advances in theory and research**, p. 16-35, 2020.

VARGO, C. J.; GUO, L.; AMAZEEN, M. A. The agenda-setting power of fake news: A big data analysis of the online media landscape from 2014 to 2016. **New media & society**, 20, n. 5, p. 2028-2049, 2018.



Os impactos do influxo de refugiados Rohingya em Bangladesh

The Impacts of Rohingya Refugee Influx on Bangladesh

Resumo: Os Rohingya, um grupo étnico minoritário muçulmano em Myanmar, foram deslocados à força para Bangladesh em 2017 com base na limpeza étnica pelo governo militar. Este estudo tem como objetivo fornecer uma revisão abrangente dos impactos socioeconômicos do influxo de refugiados Rohingya na comunidade anfitriã, usando teorias push-pull e realismo para identificar as causas raízes desse influxo maciço para Bangladesh. Aplicando método qualitativo para analisar o impacto dos refugiados Rohingya na economia de Bangladesh, complementado por uma revisão qualitativa da literatura, os resultados indicam que o aumento dos preços, juntamente à queda dos salários dos trabalhadores pouco qualificados estão afetando negativamente as comunidades anfitriãs. A degradação ambiental, bem como a pressão excessiva sobre a infraestrutura e os serviços públicos já sobrecarregados, são grandes preocupações. Mais pesquisas são necessárias para identificar outros fatores que possam fortalecer a eficácia do repatriamento.

Palavras-chave: Impactos Socioeconômicos. Refugiados Rohingya. Myanmar.

Abstract: The Rohingya, a Muslim minority ethnic group in Myanmar, were forcibly displaced to Bangladesh in 2017 on the ground of ethnic cleansing by the military government. This study aims to provide a comprehensive review of the socio-economic impacts of the Rohingya refugee influx on the host community. This paper uses push-pull and realism theories to identify the roots causes of this massive influx to Bangladesh. The study applies a qualitative method to analyze the impact of the Rohingya refugees on the economy of Bangladesh, complemented by a qualitative literature review. The results indicate that rising prices, along with falling wages of low-skilled workers are negatively affecting host communities. Environmental degradation, as well as excessive pressure on already strained infrastructure and public services, are major concerns. Further research is needed to identify other factors that could strengthen the effectiveness of the repatriation.

Keywords: Socio-economic impacts. Rohingya Refugee. Myanmar.

Sazzad Hossain 
Bangladesh Army.
Dhaka, Bangladesh.
sazzad8645@gmail.com

Recebido: 08 nov. 2021

Aprovado: 30 nov. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

Bangladesh, um pequeno país do Sudeste Asiático com uma grande população e poucos recursos, deu um refúgio seguro para mais de um milhão de Rohingya que foram forçados a fugir de Myanmar. Bangladesh tem abrigado refugiados de Myanmar desde 1978, um período que se estende por mais de quatro décadas. Mais de 742.000 pessoas fugiram para Bangladesh desde 25 de agosto de 2017 como resultado da campanha militar de brutalidade e terror de Myanmar (UNHCR, 2019). A migração de refugiados Rohingya para Bangladesh teve uma influência significativa nas comunidades locais dos distritos de Cox's Bazar e Bandarban (onde os Rohingya se abrigaram). A migração se tornou uma das crises de refugiados que mais crescem no mundo em determinado ponto. Bangladesh abriga 4,73% do total de refugiados do mundo, apesar de ter menos de 0,31% da população mundial (UNDP, 2018). Para a grande maioria dos refugiados Rohingya, Cox's Bazar tem sido seu principal destino. De acordo com o censo de 2011, a população de Cox's Bazar é de apenas 4.71.768 pessoas (BANGLADESH BUREAU OF STATISTICS, 2013). Como resultado, a comunidade Rohingya neste distrito supera a comunidade local por um fator de 2,43. A economia nacional, a segurança e o meio ambiente estão todos ameaçados por abrigar uma carga tão grande. Na comunidade Rohingya, um novo padrão de atividade econômica está crescendo. O surgimento de um pequeno grupo de pessoas que ganharam novos espaços de trabalho como resultado do influxo está se beneficiando dessas dinâmicas econômicas. De acordo com vários estudos, as principais maneiras pelas quais a migração afeta a comunidade anfitriã são o aumento dos custos de commodities e salários mais baixos para trabalhadores pouco qualificados. A degradação ambiental, o aumento da pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos já fracos e o aumento das tensões entre refugiados e comunidades anfitriãs também são grandes dificuldades (UNDP, 2018).

Myanmar é um estado único no qual geopolítica e genocídio ou limpeza étnica se misturaram. Historicamente, há muito tempo há um profundo estranhamento entre o Islã e o Budismo. Em consequência, EUA, China e Índia estão todos lutando pelo controle de suas próprias esferas de influência. O fato de Myanmar se recusar a reconhecer os Rohingyas como um grupo étnico separado não deve ser visto isoladamente. Tem a ver com território e soberania (KARIM, 2021).

A repatriação está em impasse há mais de quatro anos. Apesar de inúmeras negociações bilaterais e medidas diplomáticas, Myanmar até agora não conseguiu criar condições ideais para o retorno dos Rohingyas. Como o repatriamento será inteiramente feito com “consentimento informado”, os desejos dos Rohingyas são cruciais. Nenhum Rohingya manifestou interesse em retornar à sua terra natal até que os problemas centrais sejam resolvidos. A Lei de Cidadania de Myanmar de 1982 reconheceu formalmente os Rohingyas como apátridas. Com o atual golpe militar em Myanmar, que derrubou o partido democraticamente eleito e provocou violência e protestos generalizados, a repatriação Rohingya é a última prioridade dos militares. Com essa realidade, é realista supor que a crise dos Rohingyas se arrastará por um longo período.

1.1 Objetivo do Estudo

Diante disso, o objetivo principal deste estudo é fornecer uma revisão abrangente dos impactos econômicos da entrada dos Rohingya em Bangladesh. Por outro lado, existe uma ligação direta entre a crise Rohingya e os interesses geopolíticos da China, Índia e EUA na região. A seguir estão os objetivos específicos:

- Analisar as implicações econômicas para a comunidade anfitriã após o influxo.
- Analisar as implicações geopolíticas da região na China, Índia e EUA.
- Analisar as principais barreiras do repatriamento.

1.2 Questões de Pesquisa

A principal questão da pesquisa é:

- Quais são os impactos econômicos do influxo dos Rohingya em Bangladesh?

As questões de pesquisa secundárias são:

- Quais são as ramificações geopolíticas da região?
- Quais são as razões subjacentes da crise e como elas afetam o repatriamento?

1.3 Revisão da Literatura

A primeira onda de refugiados Rohingya chegou a Bangladesh em 1978. Bangladesh tem sido um porto seguro para os Rohingya por mais de quatro décadas. O influxo sem precedentes de refugiados Rohingya causou estragos na segurança, na economia e no meio ambiente. Por causa dessa situação, as relações entre os dois países são tensas. Apesar de várias medidas bilaterais e diplomáticas, nenhum dos Rohingyas foi repatriado em Myanmar até agora.

De acordo com um relatório do PNUD intitulado “Impactos do Influxo de Refugiados Rohingya nas Comunidades Anfitriãs”, publicado em novembro de 2018, a crise dos refugiados Rohingya teve um impacto significativo nos meios de subsistência das comunidades anfitriãs. Os ajustes de preços e uma queda no salário diário dos trabalhadores tiveram um impacto particularmente negativo na comunidade anfitriã. Grandes quantidades de assistência em espécie recebidas como itens de socorro às vezes estão sendo vendidas por refugiados nos mercados locais, fazendo com que os preços caiam. Pelo contrário, suas compras de outros produtos aumentam os preços devido à forte demanda (UNDP, 2018).

O efeito líquido demonstrado na pesquisa revela uma pequena queda no preço dos produtos alimentícios e um aumento no preço de outras categorias. Os salários para funcionários agrícolas e outros não qualificados também foram relatados como baixos. O influxo colocou uma tremenda pressão sobre a comunidade anfitriã, o que é agravado pelo desenvolvimento socioeconômico comparativamente baixo do país. Também houve graves efeitos negativos nos serviços governamentais e no meio ambiente (UNDP, 2018).

As muitas terminologias relacionadas aos refugiados que são cobertas por um artigo do ACNUR intitulado “*An Introduction to International Protection*” (Uma Introdução à Proteção Internacional). A pesquisa delineou os parâmetros sob os quais algumas pessoas podem ser classificadas como refugiados e por que outras não podem, de acordo com a Convenção de Refugiados de 1951. Este artigo enfoca principalmente a necessidade de proteção internacional aos refugiados, bem como o quadro jurídico internacional para a proteção dos refugiados (UNHCR, 2005).

O artigo de Nour Mohammad “Proteção Aos Refugiados Sob a Constituição de Bangladesh: Uma Breve Visão Geral” delineou as diferentes obrigações internacionais e nacionais que Bangladesh enfrenta quando se trata do status de refugiado. Apesar de Bangladesh não ser membro da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967, os refugiados Rohingya foram abrigados por Bangladesh sob o Direito Internacional Consuetudinário. Sob “Ordem Executiva”, o governo de Bangladesh concede status de refugiado aos requerentes de asilo (Mohammad).

Myanmar é um país único onde a geopolítica colidiu com genocídio ou limpeza étnica, de acordo com um livro intitulado “Etnia e Geopolítica da Crise Rohingya. É difícil dizer a diferença entre geopolítica e genocídio/limpeza étnica em Myanmar. Há muito tempo existe um profundo estranhamento entre o Islã e o Budismo. Em termos de geopolítica, EUA, China e Índia estão competindo pelo controle de suas próprias esferas de influência. Por padrão, Bangladesh está lutando sob o peso da geopolítica imposta (KARIM, 2021).

Todos esses trabalhos sugerem que o influxo produziu dois grupos econômicos: o primeiro é o público em geral, que é severamente prejudicado por aumentos de preços e baixos custos de mão de obra, e o segundo é um pequeno número de pessoas que se beneficiam do influxo ganhando oportunidades de emprego. Pelo contrário, a geopolítica da sub-região é diretamente influenciada por potências como EUA, China e Índia. Todo mundo está colocando sua própria agenda na mesa e Bangladesh está sendo levado por padrão. Esta dissertação tem como objetivo preencher uma lacuna de pesquisa entre as principais questões da crise humanitária e geopolítica, ambas contribuindo para o retorno bem-sucedido dos Rohingya a Myanmar.

2 Metodologia

Esta pesquisa será de natureza exploratória, pois os dados primários não puderam ser coletados devido à falta de tempo e recursos. Como resultado, a pesquisa será baseada em dados secundários, o que significa que os dados não foram analisados pelo pesquisador, mas por outros.

Para tornar este estudo mais substancial e lógico, livros relevantes, periódicos, artigos publicados, relatórios, fontes eletrônicas e de internet e jornais on-line são usados e totalmente creditados.

2.1 Limitações

Vários aspectos deste estudo devem ser levados em consideração. Primeiro, o estudo não é primário e os dados secundários são interpretados com base nos dados principais, portanto, podem ser inexatos. Em segundo lugar, como os dados não foram coletados pelo autor, existe o risco de viés.

Terceiro, como a crise está longe de ser resolvida, os efeitos da migração Rohingya nas comunidades anfitriãs são dinâmicos. Como resultado, algumas das descobertas relatadas aqui podem variar ao longo do tempo.

2.2 Fundamentação da Metodologia

Para começar, usei fontes secundárias para compilar uma lista de literaturas significativas sobre a crise Rohingya e seus impactos econômicos no país anfitrião. A informação foi então analisada logicamente. Ao fazê-lo, tornou-se evidente que a história de Myanmar e o influxo de Rohingya estão inextricavelmente ligados. Mais tarde, tornou-se óbvio que há correlação entre etnia e os principais atores da região (China, Índia e EUA) em termos de geopolítica e geoeconomia. Os maiores impedimentos para iniciar o repatriamento são a etnia e a geopolítica da área. Como resultado, esta pesquisa utilizou esse referencial teórico para descrever o principal argumento do estudo.

2.3 Teoria

Push-Pull e Teoria do Realismo são as abordagens teóricas utilizadas neste estudo. “Populações com status de ‘refugiados’ são mais influenciadas por forças de pressão (*push*) em um país ou região”, de acordo com a Teoria Push-Pull. Em seus países de origem, os refugiados são frequentemente submetidos a condições semelhantes ao genocídio, principalmente como resultado de governos autoritários ou pessoas hostis a grupos religiosos ou étnicos (Rosenberg, 2020). Os Rohingya têm sua cidadania e direitos humanos básicos negados, foram forçados a sair pelos militares de Myanmar com base na limpeza étnica. Esta é a força motriz por trás do influxo de Rohingya para Bangladesh.

Por outro lado, uma promessa de liberdade religiosa ou política, oportunidades de emprego ou terras baratas e um suprimento abundante de alimentos poderiam ser considerados fatores de atração para se mudar para um novo país (ROSENBERG, 2020). Os fatores de atração (*pull*) no caso do influxo rohingya são que Bangladesh, o estado receptor, abriu sua fronteira por motivos humanitários, e os Rohingyas historicamente descobriram um lugar melhor para migrar.

De acordo com a definição primária de realismo, que afirma que os seres humanos são egoístas e anseiam por poder. Os realistas pensam que o egoísmo humano, o desejo de controle e a relutância em confiar nos outros levam a resultados previsíveis (ANTUNES; CAMISÃO, 2018). Assim, o comportamento brutal e a mentalidade de busca de poder dos militares de Myanmar são consistentes com a teoria do realismo. Como resultado, essa ideia foi examinada usando realismo e teoria push-pull, levando em consideração questões como interesse próprio, interesse nacional e segurança nacional.

2.4 Importância do Estudo

Já se passaram mais de quatro anos desde o último influxo de Rohingya para Bangladesh. Apesar de vários esforços bilaterais e diplomáticos, o processo de repatriação falhou miseravelmente duas vezes. Até agora, a ONU não conseguiu exercer pressão suficiente sobre Myanmar para iniciar o processo de repatriação. Vale ressaltar que Bangladesh abriga Rohingyas há mais de quatro décadas. As repatriações foram bem-sucedidas nas últimas três vezes, no entanto, a repatriação do influxo de 2017 não pôde ser iniciada até hoje. Bangladesh, como um país pequeno, é incapaz de suportar um peso tão grande. Por outro lado, a China e a Índia têm interesses geopolíticos e geoeconômicos consideráveis em Myanmar. Como resultado, esses dois países não desempenham um papel substancial na resolução da crise. A perseguição de Myanmar aos Rohingyas parece ser motivada por mais do que etnia. Considerando a intensidade e a pontualidade do tema, o autor se inspirou para fazer a pesquisa.

Mapa 1 – Distrito de Cox's Bazar em Bangladesh e Estado de Rakhine em Myanmar



Fonte: Asrar (2017).

Durante décadas, os Rohingya viveram em Myanmar, um país de maioria budista. Sob a Administração Colonial Britânica (de 1824 a 1948), houve uma extensa migração entre a atual Myanmar, Índia e Bangladesh. Após a independência da Birmânia em 1945, o governo promulgou a Lei de Cidadania da União, que listava os grupos étnicos considerados “indígenas” de Myanmar. Os Rohingyas não foram reconhecidos como um dos 135 grupos étnicos oficiais de Myanmar.

3 História Dos Rohingya

A comunidade étnica Rohingya é predominantemente muçulmana. Eles representam 1% de toda a população, 4% da população do Estado de Rakhine e 45% da população muçulmana de Myanmar. Em agosto, uma estimativa de 742.000 refugiados Rohingya entraram em Bangladesh através da área de Cox's Bazar. Crianças, mulheres e homens idosos constituem a maioria dos refugiados. Este montante foi adicionado aos 278.000 refugiados Rohingya que haviam sido deixados de duas ocorrências anteriores em 1978 e 1992. De acordo com o último relatório do Grupo de Coordenação Intersetorial (ISCG), o número total de refugiados Rohingya ultrapassou agora 923.000 (ISCG, 2018).

Após a tomada militar de 1962, o governo forneceu aos Rohingyas menos documentos oficiais. Em 1974, todos os cidadãos birmaneses eram obrigados a obter cartões de identificação nacionais, enquanto os Rohingyas só podiam obter cartões de identificação internacionais. Em 1982, uma nova lei de cidadania foi aprovada que dificultou a obtenção da cidadania plena pelos Rohingyas, deixando-os apátridas (MOHDIN, 2017).

O governo de Myanmar referiu os Rohingyas como Bengalis, forasteiros ou, pior ainda, terroristas. Essa visão dos Rohingyas como estrangeiros e imigrantes ilegais justifica a marginalização sistemática do grupo e os esforços do governo para expulsá-los de suas casas. Isso significa que eles têm um lugar em Bangladesh. A distinção entre esses dois termos — Rohingya e Bengali — é fundamental para entender o problema de Myanmar (MOHDIN, 2017).

3.1 Marco Legal Internacional para Refugiados

Na arena internacional, existem principalmente duas entidades que oferecem base legal para os refugiados. Estes são:

3.1.1 *Convenção de 1951*

Trata-se de um quadro jurídico que, pela primeira vez, abrange uma vasta gama de questões relativas aos refugiados. A pedra angular da proteção internacional é o Artigo 33(1), conhecido como o princípio da não repulsão. A cláusula proíbe que os refugiados sejam repatriados para qualquer país onde suas vidas possam estar ameaçadas ou em risco (INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES, 2017).

3.1.2 *O Protocolo de 1967*

O objetivo do Protocolo de 1967 era aceitar a aplicação da Convenção de 1951 aos fluxos modernos de refugiados. Os Estados podem aderir a este instrumento autônomo, mesmo que não sejam parte da Convenção de 1951 (INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES, 2017).

3.2 Obrigações Internacionais e Nacionais em Bangladesh

Bangladesh não é signatário da Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Status dos Refugiados ou de seu Protocolo de 1967. Bangladesh assinou uma série de acordos internacionais de direitos humanos, alguns dos quais apoiam os direitos dos refugiados indiretamente. No entanto, a menos que disposições específicas sejam incorporadas às leis municipais existentes ou tenham efeito por meio de legislações separadas, os direitos humanos internacionais não são aplicáveis nos tribunais. Mesmo que um estado não seja parte de uma convenção, ele deve aderir a algum padrão universalmente reconhecido e conhecido, referido como Direito Internacional Consuetudinário. Da mesma forma, embora não seja signatário da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967, Bangladesh abrigou a comunidade Rohingya no país e deseja repatriá-la livremente de acordo com o Direito Internacional Consuetudinário (MOHAMMAD, 2012).

Sob as ordens executivas do Governo de Bangladesh, os requerentes de asilo Rohingya de Myanmar receberam o status de refugiado entre 1978 e 1992. Eles receberam status de refugiado na superfície. No caso da migração de 2017, no entanto, os Rohingya não receberam o status de “refugiado” em Bangladesh. Eles são referidos como “cidadãos de Myanmar deslocados à força” na declaração oficial do governo (MOHAMMAD, 2012).

4 Impactos Socioeconômicos Nas Comunidades De Acolhimento

4.1 Economia Rohingya

Devido à presença de mais de 1 milhão de Rohingya no distrito de Cox's Bazar, em Bangladesh, no cenário pós-influxo de agosto de 2017, uma nova atividade econômica evoluiu centralizando essa comunidade. Uma enorme atividade humanitária está atualmente trabalhando para ajudar a comunidade. Esta comunidade tem um enorme influxo de ajuda estrangeira, em termos de dinheiro e produtos como – necessidades básicas, alimentos e grãos, etc. Alguns desses produtos são vendidos pelos Rohingya para o mercado local com taxa mais barata; novamente, o custo de outros produtos que eles precisam comprar do mercado local é aumentado devido a demandas mais altas. Assim, o equilíbrio do mercado está mudando a centralização dessas atividades econômicas. Por outro lado, essa enorme mão de obra está pressionando a força de trabalho local, reduzindo seu salário. Portanto, todos esses fatores são centrais para as atividades econômicas que podem ser definidas como “Economia Rohingya”.

4.2 Impactos Socioeconômicos nas Comunidades de Acolhimento

Os impactos socioeconômicos nas comunidades de acolhimento são multidimensionais e abrangem as áreas micro, meso e macroeconômica.

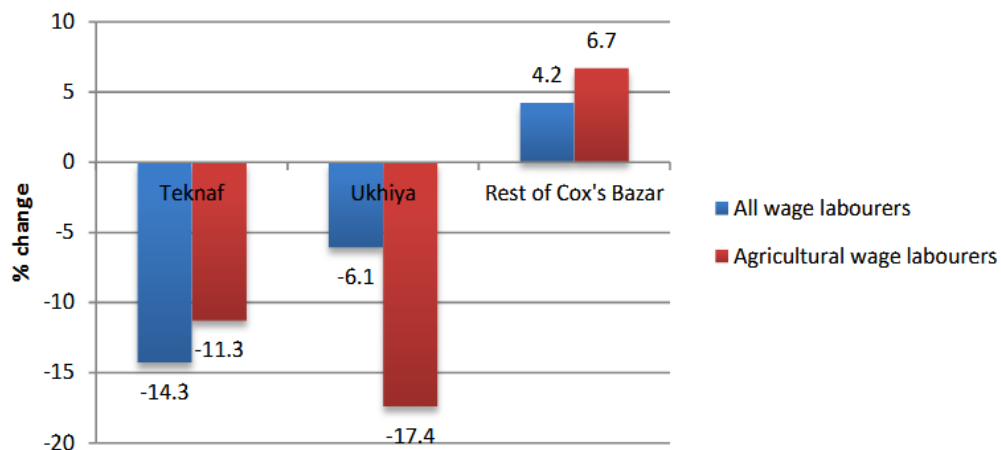
4.3 Impactos Microeconômicos

De acordo com uma pesquisa realizada pelo PNUD em novembro de 2018, impacto da população rohingya entre os bengalis, pelo menos 404 domicílios foram tomados como amostra e os dados coletados da amostra por meio de questionário foram processados. Este capítulo usa os dados como fonte secundária e tenta avaliar o impacto do influxo na comunidade anfitriã e tenta realizar descobertas relevantes para esta pesquisa.

4.3.1 Impactos Nos Salários

Tanto em Teknaf quanto em Ukhiya (subdistritos) de Cox's Bazar, os salários para empregos agrícolas e outros não qualificados estão reduzindo. Isso se deve ao menor salário dos Rohingya como diaristas em comparação com os trabalhadores da comunidade anfitriã. De acordo com os dados da pesquisa, os salários médios de todos os trabalhadores, conforme relatado pelas famílias, caíram de Tk. 417 pré-influxo para Tk. 357 pós-influxo, implicando que os salários caíram mais de 14% em Teknaf (Gráfico 1) e em quase 6% em Ukhiya após o influxo. Os salários agrícolas em Ukhiya, por outro lado, caíram a uma taxa significativamente mais rápida. No período pós-influxo, a taxa média de salários agrícolas em Teknaf caiu 11%, enquanto em Ukhiya caiu 17%. Acredita-se que o influxo tenha reduzido os ganhos em 20%, em média, em Teknaf e Ukhiya. Mais de 70% dos entrevistados em Teknaf e 50% em Ukhiya disseram que a principal maneira pela qual o influxo os afetou foi o pagamento mais baixo (UNDP, 2018).

Gráfico 1 – Impactos salariais em junho de 2018 (% de variação no período pré-crise) Fonte: Asrar (2017).



Fonte: UNDP household survey 2018 apud UNDP (2018, p. 73).

4.3.2 Impacto Nos Preços

Grandes quantidades de auxílio em espécie recebidas como itens humanitários estão sendo vendidas por refugiados. Varejistas locais afirmaram que os produtos que saíam dos campos estavam sendo vendidos a preços reduzidos. Por outro lado, as compras de outros bens por refugiados aumentam os preços.

O Quadro 1 compara as informações com os preços relatados em uma pesquisa de setembro de 2017 realizada pela Action Contre la Faim. Os preços indicados neste último estudo confirmam o efeito inflacionário inicial do influxo de refugiados, especialmente em arroz, lentilhas, óleos comestíveis e batatas. Eles descobriram que a maioria das commodities experimentou um aumento de preço de 10% (UNDP, 2018).

Tabela 1 – Preços pré e pós-influxo de commodities essenciais (Tk)

Food item	PRI findings		Action Contre la Faim findings	
	Pre-influx	Post-influx	Pre-influx	Post-influx
Rice	32	38	35	38
Flour	28	35	23	26
Lentils	100	93	102	109
Edible oil	100	90	85	96
Potato	22	30	22	30
Sugar (gur)	60	62	59	60
Salt	22	25	26	32
Meat (beef)	440	500	n/a	n/a
Fish (fresh water)	130	150	n/a	n/a
Other vegetables (leafy and non-leafy)	25	30	n/a	n/a

Fonte: Action Contre la Faim Market Assessment 2017; UNDP household survey 2018 apud UNDP (2018, p. 71).

4.4 Impactos mesoeconômicos

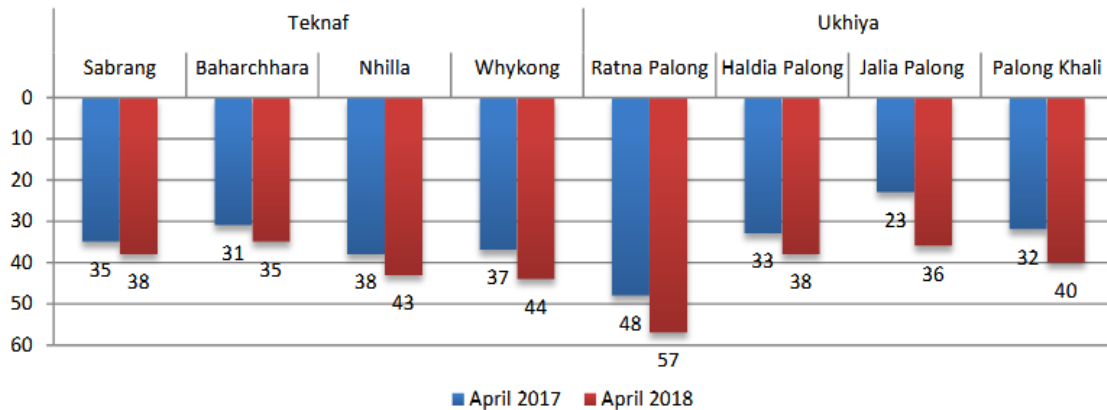
4.4.1 Impactos na Terra e na Produção Agrícola

Entre agosto de 2017 e março de 2018, a atividade de refugiados danificou pelo menos 100 ha de terras agrícolas em Teknaf e Ukhiya, além de 76 ha de terras aráveis ocupadas por assentamentos de refugiados e agências humanitárias. Cerca de 5.000 acres de terra foram inutilizados como resultado do solo arenoso que escorre das encostas das montanhas, que atualmente está sendo usado para acomodação de refugiados (UNDP, 2018).

Entre agosto e dezembro de 2017, cerca de 5.731 poços foram construídos para fornecer água aos refugiados (ISCG, 2018). Os níveis de água da área estão sendo reduzidos como resultado

dessa dependência excessiva das águas subterrâneas (Gráfico 2) os níveis de água ao redor das áreas do acampamento teriam diminuído de 5 a 9 metros. Os recursos de água doce são escassos nas áreas atingidas, particularmente em Teknaf (Cox's Bazar). Os poços de irrigação estão secando lentamente à medida que o lençol freático cai devido à degradação das bacias hidrográficas e a grande redução na recarga das águas subterrâneas (UNDP, 2018).

Gráfico 2 – Tabelas da queda da água em Ukhiya e Teknaf (metro)



Fonte: UNDP (2018, p. 105).

4.4.2 Impactos na Pesca e Atividades Relacionadas

A pesca emprega cerca de um terço do povo de Teknaf (BANGLADESH BUREAU OF STATISTICS, 2018). Por razões de segurança, a pesca no Rio Naf é proibida desde agosto de 2017, colocando uma tremenda pressão sobre cerca de 30.000–35.000 pescadores e suas famílias. Muitos pescadores foram forçados a trabalhar como trabalhadores assalariados, mas o influxo de refugiados resultou em menos vagas de emprego e salários diários mais baixos. De acordo com funcionários do governo e uma análise do PNUD, as comunidades pesqueiras ao longo do Rio Naf provavelmente estarão entre os mais atingidos pela crise dos refugiados (UNDP, 2018).

4.4.2 Impactos no Meio Ambiente

A pesca emprega cerca de um terço do povo de Teknaf (BANGLADESH BUREAU OF STATISTICS, 2018). Por razões de segurança, a pesca no Rio Naf é proibida desde agosto de 2017, colocando uma tremenda pressão sobre cerca de 30.000–35.000 pescadores e suas famílias. Muitos pescadores foram forçados a trabalhar como trabalhadores assalariados, mas o influxo de refugiados resultou em menos vagas de emprego e salários diários mais baixos. De acordo com funcionários do governo e uma análise do PNUD, as comunidades pesqueiras ao longo do Rio Naf provavelmente estarão entre os mais atingidos pela crise dos refugiados (UNDP, 2018).

4.5 Impactos Macroeconômicos do Influxo de Refugiados

Ajuda internacional, remessas e rendimentos salariais são as principais fontes de receita para a economia Rohingya. Uma parte da ajuda encontra seu caminho para a economia local, beneficiando os consumidores locais, reduzindo os preços dos itens comprados em outros lugares. Outras coisas compradas pelos refugiados de sua comunidade de acolhimento imediato mostram o padrão inverso.

Como resultado da pesquisa do PNUD 2018, quando apenas as entradas de assistência são consideradas, um dólar de ajuda tem um impacto econômico total de US\$2,70. Quando somadas as despesas de perda de recursos florestais e hídricos, o total chega a US \$ 2,3 bilhões (UNDP, 2018).

Parece que as consequências negativas são mais localizadas do que o efeito da ajuda. A comunidade anfitriã imediata é a que perde, mesmo que Cox's Bazar e o resto de Bangladesh estejam gerando ganhos estáticos no curto prazo.

4.6 Impactos no Serviço Público e na Entrega de Bens Públicos

Os sistemas de entrega de serviços públicos de Teknaf e Ukhiya, que foram construídos para atender um quarto de milhão de pessoas, agora precisam acomodar mais um milhão de pessoas. Todos os serviços estão sobrecarregados, resultando em conflitos entre as comunidades de refugiados e de acolhimento, a maioria dos quais são pobres e vulneráveis.

4.6.1 Impactos na Governança

A eficácia das instituições de governança está se tornando cada vez mais restrita diante desse tremendo problema. Alguns funcionários do governo local e do setor dedicam 50% ou mais de seu tempo às questões Rohingya, fazendo com que a entrega de serviços públicos seja adiada, se não completamente interrompida. Eles também trabalham sem pagamento em feriados semanais (UNDP, 2018).

4.6.2 Impactos na Gestão de Resíduos Sólidos e Água, Saneamento e Higiene

Os serviços de engenharia de saúde pública, incluindo a eliminação de resíduos sólidos, estão sob demanda significativa. Com mais 10.000 toneladas de lixo sólido produzidas a cada mês, a gestão de resíduos tornou-se uma prioridade. Os resíduos humanos contaminaram muitos recursos hídricos, incluindo 86% dos poços de água potável. A água da chuva lava as partículas fecais em declive, espalhando infecções transmitidas pela água para refugiados e comunidades anfitriãs. Lavar roupas, cozinhar e tomar banho são feitos com água de lagoas, canais e poços (UNDP, 2018).

4.6.3 Impactos nas Estradas

O aumento do tráfego está causando estragos em estradas já degradadas. Estradas, represas e pontes foram severamente danificadas. Os campos de trânsito deixaram um caminho maciço de destruição de infraestrutura e deterioração ambiental. Escolas e pátios escolares danificados, bem como colinas propensas a deslizamentos de terra, estão entre esses locais.

Cerca de 45% dos residentes em Teknaf e 62% em Ukhiya disseram que o congestionamento do tráfego cresceu em sua vizinhança, enquanto mais de dois terços disseram que as condições das estradas se deterioraram. De acordo com a pesquisa do PNUD, 66,7% das famílias respondentes em Teknaf e 70,41% das famílias respondentes em Ukhiya culpavam o influxo de Rohingya por danos nas estradas (UNDP, 2018).

4.6.4 Impactos Nos Serviços De Saúde

Cada vez mais, complexos de saúde e hospitais distritais são projetados para atender às necessidades de emergência dos refugiados. Os serviços de saúde locais estão gravemente sobrecarregados e, como resultado, os residentes locais não recebem o mesmo nível de atendimento que os migrantes. De acordo com um estudo do PNUD, o Cirurgião Civil de Cox's Bazar disse que os centros de saúde ficaram sobrecarregados durante o período do desastre. Aproximadamente metade do tempo, assim como o dos médicos em complexos de saúde, agora é dedicado aos migrantes. Os membros da comunidade anfitriã agora tem que esperar mais por serviços. A situação tornou-se mais difícil à medida que os refugiados recebem medicamentos gratuitos, enquanto os moradores locais devem pagar por isso (UNDP, 2018).

4.6.5 Impactos nos Serviços de Educação

Desde a entrada dos refugiados, os alunos da comunidade circundante abandonaram ou faltaram as aulas para ajudar suas famílias com atividades geradoras de renda, como vender coisas em campos de refugiados. Os pais estão impedindo suas filhas de frequentar a escola porque estão preocupados com sua segurança. De acordo com a pesquisa do PNUD, vários participantes expressaram preocupações de segurança como resultado do aumento de refugiados, particularmente em relação à mobilidade de mulheres e meninas (UNDP, 2018).

5 Perspectivas Geopolíticas mais Amplas

Geograficamente, Myanmar é cercada pela Índia, China, Bangladesh, Tailândia e Laos. Portanto, tem importância vital para todos esses países como zona tampão. Acredita-se que o estado de Rakhine (onde vivem os Rohingya) esteja cheio de recursos naturais e minerais. Geopoliticamente, EUA, China e Índia estão competindo para criar sua esfera de influência na sub-região. Simplesmente indica que a etnia não é o único problema dos Rohingya, pois existem algumas outras questões subjacentes que precisam ser identificadas e analisadas (ZHENDONG, 2021).

5.1 Geopolítica da China

A Política de “Colar de Pérolas” é usada para avaliar a direção da China no Oceano Índico. Myanmar, Bangladesh e Sri Lanka são vistos como “pérolas” na estratégia chinesa sob esta política. A China está altamente preocupada com as vias marítimas de comunicação no Oceano Índico (SAMARANAYAKE, 2012).

A China está interessada principalmente na construção de oleodutos e portos em alto-mar em Myanmar. O primeiro objetivo é importar gás natural de Myanmar. O segundo objetivo é encurtar a rota para petroleiros e navios de carga que navegam do Oriente Médio e além. Em vez de passar pelo congestionado e estrategicamente importante Estreito de Malaca e fazer um longo desvio pelo Sudeste Asiático, esses petroleiros podem descarregar em Myanmar. Isso economizará 2000 milhas, ou cerca de duas semanas de tempo de viagem (KANTHAN, 2017).

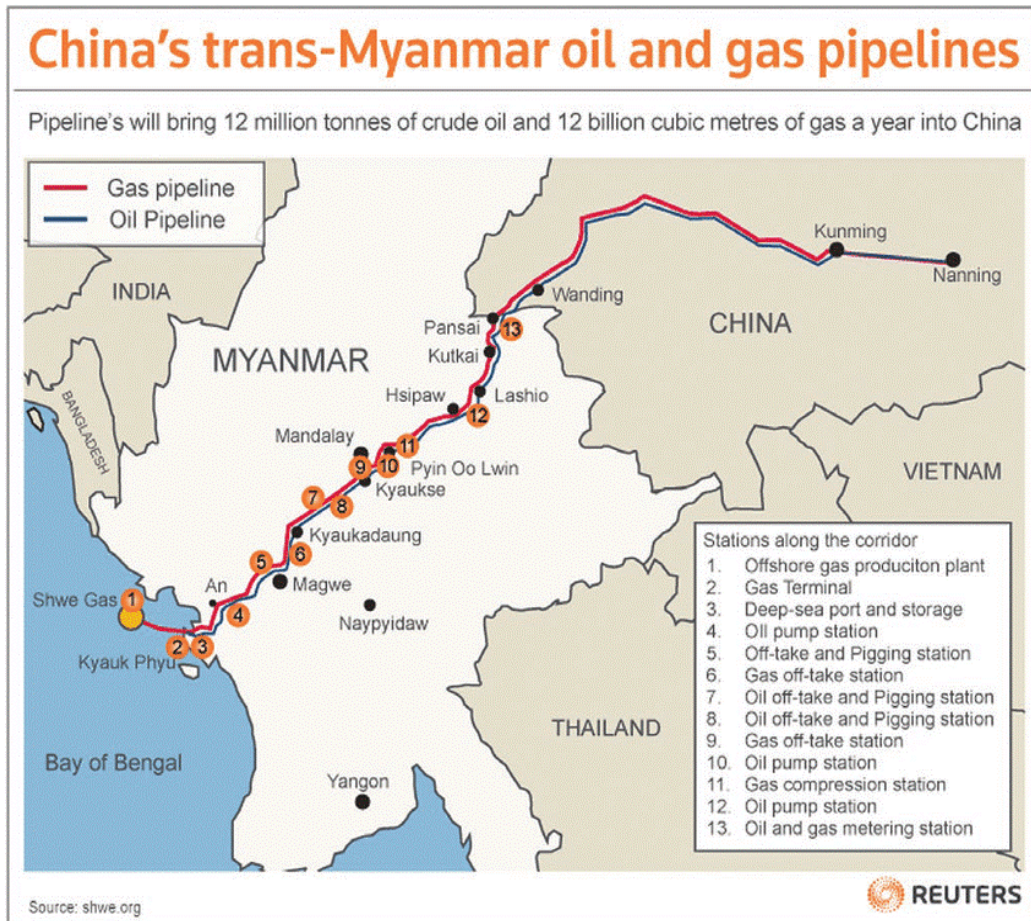
Em janeiro de 2017, a China investiu US\$18,53 bilhões em Myanmar (AHMED, 2018). Um gasoduto transnacional desenvolvido pela China National Petroleum Corporation (CNPC) que conecta Sittwe, capital de Rakhine, a Kunming começou a operar em setembro de 2013 como parte de iniciativas de desenvolvimento. É óbvio que estão sendo feitos esforços para transportar petróleo e gás de Myanmar do campo de gás Shwe para Guangzhou, China (WEBB, 2017).

Espera-se que um oleoduto paralelo transmita petróleo do oriente médio do porto de Kyaukphyu para a China. O gasoduto foi concluído em 2014 e transporta mais de 12 bilhões de metros cúbicos de gás natural para a China a cada ano. O oleoduto, por outro lado, torna mais fácil para a China adquirir petróleo do Oriente Médio e da África, além de reduzir o tempo necessário para transportar esse petróleo em até 30%. O oleoduto Shwe, em particular, é crucial para os objetivos geopolíticos chineses. 80% do petróleo importado da China passa pelo congestionado Estreito de Malaca e pelo disputado Mar do Sul da China, que a Marinha dos EUA pode bloquear se a guerra eclodir entre os dois países (WEBB, 2017).

Esses oleodutos causam conflitos locais devido à apropriação de terras, compensação inadequada por danos, deterioração ambiental e um influxo de funcionários estrangeiros, em vez de perspectivas de emprego locais aprimoradas. Myanmar tem um incentivo econômico para limpar terras para mais projetos de desenvolvimento. Isso impulsiona a economia já em crescimento do país. Toda essa manobra ocorre no contexto da geopolítica (FORINO; MEDING; JOHNSON, 2017). Acredita-se que essa tendência tenha levado os militares de Myanmar a perseguir os Rohingya, apesar do fato de que se tende a justificar ataques periódicos de grupos insurgentes locais por suas atrocidades (WEBB, 2017).

A China vem fortalecendo sua cooperação naval com Myanmar ao longo dos anos, fornecendo a Myanmar armas e equipamentos militares, incluindo mísseis, aviões de combate, radares e navios de guerra, além de treinamento para suas forças aéreas e navais (CHEYANG, 2010). Usando um sistema de troca, a China doou armas militares no valor de US\$2 bilhões. As bases navais de Myanmar em Hanggyi, as Ilhas Coco, Akyab e Margui também se beneficiaram da assistência Chinesa (KARIM, 2021).

Mapa 2 – Projeto China-Myanmar de Oleoduto de Petróleo e Gás Natural



Fonte: Adaptado de Shwe Gas Movement apud Meyer (2015).

5.2 Geopolítica da Índia

A “Política do Leste” da Índia visa melhorar a conectividade e o acesso ao mercado no Sudeste Asiático, e a colaboração com Myanmar é crucial. Como resultado, a proeminência de Myanmar como parceiro geopolítico e geoeconômico cresceu (KANWAL, 2010). A política indiana na região do Sul da Ásia é agressiva para estabelecer um espaço geopolítico e criar uma barreira aos avanços chineses. Muitos observadores acreditam que a Índia seguirá sua “zona de paz Hindu-Budista” no sul da Ásia para equilibrar o eixo Paquistão-China. O primeiro-ministro Modi visitou Myanmar logo após o genocídio em setembro de 2017 para combater a influência chinesa no país. A Índia foi influenciada pela geopolítica para se abster de condenar as atrocidades de Myanmar (AHMED, 2018).

O governo do BJP (Partido do Povo Indiano) provocou um fervor ultranacionalista – Hindu-fundamentalista – para tornar a Índia completamente hinducêntrica. O destino dos muçulmanos Rohingya será afetado por essa tendência. Isso foi demonstrado com a ameaça de expulsar 40.000 refugiados Rohingya quando buscavam asilo na Índia. Esses Rohingyas foram rotulados como “imigrantes ilegais” e uma “ameaça à segurança nacional” pelo Ministério de Assuntos Internos da Índia. O diretor da Human Rights Watch no sul da Ásia, Meenakshi Ganguli, observa que a Índia vê os Rohingyas “através de uma lente singular - que eles são muçulmanos” (KAMDAR, 2018, n. p.).

A Índia tem investimentos significativos nas regiões costeiras adjacentes a Sittwe, a fim de ganhar uma base mais forte nos estados do nordeste da Índia. Com isso, a Índia terá mais controle sobre a Baía de Bengala do Sul (HASAN, 2019). As ilhas Andaman Nicobar, na Baía de Bengala, que controla as atividades na passagem ocidental para o Estreito de Malaca, são então unidas com a única guarnição de forças combinadas da Índia.

Índia e Myanmar estão trabalhando para construir uma rodovia de 1.640 quilômetros que ligará a Índia a Myanmar e Tailândia. A Índia se refere a ela como sua porta de entrada do Sudeste Asiático e uma resposta à iniciativa Um Cinturão, Uma Rota (One-Belt-One-Road) da China (BRI) (KARIM, 2021). Em meados de 2017, a Índia havia fornecido a Myanmar cerca de US\$ 1,75 bilhão em subsídios e créditos. No estado de Rakhine, a Índia, construiu a estação de energia Sittwe. O projeto rodoviário de 109 quilômetros, que faz parte do projeto Multimodal Kaladan de US\$484 milhões, conecta o terminal fluvial de Palewa a Zorinpui, na fronteira de Mizoram, em Myanmar (AHMED, 2018).

O direito de construir, operar e utilizar um hub offshore para o uso de gás em Myanmar foi concedido à Índia. A ligação será construída entre Mizoram na Índia, e Sittwe em Myanmar. Permite que os estados do nordeste da Índia tenham acesso direto ao comércio exterior. Isso também ajudará a aumentar o comércio bilateral (KUPPUSWAMY, 2008).

A cooperação em operações de contrainsurgência com Myanmar é crucial em áreas de relevância estratégica. Os militantes que lutam nos estados do nordeste da Índia têm laços étnicos com Myanmar do outro lado da fronteira. Por um longo período, operações de contrainsurgência conjunta foram realizadas. Em 2008, os países assinaram um Memorando de Entendimento sobre Cooperação de Inteligência, permitindo-lhes compartilhar inteligência “acionável” em tempo real para combater melhor os militantes na região fronteiriça (KARIM, 2021).

5.3 A Grande Estratégia dos EUA

A grande estratégia dos EUA parece ter como objetivo distorcer ou atrasar a infraestrutura liderada pela China e os projetos marítimos na região da Baía de Bengala e do Oceano Índico. A crise Rohingya tinha o potencial de minar o oleoduto, que vai de Myanmar à China. Impedir a construção desta tubulação seria extremamente benéfico para os EUA (KARIM, 2021).

Os EUA estão preocupados que seus esforços para restaurar os direitos humanos prejudiquem Aung San Suu Kyi, que é essencialmente um produto do Ocidente. A NLD (Liga Nacional pela Democracia) e seu líder “não podem viver em Myanmar sem a ajuda dos Estados Unidos e da comunidade internacional”, de acordo com um documento publicado pelo Conselho de Relações Exteriores (CFR) em 2003 intitulado “Birmânia: tempo para a mudança”. Entre 2012 e 2014, os EUA deram a Myanmar US\$ 375 milhões para criar “instituições democráticas” e impulsionar o “desenvolvimento econômico”, a fim de abrir caminho para um novo estilo de administração (WEBB, 2017).

Em relação ao problema dos Rohingya, os EUA estão jogando os dois lados da moeda. Por um lado, a Arábia Saudita, um parceiro próximo, está patrocinando e financiando a rebelião. Os EUA, por outro lado, estão buscando uma colaboração militar mais estreita com Myanmar para derrotar a rebelião que ajudou a criar. Como parte da “Política de contenção da China” regional da América, é vital. A ex-secretária de Estado Hillary Clinton declarou este plano em 2013: “Vamos cercar a China com defesa antimísseis. “Como parte da Política de “Pivô para a Ásia” de Obama em 2011, esse plano resultou em um grande aumento nas vendas militares dos EUA para vizinhos da China, como Myanmar. A construção do oleoduto Shwe para a China deve preocupar a América porque removerá permanentemente a capacidade dos EUA de impedir 80% do suprimento de petróleo da China (WEBB, 2017).

Tanto a Índia quanto os EUA têm realizado exercícios bilaterais regulares em Malabar na Baía de Bengala. Os militares dos EUA também cooperaram com as forças armadas de Myanmar, com Myanmar participando do exercício militar anual Tailandês-Americano. Isso, no entanto, cria preocupações de que os encontros militares entre os dois exércitos possam se tornar mais intensos. O foco muda para o fortalecimento das relações de Myanmar com o Ocidente, particularmente com os Estados Unidos, bem como as ramificações para a China e a Índia (STEINBERG, 2013).

6 Dificuldades de repatriação

6.1 Análise Central das Dificuldades de Repatriação

Já se passaram mais de quatro anos do influxo de Rohingyas para Bangladesh. Apesar de vários esforços bilaterais e diplomáticos, nem um único Rohingya voltou a Myanmar até hoje. Para entender as causas básicas do por quê a repatriação não poderia ser possível, precisamos entender a história e a cultura de Myanmar. No meu estudo, a menos que as causas fundamentais sejam abordadas, o repatriamento Rohingya está longe da realidade. Para entender os principais problemas, abaixo estão as principais causas para o fracasso do repatriamento Rohingya:

6.1.1 *Apatridia Rohingya*

Em 1982, a Lei de Cidadania de Myanmar negou formalmente os direitos de cidadania Rohingya. Para se tornar um cidadão, os ancestrais de uma pessoa tinham que ser membros de uma raça ou grupo nacional que existia em Myanmar antes da ocupação britânica em 1823. Os Rohingya ainda eram considerados imigrantes ilegais que foram trazidos por colonos britânicos. Os Rohingya são agora o maior povo “apátrida” do mundo. Por não terem direito a qualquer proteção legal do governo devido à sua “apátrida” ou falta de cidadania, eles são mais vulneráveis. Eles são negados direitos essenciais, como acesso a cuidados de saúde, educação e emprego. A situação dos Rohingya não será resolvida a menos que o governo de Myanmar altere as leis de cidadania, o que é altamente improvável (ABDELKADER, 2017).

6.1.2 *As Raízes Incompreendidas Da Crise Rohingya*

Embora várias organizações humanitárias e países ocidentais vejam os Rohingya como a minoria mais oprimida do mundo, o governo de Myanmar e a grande maioria de seus cidadãos veem um grupo estrangeiro com uma ambição separatista alimentada pelo Islã e financiada pelo exterior.

A crise dos Rohingya será incrivelmente difícil de resolver devido a essa disparidade de perspectiva. O termo “Rohingya” é extremamente espinhoso para as autoridades de Myanmar. Isso ocorre porque, se o governo reconhecer os muçulmanos de Rakhine como parte do grupo étnico Rohingya, os muçulmanos receberiam autonomia dentro do país sob a lei de cidadania de 1982 — ironicamente, o mesmo estatuto que privou os Rohingya de sua cidadania. E aí está o cerne do problema. Os birmaneses estão preocupados que uma área autônoma Rohingya ao longo da fronteira de Bangladesh possa invadir o território de Rakhine. Os militares birmaneses, que reprimiram os civis Rohingya, consideram isso uma ameaça. Isso pode parecer absurdo em um país onde os muçulmanos representam apenas 4% da população, mas muitos birmaneses argumentam como resultado da presença crescente do Arakan Revolutionary Salvation Army em Rakhine e arredores (CALAMUR, 2017).

6.1.3 *Geopolítica da China, Índia e EUA*

Nessa região, a China tem essencialmente dois objetivos. O primeiro é importar o gás natural de Myanmar. O segundo objetivo é encurtar a rota para petroleiros e navios de carga que navegam do Oriente Médio e além. Em vez de passar pelo congestionado e estrategicamente importante Estreito de Malaca e fazer um longo desvio pelo Sudeste Asiático, esses petroleiros podem descarregar em Myanmar. Myanmar recebeu um investimento de US\$ 18,53 bilhões da China em janeiro de 2017 (AHMED, 2018).

A Índia também fez investimentos significativos nas regiões costeiras ao redor de Sittwe, a fim de ganhar uma posição mais forte nos estados do nordeste da Índia. Com uma base mais forte em Sittwe, a Índia terá mais controle sobre a Baía de Bengala do Sul (Hasan 2019). A Índia se refere a ela como sua porta de entrada do Sudeste Asiático e uma resposta à iniciativa Um Cinturão, Uma Rota da China (BRI) (AHMED, 2018).

A grande estratégia dos EUA parece ter como objetivo distorcer ou atrasar a infraestrutura liderada pela China e os projetos marítimos na região da Baía de Bengala e do Oceano Índico, como parte do BRI (WEBB, 2017). As atuais intervenções corporativas da China e da Índia, bem como a relevância geopolítica dos EUA na região, desempenham papéis cruciais na resolução da situação Rohingya. A etnia não é a única razão para o influxo.

6.1.4 Consentimento Informado Dos Rohingya Para Um Retorno Seguro A Myanmar

Ambos os governos concordaram em repatriar vários milhares de refugiados no final de 2019, no entanto, nenhum dos refugiados dos grupos selecionados queria retornar a Myanmar. Os líderes Rohingya afirmaram que não retornarão até que seus direitos de cidadania sejam garantidos. Enquanto isso, a ONU criticou os planos de repatriação, alegando que os Rohingya ainda estão em perigo em Myanmar. “Por mais sombria que seja a situação para os refugiados Rohingya em Bangladesh, suas perspectivas de volta a Myanmar são ainda piores”, argumenta Joshua Kurlantzick, do CFR (apud ALBERT; MAIZLAND, 2020, n.p.).

6.1.5 O Papel sa ASEAN

Os dez membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) não coordenaram uma resposta à escalada da situação. A Convenção de Refugiados da ONU e seu protocolo ainda não foram ratificados por todos os países da ASEAN. Por causa do compromisso de seus membros com o princípio de não interferência nos assuntos internos uns dos outros, a ASEAN tem sido bastante silenciosa sobre a situação dos Rohingya e o crescente número de requerentes de asilo nos países-membros. “Eles não vão realizar uma ação coletiva em Myanmar, tendo Myanmar como um de seus membros”, diz Kurlantzick (apud ALBERT; MAIZLAND, 2020, n.p.).

6.1.6 O Papel da Rússia, China e Índia em Resolver a Crise

Myanmar e os principais líderes militares devem enfrentar um embargo de armas e outras sanções, de acordo com a equipe de apuração de fatos da ONU. No entanto, certos membros do Conselho de segurança, como a Rússia e a China, resistiram ao aumento da pressão sobre o governo de Myanmar, alegando que este está tentando restaurar a estabilidade (ALBERT; MAIZLAND, 2020).

6.1.7 Pós Golpe Militar Em Myanmar

Os militares de Myanmar tomaram o poder depois de deter a líder de-facto Aung San Suu Kyi em um golpe militar em 1º de fevereiro de 2021. O governo anunciou um estado de emergência de um ano. O golpe ocorre depois que a Liga Nacional pela Democracia obteve uma enorme vitória eleitoral em novembro de 2020. Khin Maung, o Líder da Associação de Jovens Rohingya, disse à Agência Anadolu: “A repatriação já era incerta, agora foi destruída, isso terá um impacto significativo em nosso retorno seguro à nossa terra natal”. “A ONU deve agir contra os militares de Myanmar”, disse Mayyu Khan, outro Rohingya no acampamento Ukhia em Cox’s Bazaar (KAMRUZZAMAN, 2021, n.p.).

6.1.8 A Ajuda Externa É Uma Barreira Para O Repatriamento

Trabalhadores de ONGs e elites locais, que lucram economicamente, não querem uma repatriação bem-sucedida; seus padrões de vida são mais altos do que em Myanmar, e a ajuda externa é indiretamente culpada pela repatriação (MUHIUDDIN, 2019).

7 Conclusão

Já se passaram mais de quatro anos desde que uma campanha de violência liderada pelo Estado levou centenas de milhares de muçulmanos Rohingya de Myanmar para Bangladesh, resultando em uma crise humanitária maciça. Aqueles que fugiram da perseguição cruzaram em massa para Cox’s Bazar, uma zona de Turismo costeira de Bangladesh. A crise dos refugiados Rohingya teve um impacto significativo nos meios de subsistência das comunidades anfitriãs, particularmente em Cox’s Bazar. O influxo colocou uma tremenda pressão sobre a sociedade anfitriã, que é agravada pelo fato de que essas áreas de Bangladesh já estavam lidando com questões significativas devido à infraestrutura relativamente subdesenvolvida. As mudanças de preços e a queda no salário diário dos trabalhadores tiveram um impacto particularmente negativo na comunidade anfitriã. Também houve graves consequências negativas para os serviços públicos e o meio ambiente.

Nos dois subdistritos mais afetados (Teknaf e Ukhiya), a condição socioeconômica está mudando. Ajustes de preços e aumentos salariais, em particular, e seu impacto, são questões-chave. O meio ambiente sofre efeitos significativos das chegadas de refugiados. Em algumas situações, esses efeitos podem representar uma ameaça substancial à saúde individual. É impossível destacar a importância de garantir uma boa prestação de serviços públicos e um aumento das medidas de proteção social, especialmente nas zonas mais afetadas dos distritos de Cox’s Bazar e Bandarban.

Myanmar é um dos países mais diversos do mundo, com o governo reconhecendo oficialmente 135 grupos étnicos, exceto os Rohingya. A Lei de Cidadania de 1982 negou a cidadania dos muçulmanos Rohingya. A privação e as violações dos Direitos Humanos há muito fazem parte da experiência Rohingya, o que levou ao primeiro êxodo de Rohingyas para Bangladesh em 1977. Em 1991-1992, 2012, e o influxo foi retomado. As piores atrocidades contra os Rohingyas, que resultaram na fuga de um milhão deles do país, ocorreram em agosto de 2017.

A China, a Índia e os EUA têm interesses geopolíticos significativos nesta região. A China está interessada no gás e no petróleo de Myanmar, assim, os oleodutos que ligam um porto de águas profundas já foram concluídos. A China está empenhada em conectar a Baía de Bengala, a fim de evitar o Estreito de Malaca, estrategicamente crucial, através do qual a maioria dos recursos energéticos do país agora transita. A Política de “Colar de Pérolas” é usada para avaliar a direção da China no Oceano Índico (estratégia de dois oceanos). Myanmar, Bangladesh e Sri Lanka são vistos como “pérolas” na estratégia chinesa sob este paradigma. A Índia está avançando progressivamente com sua contra-estratégia contra o “Colar de Pérolas” no Oceano Índico. A Índia tem um grande objetivo estratégico de colocar em prática sua “Política do Leste” mais forte. Os EUA estão jogando ambos os lados na crise Rohingya. Do outro lado, os EUA estão buscando laços militares mais estreitos com Myanmar, a fim de derrotar a insurgência que ajudou a criar. Este é um incrível quebra-cabeça e jogo geopolítico.

Por mais de quatro décadas, Bangladesh serviu como um porto seguro para os muçulmanos Rohingya. Apesar dos esforços bilaterais e diplomáticos do governo de Bangladesh, nenhum Rohingya foi repatriado para Myanmar. Existem inúmeros obstáculos para o repatriamento a longo prazo. Os grupos internacionais e regionais devem estar dispostos a trabalhar juntos para desenvolver um plano prático que aborde os principais problemas. A ONU e outras organizações internacionais devem ser mais assertivas ao pressionar Myanmar a iniciar o processo de repatriação o mais cedo possível.

Referências

ABDELKADER, E. The history of the persecution of Myanmar's Rohingya. **The Conversation**, Waltham, MA, Sep 20, 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/the-history-of-the-persecution-of-myanmars-rohingya-84040>. Acessado em: Nov 27, 2021.

AHMED, K. U. The geo-politics of Rohingya crisis. **The Financial Express**, Dhaka, June 2018. Disponível em: <https://thefinancialexpress.com.bd/views/views/the-geo-politics-of-rohingya-crisis-1528297511>. Acessado em: Nov 26, 2021.

ALBERT, E.; MAIZLAND, L. The Rohingya crisis. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. New York: CFR, Jan 23, 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>. Acessado em: Nov 27, 2021.

ANTUNES, S.; CAMISÃO, I. introducing realism in international relations theory. **E-International Relations**, [London], Feb 27, 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/02/27/introducing-realism-in-international-relations-theory/>. Acessado em: Nov. 2021.

ASRAR, S. Rohingya crisis explained in maps. **Aljazeera**, [Doha, Qatar], Oct 28, 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/10/28/rohingya-crisis-explained-in-maps>. Acessado em: Nov 27, 2021.

BANGLADESH BUREAU OF STATISTICS. **District statistics 2011**: Cox's Bazar. [S. l.]: Bangladesh Bureau of Statistics; Statistics and Informatics Division, 2013.

CALAMUR, K. The misunderstood roots of Burma's Rohingya crisis. **The Atlantic**, [Boston], Sep 25, 2017. Available: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/09/rohingyas-burma/540513/>. Acessado em: Nov. 26, 2021.

CHENYANG, L. **China's policies towards Myanmar**: in Myanmar: prospect. [S. l.: s. n.], 2010.

FORINO, G.; MEDING, J. von; JOHNSON, T. Religion is not the only reason Rohingyas are being forced out of Myanmar. **The Conversation**, Waltham, MA, Sep 11, 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/religion-is-not-the-only-reason-rohingyas-are-being-forced-out-of-myanmar-83726>. Acessado em: Nov 27, 2021.

HASAN, M. Will the Rohingyas ever return to Myanmar?. **The Daily Star**, [Dhaka], May 24, 2019. Disponível em: <https://www.thedailystar.net/opinion/bystander/news/will-the-rohingyas-ever-return-myanmar-1747933>. Acessado em: Nov 27, 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES. **The legal framework for migrants and refugees: an introduction for Red Cross and Red Crescent staff and volunteers.** Geneva: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, 2017. Disponível em: <https://www.rcrc-resilience-southeastasia.org/wp-content/uploads/2018/07/The-legal-framework-for-migrants-and-refugees-Dec-2017-V3.pdf>. Acessado em: Nov 26, 2021.

ISCG. **Situation Report Rohingya Refugee Crisis: Cox's Bazar.** Cox's Bazar: Inter Sector Coordination Group, Sep 27, 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/iscg_situation_report_27_sept_2018.pdf. Acessado em: Nov 27, 2021.

KAMDAR, B. Indian Refugee Policy and the Rohingyas. **The Diplomat**, Arlington, VA, Oct 4, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/10/indian-refugee-policy-and-the-rohingyas/>. Acessado em: Nov 27, 2021.

KAMRUZZAMAN, M. Future of Rohingya repatriation talks hangs in balance. **Anadolu Agency**, Ankara, Turkey, Feb 1, 2021, Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/future-of-rohingya-repatriation-talks-hangs-in-balance/2129774>. Acessado em: Nov 26, 2021.

KANTHAN, C. Rohingya Genocide links to corporatism, geopolitics and wahhabism. **Daily News**, [Sri Lanka], Sep 13, 2017. Disponível em: <http://www.dailynews.lk/2017/09/13/features/128055/rohingya-genocide-links-corporatism-geopolitics-and-wahhabism>. Acessado em: Nov 26, 2021.

KANWAL, G. A strategic perspective on India-Myanmar relations. In: RIEFFEL, A. (ed.). **Myanmar/Burma: inside challenges, outside interests.** Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2010.

KARIM, M. A. Ethnicity and geopolitics of Rohingya crisis. In: RATUVA, S.; HASSAN, H. A.; COMPEL, R. (ed.). **Risks, identity and conflict: theoretical perspectives and case studies.** [London]: Palgrave Macmillan, 2021. p. 109-130.

KUPPUSWAMY, C. S. Indo-Myanmar relations: visit of Senior General Maung Aye. **IntelliBriefs**, [s. l.]. Apr 9, 2008. Disponível em: <http://intellibriefs.blogspot.com/2008/04/indo-myanmar-relations-visit-of-senior.html>. Acessado em: Nov 26, 2021.

LI, C.; LYE, L. F. China's Policies towards Myanmar: a successful model for dealing with the Myanmar issue?. **China: an International Journal**, Singapore, v. 7, n. 2, p. 255-287, 2009. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S0219747209000351>. Acessado em: Nov 27, 2021.

MEYER, E. With oil and gas pipelines, China takes a short cut through Myanmar. **Forbes Asia**, [Singapore], Feb 9, 2015. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ericmeyer/2015/02/09/oil-and-gas-china-takes-a-shortcut/?sh=7103061f7aff>. Acessado em: Nov 27, 2021.

MOHAMMAD, N. Refugee protection under the Constitution of Bangladesh: a brief overview. **Refugee Watch**, Kolkata, v. 39, p. 141-156, 2012. Disponível em: http://www.mcrg.ac.in/rw%20files/RW39_40/12.pdf. Acessado em: Nov 27, 2021.

MOHDIN, A. A brief history of the word “Rohingya” at the heart of a humanitarian crisis. **Quartz**, [s. l.], Oct 2, 2017. Disponível em: <https://qz.com/1092313/a-brief-history-of-the-word-rohingya-at-the-heart-of-a-humanitarian-crisis/>. Acessado em: Nov 26, 2021.

ROSENBERG, M. Push-Pull factors in immigration. **ThoughtCo**, New York, Feb 11, 2020. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/push-pull-factors-1434837>. Acessado em: Nov 27, 2021.

MUHIUDDIN, K. Foreign aid is a hindrance to Rohingya repatriation. **DW Made for Minds**, Bonn, Germany, Aug 25, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/opinion-foreign-aid-is-a-hindrance-to-rohingya-repatriation/a-50157682>. Acessado em: Nov 27, 2021.

SAMARANAYAKE, N. **The Long Littoral Project**: Bay of Bengal: a maritime perspective on indo-pacific security. Alexandria, VA: CNA Analysis and Solution, Sep 2012. IRP-2012-U-002319-Final. Disponível em: https://www.cna.org/CNA_files/PDF/IRP-2012-U-002319-Final.pdf. Acessado em: Nov 2021.

STEINBERG, D. I. Myanmar sits on the corner of an international triangle. **Global Times**, Beijing, Dec 9, 2013. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/201312/831037.shtml>. Acessado em: Nov 27, 2021.

UNDP. **Impacts of the Rohingya refugee influx on host communities**. Dhaka: United Nations Development Programme, Nov 2018. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Impacts%20of%20the%20Rohingya%20Refugee%20Influx%20on%20Host%20Communities.pdf>. Acessado em: Nov 27, 2018.

UNHCR. **An introduction to international protection**: protecting persons of concern to UNHCR: self-study module 1. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees, 2005. Disponível em: <https://www.unhcr.org/3ae6bd5a0.pdf>. Acessado em: Nov 27, 2021.

UNHCR. Emergencies. **Rohingya emergency**. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/rohingya-emergency.html>. Acessado em: Nov 21, 2021.

WEBB, W. Oil, gas, geopolitics guide us hand in playing the Rohingya crisis. **MintPress News**, Minneapolis, Sep 20, 2017. Disponível em: <https://www.mintpressnews.com/oil-gas-geopolitics-us-rohingya-crisis/232145/>. Acessado em: Nov 27, 2021.

ZHENDONG, P. China-Myanmar oil and gas pipelines to lower energy costs. **China Daily**, Guizhou, June 6, 2013. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/m/guizhou/2013-06/06/content_16590423.htm. Acessado em: Nov 26, 2021.



Como a política e a estratégia de segurança nacional podem lidar com a insegurança da alocação e utilização de recursos ambientais na Nigéria

How the national security policy and strategy can address insecurity from environmental resource allocation and utilisation in Nigeria

Resumo: O nível de insegurança na Nigéria aumentou constantemente durante a última década, com muitos dos conflitos relacionados à alocação, utilização e gestão de recursos ambientais. Problemas como o encolhimento do Lago Chade e sua degradação resultante da subsistência econômica, se uniram com o recrutamento de pessoas empobrecidas por grupos extremistas religiosos para criar a crise do Boko Haram no Nordeste da Nigéria. Essas crises passaram a envolver o uso de armas e se transformaram em violência interétnica generalizada, sequestros e crime organizado. Observando o aumento desses conflitos ambientais, esta pesquisa busca investigar como as políticas/estratégias de segurança nacional podem abordar a alocação, utilização e gestão de recursos, com o objetivo de prevenir tais conflitos na Nigéria. O artigo adotará uma abordagem de estudo de caso comparando a situação nigeriana com a do Brasil, que é semelhante à Nigéria em desigualdade de renda, disparidade demográfica, dotação de recursos e conflitos decorrentes desses fatores. O documento concluirá que a atual Política e Estratégia de Segurança Nacional da Nigéria deve colocar disposições específicas que melhorem a alocação, utilização e gestão de recursos ambientais, como é feito no Brasil.

Palavras-chave: Conflitos. Meio Ambiente. Recursos. Política. Estudo de Caso

Abstract: The level of insecurity in Nigeria has steadily increased during the last decade, with many of the conflicts related to environmental resource allocation, utilisation and management. Problems such as the shrinking of the Lake Chad and its resultant degradation of economic livelihood, have coalesced with the recruitment of impoverished persons by religious extremist groups to create the Boko Haram crisis in the North East. These crises have come to involve the use of arms and have snowballed into widespread inter-ethnic violence, kidnappings and organised crime. Noting the rise in these environmental conflicts, this research seeks to investigate how the national security policies/strategy can address resource allocation, utilisation and management, with a view to preventing such conflicts in Nigeria. The paper will adopt a case study approach by comparing the Nigerian situation with Brazil, which is similar to Nigeria in income inequality, demographic disparity, resource endowment and conflicts arising from these factors. The paper will conclude that the current Nigerian National Security Policy and Strategy must enplace specific provisions that improve the allocation, utilisation and management of environmental resources as is done in Brazil

Keywords: Conflicts. Environment. Resources. Policy. Case Study.

Al-Amin Ado Ibrahim 

Nigeria Army.
Abuja, Nigeria.

leopanthero@mac.com

Recebido: 08 nov. 2021

Aprovado: 30 nov. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

A crescente onda de conflitos internos que surgiram desde o fim da Guerra Fria levou a uma ênfase na reforma dos sistemas de segurança nacional nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. A prevalência desses desafios de segurança em todo o mundo exigiu a necessidade de políticas de segurança e reformas estratégicas que evitem conflitos decorrentes da utilização e gerenciamento de recursos. Na África, por exemplo, o alto nível de pobreza e desigualdade social para a vasta população do continente, se metamorfoseou principalmente em conflitos intratáveis como crise etno-religiosa, agitação pelo controle de recursos, conflitos de pastores-agricultores e atividades terroristas.

A conexão entre o meio ambiente e a capacidade ou incapacidade do homem de explorá-lo a seu favor levou a contradições e interesses conflitantes, resultando em agitação, principalmente no mundo subdesenvolvido. Por mais de uma década, a Nigéria continuou a testemunhar um tremendo revés em seu desenvolvimento socioeconômico alimentado por crise etno-religiosa, conflitos do Delta do Níger, conflitos de pastores-agricultores, cibercriminosos, banditismo armado e a insurgência do Boko Haram. No Nordeste, o terrorismo doméstico e o banditismo organizado devastaram o país na última década. O conflito entre pastores e agricultores locais nos Estados de Benue, Nassarawa, Kaduna, Katsina e Plateau deve-se principalmente à diminuição das áreas de pastagem e ao aumento da demanda de carne pela população crescente. Nos estados de Borno, Yobe e Adamawa, a insurgência do Boko Haram tem prevalecido, ocasionalmente se espalhando para os estados do Níger e Kogi. As crises de Jos e Kaduna que persistiram podem ser atribuídas a clivagens étnicas e indígenas que se manifestam em disputas de terras e fronteiras. Além disso, grandes porções do Noroeste, Centro e Sudeste do país testemunharam ocorrências crescentes de banditismo rural e sequestro.

De acordo com Salawu (2010), as remotas razões socioculturais, políticas e econômicas que impulsionam o uso da força ilegal e da violência na Nigéria incluem a negligência, a opressão, a dominação, a exploração, a vitimização, a discriminação, a marginalização, o nepotismo e a intolerância do governo. Kwaja (2009) também identifica a fragilidade das instituições do estado em termos de sua capacidade e habilidade de gerenciar a diversidade, corrupção e má governança, aumento da desigualdade entre ricos e pobres, violação grave dos Direitos Humanos, degradação ambiental, contestações sobre a terra, luta pelo controle de recursos e distribuição desigual de recursos, como as causas subjacentes de conflitos violentos na Nigéria.

Ao contrário da Nigéria, não existem grupos terroristas conhecidos no Brasil. No entanto, o crime organizado, o tráfico de drogas e os crimes ambientais representam ameaças significativas à segurança do estado, particularmente à polícia. De acordo com o Brazil Country Report (2021):

[...] a principal ameaça vem de organizações de narcotráfico, e do crime organizado, particularmente gangues sediadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, que têm alcance nacional. Eles controlam o contrabando de drogas e armas; sua prontidão para envolver a polícia em confrontos armados representa o risco de morte colateral ou ferimentos para os visitantes. O Brasil é um país de trânsito de drogas e um grande consumidor

de drogas. Fronteiras remotas e escassamente povoadas facilitam a mineração ilegal de ouro, o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas, especialmente ao longo da fronteira com o Paraguai e a região amazônica. Por outro lado, uma forma de crime organizado prevalecente no Brasil, deve-se à exploração dos recursos ambientais. O desmatamento é um grande desafio enfrentado devido às atividades econômicas de pecuaristas, garimpeiros, madeireiros e agricultores. A implicação do desmatamento na Amazônia brasileira é que ele destrói os serviços ambientais que são importantes para o mundo inteiro, e especialmente para o próprio Brasil (FEARNSIDE, 2017).

Londoño, Andreoni e Casado (2020) observaram que a Pandemia COVID-19 também levou a um aumento no desmatamento no Brasil porque o governo está preocupado com a pandemia global, enquanto atividades ilegais não controladas ocorreram. De acordo com Mueller et al. (1994), a Amazônia brasileira é mais conhecida por problemas associados ao desmatamento e às mudanças ambientais. O conflito de terras não é novidade para o Brasil e acompanhou o processo de expansão da fronteira que começou há mais de 500 anos com a colonização portuguesa.

No entanto, tanto a pobreza quanto a falta de terra persistiram apesar das políticas de desenvolvimento que distribuíram bilhões de dólares em construção de rodovias, empréstimos e subsídios definitivos (HALL, 2000). O conflito na Amazônia é multifacetado e envolve vários atores (por exemplo, alguns indígenas, garimpeiros, madeireiros, pecuaristas e pequenos agricultores). O Brasil é um país economicamente e socialmente heterogêneo, com um complexo quadro de governança federal e uma constituição que reconhece o direito do povo a um ambiente ecologicamente equilibrado. Isso torna a implementação de políticas e programas ambientais no terreno um desafio. A rigidez dos requisitos ambientais e o nível de conformidade variam substancialmente entre as jurisdições, refletindo as prioridades locais e as restrições de capacidade.

O artigo, portanto, examina como as políticas e estratégias de segurança podem abordar a insegurança decorrente da alocação, utilização e gestão de recursos ambientais na Nigéria, usando o Brasil como um estudo de caso. O artigo é dividido em sete subtítulos que incluem a introdução; referencial teórico e conceitual; desafios de segurança e política de segurança nacional na Nigéria e no Brasil; abordando a insegurança da alocação, utilização e gerenciamento de recursos ambientais; e conclusão.

O artigo procurará abordar as seguintes questões de pesquisa:

- i. Quais são as causas ambientais da insegurança na Nigéria e no Brasil?
- ii. Qual é onexo entre alocação/utilização de recursos ambientais e insegurança na Nigéria e no Brasil?
- iii. Como a política de segurança moldou ou mitigou os desafios de segurança na Nigéria e no Brasil?
- iv. Qual política de segurança nacional pode ser adotada para enfrentar a insegurança ambiental na Nigéria, tomando exemplos do Brasil.

O objetivo geral do estudo é verificar como a política pode abordar a insegurança causada pela alocação, utilização e gestão de recursos ambientais; usando uma análise comparativa da Nigéria e do Brasil. Os objetivos específicos são examinar as causas ambientais da insegurança na Nigéria e no Brasil; avaliar o impacto das políticas de segurança na mitigação dos desafios de segurança nos dois países; e articular políticas de segurança específicas que possam abordar a insegurança ambiental na Nigéria, usando o Brasil como um estudo de caso.

2 Referencial Teórico e Conceitual

A relação causal entre a escassez ambiental – a insuficiência de recursos renováveis – e a eclosão de conflitos violentos é complexa. A escassez ambiental surge dentro de um contexto político, social, econômico e ecológico e interage com muitos desses fatores contextuais para contribuir com a violência (HOMER-DIXON; PERCIVAL, 1998). A teoria da escassez ambiental de Homer-Dixon tenta uma relação analítica entre fatores ambientais e conflitos na sociedade humana. Escassez de recursos renováveis (também conhecido como *escassez ambiental*) pode contribuir para a violência civil, incluindo insurgências e confrontos étnicos" (HOMER-DIXON, 1999).

Os fatores contextuais incluem a quantidade e a vulnerabilidade dos recursos ambientais, o equilíbrio do poder político, a natureza do Estado, os padrões de interação social e a estrutura das relações econômicas entre os grupos sociais. Esses fatores afetam a forma como os recursos serão utilizados, o impacto social da escassez ambiental, as queixas decorrentes dessa escassez e se as queixas contribuirão para a violência. Existem três tipos de escassez ambiental: (1) escassez induzida pela oferta, causada pela degradação e esgotamento de um recurso ambiental; por exemplo, a erosão da terra de cultivo; (2) escassez induzida pela demanda resultante do crescimento populacional dentro de uma região ou aumento do consumo per capita de um recurso; qualquer um dos quais aumenta a demanda pelo recurso; (3) escassez estrutural decorrente de uma distribuição social desigual de um recurso que o concentra nas mãos de relativamente poucas pessoas, enquanto a população restante sofre de escassez grave (HOMER-DIXON; PERCIVAL, 1998).

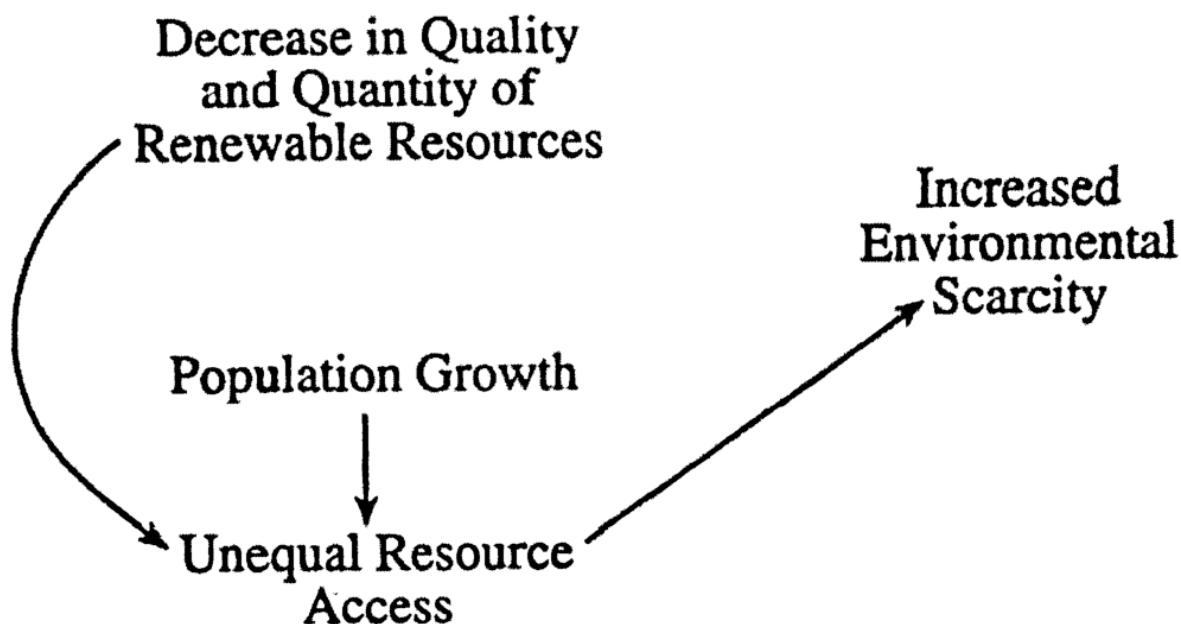
Dois padrões de interação entre esses três tipos de escassez são comuns: captura de recursos e marginalização ecológica. **Captura de recursos** ocorre quando o aumento do consumo de um recurso se combina com sua degradação: grupos poderosos dentro da sociedade – antecipando a escassez futura – mudam a distribuição de recursos a seu favor, submetendo a população restante à escassez. **Marginalização ecológica** ocorre quando o aumento do consumo de um recurso se combina com a desigualdade estrutural na distribuição. Negado o acesso ao recurso, grupos mais fracos migram para regiões ecologicamente frágeis que posteriormente se degradam (HOMER-DIXON, 1994). Peluso e Harwel (2001) argumenta que a distribuição desigual de retornos das atividades de extração de recursos tem sido um fator de violência.

Homer-Dixon previu que "nas próximas décadas, a incidência de violência provavelmente aumentará à medida que as escassez de terras agrícolas, água doce e florestas piorarem em muitas partes do mundo em desenvolvimento". A teoria de Homer-Dixon integrou variáveis

físicas (estoques de recursos naturais, tamanho e crescimento da população, consumo de recursos per capita) e fatores sociais (dinâmica de mercado e estruturas sociais e econômicas) em um único modelo que enfatiza a importância dos limiares, interdependência e interatividade dentro de sistemas ambientais complexos (HOMER-DIXON, 1999).

Hartmann (2017) também contribuiu para o discurso sobre a relação entre meio ambiente e conflito quando apresentou a ideia de escassez estratégica e conflito ambiental. A figura abaixo foi usada para expressar diagramaticamente o nexos entre escassez de recursos e conflito.

Figura 1– Meio Ambiente, Escassez Estratégica e Conflito



Fonte: Hartmann (2003).

Relacionando a teoria da escassez de recursos de Homer-Dixon à gestão de recursos ambientais na Nigéria, ver-se-ia que a Nigéria sofreu desafios de segurança por décadas como resultado da escassez estrutural decorrente de uma distribuição desigual de recursos. Embora o Brasil também sofra o mesmo desafio estrutural, a Nigéria tem desafios na luta por recursos limitados devido ao crescimento populacional, degradação/esgotamento e luta por recursos ambientais limitados. Por exemplo, os principais precipitadores remotos e imediatos do conflito entre pastoralistas e agricultores na Nigéria, é a luta por recursos ambientais limitados. A desigualdade econômica e a pobreza, causadas por fatores estruturais e o fracasso do governo em alocar uniformemente recursos escassos, muitas vezes resultam em conflito.

Questões de secas, água/chuva, pastagens, expansão populacional, migração, desmatamento e sistema de posse da terra fazem fronteira com o meio ambiente. A escassez de recursos ambientais em relação à crescente demanda por eles por fazendeiros e pastores constitui a linha de falha para as hostilidades em ambos os países onde mineiros e madeireiros ilegais são

fundamentais nos conflitos de uso e extração ilegal de terras. A insegurança na região do Delta do Níger, na Nigéria, orquestrada pelos militantes, também é precipitada pelo impacto das atividades das multinacionais do petróleo naquela região, que tem impacto negativo no meio ambiente. Derramamento de petróleo, degradação ambiental, queima de gás, poluição da água tem efeitos adversos sobre as atividades humanas, aquáticas e outras atividades agrícolas dentro da região do Delta do Níger, que levou a conflitos na região. Por exemplo, Kadafa (2012) apontou que a exploração de petróleo na Nigéria teve várias consequências ambientais e humanas para os povos indígenas que habitam a área ao redor das extrações de petróleo. O custo social e ambiental da produção de petróleo tem sido extenso. Eles incluem destruição da vida selvagem e biodiversidade, perda de solo fértil. Poluição do ar e da água potável, degradação de terras agrícolas e danos ao ecossistema marítimo, todos os quais causaram sérios problemas de saúde para os habitantes da área ao redor da produção de petróleo.

Esta pesquisa adotará um método qualitativo que será obtido de periódicos revisados por pares, legislações governamentais e publicações/gazetas relacionadas e pesquisas de organizações externas. Além disso, a pesquisa visa avaliar políticas específicas que podem afetar o uso ou alocação de recursos e seus efeitos sobre conflitos regionais na Nigéria, com a intenção de oferecer insumos viáveis da política de segurança nacional que abordarão a insegurança.

3 Avaliando Estratégias da Política de Segurança Nacional na Nigéria e no Brasil: uma análise comparativa

Uma das responsabilidades fundamentais de qualquer Estado é a provisão de um ambiente seguro e protegido para seus cidadãos. É também responsabilidade do Estado regular as atividades de indivíduos e entidades à medida que procuram ganhar a vida no ambiente seguro criado. Consequentemente, políticas específicas precisam ser implementadas para abordar os vários fatores que podem causar insegurança. Nigéria e Brasil são muito semelhantes em suas estruturas demográficas e sociais. Ambos experimentaram diversos, mas semelhantes, casos de insegurança resultante da desigualdade social, o clamor por recursos como terra, minerais, água, extração de madeira e riqueza de petróleo. Ao contrário da Nigéria, o Brasil não tem conflitos religiosos ou étnicos para enfrentar. Ambos os países são classificados como países em desenvolvimento, embora ambos sejam líderes regionais em seus respectivos continentes. É importante ressaltar que ambos os países têm uma população que excede 200 milhões, o que torna a contenção da insegurança um desafio.

A Nigéria, por exemplo, teve que enfrentar muitos conflitos violentos, como resultado de fatores ambientais e não ambientais. A Estratégia de Segurança Nacional da Nigéria (NSS) descreve as ameaças de:

[...] defeitos sistêmicos prevalentes na gestão geral dos fatores ambientais, como explosão populacional e assentamentos humanos não planejados, conflitos humanos periódicos induzidos pelo meio ambiente, entre os quais estão os conflitos pastores

agricultores e conflitos de recursos hídricos, bem como desastres ambientais causados por fatores naturais e humanos. O fator de ameaça mais proeminente é a mudança climática com o aquecimento global associado, que causa altos níveis do mar, surtos oceânicos e inundações costeiras. A mudança climática está associada à degradação ambiental. A desertificação no norte e a erosão e as inundações no sul ameaçam a segurança alimentar. A invasão do deserto é parcialmente responsável pela perda de reservas de pastagem e pela obliteração de rotas de pastagem, que está diretamente ligada aos conflitos pastores-agricultores. A mudança climática também contribuiu para inundações excessivas em todo o país, causando enormes perdas humanas e econômicas. Os perigos naturais e causados pelo homem, incluindo desastres naturais, poluição e ameaças internas relacionadas e de países vizinhos, constituem ameaças à segurança nacional. Embora a Nigéria não esteja localizada dentro das principais zonas sísmicas do mundo, ao longo dos anos, vários tremores de terra ocorreram em todo o país, com o último acontecendo em Mpape-Abuja em setembro de 2018. Essas ameaças ambientais minam a segurança nacional e ressaltam a necessidade de estratégias adequadas de contenção e planos de contingência (NIGERIA, 2019).

O encapsulamento acima mostra que as mudanças ambientais e a luta por recursos fornecem o objetivo, bem como o contexto subjetivo para o alto nível de insegurança na Nigéria. Isso pode ter informado a observação de Egwuatus, conforme citado por Jega (2007) de que "a distribuição da riqueza nacional é muito desigual e a pobreza é a primeira ameaça à paz e à estabilidade". Da mesma forma, Jega apontou que "90% da riqueza nacional está nas mãos de apenas 10% da população (JEGA, 2007). 44% da população é jovem e uma média de três milhões de pessoas são lançadas no mercado de trabalho saturado sem habilidades todos os anos". Assim, uma combinação de aumento da desigualdade de renda, agravamento da situação de desemprego e percepções de discriminação de grupo e marginalização com base em diferenças étnicas, religiosas e comunitárias criam divisões de identidade rígidas com base na síndrome de nós versus eles; atijam as brasas do ódio grupal e acendem tensões e até conflitos violentos (JEGA, 2007, 1999). É, portanto, considerada uma raiz de conflitos e levantes na Nigéria. Cria, particularmente, situações em que os indivíduos, deixados para se defenderem, se envolvem em atividades criminosas ou terroristas, considerando que não têm nada a perder. Essas disposições culminam em um estado de insegurança nacional na Nigéria.

Nwanegbo (2005) observou que:

os conflitos internos na Nigéria são na verdade e principalmente causados pela disputa pelo controle de recursos escassos e são aqueles que são ou se sentem privados, aqueles que tentam proteger ou defender seus interesses e desabafar frustrações que acabam levando a conflitos interétnicos, guerras entre grupos ou revoluções civis. Ele também argumenta que os conflitos internos causaram muitos danos à ordem política, econômica, social e ambiental na Nigéria.

Por exemplo, a crise do delta do Níger decorrente da degradação ambiental e da marginalização teve um enorme impacto na insegurança nacional e na crise econômica. Além disso, a pirataria marítima, o contrabando de armas, o abastecimento de petróleo, o contrabando de drogas e o banditismo levam a crises econômicas e dificuldades.

A insurgência do Boko Haram, o banditismo e os confrontos entre pastores e agricultores são causados remotamente por fatores ambientais como **mudanças climáticas, luta pela posse da terra, marginalização e desigualdade**. Segundo Eme (2011), isso também é conhecido como "economia política da violência". Outro grande contribuinte e facilitador de conflitos na Nigéria é a intolerância religiosa ou extremismo. Embora isso se mostre na maioria dos conflitos no país, é importante entender que não é uma causa raiz de conflitos por si só. Pelo contrário, é um fator forte que exacerba falhas ou conflitos já existentes. Como esta pesquisa está focada em conflitos relacionados a fatores ambientais, as crises religiosas não serão discutidas.

No Brasil, é impossível não ficar chocado com a dimensão da criminalidade urbana e da violência. Entre 1979 e 1997, a taxa de homicídios no Brasil aumentou de 11,5 para 25,4 assassinatos por 100.000 habitantes. No mesmo período, enquanto a população aumentou 65%, a taxa de homicídios aumentou 120%. Em 1999, Recife (capital do Estado de Pernambuco) e Vitória (capital do Estado do Espírito Santo) tiveram taxas de homicídio mais altas do que a Colômbia devastada pela guerra (HUGGINS, 2000). Em 2001, o Brasil foi o país com a maior porcentagem de assassinatos cometidos por armas de fogo, as armas de fogo causaram 78% de todos os homicídios naquele ano (UNESCO Report, 2002). Praticamente todos os dias, a imprensa brasileira relata um caso novo e dramático relacionado a sequestros, violência policial e corrupção, crimes de drogas ou tumultos na prisão. Chegou ao ponto em que bairros comerciais inteiros no Rio de Janeiro e São Paulo foram forçados a fechar portas durante o horário comercial pelos decretos de gangues de drogas. A razão para essas ameaças não é absurda como salários inadequados, desemprego, maior população de homens jovens, pobreza, urbanização rápida e não planejada e falta de estratégias integradas de segurança pública. Mais peculiar ao Brasil, é a disponibilidade de drogas e posse maciça de armas. Desafios ecológicos causados pelo desmatamento, mineração, rivalidade entre madeireiros e agricultores, confrontos entre agricultores e pastores sobre o uso da terra, também são uma fonte de conflitos e insegurança (EMÍLIO, 2003).

A pobreza e a disputa por recursos ambientais na Nigéria levaram a conflitos, deslocamento social e deslocamento populacional; ao aumento das questões de cidadania; a hostilidade entre "indígenas" e "colonos", e ao deslocamento e perturbação da vida familiar e comunitária. Também criou-se uma atmosfera geral de desconfiança, medo, ansiedade e frenesi; desumanização de mulheres, crianças e homens, especialmente em áreas onde estupro, abuso infantil e negligência são usados como instrumentos de guerra. Isso, por sua vez, aprofunda a fome e a pobreza na política; cria uma atmosfera de insegurança política e instabilidade, incluindo o declínio da confiança na liderança política e a apreensão sobre o sistema. Também cria um déficit de governança como resultado da ineficiência das agências de segurança (IBRAHIM, 2002).

Capítulo II Seção 14 (2) (b) da Constituição Nigeriana, declara que "a segurança e bem-estar do povo devem ser o principal objetivo do governo" (FRN, 1999). O terceiro lugar do país no índice global de terrorismo, e sendo listado como um dos países mais frágeis no Índice de Estados Frágeis, são uma ilustração do ambiente de segurança desafiador no país. Percebendo as complexidades da segurança do século 21 e a necessidade de capacidade de resposta estratégica, a Nigéria elaborou sua primeira Estratégia de Segurança Nacional em 2014 (NIGERIA, 2014) em uma tentativa de enfrentar os desafios de segurança de maneira abrangente. A estratégia basicamente apresenta uma visão geral do processo de segurança nacional e arquitetura de segurança da Nigéria e examina as estratégias de segurança setorial, mecanismos de monitoramento e supervisão na Nigéria. Muitas das iniciativas políticas visavam melhorar a situação econômica e de bem-estar dos cidadãos, a fim de amortecer os efeitos da pobreza. Exemplos dessas iniciativas políticas foram o programa YOUWIN, que financiou Pequenas e Médias Empresas e o envolvimento do governo na cadeia de valor agrícola, entre outros. A política também fortaleceu a Política Afrocêntrica existente no governo através do apoio a outros países africanos durante situações de crise, a fim de evitar um efeito indireto na Nigéria. A melhoria da situação de segurança após a introdução da estratégia abriu caminho para eleições gerais relativamente livres em todas as partes da Nigéria em 2015.

Apesar dessas iniciativas, o NSS 2014 não abordou as causas profundas das rupturas de segurança interna, como conflitos etno-religiosos, conflitos entre pastoralistas e agricultores, proliferação de armas pequenas e leves, sequestro, terrorismo e migração ilegal e crimes financeiros. A natureza em evolução das ameaças de segurança externa e interna exigiu uma revisão do NSS 2014. Isso levou à articulação da Estratégia de Segurança Nacional 2019 (NIGERIA, 2019). O NSS 2019 descreve as principais preocupações de segurança da nação para as quais políticas e estratégias foram articuladas e como o governo planeja lidar com elas. Afirma que:

A estratégia prevê as características únicas dos riscos e ameaças que enfrentamos em um mundo que está constantemente passando por mudanças. Em outras palavras, uma estratégia que orienta a ação do Estado para os desafios atuais e futuros percebidos, usando os recursos disponíveis de forma flexível e eficiente. A estratégia também aumentará nossas capacidades de prevenção, proteção e resposta a ameaças de segurança em um ambiente cada vez mais complexo (NIGERIA, 2019).

O NSS 2019 reconhece que o ambiente de segurança continuou a evoluir, dando origem a desafios emergentes, incluindo a intensificação dos conflitos pastoralistas-agricultores, a escalada do banditismo e o aumento significativo do sequestro, entre outros crimes violentos (ONUOHA; OGBONANYA, 2020). O conceito de Segurança adotado, no entanto, reflete uma mudança de paradigma contemporânea de um foco centrado no estado na segurança para um que seja abrangente e redirecione as agências de segurança para enfatizar a segurança humana. Embora essa mudança de foco seja fundamental e louvável, o NSS 2019 faz pouco para permitir que as instituições de segurança internalizem as mudanças culturais e estruturais necessárias para

atingir seus objetivos. Como resultado, a segurança do regime ainda é priorizada, muitas vezes resultando em alegações de falta de profissionalismo, violações de Direitos Humanos e abusos de cargos, que por sua vez exacerbam o déficit de segurança e governança. A ausência de políticas específicas que realinhem as organizações de segurança para lidar com ameaças identificadas de maneira integral resultou em rivalidades entre agências, que são hostis à sua eficácia e função estatutária (ONUOHA; OGBONANYA, 2020). Conseqüentemente, apesar de todos os esforços humanos e de capital, a insegurança na Nigéria continuou sem diminuição.

A unidade de *Política Nacional de Defesa* (PND) e *Estratégia Nacional de Defesa* (END) expressa realinhamento civil-militar de redemocratização. A primeira Política de Defesa Pública do Brasil (PND) foi publicada em 1996. Ela abriu o caminho para a criação do *Ministério da Defesa* (MD), transformando os ministérios militares em comandos subordinados. Isso foi seguido pelo END em 2008. PND e END foram colocados em linha em 2012 e aprovados pelo Congresso em 2013. Desde então, o MD apresenta o PND-END como uma unidade – P&E (BRAZIL, 2012). O PND define onze objetivos que incluem: garantia de soberania sobre os bens nacionais e integridade territorial; contribuição para a preservação da unidade e coesão nacional; contribuição para a estabilidade regional e contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacional; e para aumentar a projeção do Brasil no Concerto das Nações e sua maior participação nos processos de tomada de decisão internacionais. Também inclui manter as forças armadas modernas, integradas, treinadas e equilibradas, aumentando sua profissionalização, operando de forma conjunta, sendo adequadamente distribuídas pelo território nacional; conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância dos sujeitos de defesa; desenvolver a indústria de defesa nacional para obter autonomia em tecnologias indispensáveis; estruturar as forças armadas em torno das capacidades, proporcionando-lhes pessoal e material compatível com o planejamento estratégico e operacional e desenvolvendo o potencial da logística de defesa e mobilização nacional (BRAZIL, 2012, p. 29-30).

De muitas maneiras, a Estratégia Nacional de Defesa marcou um ponto de virada claro na segurança de fronteira. De importância crítica é que a estratégia introduziu o que chama de triplo imperativo de *monitoramento e controle*, levando a requisitos de *mobilidade* e, finalmente, *presença*. Esses três conceitos governam o desenvolvimento de médio e longo prazo de capacidades e estrutura para cada ramo das forças armadas e fornecem orientação de curto prazo para o crescente escopo de funções que inclui cada vez mais tarefas de apoio à aplicação da lei. Uma injeção de política específica que ilustra isso é o Decreto Legislativo END 373 que concede às Forças Armadas o poder de operar dentro de uma área de 150m das fronteiras terrestres do país. Dentro desta área, as Forças Armadas recebem constitucionalmente poderes para cumprir as funções de aplicação da lei para evitar o contrabando de drogas e pessoas e prevenir crimes ambientais, como desmatamento e extração ilegal de madeira. Sob essa estrutura, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um projeto em andamento que facilitará que o Exército Brasileiro expanda sua capacidade. O SISFRON é um sistema de monitoramento, sensoriamento, tomada de decisão e apoio à ação integrada, destinado a fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira.

A medida, que é a segunda fase do 'Programa Estratégico do Exército SISFRON' (Prg EE SISFRON), verá equipamentos e infraestrutura entregues às unidades na área de responsabilidade da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cuiabá, no estado de Mato Grosso, e da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, sediada em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Esses estados fazem fronteira com a Bolívia e o Paraguai, respectivamente (BARREIRA, 2020). A implementação do SISFRON ao longo dos anos resultou em uma interdição gradualmente melhorada na zona de fronteira contra narcóticos, armas e outras mercadorias ilegais. O caminho a seguir intensifica as operações militares e policiais integradas, enfatiza o refinamento técnico e processual das capacidades de vigilância e comunicação e fortalece a colaboração de segurança com os países vizinhos.

Além disso, a infraestrutura militar e a presença, que incluem o aumento do número de soldados em organizações militares preexistentes, o aumento de Unidades Militares na Amazônia, a criação e ampliação do número de pelotões especiais de fronteira nas linhas de fronteira, a implementação do Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM) vinculado ao Sistema de Proteção Amazônica (SIPAM) e a aquisição, renovação e expansão de equipamentos militares, ajudaram a reduzir a taxa de criminalidade no Brasil. A Polícia Federal também expandiu suas operações na fronteira Brasil – na Colômbia com a operação COBRA, que começou em 2000 (MONTEIRO, 2016).

Em relação ao alto nível de consciência nacional em torno da 'Amazônia Verde', sua riqueza e potencialidades, bem como o fato de que a importância de garantir a soberania nacional sobre esse território já está bem estabelecida no imaginário da população brasileira, o Brasil cunhou o conceito de 'Amazônia Azul' para se referir à esfera marítima de interesse e responsabilidade do país. A associação óbvia entre a "Amazônia Azul" e a "Amazônia Verde" é a capacidade de controlar e explorar os recursos naturais além da Zona Econômica Exclusiva do Brasil (ZEE). O Brasil, portanto, apresentou um pedido à Comissão das Nações Unidas sobre os limites da Plataforma Continental (UNCLOS) para delinear 1000 km além de sua plataforma continental como a Amazônia Azul. Nesse sentido, existem articulações políticas específicas que permitem à Marinha do Brasil realizar operações marítimas nessa área (CARVALHO, 2019). Essa transferência da consciência nacional da Amazônia Verde para o ambiente marítimo facilita uma introdução rápida e eficiente à necessidade de uma consciência marítima entre diversos atores, tanto nacional quanto internacionalmente (CARVALHO, 2019).

Com relação à questão do abuso de drogas no Brasil, a Secretaria Nacional de Políticas de Drogas (SENAD), como órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, coordena as atividades de prevenção, cuidado e reinserção social de usuários de drogas (GARCIA, 2008). A Política Nacional de Drogas do Brasil estipula a implementação de programas de prevenção em instituições de ensino públicas e privadas, onde educadores nos três níveis (primário, secundário e universitário) devem receber treinamento para educação continuada. Mesmo assim, estudos têm revelado o despreparo dos professores brasileiros para desempenhar essa função, por medo e/ou falta de informações e habilidades, o programa ainda é exigido na política de reorientação do governo (FERREIRA et al., 2010).

Aplicar os exemplos do Brasil ao cenário nigeriano exigirá uma estratégia de segurança que não apenas capture as principais ameaças internas e externas, mas que articule reformas constitucionais que permitam que as forças de segurança operem de maneira holística para combater as ameaças. A Lei das Agências de Segurança Nacional, que permite a coordenação das várias organizações de segurança, precisa refletir as realidades das ameaças do século XXI e a peculiar situação nigeriana. As organizações de segurança devem ser habilitadas por lei a agir na mesma esfera com responsabilidades sobrepostas, como o exemplo de SISFRON e SIPAM.

A Nigéria precisa impedir a livre circulação de pessoas ilegais, drogas e armas ao longo de suas fronteiras, especialmente ao longo das fronteiras Norte e Leste. Assim, será necessário adotar um modelo híbrido que crie zonas de segurança de fronteira, nas quais existam várias agências de segurança que operem para evitar incursões ilegais, sob uma estrutura unificada. Tal estrutura deve ser encarregada e equipada para poder cobrir a extensão da fronteira com vigilância terrestre e aérea, e ter a autorização legal para projetar e realizar operações como no exemplo brasileiro, uma área de cerca de 50 km deve ser delineada da fronteira rígida com os países vizinhos para as forças armadas operarem.

A Política de segurança da Nigéria reconhece que:

O meio ambiente é um recurso estratégico que deve ser aproveitado de forma otimizada para alcançar estabilidade, prosperidade, harmonia social e bem-estar da sociedade. Nossa missão é proteger e conservar o meio ambiente, prevenindo e mitigando ameaças naturais e antropogênicas à segurança e sustentabilidade ambiental. Assim, buscaremos alcançar explorando os recursos ambientais por meio das melhores práticas internacionais de maneira sustentável e protegendo a biodiversidade única da Nigéria. A erosão e as inundações destruíram comunidades, terras agrícolas e outras infraestruturas críticas em todo o país, ameaçando assim vidas e meios de subsistência. Para mitigar esses problemas, continuaremos a adotar, bem como aprofundar uma abordagem de todo o governo, colaborando com o setor privado e a sociedade civil (NIGERIA, 2019).

No entanto, a conservação está ameaçada pelo desmatamento, extração de madeira não regulamentada, crescimento populacional, incêndios florestais, sobrepastoreio, biopirataria, agricultura, caça furtiva, exploração industrial não regulamentada de madeira, fraca capacidade regulatória institucional em todos os níveis de governo e a presença de gangues criminosas e grupos armados nas florestas e reservas naturais. O governo deve, portanto, estabelecer parcerias de base ampla que impulsionem o envolvimento muito necessário nos esforços de reflorestamento e conservação (NIGERIA, 2019). O problema perene da escassez de pastagens para os pastores, que os leva a confrontos mortais, também pode ser evitado por uma política deliberada que diminui o pastoreio aberto, promovendo a prática da pecuária como o Plano Nacional de Transformação da Pecuária tenta fazer. No entanto, isso deve ser suportado com uma estrutura de segurança especificamente articulada para mitigar as ameaças de segurança às áreas de pastagem, como os primeiros desafios já sugerem (ONUOHA; OGBONANYA, 2020).

Apesar dessa articulação, e da presença de certas organizações, focadas na gestão e conservação ambiental, como a Agência Nacional de Gestão de Emergências, o Serviço Nacional de Parques ou a Autoridade Nacional de Vias Navegáveis Interiores (NIWA), a eficácia desses equipamentos é prejudicada pela falta de integração aludida no NSS. A Nigéria deve, portanto, articular políticas específicas que reúnem as capacidades necessárias para busca e resgate, proteção e gestão ambiental que já são inerentes às organizações de segurança sob uma estrutura, para eficácia. Por exemplo, um projeto estratégico para recarregar e manter o Lago Chade deve ser articulado com a inclusão da Marinha Nigeriana, NIWA e do Exército. Isso garante que a estrutura e o emprego das organizações de segurança sejam baseados na prevenção e mitigação de ameaças, em vez de abordagens institucionais.

A implementação estratégica de políticas como a educação em massa de indivíduos em todos os níveis, como a adotada no Brasil, deve ser replicada nas instituições de ensino e religiosas da Nigéria, a fim de conter conflitos insolúveis no país. Tais políticas estratégicas de segurança e educação devem introduzir programas voltados à prevenção da violência comunitária, abuso de drogas, crime, assassinato, terrorismo e banditismo (ONYEMAECHI; STEPHEN, 2014).

Alcançar a segurança nacional em grande medida ainda depende de militares, policiais e agentes de segurança associados. Nessa medida, essas instituições merecem fortalecimento e reorganização por meio de legislação e disposições adequadas na Política de Segurança Nacional da Nigéria. As legislações e iniciativas políticas também devem abordar o problema da coordenação que persiste, caso contrário, isso restringirá e bloqueará continuamente a obtenção da segurança nacional (NWEKE, 2011).

4 Conclusão

O ambiente de segurança contemporâneo pós-Guerra Fria testemunhou uma mudança na natureza. Todas as nações do mundo enfrentam um desafio de segurança ou outro. A Nigéria e o Brasil não são exceções e enfrentaram esses problemas com variados graus de sucesso. Do lado brasileiro, mudanças recentes na legislação introduziram novas estruturas no aparato de segurança. Essas mudanças permitiram abordagens holísticas de longo prazo para abordar as causas profundas do crime e da violência decorrentes da exploração de recursos, violência de gangues e drogas. Políticas específicas também têm sido destinadas a melhorar a educação e prevenir o aumento da desigualdade de renda. Embora os problemas de segurança na Nigéria superem e muito os do Brasil, a estratégia de institucionalizar reformas no Brasil certamente poderia ser benéfica para a Nigéria. Sucessivos governos nigerianos enfrentaram grandes desafios nos esforços para garantir a segurança no país. As ameaças mais prevalentes incluíram pobreza abjeta e persistente, ataques terroristas, sequestros, confrontos entre pastores e agricultores e conflitos etno-religiosos. Além disso, a ampla disparidade e desigualdade de renda, a exclusão social e a luta por recursos naturais, como pastagens, recursos minerais e riqueza petrolífera, levaram à insegurança em larga escala, ameaçando transformar o país mais populoso da África em um estado falido. Ironicamente, a presença de várias agências de segurança operando no mesmo

espaço e a crescente onda de insegurança sugere que uma política de segurança mais abrangente deve ser articulada. Devem ser formuladas políticas específicas para abordar as causas profundas da agitação, como o tráfico de armas de pequeno porte, o pastoreio ilegal e a extração de minerais. Além disso, a Política de segurança deve reestruturar e realinhar as agências de segurança para prepará-las para enfrentar as peculiares ameaças assimétricas do século XXI.

Este trabalho examinou as peculiaridades do sistema brasileiro e como as injeções específicas no END potencializaram a capacidade das Forças Armadas de participarem das operações de aplicação da lei na região amazônica, a extensão das fronteiras terrestres e nas atividades litorâneas na Amazônia Azul. Essas iniciativas políticas forneceram o marco para programas estratégicos como o SISFRON, que previne as atividades de contrabandistas, traficantes e migração ilegal dentro de 150 km do espaço fronteiriço Brasileiro. Dadas as peculiaridades do ambiente de segurança Nigeriano e a falta de esforços coordenados dentro das várias agências de segurança, sugere-se uma proposta para criar estruturas que ocupem e monitorem os espaços despovoados na região do Lago Chade, aumentar a navegabilidade e, assim, aumentar a atividade econômica. Tal direção política impediria o uso desse espaço não descoberto por grupos terroristas, pois também impediria a degradação contínua do recurso ambiental.

Apesar da presença das forças militares e autônomas de imigração e alfândega, proteger as extensas fronteiras do norte e leste da Nigéria continua sendo um desafio que o país ainda não superou. Este artigo argumenta que uma política abrangente de segurança nacional tem o potencial de reduzir significativamente as inseguranças econômicas e aumentar a eficiência econômica, a equidade, o crescimento e a estabilidade, dada a desigualdade socioeconômica no país. Também reposicionaria as agências de segurança para prevenir efetivamente ameaças emergentes em sua raiz, em vez de responder a elas em um estágio maduro de desenvolvimento. Essa direção política também garante a evolução estratégica e contínua das agências de segurança e garante que os altos gastos com segurança do país tenham um efeito *spin-off* na economia do país. Observando que a insegurança na Nigéria deslocou milhões de pessoas, resultando em pressões econômicas e de segurança extremas, um realinhamento da política de segurança nacional para fornecer programas específicos que abordem as causas profundas do conflito é primordial.

Finalmente, se a busca dos governos para mitigar a insegurança for bem-sucedida, ela deve abordar os problemas identificados com as instituições de segurança e capacitá-las a agir, por meio de legislação. O governo deve institucionalizar e construir mecanismos apropriados de responsabilidade e transparência dentro das instituições, demonstrando boa governança e vontade política para enfrentar os desafios de segurança. A guerra contra a insegurança deve ser ganha aumentando os padrões de governança. Consequentemente, a legislação, a política e as estratégias devem ser reformuladas com foco em abordar as ameaças identificadas à insegurança. Como afirmou o Conselheiro de Segurança Nacional (NSA) durante o lançamento oficial do NSS 2019, "um documento de estratégia de Segurança Nacional não tem sentido se seu conteúdo não for implementado holisticamente" (NIGERIA, 2019).

Referências

- BARREIRA, V. Brazil to expand to expand its border monitoring system. **Janes**, Canada, Feb 6, 2020. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/brazil-to-expand-its-border-monitoring-system>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- BROWDER, J.; GODFREY, B. **Rainforest cities**: urbanisation, development, and globalisation of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Press, 1997.
- DAWSON, C. **Practical research methods**: a user-friendly guide to mastering rearsch. New Delhi: UBS Publishers' Distributors, 2019.
- CARVALHO, V. M. de. Blue Amazon: Brazil's maritime vocation. **Defence Strategic Communications**: the official journal of the NATO Strategic Communications Centre of Excellence, Latvia, v. 7, 2019.
- EME, O. I. The challenges of insecurity in Nigeria: a thematic exposition. **Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business**, Kent, UK, v. 3, n. 8, p. 172-185, Dec 2011. Disponível em: <https://journal-archieives13.webs.com/172-185.pdf>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- EMÍLIO, L. A. B. **O Poder legislativo e os serviços secretos no Brasil**: 1964-1984. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdades Integradas da Católica de Brasília, Brasília, DF, 1992.
- FAO. **Hunger and food insecurity**. Rome: FAO, c2021. Disponível em: <http://www.fao.org/hunger/en/>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- FEARNSIDE, P. Deforestation of the Brazilian Amazon. In: SHUGART, H. (ed.) **Oxford research encyclopedia of environmental science**. New York: Oxford University Press, 2017.
- FERREIRA, T. C. D. et al. Percepções e atitudes de professores e escolas públicas e privadas pe-rante o tema drogas. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 34, 551-562, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KVXNg9BHdfjqvS3KtxdCQwt/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 267-276, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hjfwNng6nTb3nZC6qd3PVbC/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- HALL, A. **Amazonia at the crossroads**: the challenge of sustainable development. London: Institute of Latin American Studies, 2000.

HARTMANN, E. **Strategic scarcity**: the origins and impact of environmental conflict ideas. [Ann Harbor: ProQuest LLC, 2017]. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Strategic-scarcity%3A-The-origins-and-impact-of-Hartmann/6614bf999231dbc9141e6860b07c965c15dad294>. Acessado em: Apr 25, 2020.

HOMER-DIXON, T.; PERCIVAL, V. Environmental scarcity and violent conflict: the case of South Africa. **Journal of Peace Research**, London, v. 35, n. 3, p. 279-298, 1998.

HOMER-DIXON, T. Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases. **International Security**, [Cambridge], v. 19, n. 1, p. 5-40, 1994.

HOMER-DIXON, T. **Environment, scarcity, and violence**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

HUGGINS, M. Urban violence and police privatisation in Brazil: blended invisibility. Dow Jones Interactive. **Social Justices**, June 22, 2000. Disponível em: http://ptg.djnr.com/ccroot/asp/publib/story_clean_cpy.asp. Acessado em: Nov 26, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Fight violence with violence: human rights abuse and criminality in Rio de Janeiro. **Human Rights Watch Report**, [New York], v. 8, n. 2, Jan 1996. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/summaries/s.brazil961.html>. Acessado em: Nov 26, 2021.

IBRAHIM, J. **Memorandum submitted to the Presidential Committee on National Security in Nigeria**. [S. l.: s. n.], 2002.

JEGA, A. **Democracy, good governance and development in Nigeria**. Ibadan: Spectrum Books Limited, 2007

KWAJA, C. Strategies for [re]building state capacity to manage ethnic and religious conflict in Nigeria. **The Journal of Pan African Studies**, Long Beach, v. 3, n. 3, p. 105-115, Sep 2009. Disponível em: <https://www.jpnafrican.org/docs/vol3no3/3.3Strategies.pdf>. Acessado em: Nov 25, 2021.

LONDOÑO, E.; ANDREONI, M.; CASADO, L. amazon deforestation soars as pandemic hobbles enforcement. **The New York Times**, New York, June 6, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/06/world/americas/amazon-deforestation-brazil.html>. Acessado em: Nov 26, 2021.

MUELLER, B. et al. Land, Property Rights, and Privatisation in Brazil. **Quarterly Review of Economics and Finance**, [Champaign, IL], v. 34, n. special, p. 261-280, 1994.

NIGERIA. **National Security Strategy**. [Abuja: s. n.], 2014.

NIGERIA. **National Security Strategy**. [Abuja: s. n.], Dec 2019.

NWANEGBO, J. **Internal conflict and African development: an overview of Nigerian situation**. Awka: Pond Academic Publishers, 2005.

NWEKE, E. Rethinking National Security in Nigeria: analysis of predisposing conditions and prospects for stable polity. **Security Strategies Journal**, [s. l.], v. 7, n. 14, Dec 2011.

ONUOHA, F.; OGBONANYA, M. Review and analysis of Nigeria's National Security Strategy 2019. **Accountability Brief: a Policy on Nigeria's National Security Strategy 2019**, Abuja, Nigeria, May 29, 2020. Vol. PB/CS/009. Disponível em: <https://www.partnersnigeria.org/policy-brief-review-and-analysis-of-nigerias-national-security-strategy-2019/>. Acessado em: Nov. 26, 2021.

ONYEMAECHE, N. P.; STEPHEN, N. T. National security issue and challenges in Nigeria: which way forward. **International Journal of Youth Empowerment and Entrepreneurship Development**, [Nsukka, Nigeria], v. 1, n. 1, 2014.

PELUSO, N.; HARWEL, E. Territory, custom, and the cultural politics of ethnic war in West Kalimantan, Indonesia. In: PELUSO, N.; WATTS, M. (ed.). **Violent environments**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001. p. 83-116.

SALAWU, B. Ethno-religious conflicts in Nigeria: casual analysis and proposal for new management strategies. **European Journal of Social Sciences**, [s. l.], v. 13, n. 3, 2010.

UNITED NATIONS. High Level Task Force on the Global Food Crisis. **Brazil's Landmark Bolsa Família Program receives US\$200 million loan**. [S. l.: s. n.], Sep 17, 2010. (Press release n. 2011/093LAC).



Insegurança e desenvolvimento econômico na Nigéria: a insurgência do Boko Haram em perspectiva

Insecurity and economic development in nigeria: boko haram insurgency in perspective

Resumo: As autoridades nigerianas têm lutado contra a insegurança na insurgência, banditismo, guerra cibernética e especialmente terrorismo. Consequentemente, o Governo Federal da Nigéria fez esforços para enfrentar essas ameaças à segurança, especialmente contra o *Grupo Terrorista Boko Haram* (BHT). Os esforços incluem medidas não cinéticas de incentivos econômicos e comunicações estratégicas para diminuir o apoio aos atos covardes da seita. Onde estas falharam, medidas cinéticas que envolvem operações militares e paramilitares foram utilizadas para derrotar as ameaças. No entanto, alguns desafios militam contra os esforços envidados pela Nigéria para conter a insegurança. É neste contexto que esta pesquisa busca realizar uma análise qualitativa detalhada de dados secundários usando o método de triangulação para tirar conclusões lógicas. O objetivo do estudo é analisar o efeito da insegurança devido ao BHT no ED da Nigéria e sugerir estratégias para enfrentar os desafios para um ED aprimorado.

Palavras-chave: Insegurança. Desenvolvimento Econômico. Terroristas do Boko Haram.

Abstract: The Nigerian authorities have been contending with insecurity in the insurgency, banditry, cyber warfare and especially terrorism. Accordingly, efforts have been made by the Federal Government of Nigeria to tackle these security threats particularly against the *Boko Haram Terrorist* (BHT). The efforts include non-kinetic measures of economic incentives and strategic communications to degrade support for the sect's dastardly acts. Where these failed, kinetic measures which entail military and paramilitary operations have been utilised to defeat the threats. However, some challenges have militated against the efforts emplaced by Nigeria to curb insecurity. It is against this background that this research seeks to conduct a detailed qualitative analysis of secondary data using triangulation method to draw logical conclusions. The objective of the study is to analyse the effect of the insecurity due to BHT on the ED of Nigeria and suggest strategies to address the challenges for enhanced ED.

Keywords: Insecurity. Economic Development. Boko Haram Terrorists.

Abubakar Sadiq Saleh 

Nigeria Army.

Abuja, Nigeria.

salehabusadiq@yahoo.co.uk

Recebido: 08 nov. 2021

Aprovado: 30 nov. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

A história da civilização humana está repleta de conflitos e guerras que resultaram da busca das nações para salvaguardar a soberania e o bem-estar de seus cidadãos. O ambiente de segurança global do início do século XIX ao final do século XX foi moldado principalmente por ameaças externas que resultaram em conflitos interestatais. Isso definiu os conflitos das 2ª Guerras Mundiais e perdurou até o final da era da Guerra Fria. No entanto, o ambiente de segurança contemporâneo pós-guerra fria testemunhou uma mudança no espectro de conflitos para intra-Estados, precipitados por ameaças internas de atores não-estatais. Não obstante a natureza duradoura da guerra, seu caráter (conforme aludido por Sun Tsu) está "em constante mudança", caracterizado pela natureza dos conflitos pós-guerra fria, que incluem terrorismo, insurgência, banditismo e guerra cibernética, entre outros (BARBER, 2000). Essas ameaças à segurança têm efeitos na segurança e no bem-estar dos cidadãos, no comércio, na educação, no emprego e em outras atividades socioeconômicas. As nações, portanto, objetivam desenvolver estratégias para mitigar suas ameaças peculiares à segurança para promover um ambiente propício para o desenvolvimento nacional.

Segurança é a liberdade de perigo e ameaça à capacidade de uma nação de se proteger e se desenvolver, promover seus valores acalentados e interesses legítimos para permitir a melhoria do bem-estar de seus cidadãos (UMARU; PATE; HARUNA, 2015). É também uma situação em que cada cidadão de um país pode realizar suas atividades diárias sem medo ou qualquer forma de ameaça a vidas e pertences (IGBUZOR, 2011). Isso significa que as pessoas devem ser protegidas não apenas de ataques externos, mas também das consequências devastadoras de convulsões internas, como desemprego, fome, doenças, ignorância, falta de moradia e injustiças socioeconômicas. A antítese da segurança pode ser caracterizada por uma vulnerabilidade a danos e perda de vidas, propriedades ou meios de subsistência. A insegurança, portanto, tem o potencial de perturbar as necessidades humanas, recursos, processos de produção, infraestruturas críticas, serviços e saídas de produtos que são catalisadores essenciais para o Desenvolvimento Econômico (DE).

DE refere-se à obtenção de taxas sustentáveis de crescimento da renda per capita para permitir que uma nação expanda sua produção a taxas mais rápidas do que o crescimento da população (TODARO; SMITH, 2014). Envolve crescimento e melhoria nas áreas de segurança e proteção, agricultura, saúde, educação, indústria, comércio e transporte, entre outras. Assegura a promoção de todo o sistema produtivo, o desenvolvimento do capital humano e os investimentos para o crescimento nacional global. Portanto, Krueger et al. (2016) descrevem DE como uma mudança na economia do país envolvendo melhorias qualitativas e quantitativas. No entanto, os esforços nacionais para alcançar o DE são frequentemente impedidos pelas ameaças à segurança identificadas, que incluem insurgência, terrorismo, banditismo, sequestro e sabotagem econômica, entre outros. Esta situação pode corroer os esforços de desenvolvimento da população, destacando a importância da segurança como uma panaceia para a DE em qualquer sociedade.

A insegurança tem um efeito profundo no DE de vários países ao redor do mundo. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, por exemplo, teve custos

significativos estimados em cerca de US \$ 90 bilhões (KUNREUTHER; MICHEL-KERJAN; PORTER, 2003). Na Europa, os atentados a bomba em 11 de março de 2004 no trem de Madri atrasaram o governo espanhol em “mais de € 211,58 milhões (US \$ 249,66 milhões); dos quais, 63,4 por cento correspondem à perda de 191 vidas humanas e ferimentos causados em quase 1600 pessoas afetadas diretamente pelos ataques” (BUESA et al., 2006). Na África, de acordo com um estudo de 2015 do Instituto de Economia e Paz, o crime e a violência na África do Sul tiveram um alto preço econômico de \$ 66,7 bilhões (R989 bilhões), equivalente a 19 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país (QUANTO ..., 2016). Tudo isso impactou negativamente o DE geral dos países afetados.

Nas últimas 2 décadas, a Nigéria foi atormentada por vários desafios de segurança que afetaram negativamente a sua DE. Vão desde a insurgência do Grupo Terrorista Boko Haram (BHT) no Nordeste (NE), banditismo armado e sequestro no Noroeste (NW) e as crises dos fazendeiros e pastores nas regiões Centro-Norte do país. Outros são movimentos separatistas no sudeste e sudoeste e bunkering de petróleo bruto nas regiões sul. O Governo Federal da Nigéria (FGN) empregou várias medidas cinéticas e não cinéticas para lidar com essas miríades de desafios de segurança. Esforços cinéticos são aqueles que exigem que as forças de segurança conduzam operações de combate, enquanto os esforços não cinéticos incluem um amplo conjunto de opções para incluir o desenvolvimento de infraestrutura, estímulo econômico e ajuda humanitária (D'ANTONIO et al., 2014). Um dos esforços não cinéticos foi o Programa de Anistia na Região do Delta do Níger (NDR) em 2009. Outros atualmente em vigor visando o desenvolvimento socioeconômico por meio da redução da pobreza incluem os programas N-Power e Trader Moni. Alguns dos esforços cinéticos em andamento incluem a Operação DELTA SAFE contra o vandalismo do oleoduto e o roubo de petróleo bruto no NDR e a Operação HADIN KAI (OPHK); uma operação de Contra-Insurgência de Contra-Terrorismo (CT-COIN) no NE contra BHT. Da mesma forma, a Operação SHARAN DAJI foi iniciada no noroeste da Nigéria contra o banditismo e o sequestro. Não obstante, a insegurança permaneceu geralmente galopante, necessitando de uma revisão dos esforços e abordagens da FGN no combate às ameaças de segurança que impedem o DE.

Esta pesquisa seria limitada à insegurança na Nigéria ocasionada pelas atividades do BHT no NE vis a vis seu impacto no DE. O documento dependeria fortemente de informações obtidas de fontes secundárias, que incluem livros didáticos, periódicos, revistas, trabalhos de seminários e artigos de jornais e sites da Internet. Isso seria analisado criticamente usando o método descritivo de análise documental para tirar conclusões lógicas. A justificativa para a escolha das fontes foi compensar a não utilização de questionários e entrevistas. Assim, os dados gerados a partir das fontes secundárias foram analisados usando o método de triangulação (explorando fontes múltiplas para aumentar a validade dos resultados), com todas as questões relevantes como problema de pesquisa, questões de pesquisa e objetivos de pesquisa listados na forma de temas e subtemas. Posteriormente, as inferências foram extraídas dos registros documentais para explicar as questões sob investigação quanto à validade e confiabilidade. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, com análise descritiva.

2 Visão geral da insegurança e desenvolvimento econômico na Nigéria

2.1 Conceitos de Insegurança e Desenvolvimento Econômico

A insegurança como conceito não é nova para as sociedades e existe ao longo do tempo. No entanto, é pertinente ter uma compreensão clara de segurança para compreender o significado de insegurança. Adofu & Alhassan (2018) percebem a segurança como um contrato social no qual as pessoas entregam voluntariamente seus direitos ao governo que supervisiona sua sobrevivência. Da mesma forma, McGrew (1988) opina que a segurança de uma nação depende de dois pilares importantes; em primeiro lugar, a manutenção e proteção da ordem socioeconômica contra ameaças internas e externas e, em segundo lugar, a promoção de uma ordem internacional preferencial que minimize a ameaça aos valores fundamentais, interesses e ordem interna. Isso aponta claramente para a necessidade das Forças Armadas de se protegerem contra agressões externas e para a importância das agências de aplicação da lei para manter a ordem interna. Para tanto, Nwanegbo & Odigbo (2013) veem a segurança como esforços de uma nação para conter a agressão interna / externa, controlar o crime, eliminar a corrupção e aumentar o crescimento em direção à melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Com base no exposto, a insegurança pode ser vista como a ausência de segurança, conforme discutido acima. É uma condição em que existe vulnerabilidade a danos, perda de vidas, bens ou meios de subsistência (ACHUMBA; IGHOMEREHO; AKPOR-ROBARO, 2013). Isto é caracterizado pela vulnerabilidade de um indivíduo ou grupo ao perigo ou danos contra os quais eles não podem tomar medidas defensivas.

Ao conceituar ED, é notável que crescimento e desenvolvimento geralmente significam aumento tanto na quantidade quanto na qualidade dos recursos disponíveis. No entanto, para Thirlwall (1999), desenvolvimento implica mudança no processo de transformação econômica e social dos países. Frequentemente, segue uma sequência ordenada com características compartilhadas entre os países. Além disso, Todaro e Smith (2014) delinearão os 3 objetivos sociais básicos, a saber: sustento da vida, auto-estima e liberdade. Eles presumiram que o sustento da vida está preocupado com a provisão de necessidades básicas, auto-estima (sentimento de auto-respeito e independência) e liberdade (capacidade das pessoas de determinar seus destinos). É de se notar que todos os conceitos anteriores fazem do ser humano o último beneficiário do desenvolvimento por meio de suas inter-relações com a sociedade para a transformação do meio ambiente. Portanto, toda a essência do desenvolvimento é melhorar os potenciais e capacidades da humanidade para superar os desafios e, em geral, melhorar as condições de existência.

2.2 Ligação teórica entre insegurança e desenvolvimento econômico

Abundam as teorias que servem como lentes para explicar a insegurança e o DE, como visto por Wendt (1999), incluindo a Teoria do Desenvolvimento, a Teoria da Guerra de Guerrilha Revolucionária e a Teoria da Frustração-Agressão (FAT), entre outras. No entanto, este estudo será baseado no FAT desenvolvido por John Dollard et al. (1939), decorrente do qual Wendt (1999)

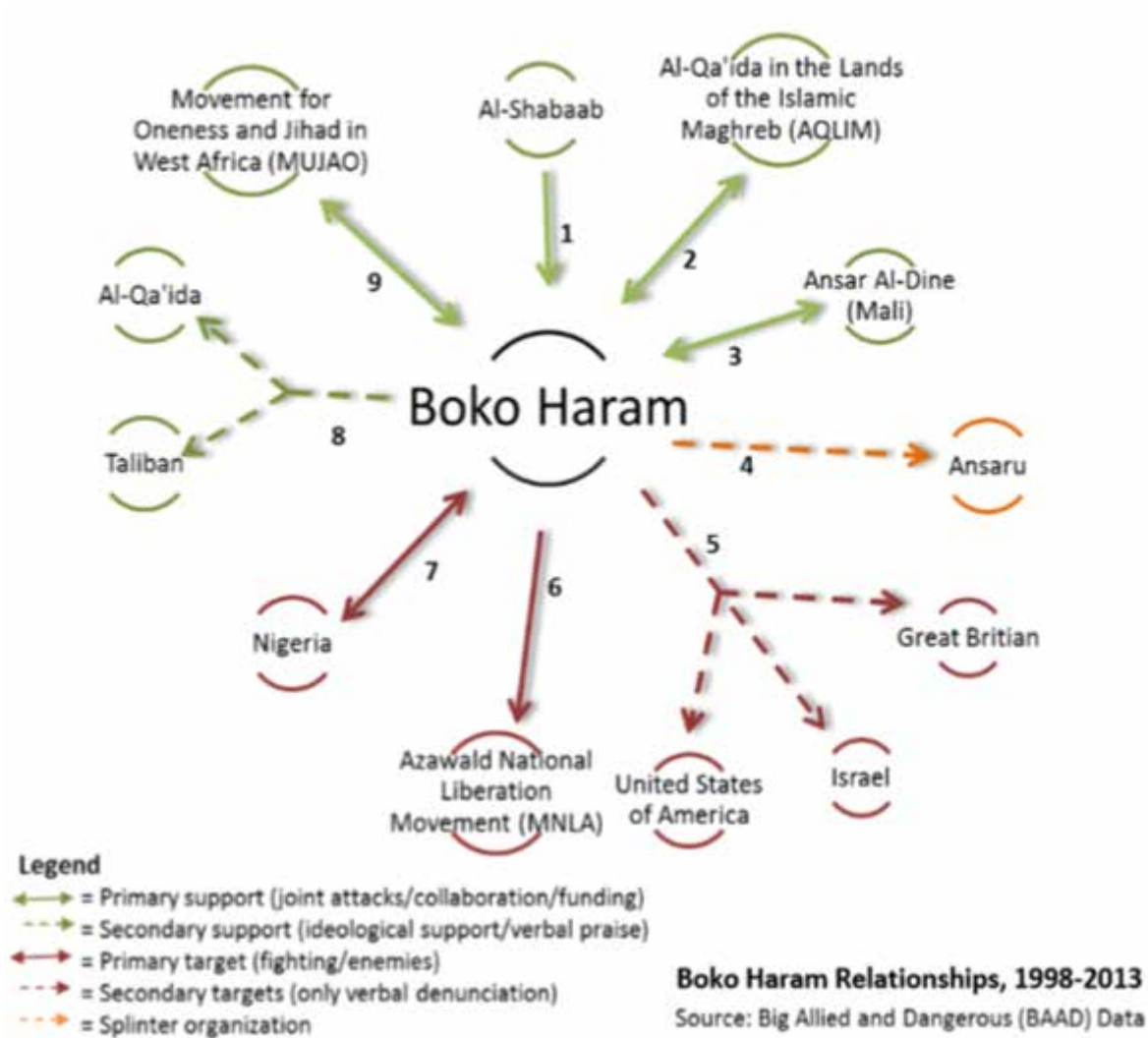
acredita que a agressão resulta do bloqueio ou frustração dos esforços de uma pessoa para atingir um objetivo, causando assim a agressão. Da mesma forma, se a causa da frustração não pode ser confrontada, a agressão muda para um alvo inocente manifestado por meio da violência. O FAT pode, portanto, ser usado para explicar motins, atividades insurgentes e revoluções. No sentido econômico, a teoria tenta explicar a correlação entre pobreza e insegurança, sugerindo que o surgimento de conflitos, especialmente nos países em desenvolvimento, é causado pela prevalência da pobreza. Prevê ainda que a DE será prejudicada em um ambiente de insegurança, como testemunhado atualmente por meio de atividades de BHT no NE da Nigéria, com ampla gama possível de respostas de políticas para mitigação. É nesse sentido que a FAT foi escolhida como referencial teórico para este estudo.

2.3 Antecedentes históricos da insegurança do Boko Haram no Nordeste da Nigéria

A Estratégia de Segurança Nacional da Nigéria (2019) identificou várias ameaças no ambiente doméstico do país que prejudicam o bem-estar de seus cidadãos. Isso inclui terrorismo, banditismo e atividades de milícia que se manifestam por meio de sequestros, assaltos à mão armada e roubo de gado. Outros incluem vandalismo de infraestrutura nacional crítica, roubo de petróleo bruto e bunkering ilegal resultante de desafios socioeconômicos induzidos pela pobreza (NATIONAL..., 2019). De todas as ameaças à segurança que atormentam a Nigéria, o BHT está claramente no topo da lista como o mais potente. De acordo com Adamu (2010), o extremismo islâmico na Nigéria remonta à década de 1970, quando Mohammed Marwa liderou uma revolta conhecida como Movimento Maitatsine em Kano (ADAMU, 2010). Ele observou que o movimento orquestrou uma grande revolta no início dos anos 1980 que levou à perda arbitrária de vidas e propriedades no norte da Nigéria após a morte de Mohammed Marwa. Em 1995, Abubakar Lawan estabeleceu a Ahlussunna Wal Jama'ah Hijra ou Grupo Shabaab (Organização da Juventude Muçulmana) em Maiduguri, Estado de Borno (SOYINKA, 2012 apud COMOLLI, 2015). O grupo era um movimento islâmico não violento conservador.

Em 2002, no entanto, Lawan deixou a Nigéria para seguir adiante com a Arábia Saudita Islâmica e, em sua ausência, um comitê de shaykhs indicou Mohammed Yusuf como líder da seita (COMOLLI, 2015). Sob a liderança de Yusuf, o grupo adotou vários nomes como Muhajirun, Ahlis Sunnahwal Jama'a e Nigerian Taliban, entre outros, enquanto suas relações com organizações internacionais estão contidas na Figura 1 (Big Allied and Dangerous Data, 2013). Sua ideologia, de acordo com Stohl (2004), tem como premissa um ensino islâmico ortodoxo que trata tudo o que é ocidental como completamente não islâmico. É a rejeição dessas instituições (ocidentais) que rendeu ao grupo seu nome popular - Boko Haram, que significa literalmente que a educação ocidental é proibida. No entanto, o grupo prefere ser chamado pelo nome real - Jama'atu Ahlissunnah Lidda'awati Wal Jihad, que significa Pessoas Comprometidas com a Propagação dos Ensinamentos do Profeta e Jihad (COMOLLI, 2015). O objetivo central do BHT é substituir o Estado secular da Nigéria pela Lei Islâmica da Sharia, enquanto suas fileiras estão repletas de jovens insatisfeitos, graduados desempregados e indigentes, principalmente do norte da Nigéria.

Figura 1 – Relacionamento do BHT com Organizações Internacionais



Fonte: *Big Allied and Dangerous* (2013 apud CIBRA, 2018, p. 36).

De acordo com Comolli (2015), Yusuf liderou a primeira onda de violência na véspera de Natal de 2003 em Kanama e Geidam, no estado de Yobe, quando a seita atacou prédios públicos e delegacias de polícia. Posteriormente, eles atacaram as delegacias de polícia de Bama e Gwoza no estado de Borno em 21 de setembro de 2004, matando vários policiais e roubando armas e munições (ADAMS, 2004). Ele relatou que foi em julho de 2009 que os ataques do BHT ganharam uma nova dimensão, quando encenaram uma grande revolta nos estados de Borno, Yobe e Adamawa, onde atacaram delegacias de polícia, prisões, repartições governamentais, escolas, igrejas e mesquitas. Uma operação da Força Tarefa Militar Conjunta foi lançada em resposta, levando à prisão de Yusuf e sua subsequente morte sob custódia policial. A seita, conseqüentemente, passou à clandestinidade e ressurgiu em 2010 sob a liderança do ex-segundo em comando de Yusuf, Abubakar Shekau, como um grupo insurgente mais dinâmico e violento que lutava contra o

Estado nigeriano pela vingança pela morte de seu líder pioneiro (ADAMS, 2004). O grupo sob o comando de Shekau se transformou em um monstro que espalhou o terror pela Nigéria por meio de seqüências de assaltos armados, assassinatos, bem como suicídio e ataques de Dispositivos Explosivos Improvisados (IED) veiculados em veículos contra alvos fáceis. Alguns deles, conforme compilado por Comolli (2015) de 2011-2014, são narrados na Tabela 1 abaixo. .

Tabela 1 – Ataques do BHT na Nigéria de 2011 a 14.

Serial	Data	Evento	Mortes	Notas
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
1	16 Jun 11	Primeiro atentado suicida na Nigéria visando a Sede da Polícia	não especificado	
2	26 Aug 11	Ataque suicida contra prédio das Nações Unidas em Abuja (100 feridos)	25	
3	Sep 11	Assassinato de Baba Fugu (sogro de Yusuf) por oferecer negociações	1	
4	Nov 11	Série de ataques no estado de Yobe	150	
5	25 Dec 11	Ataques suicidas na Igreja Católica Santa Teresa em Medulla, estado do Níger	não especificado	
6	20 Jan 12	Ataque múltiplo no estado de Kano, incluindo a prisão (50 a 100 prisioneiros escaparam)	250	
7	Jan 12	O engenheiro alemão Edgar Fritz Raupach é sequestrado em Kano (morto em maio)	1	
8	8 Apr 12	Ataque suicida no Domingo de Páscoa em Kaduna.	não especificado	
9	26 Apr 12	Bombardeamento do edifício deste dia em Abuja e Media Outlet em Kaduna	não especificado	
10	6 Oct 12	Três trabalhadores chineses são mortos em Maiduguri	não especificado	
11	16 Feb 13	Seqüestro de 7 estrangeiros trabalhando para a Setraco em Bauchi (executado em 10 de março de 13)	7	
12	18 Mar 13	Bombardeio em Sabon Gari, Kano	Over 70	
13	16-17 Apr 13	Ataque BHT contra JTF em Baga, estado de Borno	Over 185	
14	6 Jul 13	Ataque BHT a uma escola em Mamundo, Estado de Yobe, matando crianças em idade escolar	25	
15	28 Sep 13	Ataque BHT na Faculdade de Agricultura em Gujba, estado de Yobe matando estudantes	40	
16	Dec 13	Ataque ao Aeroporto de Maiduguri e Base da Força Aérea destruindo dois helicópteros	não especificado	
17	14 Apr 14	BHT sequestra quase 300 meninas em Chibok, Borno	não especificado	
18	14 Apr 14	Duas bombas detonadas por BHT em Abuja.	88	
19	1-3 Jun 14	Ataque BHT na área de Gwoza.	Over 200	
20	25 Jun 14	Um ataque a bomba em Banex Plaza em Wuse, Abuja	21	
21	23 Jul 14	Explosões de bomba em Kaduna	82	

Fonte: Comolli (2015).

3 Implicações da insegurança no desenvolvimento econômico no nordeste da Nigéria

Terrorismo, insurgência, banditismo armado e sequestro ocasionados pelo BHT impactaram negativamente o ED do NE da Nigéria de várias maneiras. Algumas implicações incluem piora da segurança e bem-estar dos cidadãos, ameaça à segurança alimentar e índices microeconômicos fracos, conforme discutido abaixo.

3.1 Segurança e bem-estar dos cidadãos

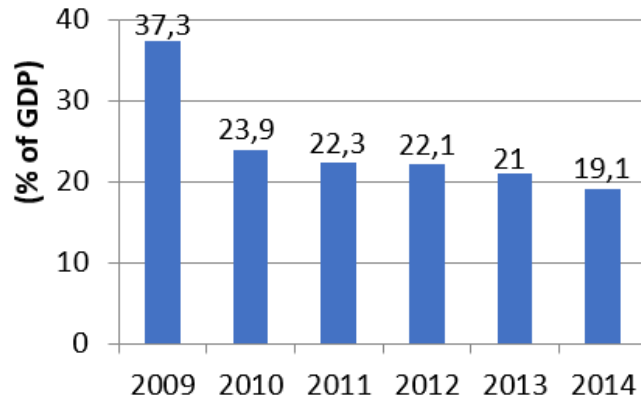
Os incessantes ataques de BHT no NE da Nigéria afetaram a segurança e o bem-estar dos cidadãos, com efeitos adversos nas atividades socioeconômicas da região. Por exemplo, Muazzam (2014) relatou que o ataque do BHT ao Colégio Feminino do Governo Federal em Chibok, Estado de Borno, resultou no sequestro de mais de 230 estudantes do sexo feminino. Além disso, o PNUD, 2020 (NORDESTE ..., 2021), estimou que a insurgência BHT no Nordeste matou cerca de 350.000 pessoas desde que começou em 2009. Ironicamente, tanto cristãos quanto alguns muçulmanos fiéis têm medo de ir a seus locais de culto por medo de ataques do BHT. Alguns membros do National Youth Service Corps destacados para os estados de Borno, Adamawa e Yobe tiveram que abandonar seu dever nacional devido ao medo de ataques por BHT (AWOJOBI, 2014). Consequentemente, a piora nas condições de segurança e bem-estar resultante dos ataques de BHT fez com que os habitantes locais abandonassem a região NE, com consequentes efeitos sobre as atividades comerciais, que são os principais capacitadores para o crescimento econômico. Isso deslocou empresas e outras atividades socioeconômicas, com a consequência do declínio do PIB dos estados da região, que se transformou em uma bola de neve em um TA geral atrofiado na Nigéria.

3.2 Ameaça à Segurança Alimentar

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (c2021) observou que a agricultura atualmente emprega cerca de 70 por cento da força de trabalho na Nigéria, tornando-se uma importante atividade socioeconômica, especialmente na região norte do país. No entanto, as atividades do BHT no NE da Nigéria forçaram os agricultores a abandonar fazendas e mercados devido a riscos para suas vidas, representando assim uma grande ameaça à segurança alimentar e ao desenvolvimento socioeconômico na região. É importante notar que a produção agrícola tem efeito multiplicador sobre o DE. Por exemplo, alguns produtos agrícolas servem como matéria-prima nas cadeias de valor para as indústrias agro-aliadas, enquanto seus subprodutos têm vários usos, incluindo rações para aves e peixes, bem como outras aplicações (ABDULWAHAB, 2020). No entanto, o período entre 2009 e 2014 registrou uma queda na contribuição da agricultura para o índice econômico do PIB de 37,3 - 19,1 por cento (BANCO MUNDIAL, c2021). Os detalhes estão no Gráfico 1. Embora de acordo com Statista (2021),

este número tenha melhorado para 22,19 por cento do PIB da Nigéria em 2021 (ver Gráfico 2), o efeito das atividades do BHT impactou fortemente as atividades socioeconômicas da região, levando ao aumento inflação e desemprego.

Gráfico 1 – Agricultura (% of PIB), 2009-14.



Fuente: Banco Mundial (c2021).

Gráfico 2 – Agricultura (% of PIB), 2019-21.



Fonte: Statista (2021).

3.3 Índices macroeconômicos fracos

Ao longo dos anos, os índices macroeconômicos da Nigéria permaneceram baixos devido às ameaças à segurança identificadas. Alguns desses índices incluem aumento do desemprego, aumento da inflação, pobreza endêmica e desaceleração do desenvolvimento, dos quais os 2 primeiros serão elucidados.

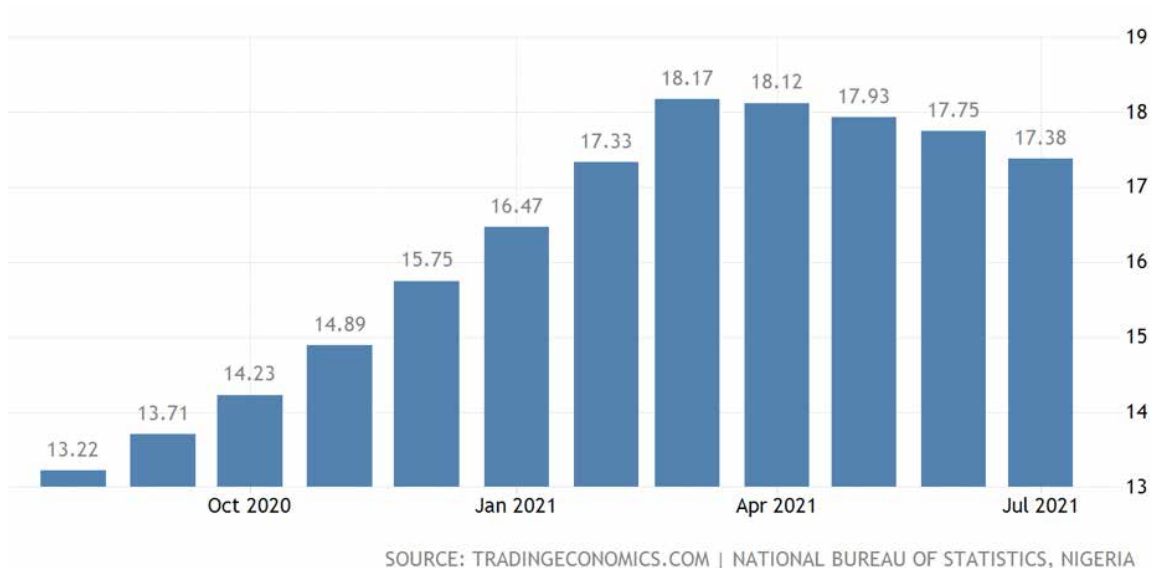
3.3.1 *Aumento do desemprego*

O aumento da insegurança na Nigéria teve um grande impacto na fonte de subsistência dos cidadãos, especialmente no NE, onde a agricultura e as atividades comerciais foram duramente atingidas. A situação do desemprego agravou-se ainda mais em 2020 devido à pandemia COVID 19. Os dados cronológicos do Nigerian Bureau of Statistics (NBS) mostram um aumento consistente da taxa de desemprego nos últimos anos. A taxa de desemprego no país foi estimada em 33,3 por cento no final do 4º trimestre de 2020, mas estima-se que caia ligeiramente para 32,5 por cento no final de 2021 (VARRELLA, 2021). Esta situação é ainda mais evidente nos estados do NE de Borno, Yobe e Adamawa, com taxas de desemprego de 33, 38,4 e 34 por cento, respectivamente (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2020a). É pertinente observar que o desemprego exacerba ainda mais a insegurança à medida que os jovens desempregados se tornam prontamente disponíveis para recrutamento em atividades criminosas que dificultam o DE. Consequentemente, a Nigéria precisa adotar mais medidas para conter a insegurança, bem como impulsionar as atividades socioeconômicas no país para reduzir o desemprego.

3.3.2 *Inflação crescente*

Ao longo dos anos, a inflação, que de acordo com a Enciclopédia Britânica, (INFLAÇÃO, 2021) é um aumento desordenado no nível geral de preços aumentou gradualmente devido à crescente insegurança que interrompeu a agricultura e outras atividades socioeconômicas, causando escassez. O resultado foi de que todos os setores do mercado, incluindo alimentos, vestuário, habitação e móveis, foram afetados por esse agravamento da inflação e aumento dos custos das commodities (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2020b). A taxa de inflação anual da Nigéria medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI) diminuiu para 18,12 por cento em abril de 2021 para o primeiro declínio desde agosto de 2019. Este número representa uma taxa ligeiramente inferior de um aumento constante de quatro anos para 18,17 por cento em março 2021 (ECONOMIA COMERCIAL, 2021). O gráfico 3 dá a representação gráfica do aumento da inflação de 20 de agosto a 21 de julho. A inflação tende a reduzir geralmente o poder de compra dos indivíduos com o potencial de aumentar a criminalidade na sociedade, exacerbando a insegurança que impede o DE.

Gráfico 3 – Taxa de inflação de Ago 20 - Jul 21.



Fonte: Trading Economics, 2021.

4 Esforços atuais para mitigar os efeitos da insegurança no desenvolvimento econômico no nordeste da Nigéria

Os efeitos da insegurança do BHT identificados anteriormente afetaram a economia nigeriana, especialmente na região NE. Atualmente, o governo tem muitos esforços não cinéticos e cinéticos em andamento com o objetivo de mitigar seu impacto na DE geral na Nigéria. Alguns desses esforços serão discutidos sucessivamente.

4.1 Esforços Não Cinéticos

Os efeitos combinados da insegurança no NE da Nigéria aumentaram a pobreza e a fome na região. Isso fez com que o FGN avançasse em esquemas de investimento econômico e social como parte dos esforços não cinéticos. A Nigéria estabeleceu os Programas Nacionais de Investimentos Sociais (NSIP) em 2016, para combater a pobreza e a fome em todo o país por meio da distribuição equitativa de recursos aos vulneráveis (NIGÉRIA, 2016). Alguns dos esquemas do NSIP incluem o programa N-Power para ajudar jovens nigerianos com idades entre 18 e 35 anos a desenvolver habilidades e receber uma bolsa de N30.000 (US \$ 60) por mês. Outro foi o Programa de Empreendimento e Capacitação do Governo, que é uma intervenção de microcrédito que visa comerciantes, artesãos, jovens empreendedores, agricultores e mulheres em particular, fornecendo empréstimos sem juros entre N10.000 e N100.000 (\$ 20-200) aos beneficiários. Desde o início em 2016, o NSIP apoiou mais de 4 milhões de beneficiários em todo o país (NIGÉRIA, 2016).

Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego da Nigéria iniciou um programa social em 2020 para empregar 1.000 artesãos em cada uma das 774 Áreas de Governo Local (LGAs) do país (AS THE..., 2020). Em 24 de junho, cerca de 413.630 nigerianos provenientes de comunidades rurais e, em sua maioria, trabalhadores itinerantes em diferentes LGAs se beneficiaram do programa (AGBAKWURU, 2021). Todos os esforços identificados acima visam estimular atividades socioeconômicas a fim de reduzir a pobreza e a fome. O governo também tem empreendido programas de sensibilização e defesa na mídia impressa, eletrônica e social como parte de comunicações estratégicas para desencorajar atos que são hostis à nação e promovem a paz. É necessário fortalecer as medidas não cinéticas que apoiem e dêem os efeitos desejados aos esforços cinéticos no combate à insegurança no NE da Nigéria.

4.2 Esforços Cinéticos

A Nigéria está atualmente conduzindo várias operações para abafar as ameaças à segurança em todo o país. Por exemplo, a Operação WHIRL STROKE foi criada para combater confrontos de fazendeiros e pastores na região Centro-Norte, enquanto a Operação HADARIN DAJI era para combater sequestros, banditismo armado e roubo de gado na região Noroeste. Da mesma forma, a Operação DELTA SAFTE está protegendo a infraestrutura nacional de petróleo e gás crítica na região sul, enquanto o OPHK, que é uma operação CT-COIN, está lutando contra a insurgência BHT no Nordeste. Outras linhas cinéticas de operações por meio de agências de segurança paramilitares incluem o controle de fronteiras pelos serviços de imigração e alfandegários e as funções normais de policiamento da polícia civil e do corpo de defesa civil.

Apesar dos vários esforços cinéticos desenvolvidos pelo governo para eliminar a prevalência de ameaças à segurança pela raiz, é necessário fazer mais. Um exemplo é a falta de sinergia entre os militares e outras linhas de operações paramilitares, onde algumas agências tendem a trabalhar de forma independente, levando a uma coordenação deficiente de esforços e um ritmo lento de operações. O FGN pode considerar a coordenação central e a simplificação de todas as linhas cinéticas de operações por meio de um hub, como o Gabinete do Conselheiro de Segurança Nacional (ONSA). O desafio também existe de porosidade das fronteiras sendo exploradas por elementos criminosos para contrabandear armas pequenas e armamento leve (SALW) para o país, o que continuou a alimentar a insurgência BHT. Há, portanto, a necessidade de mitigar esses desafios para efetivamente reduzir a insegurança para a evolução do DE.

5 Desafios envolvidos na redução da insegurança para aumentar o desenvolvimento econômico no nordeste da Nigéria

Tendo examinado os esforços atuais empregados pela Nigéria para mitigar os efeitos da insegurança no DE, é necessário destacar alguns desafios que ela enfrenta para alcançar seu estado final de restauração da paz na nação. Os desafios incluem a duplicação de funções de agências de segurança, uso negativo de mídia social, fronteiras porosas e sistemas de gerenciamento de dados integrados inadequados. Estes são avaliados nos parágrafos seguintes.

5.1 Duplicação de funções de agências de segurança e aplicação da lei

As Agências Nigerianas de Segurança e Aplicação da Lei (NSLEA) têm o mandato de fazer cumprir as leis que regem a federação, a fim de manter a segurança interna. A NSLEA principal inclui a Força de Polícia da Nigéria (NPF), o Departamento de Serviços de Estado, os Serviços de Imigração da Nigéria (NIS), os Serviços de Alfândega da Nigéria (NCS) e, em casos especiais, as Forças Armadas da Nigéria. Ao longo dos anos, agências adicionais, como o Federal Road Safety Corps (FRSC), Nigéria Security and Civil Defense Corps (NSCDC), Economic and Financial Crimes Commission (EFCC), bem como Independent Corrupt Practices Commission (ICPC), entre outros, foram criadas para abordar questões específicas consideradas excessivas para a PFN. No entanto, os Atos de Polícia não foram emendados para eliminar as funções das novas agências, criando assim uma sobreposição de funções entre as agências. Isso tem dificultado a coordenação dos esforços dos NSLEAs para combater a insegurança, que se manifesta por meio da rivalidade implacável entre as agências e da luta por relevância e supremacia. Como resultado, os NSLEAs são incapazes de mitigar efetivamente os impactos negativos da insegurança no desenvolvimento socioeconômico.

Apesar da criação do FRSC e NSCDC para complementar o NPF, a segurança das reservas florestais, por exemplo, não foi explicitamente atribuída a nenhuma agência. As reservas florestais, portanto, tornaram-se refúgios seguros para insurgentes, bandidos armados e outros criminosos violentos que inventaram maneiras de escapar dos NSLEAs na prática de seus atos. Outro exemplo de duplicidade de funções é o do ICPC mandatado para livrar a Nigéria da corrupção por meio de aplicação da lei e medidas preventivas (COMISSÃO DE PRÁTICAS CORRUMPTAS INDEPENDENTES E OUTRAS CRIMES RELACIONADAS, c2021) e do EFCC, que é responsável por crimes econômicos e financeiros na Nigéria (ECONÔMICO E COMISSÃO DE CRIMES FINANCEIROS, c2021). A rivalidade entre as 2 agências tem o potencial de comprometer alguns casos que beiram os crimes econômicos. Portanto, é necessário que o FGN agilize as funções das agências de segurança existentes para preencher as lacunas de legitimidade e aumentar sua eficiência para mitigar ameaças de segurança existentes e emergentes.

5.2 Uso negativo de redes sociais

O uso negativo das redes sociais é um desafio para reduzir a insegurança na Nigéria. Tanimu (2010) postula que a globalização tem ajudado os insurgentes do BHT a criar um meio para o crescimento da insurgência por meio do uso de suas ferramentas. A seita criou um nicho para si mesma ao espalhar suas mensagens pela internet e outras mídias globais, como a televisão por satélite. Suas demandas e objetivos são divulgados a insurgentes em potencial, que podem ser inspirados a imitá-los por terem sido estimulados por relatos elaborados de seus atos na mídia. O BHT também usa câmeras de vídeo para gravar vídeos pregando sua ideologia e falsas mensagens de propaganda de sucessos registrados contra agências de segurança nigerianas. Além disso, eles gravam vídeos de execuções públicas e decapitação de vítimas capturadas, todos carregados na Internet como uma campanha de mídia em nível tático com tremendo impacto

estratégico. Isso os trouxe à ribalta internacional a ponto de chamar a atenção da Al-Qaeda. Por exemplo, durante uma entrevista em 2012, o porta-voz da seita, Abu Qaqa, foi citado como tendo dito "Al-Qaeda são nossos irmãos mais velhos, temos apoio financeiro e técnico deles" (MILITARY ..., 2003). Portanto, o uso negativo das redes sociais ocasionado pela globalização é um capacitador para a insurgência que necessita de comunicação estratégica da FGN para melhorar o ED.

5.3 Fronteiras Porosas

Fronteiras porosas constituem um desafio para o combate à insegurança na Nigéria. Tem uma fronteira terrestre de 4.047 km com as vizinhas Repúblicas de Benin, Níger, Chade e Camarões, sendo a maior parte fisicamente desguarnecida. Em 2014, o NIS divulgou que o país tinha mais de 1400 pontos ilegais contra apenas 86 pontos de entrada legais ao longo das fronteiras (GEORGE, 2014). Por exemplo, uma estimativa conservadora indica que mais de 250 trilhas dos estados de Borno, Adamawa e Benue, na Nigéria, levam aos Camarões (OJEWALE, 2021). Essas trilhas ocultas fornecem passagem irrestrita aos insurgentes e ao contrabando de SALW para a Nigéria. A porosidade da fronteira continuou sendo um fator importante para a sobrevivência do BHT, oferecendo-lhe uma tábua de salvação para o apoio externo de grupos transnacionais na forma de SALW, treinamento, radicalização e financiamento (ONUOHA, 2013). Uma vez que a força de trabalho necessária para patrulhar e monitorar com eficácia a vasta extensão de fronteira terrestre da Nigéria é inadequada, a BHT aproveitou essa lacuna para transportar a logística até seus combatentes na Nigéria. Assim, há necessidade de formular uma Estratégia de Gestão de Segurança de Fronteira (BSMS) para lidar com o influxo de insurgentes e SALW para um DE aprimorado.

5.4 Sistemas de gerenciamento de dados integrados inadequados

O sistema de dados integrados inadequado representa um desafio para a Nigéria no combate à insegurança. Atualmente, várias bases de dados sobre nigerianos são mantidas por Departamentos e Agências de Ministérios (MDAs) que ainda não foram integradas centralmente para fins de planejamento. Por exemplo, o FRSC e o NIS mantêm apenas dados biométricos de nigerianos com carteira de motorista e passaportes internacionais, respectivamente, enquanto a Comissão Nacional de População (NPC) mantém dados demográficos desatualizados obtidos na última projeção de 2006. Além disso, os bancos comerciais mantêm dados biométricos conhecidos como Banco Números de verificação, vinculando todas as contas operadas por indivíduos. Esses dados também são limitados, pois capturam dados apenas sobre nigerianos que possuem contas bancárias. Todas essas bases de dados mantidas por MDAs só podem ser úteis para identificação, planejamento de atividades socioeconômicas e inteligência se integradas em uma base de dados central.

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Gestão de Identidade (NIMC) foi instituída em 2007 pelo FGN (NATIONAL IDENTITY MANAGEMENT COMMISSION, 2007). O seu mandato consistia em estabelecer um Sistema de Gestão de Identidade Nacional harmonizado, ancorado no Número de Identificação Nacional (NIN) único, que liga as várias bases

de dados institucionais numa única plataforma (NATIONAL IDENTITY MANAGEMENT COMMISSION, 2021b). Em 29 de julho de 21, o NIMC anunciou que capturou mais de 60 milhões de registros NIN exclusivos em seu Banco de Dados de Identidade Nacional (NID), (NATIONAL IDENTITY MANAGEMENT COMMISSION, 2021b). Além disso, a integração de dados biométricos de outros MDAs teve um progresso tremendo. Por exemplo, um prazo de 31 de outubro a 21 foi definido para vincular todos os números de telefone celular com NIN ou então tais linhas seriam bloqueadas (AGBAKWURU, 2021). Assim, cerca de 59,8 milhões de NINs únicos vinculados a uma média de cerca de 3-4 números de celular cada. Além disso, os bancos de dados de passaportes internacionais e carteiras de habilitação foram integrados ao NID, onde renovações ou novas emissões de documentos envolvem vínculo com o NIN. Apesar dessas tentativas do FGN de integrar todas as bases de dados, a falta de uma Política Nacional de Gestão de Dados (NDMP) tem dificultado a integração total. Isso representa um desafio de identificação precisa dos cidadãos por NSLEAs para conter as ameaças à segurança.

6 Estratégias para mitigar os desafios da insegurança de limpeza para aumentar o desenvolvimento econômico no nordeste da Nigéria

Na sequência da avaliação dos desafios encontrados na redução da insegurança para um DE intensificado, é importante sugerir estratégias a serem empregadas pela Nigéria para mitigá-los. As estratégias propostas são a simplificação dos papéis das agências de segurança, o desenvolvimento de iniciativas de mídia estratégica, a formulação de BSMS e NDMP.

6.1 Racionalização das funções das agências de segurança e aplicação da lei

O desafio de funções conflitantes de NSLEAs pode ser abordado simplificando suas responsabilidades. Por exemplo, os atos de estabelecimento do NPF, FRSC e NSCDC poderiam ser alterados para delinear claramente suas funções específicas para aumentar a eficiência. O FGN poderia iniciar um projeto de lei executivo por meio do Procurador Geral da Federação para alterar a Lei NPF para extirpar funções sobrepostas com o FRSC e o NSCDC. A partir daí, a sinergia de seus esforços combinados melhoraria muito a eficácia da prevenção do crime. A NPF também poderia ser adequadamente equipada para lidar com a segurança interna, o que reduziria a taxa e a duração do desdobramento dos militares nessa função.

Além disso, a Lei NSCDC poderia ser alterada para atribuir-lhe o papel de proteger todas as reservas florestais no país para evitar o uso pelo BHT e outros grupos para fins criminosos. Além disso, o EFCC e o ICPC poderiam ser agrupados em uma agência mais forte e vibrante ao agrupar e articular seus atos de estabelecimento. A organização resultante estaria mais bem posicionada para enfrentar com eficiência crimes financeiros e práticas corruptas por meio da eliminação da duplicação de recursos e esforços. Essas estratégias fortaleceriam a coordenação das agências de segurança e reduziriam as lacunas de legitimidade que as tornam incapazes de combater as ameaças à segurança.

6.2 Desenvolvimento de iniciativas de mídia estratégica

O desenvolvimento de iniciativas de mídia estratégica mitigaria o desafio da exploração negativa da mídia social pela BHT no NE da Nigéria. A comunicação estratégica é o uso proposital da comunicação por uma organização para cumprir sua missão por meio da identificação de conceitos-chave, análise de público, definição de metas e estratégia de mensagem (HALLAHAN et al., 2007). Ao fazer isso, o FGN tentaria negar à equipe de propaganda do BHT uma voz a fim de impedi-los de obter publicidade e, ao mesmo tempo, minar sua credibilidade. Os apoiadores secretos do BHT e o resto da população seriam direcionados para impedir a tolerância por suas atividades nefastas.

Assim, o desenvolvimento de uma série de iniciativas de mídia, como o site de defesa, estações de rádio e TV via satélite, iria contrariar o apelo dos insurgentes, bem como aumentar a consciência pública de suas reivindicações ilegítimas. Nessa abordagem, o Ministério da Defesa (MOD) poderia criar uma equipe de mídia de resposta rápida para lidar com mensagens extremistas na mídia impressa, eletrônica e na Internet. A equipe também deve ser capaz de retirar o vídeo de propaganda divulgado pela seita para diminuir o efeito sobre o moral das tropas e da população em geral. No entanto, para que as comunicações estratégicas sejam bem-sucedidas, várias organizações, como ONGs baseadas na mídia, MDAs, agências de mídia e líderes religiosos devem ser incorporadas.

6.3 Formulação de uma Estratégia de Gestão da Segurança Fronteiriça

A melhoria da segurança da fronteira sem dúvida resolveria o desafio da porosidade da fronteira na Nigéria. As vastas fronteiras terrestres, especialmente no Nordeste da Nigéria com Níger, Chade e Camarões, permanecem amplamente porosas devido ao pessoal e infraestrutura de controle de fronteira inadequados. Para tanto, o FGN poderia desenvolver um BSMS que deveria incluir o aumento da capacidade do NIS e do NCS, bem como a melhoria das relações de controle de fronteiras com os países vizinhos. Para aumentar a capacidade de controle de fronteiras, o governo poderia reforçar a mão de obra do NIS e do NCS com pessoal altamente treinado e dedicado, ao mesmo tempo que fornecia intervenções de desenvolvimento para as comunidades fronteiriças para conquistar seus corações e mentes. Mais importante também, é a necessidade de disponibilizar às agências equipamentos de vigilância de última geração para monitoramento remoto de porções não tripuladas das fronteiras. Na área de melhoria das relações com os países vizinhos, cada um poderia mudar sua postura de focar apenas na prevenção da entrada ilegal de bens e estrangeiros - para geração de receita - para também o que sai de seus países. Essa prática seria benéfica para países com fronteiras compartilhadas no controle do crime. O BSMS iria, portanto, reduzir o impacto da proliferação de SALW na Nigéria e, assim, melhorar a segurança para um DE aprimorado.

6.4 Formulação da Política Nacional de Gestão de Dados

O desafio de dados integrados inadequados sobre nigerianos poderia ser abordado por um NDMP. A política explicaria o procedimento para coleta, armazenamento, integração, harmonização e uso de dados biométricos entre MDAs e para fins de segurança. Em primeiro lugar, o FGN poderia direcionar o NPC para conduzir um censo populacional nacional para dar ao país dados demográficos datados, bem como dados precisos sobre empregos e endereços de todos os residentes, entre outros. Isso serviria de base para atualizar os bancos de dados de todos os outros MDAs, especialmente o NIS e o NCS, para fazer cumprir com eficácia o controle de fronteira, que é a ruína da proliferação de SALW e do influxo de criminosos.

Posteriormente, o NIMC poderia agregar e integrar todas as informações biométricas sobre nigerianos domiciliados com outros MDAs para servir de base para formular e implementar o NDMP. A sincronização de todos os bancos de dados pelo NDMP com acesso a números de telefone, contas bancárias, NIN, carteira de habilitação e documentos de viagem de nigerianos ajudaria os NSLEAs a rastrear e restringir ameaças de segurança para ED aprimorado. Este rico banco de dados seria inestimável para esforços não cinéticos e cinéticos no combate à insegurança, bem como coleta de inteligência para uma agência como a ONSA na proteção da segurança da nação.

7 Considerações finais

O ambiente de segurança contemporâneo pós-Guerra Fria testemunhou uma mudança na natureza dos conflitos para intra-estatais ocasionados principalmente por ameaças internas de atores não-estatais. As ameaças à segurança incluem insurgência, banditismo armado, sequestro, guerra cibernética, sabotagem e terrorismo. Todas essas ameaças estão enraizadas em denominadores socioeconômicos comuns, como desemprego, pobreza extrema, injustiça, analfabetismo, atendimento de saúde precário e falta de infraestrutura. A insegurança no NE da Nigéria tem um efeito profundo na segurança e no bem-estar das pessoas devido ao medo de ataques BHT. Além disso, a segurança alimentar e as atividades comerciais foram ameaçadas, pois a maioria dos agricultores e comerciantes abandonou a região para a segurança de suas vidas. A situação também ocasionou aumento do desemprego e da inflação, o que agrava ainda mais a insegurança, pois os jovens desempregados se tornam prontamente disponíveis para recrutamento em atividades criminosas que impedem o DE no NE da Nigéria.

O FGN tem avançado com várias medidas não cinéticas e cinéticas para combater a insegurança ocasionada pelo BHT. No entanto, os desafios são abundantes, como a duplicação de papéis de NSLEAs, onde os papéis conflitantes de algumas agências criaram lacunas de legitimidade e geraram rivalidade entre agências, bem como a luta pela supremacia. Consequentemente, os esforços conjuntos de várias agências de segurança foram inadequados para mitigar os impactos negativos da insegurança no desenvolvimento socioeconômico. Assim, o FGN poderia simplificar as funções das agências de segurança com funções dúbias, alterando suas leis de estabelecimento para maior eficiência. Além disso, a proteção das vastas reservas florestais em todo o país

poderia ser atribuída ao NSCDC para dominar os espaços não governados no país que servem como esconderijos para os perpetradores de atos criminosos que prejudicam a segurança.

O uso negativo de redes sociais pelo BHT também é um desafio para o FGN na mitigação dos efeitos dos atos terroristas da seita. O uso do espaço cibernético pelo BHT para espalhar suas mensagens ideológicas para insurgentes em potencial, fazer demandas ao FGN e solicitar apoio de organizações terroristas internacionais, tudo atesta o impacto estratégico da seita por meio de uma campanha de mídia bem coordenada. O MOD poderia criar uma equipe de mídia de resposta rápida para retirar o material de propaganda lançado pela seita e diminuir o efeito sobre o moral das tropas e da população em geral. Estas iniciativas de mídia estratégica podem incorporar várias outras ONGs baseadas na mídia, MDAs, casas de mídia e o clero.

Outro desafio para os esforços do FGN em mitigar os efeitos da insurgência do BHT é a porosidade das fronteiras do país. Existem atualmente mais de 1.400 pontos de entrada ilegal ao longo das fronteiras nigerianas, alguns dos quais fornecem passagem irrestrita para o influxo de insurgentes e SALWs que alimentam a insurgência do BHT. Para resolver isso, o FGN poderia desenvolver um BSMS para fortalecer a mão de obra e aumentar a capacidade do NIS e do NCS para controle de fronteira, ao mesmo tempo que fornece dispositivos de vigilância de última geração para detecção remota. Também poderia renovar a postura de relacionamento entre a Nigéria e outros países com os quais compartilha fronteira comum, em uma tentativa de impedir a liberdade do BHT de cruzar ilegalmente a logística de apoio às suas atividades.

O gerenciamento de dados integrado inadequado também representa um desafio para os esforços do governo em conter os efeitos da insurgência do BHT sobre o DE. Os numerosos MDAs identificados de forma independente mantêm bancos de dados que não estão harmonizados nem vinculados para fins de planejamento e coleta de informações em apoio aos esforços cinéticos e não cinéticos da FGN. O FGN poderia, portanto, organizar um censo populacional para obter dados demográficos datados de todos os cidadãos, seguido pela formulação e implementação de um NDMP pelo NIMC para coletar e harmonizar todos os bancos de dados mantidos pelos MDAs. Isso serviria como um banco de dados do governo para o planejamento socioeconômico e fins de inteligência da ONSA.

8 Recomendações

Tendo analisado criticamente os desafios que impedem os esforços da Nigéria para conter a insurgência BHT, este artigo faz as seguintes recomendações para melhorar ED na Nigéria:

- a. O FGN deve alterar as leis de estabelecimento de NSLEAs para agilizar suas funções.
- b. O FGN deve atribuir a proteção das reservas florestais ao NSCDC.
- c. O MOD deve criar uma equipe de mídia de resposta rápida para comunicação estratégica.
- d. O FGN deve evoluir e implementar um BSMS.
- e. O NIMC deve formular e implementar um NDMP.

Referências

A COMUNICAÇÃO estratégica como vetor da consecução dos objetivos estratégicos do exército. 2021. Projeto Interdisciplinar CPEAEx - Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

AGUILAR, S. L. C. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Ed Porto de Ideias, 2010.

BARSTON, R. P. **Modern diplomacy**. 3rd. ed. England: Pearson Education Limited, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Diretriz para as atividades do exército brasileiro na área internacional**. Brasília, DF: 2013.

CABESTRÉ, S. A.; GRAZIADEI, T. M.; POLESEL FILHO, P. Comunicação Estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. **Conexão - Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 39-58, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/151/142>. Acesso em: 3 maio 2021.

CARILLO, M. V. Comunicação Estratégica no ambiente comunicativo das organizações atuais. **Comunicação e Sociedade**, Braga, Portugal, v. 26, p. 71-80, 2014. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1146>. Acesso em: 29 nov. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **O minidicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

HILL, C. **The changing politics of foreign policy**. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, M. **The professional Soldier**: a social and political portrait. New York: The Free Press, 1971.

LANDIM, H. G. C. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

MUTHANNA, K. A. **Enabling military-to-military cooperation as a foreign policy tool**: options for India. New Delhi: United Service Institution of India Centre for Research; Knowledge World, 2006.

OLIVEIRA, I. de L.; PAULA, M. A. de. **O que é comunicação estratégica nas organizações?**. São Paulo: Paulus, 2007.

PAUL, C. **Strategic communication: origins, concepts and current debates**. Santa Barbara: Praeger, 2011.

PEREIRA, M. J. de S. Comunicação Estratégica no contexto organizacional. **Revista Internacional de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/7480/10592>. Acesso em: 3 maio 2021.

REVERON, D. S. **Exporting security**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2010.

SILVA, A. R. de A. **A diplomacia de defesa na sociedade internacional**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24563/24563.PDF>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SINGH, P. K. China's Military diplomacy. **Strategic Analysis**, New Delhi, v. 35, n. 5, p. 793-818, Sep 2011.

UNITED STATES. Department of Defense. **Strategic communication: joint integrating concept**. Washington, D.C.: Department of Defense, Oct 7, 2009. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/concepts/jic_strategiccommunications.pdf?ver=2017-12-28-162005-353. Acesso em: 29 nov. 2021.

VAN RULER, B. Communication theory: an underrated pillar on which strategic communication rests. **International Journal of Strategic Communication**, [London], v. 12, n. 4, 2018, p. 367-381, Aug 2018.

VASCONCELOS, K. N. de. **A Cooperação Brasil – Paraguai no campo militar e seus reflexos nas relações bilaterais**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

WATSON, A. **Diplomacy: the dialogue between States**. London: Methuen, 1982.

ZERFASS, Ansgar, Dejan Verčič, Howard Nothhaft & Kelly Page Werder (2018) Strategic Communication: Defining the Field and its Contribution to Research and Practice, **International Journal of Strategic Communication**, 12:4, 487-505, DOI: 10.1080/1553118X.2018.1493485

Corredor Econômico China-Paquistão: implicações na economia do Paquistão e preocupações de segurança

China Pakistan Economic Corridor: implications on pakistan's economy and security concerns

Resumo: O CPEC (China-Pakistan Economic Corridor em inglês) tem uma importância única nas futuras atividades econômicas do Paquistão. O objetivo é atualizar a infraestrutura necessária do Paquistão e fortalecer sua economia pela construção de modernas redes de transporte, vários projetos de energia e zonas econômicas especiais. No geral, é um grande projeto de conectividade regional. O projeto é a base do futuro progresso econômico do Paquistão, que certamente trará muitas mudanças positivas no desenvolvimento do país. Sob os auspícios do CPEC, uma série de estradas, energia, zonas econômicas especiais e novos trilhos ferroviários serão construídos junto com o desenvolvimento do porto marítimo de Gawadar, que tem uma importância vital e estratégica para o Paquistão e a China. No entanto, dado o fato de que os EUA têm se oposto abertamente ao CPEC sob sua política de conter a China, vários atores regionais, especialmente a Índia, visaram desde o início interromper o projeto. Existem algumas preocupações de segurança no projeto, algumas das quais são nativas e a maioria é patrocinada externamente.

Palavras-chave: Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). Zonas Econômicas Especiais. Desenvolvimento do Porto de Gwadar.

Abstract: CPEC (China Pakistan Economic Corridor) holds a unique importance in Pakistan's economic future pursuits. It aims at upgrading Pakistan's required infrastructure and strengthen its economy by the construction of modern transportation networks, various energy projects, and special economic zones. Overall, it's a huge project of regional connectivity. The project is the bedrock of Pakistan's future economic progress which is sure to bring lot of positive changes in the country's development. Under the auspices of CPEC, a number of roads, energy, special economic zones and new railway tracks will be constructed along with development of Gawadar seaport which holds a vital and strategic importance for both Pakistan and China. However, given the fact that USA has been openly opposing the CPEC under it's contain China policy, a number of regional players specially India has aimed from the beginning to disrupt the project. There are some security concerns to the project some of which are indigenous and most are externally sponsored.

Keywords: China-Pakistan Economic Corridor (CPEC). Special Economic Zones. Development of Gwadar Port.

Ammar Karim 

Pakistan Army.

Punjab, Pakistan.

ammarkarimgilgiti@gmail.com

Recebido: 09 abr. 2021

Aprovado: 28 out. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

a. O Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) está sendo considerado como o divisor de águas não apenas no Paquistão, mas entre a maioria dos países da região. Dada a situação, o CPEC é considerado um golpe de perfeição (GUL; ISHAQUE; ASGHAR, 2021) em grandes projetos exigidos pelo Paquistão e devidamente abraçados pela China. O corredor gira em torno de uma interface rodoviária e ferroviária de 2.000 quilômetros entre o oeste da China e o Paquistão. Associa Kashgar ao porto de Gwadar, no mar da Arábia. O CPEC está sob o guarda-chuva de um esforço maior do OBOR (One Belt, One Road em inglês) chinês “Um Cinturão, Uma Rota” que incorpora uma população de vários bilhões e um rendimento monetário de US\$ 21 trilhões (KHALID; JALAL; ULLAH, 2019) na Eurásia. Evidentemente, a relação Sino-Paquistão se desenvolverá essencialmente com o CPEC (de acordo com uma perspectiva de segurança financeira) e poderá modificar as questões geoeconômicas, geopolíticas e legislativas do Sul da Ásia.

b. Previsto em meados de 2013 e iniciado em abril de 2015, o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), denota outro período de vínculos financeiros em relação mútua que geralmente se caracteriza pela participação securitária. A economia do Paquistão precisa claramente de uma mudança e várias autoridades dizem que o CPEC ajudará dessa maneira.

c. O CPEC, que envolve créditos, especulações e prêmios que podem chegar a cerca de US\$ 60 bilhões, percorre um percurso de 2.700 km. Começa no porto do mar da Arábia do Paquistão de Gwadar, na área do Baluchistão, move-se ao longo da rodovia Karakoram através da passagem Khunjerab em Gilgit-Baltistan, antes da interseção com o Kashgar no distrito de Xinjiang da China. Dentro do domínio do Paquistão, os projetos monetários e de melhoria se concentram na fundação de transporte, na virada moderna de eventos, energia e no porto de Gwadar, no Baluchistão. O CPEC foi inicialmente avaliado em 50 bilhões de dólares, que foi expandido adicionalmente para 62 bilhões de dólares (HUSSAIN, 2021) e avaliado para ultrapassar 100 bilhões de dólares até 2030. Nesta circunstância específica, o OBOR é a impressão de incorporação política provincial, refinamento financeiro de eventos, permuta, aumento do grau de aplicação de recursos nas áreas de transporte e energia. Ao associar a China à Ásia, Europa, África e Oriente Médio, o OBOR planeja reformular o comércio. O CPEC provavelmente abre caminhos para o comércio e a atualização econômica para o Paquistão e a China, bem como para o Irã, o Afeganistão e as repúblicas da Ásia Central.

2 Contexto Histórico

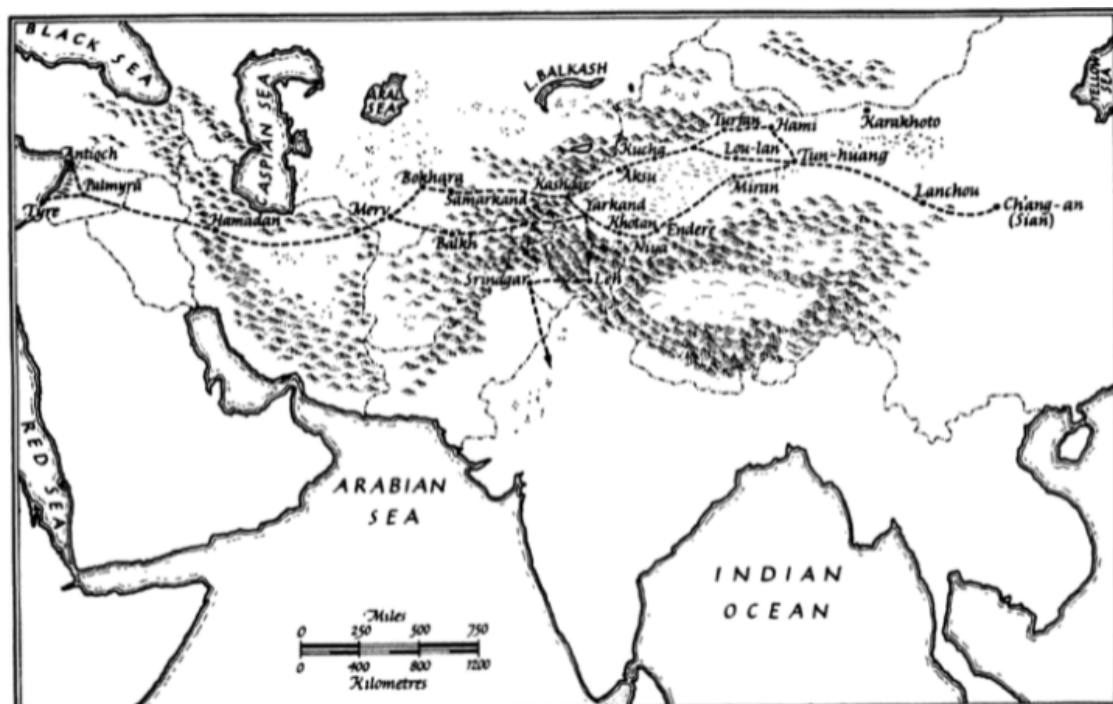
a. O CPEC é um braço do esforço OBOR (Um Cinturão, Uma Rota) cujas raízes podem ser seguidas de volta à antiga rota da seda. A Rota da Seda, uma antiga via marítima, conectando a China ao Ocidente, que transportava mercadorias e pensamentos entre os dois

incríveis desenvolvimentos de Roma e da China. A China obteve o Cristianismo Nestoriano e o Budismo (da Índia) através da Rota da Seda.

b. Em 138 a.C. (HOPKIRK, 2001), um explorador audacioso, Chang Chien, foi enviado para o Ocidente pelo imperador Han Wu-Ti, que enfrentou a insistência colossal dos adversários convencionais da China (Hsing-Nu, hunos de origem turca) de 476-201 a.C. A extraordinária massa da China em 221 a.C. estava subjacente a um cenário semelhante. A motivação por trás do esforço foi procurar novos parceiros no Ocidente contra o poder Chinês. Uma soma de 100 pessoas foi enviada para o empreendimento através da paisagem seca / complicada do deserto de Taklamakan, no sudoeste da China. Apenas 2 x pessoas voltaram depois de 13 anos tendo efetivamente conectado com a Ásia que trouxe a Rota de Seda.

c. A Rota da Seda permaneceu em uso até 1453 d.C. (SILK..., 2021), quando o Império Otomano boicotou (HISTORY, 2017) todos os tipos de comércio com a China. Apesar de ser interrompida por um longo período de tempo, faz muito tempo desde que a Rota da Seda foi utilizada para o comércio global, os cursos não utilizados afetaram seriamente o comércio, a cultura e a história que reverberam até hoje.

Mapa 1 – Os principais caminhos da Rota da Seda



The Main Routes of the Old Silk Road

Fonte: Hopkirk (2001).

3 O CPEC e a Economia do Paquistão

Deve-se lembrar que a organização do CPEC segue quatro fases (HUSAIN, 2018) que são:

- a. Colheita Antecipada (2015-2019). A maioria dos empreendimentos é voltada para a energia e está quase finalizada adicionando cerca de 7.000 MW de potência ao setor público de energia, facilitando as deficiências energéticas e o corte de carga.
- b. Projetos de curto prazo (até 2022). Principalmente estradas, desenvolvimento da cidade de Gwadar, organização de Fibras Ópticas e os projetos de mineração de carvão Hydel+.
- c. Projetos de médio prazo (até 2025) incluem modernização ferroviária e zonas industriais.
- d. Projetos de longo prazo (até 2030) incluem a conclusão de Zonas Industriais, Agricultura, Turismo e assim por diante.

4 Setor de Energia

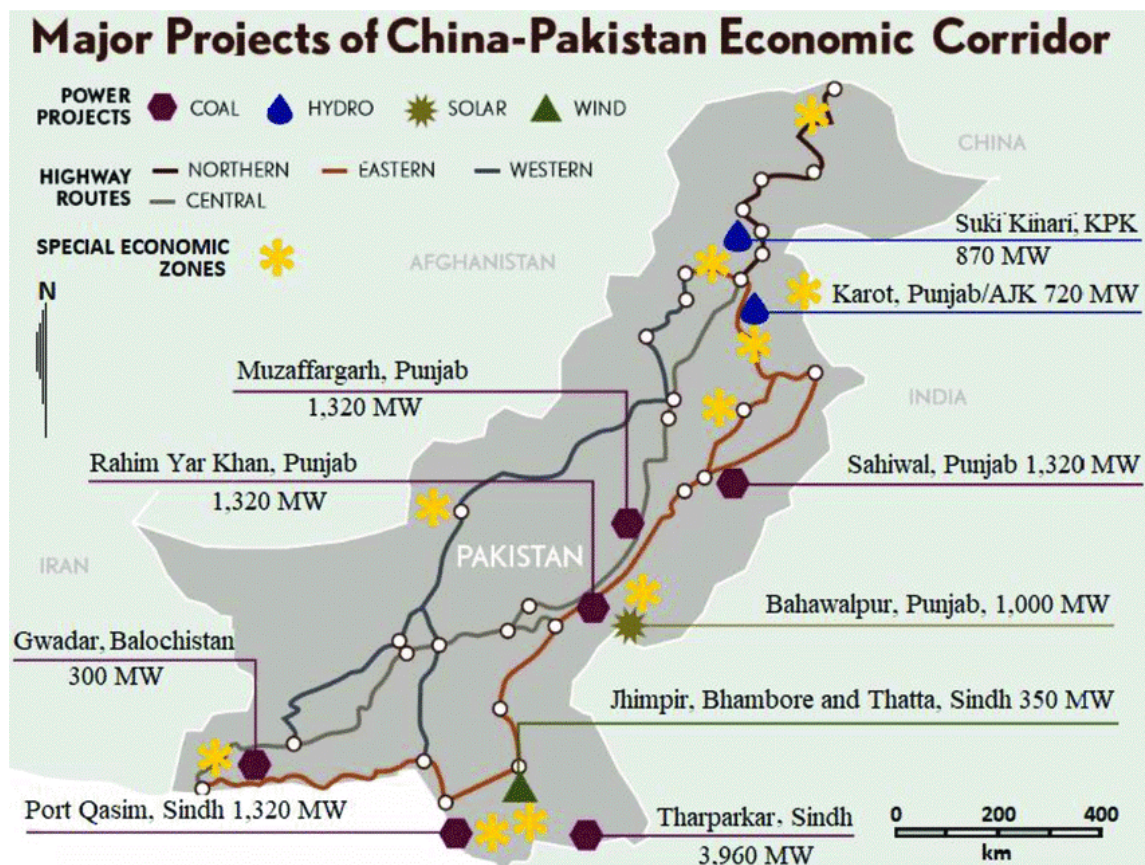
a. O Paquistão estava passando por escassez de energia em um passado recente. Mais de 140 milhões de paquistaneses foram expostos a queda de carga e escassez de energia passando por mais de 12 horas de queda de carga todos os dias. O déficit normal na área de energia era de cerca de 4.000 MWs. O déficit tinha potencial para subir para 7.000 MW ou 32% da rede elétrica completa (JAVID, 2018). A escassez de energia custou quase 14 bilhões de rúpias paquistanesas (7% do PIB) para o Paquistão no ano passado. Sob essas condições, a indústria do Paquistão encolheu seriamente. Os empreendimentos foram obrigados a utilizar geradores a diesel para atender às suas necessidades. Mais de 500.000 famílias foram afetadas pelo desemprego.

b. Sob o CPEC, 13.000 Mega Watts de eletricidade gerada adicionalmente deveriam ser adicionados à rede elétrica, dos quais projetos no valor de 10.000 Mega Watts já estão concluídos (até 2018). É provável que os projetos restantes sejam concluídos até 2022. Os empreendimentos sob CPEC são fornecidos conforme Anexo A deste documento.

c. A energia é definida como a linha de vida da economia de qualquer país. É o instrumento mais dinâmico de avanço financeiro de um país. Por causa do aumento populacional e da expansão industrial, houve emergências energéticas extremas no Paquistão. A explicação significativa para a escassez de energia do Paquistão é a insegurança política e a dramática ausência de produtividade. Nenhuma resposta para o problema ainda foi encontrada e continua torturando os moradores. A escassez de energia e a queda de carga (quedas de energia intencionais) são normais em cada esfera no Paquistão, mas são particularmente significativas nas áreas urbanas.

d. O CPEC ajudará a libertar a nação das emergências energéticas. A acessibilidade energética restaurará os empreendimentos existentes e provavelmente adicionará 2% ao PIB do Paquistão. A China já está ampliando a grande colaboração monetária com o Paquistão e está realizando uma tentativa genuína de resolver a escassez de energia. A estrutura do CPEC cobrirá quatro regiões significativas e a energia é uma delas. Em energia, o projeto totalizando 10.400 megawatts já foi concluído (até 2018). As empresas chinesas criarão US \$35 a US \$ 37 bilhões no setor de IPP com a estratégia de acessar projetos de energia com financiadores. Esses projetos seriam baseados na idade eólica, solar, de carvão e hidrelétrica, com um resultado estimado de 16.400 MWs e estariam situados em todas as regiões, incluindo Azad Kashmir. A China estabeleceria 10 projetos de 6.600 MW (ABID; ASHFAQ, 2015) no deserto de Thar, que provavelmente transformariam esse distrito remoto na capital energética do Paquistão e abririam liberdade monetária para os habitantes.

Figura 1 – Os principais caminhos da Rota da Seda



5 Infraestrutura (ZIA; WAQAR, 2018)

(1) Estradas. Para o Paquistão, o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) é um modelo adequado que associa a China à Ásia Central, Ásia Ocidental e partes do Sul da Ásia. Os projetos de transporte estão previstos para viabilizar os projetos do CPEC por mais de US\$ 45 bilhões, dos quais 30% (US\$ 13,58 bilhões) são creditados para o desenvolvimento da fundação. Atualmente, 6 projetos de estrutura de estradas estão em desenvolvimento em várias áreas do Paquistão. Estes incorporam o KKH Phase II (Thakot-Havelian Section) situado em Gilgit Baltistan e KPK, Peshawar-Karachi Motorway, a área de Multan-Sukkur e Lahore-Multan, no Punjab e Sindh, atualização de D.I Khan (Yarik) – Zhob, N-50 Phase – I entre Peshawar e Baluchistão, E-35 Expressway e por último o M-4 entre Faisalabad e Multan em Punjab. A infraestrutura rodoviária que está sendo desenvolvida sob as rubricas do CPEC ajudará a transformar a economia do Paquistão, não apenas garantindo o transporte de mercadorias, mas também dando um grande impulso à indústria do Turismo do país, que tem um grande potencial. Projetos significativos de estrutura no âmbito do CPEC são especificados a seguir:

(a) KKH Phase II (Thakot -Havelian Section).

Cobrando o comprimento de cerca de 440 km (despesas de US\$1.366 milhões), o KKH Phase II conecta os distritos de Gilgit Baltistan e KPK com a capital do Paquistão. Com a conclusão deste projeto, o comércio entre o Paquistão e a China ganharia novos patamares, já que a estrada atual de Gilgit para KPK está esgotada. Gilgit Baltistan estão no norte do Paquistão e abrigam algumas das montanhas mais altas do mundo. A área tem um enorme potencial turístico e o projeto pode ajudar a aumentar esse potencial.

(b) Peshawar-Karachi Motorway (Multan-Sukkur and Lahore-Multan Section).

Esta parte da rodovia conecta Punjab a Sindh cobrindo 392 km com um plano financeiro avaliado de US\$ 2.980 milhões. Concebe o desenvolvimento de uma rodovia de 6 pistas também para um comprimento de 1.100 km. Esta autoestrada começa a partir da autoestrada de Karachi através de M-9 até Hyderabad (136 km). De Hyderabad, esta rodovia se estende em direção a Sukkur, terminando o comprimento de 345 km.

(c) Atualização de D.I Khan (Yarik-Hakla), Phase I to V.

A atualização da autoestrada D.I Khan centra-se na parte ocidental do desenvolvimento de infraestruturas. Ele se concentra na construção de rodovia entre Peshawar e Baluchistan através de Hakla (perto de Fatah Jang). O custo avaliado para terminar este empreendimento é de cerca de US\$ 120 milhões, cobrindo um comprimento de 290 km.

(d) Faisalabad-Multan Motorway (M4), Package II e III.

A rodovia desenvolvida sob este empreendimento é financiada pelo ADB Bank e é dividida em 2 áreas primárias de Gojra a Khanewal. O segmento principal cobre

uma distância de 61 km, enquanto o outro segmento cobre uma distância de 65 km. O projeto está em desenvolvimento e foi concluído até 2018.

(e) E-35 Expressway.

Este projeto é importante, pois começa em Burhan na M-1 (Rodovia Peshawar-Islamabad) e termina em Havlian. Esta rodovia de 59,1 km e 6 pistas será concluída em três etapas. A etapa principal começa de Burhan a Jhari Kas (20 km), a segunda etapa de Jhari Kas a Sarai Saleh (19 km) e a terceira etapa de Sarai Saleh a Havelian (18 km).

O esboço detalhado dos projetos de infraestrutura é fornecido de acordo com o Anexo B deste documento (CHINA-PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR, c2020).

(2) Ferrovias (ML-1 PROJECT..., 2021)

(a) O governo chinês está contribuindo com US\$ 6,8 bilhões em tarefas ML-1, que incluem a gradação e a dualização da linha ferroviária. Esta linha de 1.872 quilômetros de Peshawar a Karachi está destinada a fazer 24.000 paradas e garantirá uma velocidade de trem de até 160 quilômetros por hora. A linha ferroviária seria atualizada de Karachi para Peshawar e de Taxila para Havelian. Este projeto "uber" é uma ilustração evidente da afinidade Paq-China.

(b) De acordo com dados oficiais, o limite da linha ferroviária também será expandido de 34 trens por dia para 170 trens por dia e a velocidade dos trens de carga será expandida até 120 km/h. A Pakistan Railways é uma instituição estatal, mas não tem sido um elemento gerador de benefícios. Vendo sua importância, a autoridade pública apoiou as tarefas por meio do Comitê Executivo do Conselho Econômico Nacional (ECNEC em inglês), que é avaliado em US \$ 6,8 bilhões. As tarefas iniciais envolvem o desenvolvimento de trilhos de 527 km de comprimento associando Peshawar, Rawalpindi e Lahore (a ser concluído até 2024), os segundo e o terceiro projetos geralmente visam reformar a linha ferroviária de 251 km entre Lahore e Hyderabad e a linha ferroviária de 740 km entre Rawalpindi-Peshawar e Hyderabad-Multan separadamente.

(c) O Paquistão ligará a China à Ásia Ocidental e à África por meio de seu porto de Gwadar. Todos os produtos entregues de e para a China serão enviados com a própria mercadoria do Paquistão. A consumação Ideal do ML-I é no melhor interesse financeiro do Paquistão, tanto quanto é para a China. É normal que a ferrovia dê ligação direta aos produtos chineses e do leste asiático aos portos marítimos paquistaneses em Karachi e Gwadar até 2030. Os detalhes são fornecidos de acordo com o Anexo B (CHINA-PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR, c2020).

6 Zonas Econômicas Especiais

a. SEZs (Zonas Econômicas Especiais) propostas

(1) A China e o Paquistão marcaram o Memorando de Entendimentos (MoU - Memorandum of Understanding em inglês) em 2013, que serviu de base para o Corredor Econômico China-Paquistão. A visita ao Paquistão em 2015 do presidente chinês Xi Jinping formalizou o CPEC para a distribuição de 46 bilhões de dólares. Até o final de 2017, o agregado de créditos e especulações sob o CPEC já ultrapassava 60 bilhões de dólares. Ao todo, as atividades iniciais do CPEC foram efetivamente operacionalizadas e dezenas de projetos em portos, energia, ferrovias, ruas e assim por diante já estão em andamento.

(2) Para unir o CPEC e melhorar o comércio recíproco, os governos Chinês e Paquistanês terminaram, no 6th Joint Cooperation Committee (JCC), realizado em dezembro de 2016, a criação de Zonas Econômicas Especiais. O número de tais SEZs mudou de mais de cem para quarenta e seis. No entanto, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Reforma e o Conselho de Investimento (que trabalha sob o Secretariado do Primeiro-Ministro) propuseram o desenvolvimento de nove zonas modernas em vários setores do Paquistão. O seu enquadramento consta do Anexo C.

(3) As Zonas Econômicas Especiais são vistas como os pilares fundamentais do Corredor Econômico China–Paquistão. Para acelerar o desenvolvimento das SEZs propostas, quatro zonas sob o CPEC foram listadas: ICT Model Industrial Zone (Islamabad), Allama Iqbal Industrial City (Punjab), Rashakai Economic Zone (KP) e Dhabeji (Sindh). O primeiro-ministro do Paquistão, Imran Khan, consentiu em acordos diferentes com seus parceiros chineses. Criticamente, um dos arranjos foi identificado com o desenvolvimento da Zona Econômica de Rashakai como uma necessidade mais alta. O trabalho em SEZs adicionais também está em andamento de acordo com o segundo período de CPEC. As SEZs propostas oferecem várias liberdades ao governo chinês e paquistanês, empresas e indivíduos.

b. Oportunidades Oferecidas

(1) O Paquistão exige o estabelecimento de uma estrutura sólida para sua recuperação financeira e restabelecimento; as Zonas Econômicas Especiais dariam um amplo escopo de liberdade para apoiar a industrialização melhorada. O Paquistão provavelmente estará bem situado no mercado provincial e mundial por causa dessas zonas econômicas especiais. Embora se dependa do CPEC para atualizar várias partes no Paquistão e na parte ocidental da China, o desenvolvimento e a racionalização das SEZs propostas provavelmente ajudarão o desenvolvimento industrial no Paquistão e na China.

(2) As Zonas Econômicas Especiais propostas devem funcionar como um impulso financeiro sólido para os especialistas paquistaneses conhecerem as mudanças e melhorar o clima de negócios doméstico, administrar o comportamento, o limite útil, enviar a base e melhorar o apelo comercial para outras especulações desconhecidas. Além disso, a industrialização com outro aspecto provavelmente gerará ocupações para a enorme população subempregada do país. O movimento moderno planejado sob as SEZs em geral e o CPEC especificamente criaria trabalho para a força de trabalho em desenvolvimento.

(3) Em segundo lugar, as SEZs oferecem a chance de atrair a diáspora Paquistanesa com suas habilidades e informações ao lado de sua capital reunida para possibilidades mais benéficas no país. As SEZs podem capacitar as empresas a se aglomerarem e obterem vantagens das economias externas e, dessa forma, darão liberdade para colocar as empresas locais em um caminho mais alto da expectativa de absorver informações.

(4) Em terceiro lugar, as aberturas comerciais provavelmente forçarão ambos os estados a melhorar e reforçar o sistema comercial recíproco. Além disso, dentro da SEZs, as organizações paquistanesas que disputam ou complementam as organizações chinesas aprenderiam métodos de negócios e comércio. Da mesma forma, as empresas internacionais que estão predominantemente definindo sua criação e troca progressivamente em busca das áreas menos exorbitantes – Zonas Econômicas Especiais podem dar um palco para receber as recompensas de tais liberdades que são, em um sentido real, desconsideradas pelos especialistas paquistaneses.

(5) Em quarto lugar, as SEZs oferecem a chance de reforçar a inovação e a colaboração entre organizações chinesas e paquistanesas.

(6) Além disso, as SEZs dão liberdade para supervisionar o agrupamento de trabalho, reduzindo assim as despesas de pesquisa e diminuindo o desemprego de trabalhadores talentosos. Além disso, ao trabalhar dentro de uma SEZ, pode haver uma chance sólida de sustentar pensamentos criativos que podem ser dispersos por organizações e empresas.

(7) Em conclusão, as SEZs propostas, que seriam operacionalizadas no segundo período do corredor econômico China–Paquistão (2020-2025), transmitem a possibilidade de estabelecer ligações com o gigantesco mercado chinês; e as SEZs Chinesas.

7 Desenvolvimento do porto de Gwadar (NAZ; ALI, 2018)

O porto de Gwadar foi chamado de "Cidade de Entrada" para o CPEC e como "porta para a Ásia." O porto de Gwadar está situado nas proximidades do Estreito de Ormuz (20% do suprimento mundial de petróleo). Seu desenvolvimento foi concluído em 2016 e, a partir de outubro de 2016, os fretes de câmbio de Kashgar começaram a entrar no Paquistão, chegando com segurança ao porto de Gwadar. Com relação a OBOR, Gwadar assumirá uma importância maior na melhoria dos países da Ásia Central sem litoral. É pesquisado que, após a conclusão do porto de Gwadar, o Paquistão será o eixo central de toda a região. Trinta organizações efetivamente colocaram recursos em zona de livre comércio com uma estimativa de 474 milhões de dólares. Um fundo total de 792,62 milhões de dólares foi atribuído ao avanço de Gwadar com os seguintes compromissos:

- a. Desenvolvimento da Universidade de Gwadar.
- b. Quarenta organizações diferentes estariam na Zona Franca de Comércio de Gwadar focando principalmente em negócios de aço inoxidável e petroquímicos.
- c. Empreendimentos especiais serão iniciados para o avanço da pesca e da fundação da indústria de fabricação de barcos.
- d. Para a melhoria da formação, das capacidades e melhoria do bem-estar, serão criadas organizações profissionais e especializadas, clínicas, o abastecimento primário e novo de água e a sua divulgação.
- e. A construção de terminais adicionais, a autoestrada East-Bay (para fazer a interface de Gwadar com a estrada à beira-mar de Makran) e o Aeroporto Internacional de Gwadar são os projetos significativos.

8 Oportunidades de Emprego

O CPEC dará o impulso necessário à economia do Paquistão. De acordo com os relatórios, um incremento gradual de 3,6 unidades na especulação estimula o desenvolvimento do PIB em uma unidade. O CPEC solicitará uma expansão na taxa de desenvolvimento do PIB em 1,5%.

9 Ameaças Regionais de Segurança ao Paquistão

a. O CPEC é um empreendimento multibilionário focado na rede de infraestrutura, desenvolvendo ainda mais a economia do Paquistão e transformando Gwadar em um centro econômico regional. Diferentes nações demonstraram interesse em receber suas recompensas.

Mas, o projeto enfrenta desafios de segurança gigantescos. O ambiente em mudança do Sul da Ásia é especialmente perturbador para a segurança do CPEC. A região está vendo o alvorecer do Estado Islâmico no Afeganistão, a Revolta de Baloch e a agressão da Índia ao Paquistão em geral e ao CPEC em particular.

b. É importante compreender que a situação de estabilidade do Afeganistão teria um impacto excessivo no Paquistão. O Baluchistão é uma parte crucial do CPEC e também tem sua fronteira com o Afeganistão. Doravante, qualquer insurreição no Afeganistão pode (sem muito esforço) esmagar o Baluchistão e colocar todo o projeto em risco. Permita-nos olhar para as circunstâncias básicas de segurança do Sul da Ásia e seus efeitos prováveis sobre o corredor econômico China Paquistão.

c. Dada a sua guerra comercial com a China, os EUA mostraram sua desaprovação ao CPEC desde o seu início. Os EUA têm sido muito francos em suas críticas ao megaprojeto e estão pressionando diplomaticamente o Paquistão para que o abandone. O Paquistão, no entanto, sustentou que não recuaria do projeto devido aos seus enormes benefícios para a economia do país. No passado recente, a relação entre os dois países não foi ideal devido ao mesmo motivo.

d. Situação de segurança no Afeganistão (antes da recente tomada do Talibã)

(1) O clima de segurança do Afeganistão é um dos perigos significativos para o CPEC por causa da proximidade e suscetibilidade do Paquistão a ele. O terrível teste ao CPEC é a precariedade no Afeganistão¹⁸. A conquista do CPEC e do OBOR depende extraordinariamente da harmonia no Paquistão, Afeganistão e China Ocidental. Islamabad e Pequim têm trabalhado com esforços para levar o Talibã à mesa de organização, mantendo conversações entre o Talibã e os EUA para parar o conflito afegão. A situação de segurança no Afeganistão está se tornando cada vez mais lamentável, já que as tropas dos EUA provavelmente se retirarão. Os talibãs afegãos saíram de sua hibernação e atualmente administram o país devastado pela guerra. Além disso, o possível fluxo de refugiados afegãos tem a possibilidade de comprometer o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). Desde a declaração da CPEC em 2015, Pequim espera estender o CPEC às nações adjacentes do Paquistão, incluindo o Afeganistão. Para se preparar para isso, Pequim tem pressionado o Paquistão a abrir suas fronteiras e aumentar as relações bilaterais com o Afeganistão para expandir o CPEC. ***Por causa dos esforços chineses e paquistaneses, o Paquistão declarou planos para construir mercados de 12 linhas com o Afeganistão, contra apenas mercados de 6 linhas com o Irã.

(2) Outra ameaça ao CPEC surgiu com os separatistas de Baloch tentando desestabilizar a situação de segurança dentro do Paquistão. Eles já realizaram ataques no Baluchistão contra os projetos do CPEC e a força de trabalho chinesa no local. O número crescente de militantes do TTP no Afeganistão com sua relação subjacente com os separatistas de Baloch é diretamente proporcional ao aumento da presença indiana no Afeganistão. A partir de 2013, o líder terrorista descrito pelos EUA, Latif Mahsud (comandante do Talibã do Paquistão) foi apreendido no leste do Afeganistão (PAKISTAN..., 2013). De acordo com a investigação das tropas dos EUA, Latif Mehsud estava retornando de uma reunião com oficiais de inteligência Afegãos para discutir a possibilidade de atacar vários segmentos no Paquistão de acordo com os requisitos da NDS (Agência de segurança do Afeganistão). Latif Mahsud era um confidente próximo do líder do Talibã paquistanês, Hakimullah Mehsud, cujo grupo foi morto aos milhares em seu conflito com o governo paquistanês. Semelhante relação obscura entre o NDS afegão e o TTP foi encontrada durante o ataque terrorista realizado na APS Peshawar, que resultou no shahadat de centenas de crianças.

(3) A conquista do CPEC, e da mesma forma, todo o BRI, atualmente depende de um Afeganistão estável.

e. Ascensão do ISIS

(1) No meio das negociações de paz, mais um grupo ascendeu no Afeganistão, a Província de Khorasan do Estado Islâmico (ISKP). Sua presença não é apenas um perigo para os talibãs e as potências unidas, mas também representa uma ameaça para todos os vizinhos. Paquistão e China saudaram a adesão do Afeganistão ao CPEC, uma vez que sua consideração seria útil não apenas para toda a região, mas particularmente para o Afeganistão. Não obstante, a situação de segurança demolida no Afeganistão é um obstáculo significativo no caminho da adição do Afeganistão ao CPEC. O Paquistão tem sérias preocupações com a conexão entre o ISKP e o Talibã paquistanês.

(2) Em 2015, o representante do ISIS declarou oficialmente o esforço do grupo para usar o Afeganistão como um importante marco do território Islâmico Khorasan que também se funde com o Paquistão e a Ásia Central. Os talibãs correram para denunciar o grupo e conflitos brutais entre os dois têm sido incessantes. Vários combatentes talibãs (ULLAH; AHMAD; KHAN, 2020) e oficiais fugiram para o ISKP por causa das divisões internas (KHAN, 2019). Ambos os rivais lutaram entre si em Kunar, Farah, Nangarhar, Helmand e Kunduz de 2014 até a primavera de 2015 e os dois lados sofreram perdas substanciais. Essas ocorrências tornam evidente que o ISKP é atualmente outra potência no conflito afegão.

f. Projeto Hegemônico da Índia contra o CPEC

(1) Desde o início do CPEC, os indianos permaneceram hostis ao pensamento e lutaram com base no curso do CPEC passando por Gilgit-Baltistan. Kashmir é uma região ocupada pelos índios e uma das partes de Kashmir é Gilgit Baltistan. A Índia o reivindica como seu, que foi ocupado pelo Paquistão. A verdadeira posição da Índia gira em torno da declaração de que o CPEC é uma violação de sua respeitabilidade regional. A Índia está tomando todas as ações habituais e não convencionais para atrapalhar o projeto.

(2) A captura do agente secreto indiano Kulbhushan Yadhav (oficial da Marinha indiana) na província paquistanesa do Baluchistão sob a acusação de terrorismo e espionagem para a agência de inteligência Indiana, RAW. O oficial da marinha indiana admitiu seu envolvimento em atividades subversivas no Paquistão. O agente testemunhou por trabalhar em estreita colaboração para o RAW e seu contato com separatistas e militantes de Baloch para combater a violência sectária na província e no país. Sua admissão de canalizar apoio financeiro a militantes no Baluchistão e Karachi indica os nefastos projetos indianos de desestabilizar o Paquistão a qualquer custo. O suposto terrorista indiano estava viajando com um nome falso de “Mubarak Hussain Patel” com um passaporte oficial indiano devidamente examinado pelas autoridades indianas interessadas. A Índia admite que Kulbushan era um cidadão indiano, no entanto, nega o fato de que ele estava envolvido em quaisquer atividades terroristas e afirma que viajou para o Irã de onde desapareceu. A alegação indiana não tem fundamento, dado o fato de que ele possuía um documento indiano válido com um nome falso.

(3) Além disso, a Índia também está preocupada com a admissão marítima da China no Oceano Índico. Esta carga de realidades demonstra que a Índia está desenvolvendo ódio pelo CPEC. Mesmo depois de tais esforços, várias nações comunicaram seu desejo de se juntar ao empreendimento, incluindo Irã, Arábia Saudita e Repúblicas da Ásia Central. Isso limitou a Índia a utilizar a revolta de Baloch como seu intermediário para enfraquecer a região e, eventualmente, danificar o CPEC.

(4) Nas últimas tentativas indianas de lançar obstáculos, nove cidadãos chineses foram mortos em uma explosão de transporte de van na área de Khyber Pakhtunkhwa, no Paquistão, em 14 de julho, enquanto se dirigiam ao projeto hidrelétrico Dasu, contribuído pela China. De acordo com a investigação do Paquistão, as conexões entre os terroristas e a Research and Analysis Wing (RAW) da Índia e a National Directorate of Security (NDS) do Afeganistão foram estabelecidas no ataque terrorista (TRUTH..., 2021)21.

(5) Em dezembro de 2019, uma agência de investigação de renome, European Union Disinformation Lab, interrompeu uma operação indiana bem organizada, “Indian chronicles”, destinada a atacar o Paquistão com notícias falsas com o objetivo de influenciar as instituições internacionais. A rede estava ativa em Bruxelas e Genebra produzindo conteúdo para minar os interesses do Paquistão.

g. Terrorismo e Extremismo Religioso. A guerra psicológica, a hostilidade e o extremismo também representam dificuldades genuínas para o CPEC. Mais de 63.000 forças de segurança e pessoas comuns foram mortas no Paquistão desde o ataque de 11 de setembro. No momento em que o extremismo religioso estava em pleno andamento, a China ofereceu um pacote ao CPEC de US \$ 46 bilhões, que melhorou extraordinariamente o ambiente no Paquistão. Considerando tudo, a rivalidade indiana sempre existente em relação ao desenvolvimento do Paquistão garantiu a continuidade do extremismo religioso e do terrorismo religioso em alguns distritos do norte, apresentando perigos duradouros para o CPEC.

10 Conclusão

a. A execução / conclusão de projetos do CPEC no período de tempo estipulado depende da mitigação oportuna de perigos complexos de natureza interna e externa. Tanto o Paquistão quanto a China devem oferecer aos jogadores regionais e internacionais que se juntem ao megaprojeto em vez de se oporem a ele. Na frente de segurança, apesar das afirmações do governo e dos militares paquistaneses, há muitas dificuldades pela frente. Dada a vastidão do projeto e as relações dolorosas de Islamabad com a Índia, a fragilidade no Afeganistão e o tenso Irã - a velocidade do projeto pode se deteriorar, dada a série de preocupações de segurança habituais e não convencionais. À medida que o projeto avança, vizinhos desejosos e obstruções externas provavelmente aumentarão - dessa forma, intensificando agregadamente a medição de segurança. Doravante, se medidas multifacetadas não forem executadas rigidamente, os desafios apresentados pelo radicalismo e pela opressão psicológica no Paquistão não poderão ser eliminados. O CPEC é visto como um veículo para incentivar a virada financeira dos eventos. Em poucas palavras, os desafios políticos, sociais e de segurança que enfrentam o CPEC e sua execução não podem ser deixados sem solução:

(1) Os principais perigos são a opressão psicológica, que há muito sabota a segurança e a confiabilidade do Paquistão.

(2) Em segundo lugar, um quadro político estável é importante para a realização do CPEC. O Paquistão sempre lutou pela solidez política. Doravante, o Paquistão precisa garantir a estabilidade em sua frente nacional.

(3) Em terceiro lugar, diferentes práticas sociais podem provocar erros, e isso pode sabotar a execução de projetos do CPEC. Para que as organizações chinesas sejam frutíferas no Paquistão, elas devem compreender a cultura e os padrões paquistaneses.

b. Afastar o CPEC do sectarismo e do extremismo é o teste mais difícil, ainda mais acentuado pela participação China-Paquistão no contexto de crescentes tensões entre Paquistão e Índia. No entanto, o Paquistão permanece inflexível e em qualquer ponto preparado em sua determinação de lutar contra todos os tipos de perigos sectários e extremistas. O Paquistão percebe adequadamente o significado de suas relações com a China e o CPEC é um esforço que vale a pena no que diz respeito às melhorias financeiras.

c. Assim, cooperando mutuamente, as duas nações podem superar esses empecilhos, desde que se dê o devido cuidado e consideração como se espera delas. Ao continuar a colocar em prática sua visão comum de harmonia e sucesso territorial, uma reação calorosa aos atuais desafios de segurança do CPEC pode diminuir extraordinariamente os potenciais perigos de segurança com o passar do tempo. Isso seria uma prova imediata de como a luta contra os perigos mais incomuns à segurança territorial pode alcançar uma mudança específica dentro da estrutura de segurança global.

d. Em conjunto, o desenvolvimento do "Corredor Econômico China-Paquistão" é uma peça imperativa da visão "Um Cinturão, Uma Rota" da China. É de incrível importância para a compreensão do esquema comercial da China, protegendo a segurança financeira pública, avançando na rápida melhoria da China Ocidental, mantendo a confiabilidade de todas as regiões / vizinhos e estabelecendo um canal seguro baseado em terra. O Paquistão confia que o CPEC trará qualidade econômica, melhoria de infraestrutura, abertura de trabalho, acabando com a subestimação da disponibilidade distante e mais territorial, pública e subpública. Ou seja, o CPEC é uma aposta não isenta de desafios!

Referências

ABID, M.; ASHFAQ, A. CPEC: challenges and opportunities for Pakistan. **Pakistan Vision**, Lahore, v. 16, n. 2, p. 143-169, 2015. Disponível em: [http://www.documents.pk/file/Punjab%20University%20\(PU\)%20-%20CPEC-%20Challenges%20and%20Opportunities%20for%20Pakistan.pdf](http://www.documents.pk/file/Punjab%20University%20(PU)%20-%20CPEC-%20Challenges%20and%20Opportunities%20for%20Pakistan.pdf). Acessado em: Nov 27, 2021.

CHINA-PAKISTAN ECONOMIC CORRIDOR. CPEC Authority. Ministry of Planning, Development and Special Initiatives. CPEC projects. **Trasnport infrastructure projects under CPEC**. Islamabad: CPEC, c2020. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/infrastructure>. Acessado em: Nov 27, 2021.

GUL, S.; ISHAQUE, W.; ASGHAR, M. F. Impact of China-Pakistan Economic Corridor (CPEC) on national development and integration in Pakistan. **Global Political Review**, Cambridge, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2021. Disponível em: <https://www.gprjournal.com/jadmin/Auther/31rvIolA2LALJouq9hkR/CXy4xbBZ2e.pdf>. Acessado em: Nov 27, 2021.

HISTORY. Topics. Ancient Middle East. **Silk road**. New York: A&E television Networks, Nov 3, 2017. Disponível em: <https://www.history.com/topics/ancient-middle-east/silk-road>. Acessado em: Nov 27, 2021.

HOPKIRK, P. **Foreign devils on the Silk Road**: the search for the lost cities and treasures of Chinese Central Asia. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HUSAIN, I. **CPEC & Pakistan's economy**: a way forward. Islamabad: Centre of Excellence for China-Pakistan Economic Corridor, 2018. (Working paper, 20). Disponível em: https://cpec-centre.pk/wp-content/uploads/2018/05/CPEC-Pakistans-economy-a-way-forward_Website.pdf. Acessado em: Nov 27, 2021.

HUSSAIN, M. CPEC and geo-security behind geo-economics: China's master stroke to counter terrorism and energy security dilemma. **East Asia**, Piscataway, HJ, v. 38, 11, 1-20, Dec 2021.

JAVID, Z. How CPEC can help Pakistan's chronic power shortage. **China Daily**, Beijing, Aug 31, 2018. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/31/WS5b88e0d5a310add14f388e63.html>. Acessado em: Nov 27, 2021.

KHALID, I.; JALAL, S. U.; ULLAH, M. U. Beijing Interests in CPEC. **Global Strategic and Security Studies Review**, Islamabad, v. 4, n. 1, p. 11-21, 2019. Disponível em: <https://gssrjournal.com/papers/f3FDIUIK1c.pdf>. Acessado em: Nov 27, 2021.

KHAN, H. U. Regional security threats to CPEC: a strategic overview. **Journal of the Research Society of Pakistan**, Lahore, v. 56, n. 1, p. 181-189, Jan/June 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Hafeez-Khan/publication/335095537_Regional_Security_Threats_to_CPEC_A_Strategic_Overview/links/5d4e3b68a6fdcc370a89d856/Regional-Security-Threats-to-CPEC-A-Strategic-Overview.pdf. Acessado em: Nov 27, 2021.

ML-1 PROJECT a glaring example of Pak-China cooperation under CPEC. **Daily Times**, Lahore, May 20, 2021. Disponível em: <https://dailytimes.com.pk/758409/ml-1-project-a-glaring-example-of-pak-china-cooperation-under-cpec/>. Acessado em: Nov 27, 2021.

NAZ, A.; ALI, F. Gwadar port: as an economic hub for Maritime trade in the world corridor (CPEC). **Journal of Business and Social Review in Emerging Economies**, [Örebro, Sweden], v. 4, n. 1, p. 7-16.x, 2018.

PAKISTAN Taliban commander 'seized in US operation'. **BBC News**, [London], Oct 12, 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-24500286>. Acessado em: Nov 26, 2021.

SILK road. *In*: ENCYCLOPAEDIA Britannica. [Chicago]: Encyclopedia Britannica Inc, 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Silk-Road-trade-route>. Acessado em: Nov 27, 2021.

TRUTH on Dasu terror attack surfaces amid unanswered questions, as China and Pakistan step up security for Chinese. **Global Times**, Beijing, Aug 14, 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202108/1231423.shtml>. Acessado em: Nov 26, 2021.

ULLAH, H.; AHMAD, R.; KHAN, M. M. Afghanistan: US-Taliban peace talks: CPEC perspective. **Conflict Studies Quarterly**, Cluj-Napoca, Romania, n. 32, p. 53-73, July 2020. Disponível em: <http://www.csq.ro/wp-content/uploads/Hafeez-ULLAH-et-all.pdf>. Acessado em: Nov 26, 2021.

ZIA, M. M.; WAQAR, S. **Employment generation and labour composition in CPEC and related road infrastructure projects**. Islamabad: Centre of Excellence for China-Pakistan Economic Corridor, 2018. (Working paper, 11). Disponível em: <https://cpec-centre.pk/wp-content/uploads/2018/06/WP11-Employment-Generation-and-Labour-Composition-in-CPEC-and-Related-Road-Infrastructure-Projects.pdf>. Acessado em: Nov 27, 2021.



A corrida de drones do Oriente Médio e a implicação do armamento no cenário de segurança


Middle East's drone race and implication of weaponization on the security landscape

Resumo: Com os avanços nas guerras tecnológicas, os sistemas autônomos e seu impacto na futura infraestrutura de segurança aumentaram o debate sobre defesa. Ultimamente, os Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs) têm fascinado especialistas, engenheiros e acadêmicos devido à sua aplicação em segurança, operações militares letais e cenários de emergência, onde podem ser implantados em ambientes hostis. A capacidade dos drones militarizados de realizar missões de reconhecimento furtivo e lançar ataques de precisão abre um novo debate sobre o futuro ambiente de segurança da região do Oriente Médio; portanto, esta pesquisa visa identificar os benefícios de segurança, bem como os riscos de utilizar VANTs, o nível em que penetraram, e como eles foram criando controvérsias ao longo da última década na região. O estudo também utilizará a metodologia de pesquisa qualitativa em uma abordagem transversal para analisar e tirar conclusões, este artigo tentará colocar em contexto benefícios estratégicos e ameaças para ajudar futuros pesquisadores a identificar implicações de VANTs na região alvo para um estudo mais aprofundado.

Palavras-chave: Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT). Emirados Árabes Unidos (EAU). Drones. Segurança. Guerra.

Abstract: With the advancements in technological wars, autonomous systems and their impact on the future security infrastructure have increased the defense debate. Lately, Unmanned Aerial Vehicles (UAVs) have fascinated experts, engineers, and scholars due to their application in security, lethal military operations, and emergency scenarios, where they can be deployed in hostile environments. The capacity of militarized drones to perform stealth reconnaissance missions and launch precision attacks opens an all-new debate on the future security environment of the Middle East region; hence, this research aims to identify the security benefits as well as the risks of utilizing UAVs, the level at which they have penetrated, and how they have been created controversies over the last decade in the region. The study will also utilize the qualitative research methodology in a cross-sectional approach to analyze and draw conclusions, this paper will try to put into context both strategic benefits and threats to aid future researchers identify implications of UAVs in the targeted region for further study.

Keywords: Unmanned Aerial Vehicles (UAV). United Arab Emirates (U.A.E.). Drones. Security. Warfare.

Khalifah Alteneiji 
United Arab Emirates Army.
Abu Dhabi. United Arab Emirates.
uae_k@hotmail.com

Recebido: 08 nov. 2021

Aprovado: 30 nov. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

A inteligência artificial (IA) tem se mostrado bastante promissora, determinista e capaz de fornecer soluções práticas para transformar diversos setores e indústrias globalmente. Ela tornou possível a tecnologia autônoma e seu impacto foi sentido nos setores militar e de segurança. Isso mudou notavelmente a dinâmica de segurança no Oriente Médio, onde os VANTs movidos a IA e operados remotamente foram usados por potências estrangeiras como os EUA para lutar contra os Estados islâmicos e por potências regionais para servir suas ambições geopolíticas. No entanto, há muita instabilidade gerada pela proliferação e inteligência artificial difundida dentro desses drones, causando divergências entre várias potências estratégicas. A tecnologia tem desempenhado um papel significativo no auxílio a ações militares para ataques letais e Medidas de contra-defesa.

Figura 1 – Global Hawk



Fonte: Guilmartins (2020).

Em termos simples, um VANT pode ser definido como um dispositivo que pode ser guiado remotamente ou operado automaticamente para uma posição de destino por seu proprietário, funciona com transmissores eletrônicos e controladores remotos (BURTON, 2019). No que diz respeito às condições físicas desses veículos aéreos, eles podem ser tão grandes quanto os menores helicópteros, ou podem ser pequenos que podem ser mantidos nas mãos (JOHNSON, 2019). Historicamente, a aeronave De Havilland DH.82B Queen Bee pilo-

tada usando um rádio-controle de baixo custo desenvolvido para prática de alvo aéreo é considerada por muitos como o primeiro drone moderno. O primeiro uso por escrito foi em 1946 (CUSTERS, 2016), onde a marinha austríaca lançou porta-balões em Veneza (HALLION, 2003). A tecnologia foi desenvolvida ainda mais durante e após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e ao longo dos anos 1900. Hoje, eles são veículos aéreos sofisticados com câmeras e sensores que fornecem recursos de inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR) em tempo real para receptores de vários locais. Eles também têm sensores e controles em voo para realizar manobras em torno de obstáculos. Nos últimos anos, o uso de VANTs para ataques militares e terroristas direcionados aumentou. Por exemplo, o assassinato do britânico Riyadh Khan pela Royal Air Force e o assassinato de Soleimani, líder da força Quads da Guarda Revolucionária do Irã, etc.

Pesquisas recentes descobriram que os drones de combate são estratégicos para permitir que os atores estatais sejam mais vigilantes em relação ao terrorismo e à segurança. O mercado global de aquisição de drones deve chegar a US\$21 bilhões até 2025, e a região do Golfo não é exceção. Os Emirados Árabes Unidos, particularmente, foram considerados encorajadores para a construção de suas tecnologias relacionadas ao desenvolvimento de VANTs e à melhoria dos regulamentos para lidar com esses dispositivos nas regiões fronteiriças. A China foi um dos maiores revendedores dessa tecnologia nos mercados internacionais, produzindo e fornecendo maciçamente drones armados e de vigilância para fins de vigilância de segurança (OKPALEKE, 2021). O estoque de drones dos Emirados Árabes Unidos inclui as séries "Wing Loong" e "Cai-Hong (CH) 4B" reconhecidas pelo grupo industrial Chengdu Aircraft e (C.A.S.C.) (BORSARI, 2021). O país também planeja comprar 18 drones aéreos MQ-9B armados sofisticados dos EUA para serem entregues até 2029.

Os estudos observam que a função vital dos drones que chegam à região do golfo é inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR), que prometem melhorar a consciência situacional no campo de batalha; esses gadgets de guerra são escaláveis para atender a várias aplicações militares. Muitos governos regionais utilizam a tecnologia em suas campanhas de combate ao terrorismo e contra ameaças domésticas. Por exemplo, a Arábia Saudita e os EAU estavam implantando VANTs em sua guerra contra Houthis no Iêmen. Além dos sistemas Chinês e Americano, Abu Dhabi e Riyadh estão fortalecendo suas indústrias domésticas de VANT. Eles investiram em modelos nativos como a série Emirate Yabhon, produzida pela A.D.C.O.M. Systems e a família Saudi Saker (BORSARI, 2021). Israel, de longe, é o país dominante na inovação tecnológica de drones e exporta até 60% dos VANTs globais. Enquanto isso, a Turquia tem sido um grande fornecedor de drones no Catar, na Tunísia e no Governo de Acordo Nacional (GNA) da Líbia, reconhecido internacionalmente.

Mas no Oriente Médio, a proliferação de drones armados e capacidades de mísseis, também por atores não-estatais, rapidamente se tornou uma questão importante na agenda. A guerra de drones que decolou em 2002 acabou sendo a caixa de Pandora; como vemos, agora muitos tipos e tamanhos de drones estão sendo implantados em várias missões (REINL, 2019). Os drones estão rapidamente se tornando ferramentas poderosas na dinâmica geopolítica, com países como o Irã desenvolvendo plataformas nativas com capacidade de ataque para fins de combate e ataque direto, como o Ababil-3T e seu VANT mais testado em combate - Shaed-129. O uso de VANTs

não-estatais por atores não-estatais é um fenômeno recente que ocorre principalmente desde agosto de 2016 e ocorre quase exclusivamente no Oriente Médio (BENKENDORFER, 2021). Os ataques mais recentes representam uma atualização considerável na sofisticação dos drones usados por grupos radicais. Os VANTs oferecem aos grupos não-estatais uma vantagem tática e podem melhorar drasticamente suas capacidades no campo de batalha. Os principais desafios decorrentes desses desenvolvimentos aprofundarão a divisão intra-árabe e dificultarão a supervisão legal desses drones. Hoje, os VANTs induziram uma transformação no domínio da segurança regional, tornando-o mais assimétrico.

2 Desenvolvimento

2.1 Lacuna de Pesquisa

Este estudo de pesquisa explorará e analisará o valor estratégico e operacional do uso desses veículos armados não-tripulados nos países do oriente médio para servir a vários propósitos, incluindo segurança, assassinatos letais e direcionados, coleta de inteligência, descoberta de alvos e, por último, em procedimentos investigativos. No entanto, a maior razão pela qual essa tecnologia avançada é aceita em todo o mundo é a eficiência que vem com seu custo, confiabilidade em relação à inteligência artificial ou a mitigação de riscos em relação aos riscos de segurança, que foram preferidos globalmente (BORSARI, 2021).

Os VANTs mudaram muito o ambiente de segurança no século 21, especialmente porque a tecnologia chegou às mãos de atores não-estatais. Um aspecto fundamental deste trabalho de pesquisa se concentrará nas implicações da tecnologia de drones no ambiente de segurança regional e nos desafios em evolução e possíveis soluções para a ameaça estratégica à estabilidade e à paz na região.

2.2 Objetivos da Pesquisa

Este estudo de pesquisa visa compreender e investigar as implicações de segurança da aplicação de VANTs no Oriente Médio, com foco nos EAU. O estudo visa alcançar isso através dos seguintes objetivos:

- Identificando as vantagens e desvantagens de segurança do uso de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs), no Oriente Médio, especificamente na região dos EAU.
- Identificar os possíveis desafios, riscos e perigos, que podem ocorrer durante o uso de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT).
- Analisar as implicações do uso destes veículos aéreos armados automatizados por razões políticas e de segurança e o impacto de uso por atores não-estatais.
- Analisar dois estudos de caso em que a aplicação de VANTs foi usada para vantagem estratégica por atores estatais e grupos violentos não-estatais.

2.3 Questões de Pesquisa

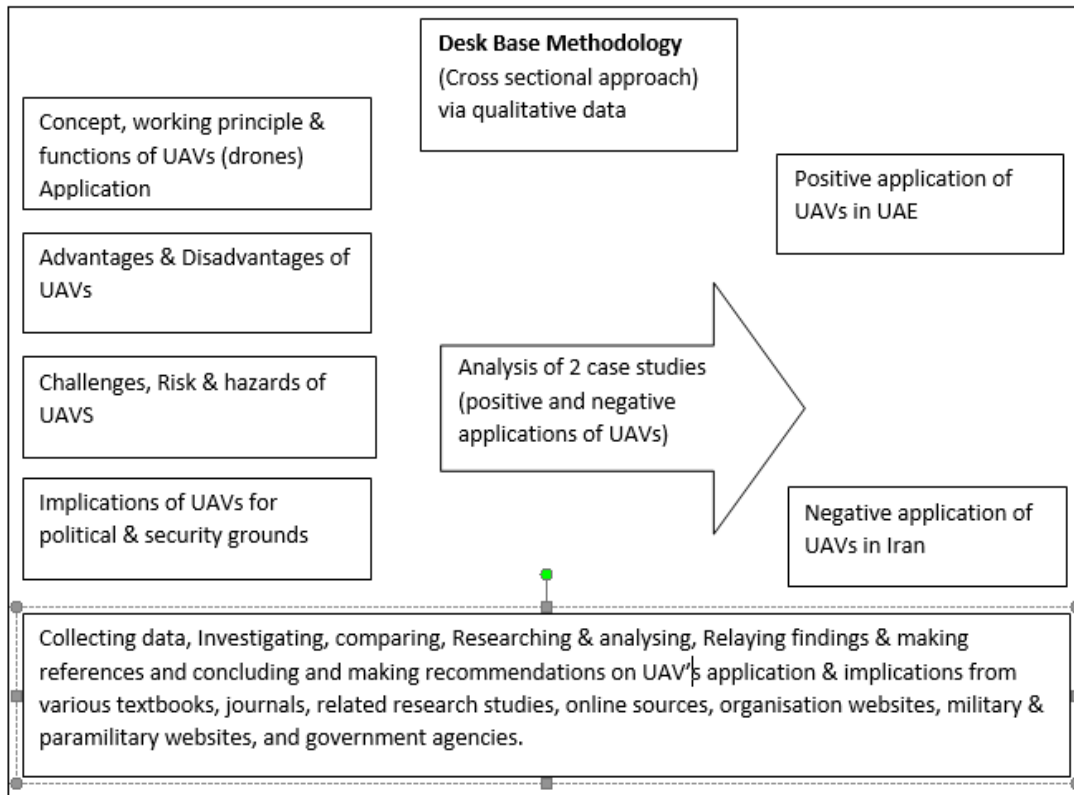
1. Quais são as consequências e os desafios em evolução do uso de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs) para atividades militares e relacionadas à segurança?
2. Que tipo de vantagens podem ser obtidas usando Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs) em aplicações de segurança?
3. Quais são os impactos do uso de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs) na dinâmica política e de segurança da região?

2.4 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa será realizada em uma metodologia de pesquisa secundária. Usará dados secundários (dados qualitativos) para investigar e analisar a aplicação e as implicações dos VANTs na região do Oriente Médio. A estratégia de pesquisa adotará uma abordagem transversal devido aos fatores de restrição de tempo e disponibilidade de dados basicamente por meios secundários. Levin (2006) explica que os estudos que adotam uma abordagem transversal são realizados dentro de um período específico. A razão por trás da seleção desse método é a sensibilidade do tópico e a disponibilidade de um vasto banco de dados de estudos relacionados, o que será suficiente para pesquisar implicações e estratégias, e como eles estão sendo utilizados em todo o Oriente Médio. A pesquisa terá os seguintes recursos de fluxo:

1. Coleta de dados e informações sobre os aplicativos e implicações de segurança dos VANTs de vários livros didáticos, periódicos, estudos de pesquisa relacionados, fontes on-line, sites de organizações, sites militares e paramilitares e agências governamentais.
2. Investigar, analisar e examinar (observação crítica) dados e informações coletados de vários livros didáticos, periódicos, estudos de pesquisa relacionados, fontes on-line, sites de organizações, sites militares e paramilitares e agências governamentais.
3. Pesquisar e analisar os conceitos, funções, desafios, riscos relacionados às aplicações de drones de vários livros didáticos, periódicos, estudos de pesquisa relacionados, fontes on-line, sites de organizações, sites militares e paramilitares e agências governamentais.
4. Retransmitir os achados e fazer citações de referências obtidas de todas as fontes utilizadas neste estudo.
5. Concluir e fazer recomendações sobre o estudo de pesquisa.

Figura 2 – Fluxo de trabalho da metodologia



Fonte: O autor (2021).

2.5 Área de Estudo de Pesquisa

A pesquisa se concentrará na região do Oriente Médio. A região do Oriente Médio refere-se a países ao redor da região do Golfo Pérsico; abrange desde a Ásia ocidental até o norte da África até o Egito e o Sudão. A região tem mais de 18 países, dos quais a maioria pertence à Liga das Nações Árabes e são muçulmanos por religião. Entre as nações do Oriente Médio estão Arábia Saudita, EAU, Iraque, Irã, Egito, Turquia, Iêmen, Kuwait, Omã, Afeganistão, etc. A região é relativamente caracterizada pelo alto nível de conflitos, guerras e instabilidades políticas, que vão desde o conflito árabe-israelense, guerras Talibã-EUA, terrorismo do ISIS, guerra na Síria, várias tentativas de assassinato, vários atentados suicidas, etc. Portanto, o alerta (conscientização de segurança) e o risco de segurança em toda a região não podem ser subestimados. O estudo analisará dois estudos de caso, com foco na aplicação de drones em operação, revelando onde a tecnologia (dispositivo VANT) impactou positivamente e onde impactou negativamente no Oriente Médio e foi utilizada por atores estatais e não-estatais.

2.7 Avanços da Tecnologia de Drones

A combinação de como o VANT está sendo usado para diversos fins militares tem melhorado o hardware e software existente, ganhando o termo 'modelo de maturidade de capacidade' de uma tecnologia (ROUSE, 2007). Eles foram amplamente aceitos no mundo militar nas últimas duas décadas, e o sucesso de suas aplicações ou operações está crescendo. Enquanto isso, o estabelecimento de aeronaves não-tripuladas em funções não-militares também começou a surgir maciçamente. De acordo com dados da Globe Newswire (GLOBAL..., 2018), o tamanho do mercado global de drones militares deve chegar a US\$23,78 bilhões até 2027. Os gastos militares também tendem a vir em incrementos maiores, já que um único drone Predador dos EUA custa aproximadamente US\$4 milhões. Os VANTs aparecem em diferentes tipos, modelos aerodinâmicos, formas e tamanhos, dependendo de sua funcionalidade, descrição do trabalho, localização/ambiente e tipo de destino. No mundo moderno, os VANTs fazem muito sentido, especialmente no campo de batalha. Eles são altamente convenientes, pois você não precisa se preocupar em colocar pessoas atrás das linhas inimigas. As tecnologias em evolução incluem IA para reconhecer e responder a ameaças de forma autônoma, economizando energia da bateria usando tecnologia de empoleiramento e repouso, comunicação aérea e conexão por satélite (SARKAR, 2021).

Figura 4 – Tipos de VANTs militares



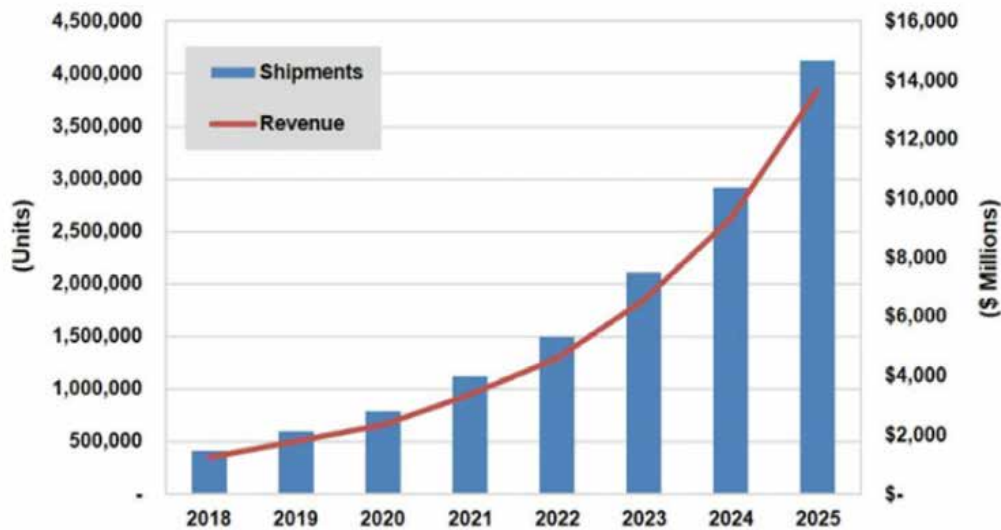
Fonte: Brown (2012).

Alguns especialistas e engenheiros categorizaram os VANTs/drones com base nas restrições de tamanho, alcance e configuração. A figura 3 mostra uma visão geral de diferentes tipos de VANTs categorizados com base no tamanho, resistência e configuração em uma forma tabular (PENNSYLVANIA STATE UNIVERSITY, 2018; MAIRAJ; BABA; JAVAID, 2019; SNOW, 2018).

Na maioria dos casos, a aplicação e o tipo de operação dependem principalmente do tamanho. Por exemplo, drones maiores são usados em operações militares e de combate, enquanto drones menores são usados para vigilância de segurança, atividades agrícolas, pesquisa acadêmica, monitoramento da vida selvagem e entretenimento. Da mesma forma, em termos de resistência, os VANTs com maior resistência encontram suas aplicações em missões de vigilância. Em contraste, os VANTs menores funcionam bem para monitoramento de tráfego e entretenimento (MAIRAJ; BABA; JAVAID, 2019).

No que diz respeito às aplicações, os VANTs têm realizado muitas tarefas nos últimos tempos em vários setores; descobriu-se que desenvolvem economia, criam oportunidades, auxiliam em diferentes tipos de vigilância, investigações, serviços de entrega, atividades de gerenciamento de tráfego, acesso a ambientes perigosos, alcance de alvos em áreas inacessíveis, captura visual de áreas inacessíveis e restrição de tempo, localização de sobreviventes e rastreamento de crimes/criminosos, etc.

Figura 5 – Envio comercial de hardware de drone e receita total (hardware + serviços), mercado mundial 2018-2025.



Fonte: Nguyen e Nguyen (2021).

2.8 Invasão de drones na região

Esta década viu uma constante extensa, abraçando e distribuindo veículos aéreos não-tripulados para aplicações recreativas, comerciais, civis, educacionais, policiais e de segurança nacional, com uma arrecadação/receita prevista de cerca de 12 bilhões de dólares globalmente até 2021. Hoje, as máquinas de drones não são mais limitadas à sua aplicação nas Forças Armadas, entretenimento, vigilância de segurança e meteorologia. A enorme disponibilidade de brinquedos VANT facilitou a compra por apenas centenas de dólares hoje em dia para qualquer finalidade pretendida. Assim, o mercado de drones comerciais foi projetado para manter o crescimento excessivo nos próximos anos, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades a várias operadoras do setor, atingindo uma receita/receita global de US\$13,7 bilhões até 2025 (NGUYEN; NGUYEN, 2021).

A Arábia Saudita opera um dos maiores e mais modernos do Oriente Médio e comprou alguns drones armados, particularmente na China. Os Emirados Árabes Unidos também vêm desenvolvendo capacidades de drones, particularmente com a série Wing Loong produzida pelo Chengdu Aircraft Industry Group. No entanto, ambos os países começaram a fabricar seus VANTs. Até agora, a aquisição de capacidades armadas de VANT não alterou a forma como o país percebe as ferramentas do poder aéreo nem o tipo de operações de ataque que realiza. Outras nações médias também adotaram esse movimento como Irã, Iêmen, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Síria, Catar, Kuwait, etc. No entanto, devido a conflitos em andamento e atores violentos adotando a tecnologia no Oriente Médio, a importância estratégica das plataformas VANT se expandiu no aparato de defesa de vários estados. Essa tendência é particularmente observável no Oriente Médio, onde os VANTs militares representaram cerca de 82% do mercado global de drones regionais em 2019. Os dados disponíveis indicam que, desde a introdução de VANTs militares no espaço de mercado MENA, os países regionais (excluindo Israel) gastaram plausivelmente pelo menos US\$1,5 bilhão comprando estas plataformas (BORSARI, 2021).

Os VANTs têm sido usados para realizar ataques-alvo letais contra exércitos, terroristas, infraestruturas, instalações de petróleo e gás de nações rivais e, na maioria das vezes, para fins de assassinato, liberando ou controlando-os para locais-alvo (WASSEF, 2021). Eles também são usados para entregar aparelhos militares (armas, balas, revistas, explosivos, arsenais, P.P.E. e alimentos e materiais de socorro médico) para soldados em áreas inacessíveis como arbustos, montanhas, áreas desérticas durante as operações.

Por exemplo, a Arábia Saudita está fortemente envolvida em campanhas contra o ISIS no Iraque como parte da coalizão liderada pelos EUA há mais de quatro anos, bem como sua luta contra combatentes rebeldes Houthis apoiados pelo Irã no Iêmen, levando os militares Sauditas a adquirir mais drones recentemente, aumentando suas forças de defesa de drones nas bases aéreas de Sharora e Jizan perto da fronteira do Iêmen. Assim, no Oriente Médio, a aquisição de VANTs (drones armados) parece ter aumentado, com os países, impulsionando prestígio, ataques militares letais, uma indústria de defesa doméstica como parte de um ambicioso plano de desenvolvimento nacional mais amplo (DORNER, 2021). Recentemente, os VANTs armados começaram a mudar a forma como as campanhas de poder aéreo são vistas no Oriente Médio. Suas aquisições

maciças foram causadas por uma melhoria nos requisitos da operação militar devido a futuras operações conceituais militares e de defesa/segurança, especialmente o Irã, que mostra abertamente sua compra, produção e uso maciço de VANTs recentemente. Exemplos dos VANTs armados predominantemente no Oriente Médio são Global Hawk, Wing Loong, CH-4B, Predator A, Harfang, RQ-7 shadow, Fire Scout, etc. (FAHLSTROM; GLEASON, 2012).

Figura 6 – Descrição do VANT Wing Loong

Drone Wing Loong II	Range >1000km with SatCom, ~150km from Ground Control Station (GCS) if not
Type Medium Altitude, Long Endurance (MALE) UAV	Sensor Options Infra-Red (IR) and Electro-Optical (EO) cameras, and laser designator in sensor ball
Manufacturer Chengdu Aircraft Industry Group (CAIG)	Weaponry Up to 480kg of payload on twelve wing hardpoints which can include: AKD-10 air-to-surface anti-tank missile; BRMI-90 90-mm guided rocket; FT-7/130 130-kg glide bombs; FT-9/50 50-kg bomb; FT-10/25 25-kg bomb; GB-7/50 50-kg PGM; and GB-4/100 PGM
Number 5	
Endurance Up to 32 hours depending on payload	
Loaded Weight 4200kg	
Payload Capacity 480kg	

Fonte: RUSI (2021).

2.9 Vantagens e desvantagens dos VANTs

A maioria das vantagens dos drones são extraídas de suas funções iniciais pretendidas, desde entrega de pacotes, vigilância, rastreamento de crimes e criminosos, atividades de investigação, atividades de busca, operações de resgate, etc. A principal vantagem e razão para a utilização de drones na região de conflito foi sua capacidade de acessar alvos em áreas perigosas sem o risco de perda de vidas durante as operações. Ann Rogers observa que os drones oferecem três benefícios claros sobre os sistemas tripulados: acesso, persistência e precisão. Ela observa em sua análise que os drones se tornaram uma opção cada vez mais atraente para os formuladores de políticas e comandantes militares, ao mesmo tempo em que concluem que os drones causam perda significativa de vidas civis em meio a muita controvérsia (ROGERS, 2014). Eles apresentam inteligência inestimável em tempo real, semelhante a assistir televisão de alta definição e sensores que coletam uma

ampla gama de inteligência de sinais. Eles também oferecem persistência na área-alvo e flexibilidade material para atacar se as regras de engajamento permitirem. Essas características criaram uma evolução na guerra em um ambiente permissivo, permitindo o rastreamento de alvos de alto valor e terminando com um ataque de precisão ao atender aos critérios definidos (NEMETH, 2017). No entanto, existem algumas desvantagens e vulnerabilidades notadas, como a incapacidade de operar em um ambiente contestado, suscetibilidade potencial a ataques cibernéticos e de guerra eletrônica e intensidade do espectro de mão de obra e frequência, para citar alguns.

Ser uma ferramenta barata que pode ser facilmente modificada como uma arma talvez tenha feito criminosos e grupos terroristas usarem VANTs. No entanto, a maior desvantagem em aplicações de segurança continua sendo sua ampla disponibilidade e fácil escalabilidade. E os últimos anos viram o uso de drones por organizações terroristas. O primeiro uso bem-sucedido e significativo de drones para atacar forças rivais por um ator não-estatal foi realizado por agentes do Hezbollah na Síria no final de setembro de 2014 (ALMOHAMMAD; SPECKHARD, 2017). Isso abriu uma nova corrida para tecnologias contra-drones globalmente.

2.10 Desafios relacionados ao armamento

Nas últimas décadas, a tecnologia VANT tem sido notável. Mas isso acontece acompanhado de controvérsia. Dois grandes desafios são a proliferação e o armamento de atores não-estatais, como terroristas e grupos radicais.

Atores não-estatais: Acredita-se que o regime iraniano fornece drones usados pelo Hezbollah, Hamas e Houthi. Ao contrário dessas organizações terroristas, o ISIS desenvolveu seu programa de drones usando drones comerciais prontos para uso. O grupo usou cada vez mais operações baseadas em drones, incluindo vigilância, comando e controle e ataques. Essas fotos e vídeos publicados foram amplamente empregados para fins de propaganda (ALMOHAMMAD; SPECKHARD, 2017).

No entanto, a insurgência Houthi contra o governo do Iêmen e a coalizão liderada pela Arábia Saudita é única, pois os VANTs armados dão à insurgência uma vantagem aérea para atacar de distâncias extremamente longas. De acordo com Metz, as insurgências modernas desempenham um papel estratégico. Elas são importantes por causa das ligações ao terrorismo transnacional e da capacidade de projetar ataques de longo alcance usando métodos terroristas contra países que ajudam o governo que estão lutando (BENKENDORFER, 2021). O papel crítico que os drones desempenharam na guerra ao terror para os EUA após o 11 de setembro passou para uma dinâmica mais complexa; desde os ataques de 11 de setembro de 2001 e o início da guerra contra o terror, drones armados efetuaram milhares de ataques em vários países em vários continentes durante o aclamado conflito armado não internacional com a Al-Qaeda, o Talibã e suas forças associadas" (SWAN, 2019). No entanto, em uma era de expansão da proliferação de drones armados na região, onde atores estatais e não-estatais têm armado o sistema, o quadro legal e regulatório dessa tecnologia permanece prematuro, levantando as preocupações do Estado de direito, potencialmente estabelecendo um precedente preocupante para outros atores estatais e não-estatais.

Segurança pública: Apesar de sua principal vantagem em salvar vidas de soldados no solo em missões perigosas e ataques direcionados, os VANTs também levantaram questões sobre suas capacidades de inferir o alvo certo. Um relatório do Bureau of Investigative Journalism diz que de 2009 a 2015, pelo menos 372 ataques com drones foram realizados no Paquistão/Afganistão, resultando em pelo menos 2.084 vítimas totais, das quais pelo menos 246 eram civis.

Ameaça Cibernética: Embora os drones apresentem muitos ganhos, eles também encontram ameaças cibernéticas e ataques cibernéticos, como bloqueio e falsificação de sistemas de posição global, problemas de segurança Wi-Fi, preocupações com a segurança dos sensores, segurança Bluetooth, segurança de rede VANT e ataques maliciosos. Os VANTs incorporam câmeras, sensores e gravadores de alta precisão que armazenam imagens, sinais e notas de voz, respectivamente, remotamente e com precisão. Se hackeados, podem levar ao vazamento de dados e informações importantes para a segurança nacional.

2.11 VANTs: Aspecto Estratégico

Como resultado do aumento da implantação de drones no Oriente Médio e na área do Golfo, houve um aumento nas dificuldades de segurança, guerras, conflitos e terrorismo. O Oriente Médio ainda é uma região militarizada perigosa, com grandes guerras e zonas de combate ativas dominando o cenário político da região. Como resultado, estudar Relações Exteriores do Oriente Médio foi apelidado de estudo da guerra interestadual. Assim, a maior parte da literatura do Oriente Médio concentrou-se na cronologia dos conflitos Árabe-israelenses, na invasão israelense do Líbano em 1982 e na Primeira Guerra do Golfo, notadamente entre as batalhas de uma era anterior: guerra civil no norte do Iêmen e Guerra Civil Libanesa, revolução do Iraque e Guerra do Golfo, Guerra Irã-Iraque. Esses conflitos serviram como barômetros para avaliar a história e a importância da região (SASLI; JACOBI, 2002). Nações do Oriente Médio, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, usam drones para aumentar seu controle sobre as fronteiras das montanhas para impedir a infiltração, particularmente pela Al-Qaeda na Península Arábica, grupos violentos. Os especialistas dizem que as aquisições da Força Aérea dos países do Golfo estão mudando, respondendo às metas de segurança de energia dupla da região e à diversificação econômica. As nações do Golfo estão procurando cada vez mais construir suas bases militares-técnicas e industriais nacionais. Esses recentes avanços na aquisição da Força Aérea do Golfo terão, sem dúvida, uma influência substancial no comércio global de armas e na dinâmica de poder que a acompanha. A Saudi Military Industries Company da Arábia Saudita é uma parte importante da visão do Reino de 2030, enquanto os EAU anunciaram o desenvolvimento do EDGE, o primeiro conglomerado militar da região. O Catar parece estar contemplando meios semelhantes de diversificação econômica, talvez com a ajuda da Turquia. A segurança também foi melhorada para os estados árabes do Golfo por causa da diversificação de sua indústria de defesa. Por não depender de apenas um parceiro, eles conseguiram obter o apoio de muitas outras nações, o que lhes deu relativa independência.

O ataque de drones deste ano contra a Arábia Saudita trouxe novamente percepções políticas e de segurança para a região e abriu uma discussão sobre seu amplo impacto na esfera de segurança global; a proliferação e o uso de mísseis e drones minam a segurança e a estabilidade da região.

Com mais avanços na tecnologia VANT, seu papel estratégico na segurança regional e papel político. Segundo relatos, suas operações de ataque e reconhecimento também sofrerão algumas mudanças no futuro e sua aplicação estratégica. Suponha que haja uma lição a ser aprendida com a atividade VANT da Turquia na Síria. Nesse caso, é que VANTs/drones caros como o Anka ou Orion não devem ser usados para apoio próximo porque são caros, não carregam armas suficientes e são alvos fáceis. Em vez disso, acreditamos que seria mais prudente armar os drones grandes e pesados e fazê-los voar em altitudes mais altas e mais seguras, enquanto drones menores voam em altitudes mais baixas em busca de alvos e atraindo fogo terrestre para que os drones de voo mais alto detectem e apontem no futuro (SARKAR, 2021).

2.11.1 Estudo de Caso 1: Ação do Estado usando VANT

Nas últimas duas décadas, o Oriente Médio e países como os EAU, Arábia Saudita, Israel e Turquia têm acumulado suas tecnologias militares, incluindo VANTs da China e dos EUA. Sua principal vantagem é a capacidade de ser controlado remotamente sem arriscar e colocar em risco a vida das forças e do aparato militar de um país (KONDOCH, 2020). A Turquia está lentamente alcançando os Estados Unidos e Israel como um dos principais vendedores mundiais de drones de vigilância, produzindo e exportando seus sistemas nativos. Os VANTs são considerados uma ferramenta vital para ações militares; no entanto, eles se tornaram uma ferramenta poderosa para meios políticos.

A alavancagem mais impactante da tecnologia VANT por um ator estatal foi vista em como os drones de altitude média da Turquia, Bayraktar TB2 e Anka, desempenharam um papel central na mudança da Guerra civil da Líbia em favor do governo apoiado pela Turquia baseado na capital, Trípoli. Um momento de sinal para o programa de drones ocorreu quando 36 soldados turcos foram mortos em um ataque aéreo Sírio (dito pela Turquia) na província de Idlib, no norte da Síria. Nesta fortaleza rebelde, a Turquia havia implantado tropas. Foi o maior número de mortos que as forças armadas da Turquia sofreram em décadas. Centenas de soldados sírios foram "neutralizados" após isso por ataques coordenados de drones usando o TB2, um drone de classe estratégica com alta capacidade de carga útil, capacidades de ataque ar-ar e ar-solo, interoperabilidade de missão com caças e voo totalmente autônomo e sistemas de controle de decolagem, que fornecem às forças armadas turcas ISTAR de alto nível e capacidades de ataque que apenas Israel (e os EUA) atualmente possuem. A filmagem aérea desses ataques postada pelo Ministério mostrou uma série de alvos enquanto explosões os destruíam. Mas o papel crucial que esses drones TB2 desempenharam no conflito de seis semanas entre o Azerbaijão e a Armênia sobre o território disputado de Nagorno-Karabakh trouxe novo destaque ao programa de drones da Turquia. Especialistas acreditam que o ataque de drones da Turquia demonstrou

uma capacidade sofisticada de coordenar a crescente frota de drones com outras armas, um avanço conceitual na vantagem estratégica dos VANTs presentes no campo de batalha.

Os VANTs tornaram-se ferramentas úteis para os políticos, fornecendo resultados tangíveis sem qualquer envolvimento humano significativo. A definição de guerra e política nunca foi tão próxima quanto agora ao conceito Clausewitziano de que "a guerra é a continuação da política por outros meios." É uma das maiores vantagens do futuro da guerra que limita as perdas humanas, permitindo que uma máquina realize missões que tradicionalmente envolveriam tropas ou pilotos humanos. Essa vantagem proporcionará o ímpeto para a próxima revolução na guerra remota. A eficiência estratégica, tática e política do aparelho foi demonstrada em três conflitos nos quais a Turquia está atualmente envolvida, as guerras civis na Líbia e na Síria e, mais proeminentemente, a recente eclosão da guerra em Nagorno-Karabakh. Os VANTs são uma ferramenta essencial para os estados regionais vigiarem no céu qualquer ameaça militar ou de segurança.

Figura 7 – Drone Turco Bayraktar TB2



Fonte: Daily Sabah, (2021).

2.11.2 Estudo de caso 2: Insurgência de drones por atores não-estatais

Em janeiro de 2019, drones armados de propriedade de Houthis mataram vários funcionários do governo iemenita. Este foi um dos casos iniciais em que drones violentos e não-estatais implantaram com sucesso para realizar operações direcionadas à precisão. Os Houthis são um movimento rebelde armado alinhado ao Irã que tem lutado para derrubar o governo iemenita. O ataque matou pelo menos 6 membros das forças iemenitas apoiados pela Arábia Saudita. O drone em questão era um Iraniano Ababil-T da família Ababil II de drones, plataformas capazes de ataque para fins de combate e ataque direto. Em setembro do mesmo ano, os Houthis, com suposto apoio do Irã, eram suspeitos de atacar a maior instalação de processamento de petróleo do mundo na Arábia Saudita. Embora suas capacidades táticas precisas não sejam claras, o grupo rebelde afirma possuir vários mísseis balísticos de curto alcance (S.R.B.M.s) com distâncias de 30 km (18 milhas) a 1.000 km (620 milhas). Com a ajuda do Irã, o grupo também afirma possuir vários drones produzidos localmente, variando de 15 km (9 milhas) a 500 km (310 milhas). De acordo com a ONU, o novo VANT de longo alcance - Samad pode voar até 1.200-1.500 km (745 a 932 milhas) - colocando Riad, Abu Dhabi e Dubai dentro do alcance.

O Estado Islâmico fez uso inovador de drones comerciais em uma campanha de bombardeio aéreo contra as forças lideradas pelos EUA em sua defesa de Mosul em 2016 e 2017. No entanto, eles também poderiam modificá-los para criar um novo sistema de armas que muitos especialistas identificaram como a "ameaça mais assustadora". No ano seguinte, o Estado Islâmico realizou entre 60 e 100 ataques aéreos com drones por mês. Mais recentemente, em agosto, drones armados foram usados para atacar o Aeroporto de Jizan na Arábia Saudita. Isso resultou em países regionais e internacionais expressando apoio à Arábia Saudita, retaliando com ataques aéreos contra o grupo de milícias. Outros atores não-estatais, como o Hezbollah, também desenvolveram capacidades de VANT. Além do IVR e dos propósitos de ataque, o Estado Islâmico e o Hezbollah também usaram drones para propaganda, indicando a expansão de suas capacidades de drones no futuro que poderiam impactar profundamente o cenário de segurança regional.

Esses desenvolvimentos recentes também resultaram em grupos da sociedade civil, como a Human Rights Watch, e defensores do desarmamento pedindo ações multilaterais para criar normas internacionais mais fortes sobre o desenvolvimento e uso de tecnologias VANT. Apoiando tal ação, mais pesquisas são necessárias sobre como grupos não-estatais adotam tecnologias e como contextos específicos incentivam o desenvolvimento e o uso desses sistemas de armas.

3 Conclusão e Recomendação

O mundo está agora chegando em uma era com Veículos Aéreos Não-Tripulados/drones como tecnologia na corrida para criar um critério para a competição global. Isso influencia maciçamente como os mecanismos de ataque militar e defesa estão sendo realizados durante conflitos e rivalidades. O Oriente Médio tem se caracterizado fortemente por muitas de suas crises, conflitos, guerras e terrorismo nos últimos tempos e antes, a maioria das nações realizava sua ofensiva e defesa militar com a aplicação de VANT letal, daí a razão para a demanda drástica por esses dispositivos em torno da geografia da área de estudo. No entanto, a propagação de drones letais foi escoltada por sua rápida adaptação a novos e talvez surpreendentemente, drones comerciais civis, que alteraram a dinâmica de mercado do dispositivo em termos de produção, demanda e oferta. O mundo está vendo um aumento na demanda por VANTs para aplicações comerciais/empresariais e seu desenvolvimento de novos tipos e formas para atender demandas em diversos setores e indústrias, especialmente o setor militar. Isso deu origem ao investimento maciço que está sendo inserido no negócio de drones. As nações do Oriente Médio estão agora seguindo o caminho da China e da Rússia em bilhões de investimentos remotos para atender aos investimentos dos Estados Unidos em pesquisa, produção e desenvolvimento de tecnologia de drones/VANT. O uso crescente de VANTs por atores não-estatais representa uma ameaça global, pois essas tecnologias de VANT são escaláveis. Há uma necessidade de diálogo multilateral e ação para conter o uso de drones nas mãos de atores estatais e ação unificada para tecnologias contra-VANT. As altas complexidades na dinâmica do poder regional também motivaram os principais estados a melhorar a autossuficiência em segurança. Os Estados regionais provavelmente continuarão investindo maciçamente nos complexos militares das potências internacionais que garantem coletivamente sua segurança, o que também significa a difusão do uso de VANT por grupos radicais criminosos e violentos. Portanto, o estudo recomendará mais políticas internacionais e nacionais para regular a produção, venda/compra e uso de VANTs como arma letal por meio de regulamentos, multas, penalidades e sanções, para controlar como os VANTs são usados. E diálogo multilateral e ação de agentes de segurança regionais e internacionais na luta contra a ameaça de drones. Isso ajudará contra o uso incontrolável da tecnologia para ganhos ruins e crimes contra a humanidade.

Referências

ALATTAR, A.; EISSA, M.; ALHAMMADI, O. Robots vs. COVID-19. **Emirati Engineers Abroad Letters**, [s. l.], v 1, n. 1, June 2020. Disponível em: <https://files.elfsightcdn.com/805a7dfc-a69f-438e-88fe-0e8279acc8f6/cffb4851-f16e-43be-be8e-4ac75abaaf66.pdf>. Acessado em: Nov 28, 2021.

ALKAABI, K.; ABUELGASIM, A. Applications of unmanned aerial vehicle (UAV) technology for research and education in U.A.E. **International Journal of Social Sciences Arts and Humanities**, [Dehradun, India], v. 5, n. 1, p. 4-11, 2017. Disponível em: http://www.crdeepjournal.org/wp-content/uploads/2017/08/Vol_5_1_2_IJSSAH.pdf. Acessado em: Nov 28, 2021.

ALLEY, R. **The drone debate: sudden bullet or slow boomerang?**. Wellington, New Zealand: Victoria University of Wellington, 2013. (Discussion papers, n. 14). Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/169163/DP1413OnlineVersion.pdf>. Acessado em: Nov 30, 2021.

ALMOHAMMAD, A.; SPECKHARD, A. **ISIS Drones: Evolution, Leadership, Bases, Operations and Logistics**. London: International Center for the Study of Violent Extremism, May 2017. Disponível em: <https://www.icsve.org/isis-drones-evolution-leadership-bases-operations-and-logistics/>. Acessado em: Nov 28, 2021.

ALSHEHHI, M. **A criminological critique of body-worn cameras in policing: the case of the United Arab Emirates**. 2018. Dissertation (Doctoral of Philosophy) – School of Health and Society, University of Salford, 2018. Disponível em: <https://usir.salford.ac.uk/id/eprint/48888/7/A%20Criminological%20Critique%20of%20Body%20Worn%20Cameras%20in%20Policing%20The%20Case%20of%20the%20United%20Arab%20Emirates%201.pdf>. Acessado em: Nov 28, 2021.

ALTAWY, R.; YOUSSEF, A. M. Security, privacy, and safety aspects of civilian drones" a survey. **ACM Transactons on Cyber-Physical Systems**, v. 1, n. 2, p. 1-25, 2016. Disponível em: <https://users.ensc.concordia.ca/~youssef/Publications/Papers/Drone-Survey.pdf>. Acessado em: Nov 28, 2021.

ARDEMAGNI, E. **Gulf: shifting perceptions on missile and drone attacks**. In: ITALIAN INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLITICAL STUDIES. Milan: ISPI, Feb 5, 2021. Disponível em: <https://www.ispionline.it/en/publicazione/gulf-shifting-perceptions-missile-and-drone-attacks-29178>. Acessado em: Nov 28, 2021.

BALDINI, G. *et al.* Survey of wireless communication technologies for public safety. **IEEE Communications Surveys & Tutorials**, [New York], v. 16, n. 2, p. 619-641, May 2014.

BEAUMONT, P.; BLAKE, G. H.; WAGSTAFF, J. M. **The Middle East: a geographical study**. 2nd ed. London: Fulton, 1988.

BELL, J. Saudi drone attacks highlight a new era of 'war-by-remote' in the Middle East: expert. **Alarabiya News**, Saudi Arabia, Mar 10, 2021. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/News/gulf/2021/03/10/Saudi-drone-attacks-highlight-a-new-era-of-war-by-remote-in-the-Middle-East-Expert>. Acessado em: Nov 28, 2021.

BENKENDORFER, J. EXAMINING the houthi use of unmanned aerial systems to meet strategic objectives. 2021. **Study** (Master of Arts in Global Security Studies) – Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, Aug 2021. Disponível em: <https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/64552/BENKENDORFER-THESIS-2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: Nov 28, 2021.

BEYDOUN, Z. R. The Middle East. **United States and International Law** (J.E.A.I.L.), [s. l.], v. 13, n. 2, p. 419-434, 2020.

BIAN, J.; SEKER, R.; XIE, M. A secure communication framework for large-scale unmanned aircraft systems. *In*: INTEGRATED COMMUNICATIONS NAVIGATION AND SURVEILLANCE CONFERENCE (ICNS), 2013, Herndon, VA. **Proceedings** [...]. Herndon, VA: IEEE, Apr 2013. p. 1-12. Disponível em: http://www.mengjunxie.org/papers/ICNS_2013.pdf. Acessado em: Nov 30, 2021.

BOOKER, B. New drone study finds 327 'close encounters' with manned aircraft. **The Two-Way**, [s. l.], Dec 11, 2015. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thetwoway/2015/12/11/459366656/new-drone-study-finds327-close-encounters-with-mannedaircraft?t=1588149100714>. Acessado em: Nov 28, 2021.

BOUAFIF, H. et al. Drone forensics: challenges and new insights. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NEW TECHNOLOGIES, MOBILITY AND SECURITY, 9th, 2018, Paris. **Proceedings** [...]. Paris: [Institut de Recherche Technologique], 2018. p. 1-6.

BOYLE, M. J. The race for drones. **Orbis**, [s. l.], v. 59, n. 1, p. 76-94, Jan 2015.

BROWN, J. Types of military drones: the best technology available today. **My Drone Lab**, [2012]. Disponível em: <https://www.mydronelab.com/blog/types-of-military-drones.html>. Acessado em: Nov 28, 2021.

BROWN, L. British ISIS fighter Naweed Hussain killed in Syria. **Daily Mail**, London, Feb 16, 2018. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-5401821/British-ISIS-fighter-Naweed-Hussain-killed-Syria.html>. Acessado em: Nov 28, 2021.

BUSINESS INSIDER. Drone technology uses and applications for commercial, industrial and military drones in 2021 and the future. **Opera News**, [s. l.], Jan 2021. Disponível em: <https://www.dailyadvent.com/news/fe952094de67806b622bc70b82ac839f-Drone-technology-uses-and-applications-for-commercial-industrial-and-military-drones-in-2021-and-the-future>. Acessado em: Nov 30, 2021.

BUSINESS READINESS LEVELS. **Introduction**. [S. l.]: Business Readiness Levels, 2020. Disponível em: <https://businessreadinesslevels.com/introduction/>. Acessado em: Nov 28, 2021.

CAIRO, M. F. **The Gulf: the Bush presidencies and the Middle East** Archived. [Lexington, KY]: University Press of Kentucky, 2012.

CAPELLO, E.; GUGLIERI, G.; QUAGLIOTTI, F. B. "UAVs and simulation" an experience on MAVs. **Aircraft Engineering and Aerospace Technology**, Bingley, UK, v. 81, n. 1, p. 38-50, 2009. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00022660910926890/full/pdf?casa_token=2SbEtz7Wo7QAAAAA:78oogCKT1gQ4usCN4w8kDca2W57v97vqxMK-wcjUZl3r9ZVX99-RnFZIpjNMIi05-BNd6MBlikJJG9_TcQkXfSxrf1fPx-mCp7R_yzHSx3Bw8z0KeFW6jg. Acessado em: Nov 28, 2021.

CHEN, C. *et al.*, A Bilinear Pairing-Based Dynamic Key Management and Authentication for Wireless Sensor Networks. **Journal of Sensors**, [London], n. 4, p. 1-14, Mar 2015.

CUSTERS, B. (ed.). **The future of drone use: opportunities and threats from ethical and legal perspectives**. [The Hague, Netherlands]: Springer; Asser Press, 2016.

DEAN, M. 6 best IoT simulators for P.C. *In*: WINDOWS REPORT. **Bucharest, Romania**: Windows Report, 2018. Disponível em: <https://windowsreport.com/iot-simulators/>. Acessado em: June 13, 2018.

DILSHAD, N. *et al.* Applications and challenges in video surveillance via drone: a brief survey. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY CONVERGENCE, 11th, 2020, Jeju Island, Korea. **Proceedings** [...]. Jeju Island, Korea: IEEE, 2020. p. 728-732.

EUROPEAN COMMISSION. **Defining safety, security and privacy issues using drones in civilian airspace**. Jan 17, 2020. Disponível em: <https://cordis.europa.eu/article/id/413261-definingsafety-security-and-privacy-issues-using-drones-incivilian-airspace>. Acessado em: Nov 28, 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **Technology readiness levels (TRL)**. [Brussels]: European Commission, Apr 21, 2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/other/wp/2016_2017/annexes/h2020-wp1617-annex-g-trl_en.pdf. Acessado em: Nov 28, 2021.

FADLULLAH, Z. *et al.* A dynamic trajectory control algorithm for improving the communication throughput and delay in UAV-aided networks. **IEEE Network**, v. 30, n. 1, p. 100-105, Jan/Feb 2016.

FAHIM, K. Turkey's military campaign beyond its borders is powered by homemade armed drones. **The Washington Post**, Washington, Nov 29, 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/turkey-drones-libya-nagorno-karabakh/2020/11/29/d8c98b96-29de-11eb-9c21-3cc501d0981f_story.html. Acessado em: Nov 28, 2021.

FAHLSTROM, P. G.; GLEASON, T. J. **Introduction to UAV systems**. Wes Sussex: John Wiley & Sons, 2012.

FAROUK, Y. **The Middle East Strategic Alliance has a long way to go**. In: CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. Washington, D.C, Feb 08, 2019. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2019/02/08/middle-east-strategic-alliance-has-long-way-to-go-pub-78317>. Acessado em: Nov 30, 2021.

FERRUS, R. *et al.* LTE: the technology driver for future public safety communications. **IEEE Communications Magazine**, [New York], v. 51, n. 10, p. 154-61, Oct 2013.

FREW, J. **Drone wars: the next generation**. Oxford: Drone Wars UK, May 2018.

GLOBAL SECURITY. Military. **Operation desert storm**. Alexandria, VA: Global Security, 2021. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/ops/desert_storm.htm. Acessado em: Dec 1, 2021.

GLOBAL Unmanned Aerial Vehicle (UAV) market 2017-2021: drivers, challenges & opportunities - market anticipated to reach \$21.47 billion. **GlobeNewswire**, Dublin, Jan 30, 2018. Disponível em: <https://www.globenewswire.com/news-release/2018/01/30/1314070/0/en/Global-Unmanned-Aerial-Vehicle-UAV-Market-2017-2021-Drivers-Challenges-Opportunities-Market-Anticipated-to-Reach-21-47-Billion.html>. Acessado em: Nov 28, 2021.

GUPTA, L.; JAIN, R.; VASZKUN, G. Survey of important issues in UAV communication networks. **IEEE Communications Surveys & Tutorials**, [New York], v. 18, n. 2, p. 11123-1152, 2016.

HALLION, R. P. **Taking flight**: inventing the aerial age, from antiquity through the First World War. New York: Oxford University Press, 2003.

HARTMANN, K.; STEUP, C. The vulnerability of UAVs to cyber attacks-an approach to the risk assessment. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CYBER CONFLICT, 5th, 2013, Tallinn, Estonia. **Proceedings** [...]. Tallinn, Estonia: IEEE, June 2013. p. 1-23. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/6568373>. Acessado em: Nov 28, 2021.

HE, D.; CHAN, S.; GUIZANI, M. Drone-assisted public safety networks: the security aspect. **IEEE Communications Magazine**, [New York], v. 55, n. 8, p. 218-223, Aug 2017.

HUMPHREYS, T. Statement on the vulnerability of civil unmanned aerial vehicles and other systems to Civil GPS spoofing. Austin: University of Texas, July 2012. Disponível em: <https://rnl.ae.utexas.edu/images/stories/files/papers/Testimony-Humphreys.pdf>. Acessado em: Nov 30, 2021.

HUMPHREYS, T. E. *et al.* Assessing the spoofing threat: development of a portable G.P.S. Civilian Spoofer. *In*: INTERNATIONAL TECHNICAL MEETING OF THE SATELLITE DIVISION, 21., 2008, Savannah. **Proceedings** [...]. Savannah, GA: Institute of Navigation, Sep 2008. p. 2314-2325.

HYDE, W. Will the future of digital forensics and law enforcement investigation strategies need to adapt to malicious hardware devices? **Fifth annual Stevenson University Forensics Journal**, [s. l.], v. 5, p. 59-63, 2014.

KAHANA, E.; SUWAED, M. **Historical dictionary of Middle Eastern intelligence**. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 2009.

KAMAR, S. **SkyJack**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://samy.pl/skyjack/>. Acessado em: Nov 30, 2021.

KHAN, M. A. *et al.* Drones for good in smart cities: a review. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ELECTRICAL, ELECTRONICS, COMPUTERS, COMMUNICATION, MECHANICAL AND COMPUTING, 2018, [Madras]. **Proceedings** [...]. [Madras, India: s. n.], Jan 2018. p. 8.

KONDOCH, B. The killing of General Quassem Soleimani: legal and policy issues. **Journal of East Asia and International Law**, Seoul, v. 13, n. 2, p. 419-434, Nov 2020.

LI *et al.* Drone-assisted public safety wireless broadband network. *In: IEEE WIRELESS COMMUNICATIONS AND NETWORKING CONFERENCE WORKSHOPS (WCNCW)*, 2015, New Orleans. **Proceedings** [...]. New Orleans: Institute of electrical and Electronics Engineers, Mar 2015a. p. 323-328.

LI *et al.* The public safety wireless broadband network with airdropped sensors. *In: IEEE CHINA SUMMIT AND INTERNATIONAL CONFERENCE SIGNAL AND INFORMATION PROCESSING (ChinaSIP)*, 2015, Beijing. **Proceedings** [...]. Beijing, China: Institute of electrical and Electronics Engineers, 2015b. p. 443-475.

LOW, A. M. The first guided missile. **Flight**, [s. l.], p. 436, Oct 3, 1952.

LUCA, G. Radicalizarea Lui Mohammed Emwazi-Jihadi John (The Radicalization of Mohammed Emwazi-Jihadi John). [S. l.: s. n.], 2016.

MAIRAJ, A.; BABA, A. I.; JAVAID, A. Y. Application specific drone simulators: recent advances and challenges. **Simulation Modelling Practice and Theory**, [s. l.], n. 94, p. 100-117, Feb 2019.

MAP of Middle East. *In: ENCYCLOPAEDIA Britannica*. Chicago, IL: Britannica Group, 2012. Disponível em: <https://www.britannica.com/story/are-the-middle-east-and-the-near-east-the-same-thing>. Acessado em: Nov 28, 2021.

MERWADAY, A.; GUVENC, I. UAV Assisted Heterogeneous Networks for Public Safety Communications. *In: IEEE WIRELESS COMMUNICATIONS AND NETWORKING CONFERENCE WORKSHOPS (WCNCW)*, 2015, New Orleans. **Proceedings** [...]. New Orleans: Institute of electrical and Electronics Engineers, Mar 2015. p. 329-334.

MIDDLE east the world is waking up to Iran's drone threat. **The Jerusalem Post**, Jerusalem, 2021 Disponível em: <https://www.jpost.com/middle-east/the-world-is-waking-up-to-irans-drone-threat-681312>. Acessado em: Nov 30, 2021.

MILAN, F. F.; TABRIZI, B. Armed, unmanned, and in high demand: the drivers behind combat drones proliferation in the Middle East. **Small Wars & Insurgencies**, [London], v. 31, n. 4, p. 730-750, 2020.

MITCHELL, R.; CHEN, I-R. Adaptive Intrusion Detection of Malicious Unmanned Air Vehicles Using Behavior Rule Specifications. **IEEE Transactions on Systems Man and Cybernetics: Systems**, [New York], v. 44, n. 5, p. 593-604, May 2014.

MOIŠE, E. **Limited war: the stereotypes**. Clemson: Clemson University, [20--?]. Disponível em: <http://edmoise.sites.clemson.edu/redirect.html>. Acessado em: July 2, 2010.

NEDERLAND. Ministerie van Veiligheid en Justitie. **Rapport Drones en privacy**: Handleiding voor een gebruik van drones dat voldoet aan de waarborgen voor bescherming van de privacy'. Turfmarkt: Ministerie van Veiligheid en Justitie, 2015. Disponível em: https://open-pilot.overheid.nl/Details/ronl-archief-aa5e2071-a0b9-4c8b-815d-c4f0fbeb2f10/1?hit=1&thema=c_ee06665e&thema_filter=c_2835e395#panel-tekst. Acessado em: Nov 28, 2021.

NEMETH, C. J. Game of drones: strategic unmanned aerial systems (UAS) command and control (c2). *In*: WHITE, S. R. (ed.). **Closer than you think: the implications of the third offset strategy for the U.S. Army**. [Carlisle Barracks, Pennsylvania]: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep12117.10.pdf>. Acessado em: Nov 28, 2021.

NGUYEN, H. P. D.; NGUYEN, D. D. Drone application in smart cities: the general overview of security vulnerabilities and countermeasures for data communication. **Development and Future of Internet of Drones (IoD): Insights, Trends and Road Ahead**, [s. l.], p.185-210, 2021.

PENNSYLVANIA STATE UNIVERSITY. Department of Geography. College of Earth and Mineral Sciences. **Welcome to GEOG 892 - geospatial applications of unmanned aerial systems**. Pennsylvania: PennState, 2018. Disponível em: <https://www.e-education.psu.edu/geog892/node/508>. Acessado em: July 18, 2018.

PERON, A. E. dos R.; DIAS, R. de B. No Boots on the Ground': reflections on the US Drone Campaign through Virtuous War and S.T.S. Theories. *Contexto Internacional*, São Paulo, v. 40, n. 1, Apr 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/GNZskbRwBWdmdxjQtr3pMZm/?lang=en>. Acessado em: Nov 30, 2021.

PETERS, J. E; DESHONG, H. **Out of area or out of reach?: European military support for operations in Southwest Asia**. Santa Monica: RAND Corporation, 1995.

RAVICH, T. M. Assessing "Drones for Good"- Public UASs in the Middle East. *In*: INTERNATIONAL AVIATION MANAGEMENT CONFERENCE, 2nd, 2014, Dubai. **Proceedings** [...]. Dubai: EAU Business School, 2014. p. 129-138. Disponível em: <https://www.eau.ac.ae/media/1192/proceedings-iamc-2014.pdf>. Acessado em: Nov 29, 2021.

REARDEN, S. L. **History of the office of the Secretary of Defense: the formative years, 1947-1950**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 2015.

RENNER, S. L. **Broken wings: the Hungarian Air Force, 1918-45**. Bloomington: Indiana University Press, 2016.

ROUSE, M. Capability Maturity Model (CMM). [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <https://searchsoftwarequality.techtarget.com/definition/Capability-Maturity-Model>. Acessado em: Nov 30, 2021.

ROY, R. Unmanned: Drone Warfare and Global Security (Book Review) by Ann Rogers and John Hill. **Canadian Military History**, Waterloo, v. 26, n. 1, 2017. Disponível em: <https://scholars.wlu.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1855&context=cmh>. Acessado em: Nov 30, 2021.

RUSI. Armed drones in the Middle East. **Saudi Arabia**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://drones.rusi.org/countries/saudi-arabia/>. Acessado em: Nov 28, 2021.

SAAB, B. Y. **The gulf rising: defense industrialization in Saudi Arabia and the UAE**. Washington, D.C.: Atlantic Council, May 2014. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2014/05/The_Gulf_Rising.pdf. Acessado em: Nov 28, 2021.

SALAMH, F. E.; KARABIYIK, U.; ROGERS, M. A constructive DIREST security threat modeling for drone as a service. **Journal of Digital Forensics, Security and Law**, [s. l.], v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://commons.erau.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1695&context=jdfsl>. Acessado em: Nov 30, 2021.

SAMBEEK, W. F. J. H. Drone technology maturity and implications in security surveillance sector. 2020. Thesis (Bachelor) – University of Twente, The Netherlands, 2020.

SANJAB, A.; SAAD, W.; BAŞAR, T. Prospect theory for enhanced cyber-physical security of drone delivery systems: a network interdiction game. *In*: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMMUNICATIONS; COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEMS SECURITY SYMPOSIUM, 2017, France. **Proceedings** [...]. France: Institute of electrical and Electronics Engineers, May 2017. p. 1-6.

SARKAR, D. Emerging technologies in military drones. **Financial Express**, [s. l.], June 18, 2021. Disponível em: <https://www.financialexpress.com/defence/emerging-technologies-in-military-drones/2273795/>. Acessado em: Nov 28, 2021.

SASLEY, B.; JACOBY, T. A. (ed.). **Redefining security in the Middle East**. Manchester: Manchester University Press, 2020.

SATIA, P. Drones: a history from the British Middle East. **Humanity: an International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**, Baltimore, v. 5, n. 1, p. 1-31, 2014.

SHAW, I. G. Scorched atmospheres: the violent geographies of the Vietnam War and the rise of drone warfare. **Annals of the American Association of Geographers**, [London], v. 106, n. 3, p. 688-704, 2016.

SHIN, K.-A.; PARK, C.-M. A secure data aggregation scheme based on appropriate cryptographic primitives in heterogeneous wireless sensor networks. **IEEE Transactions on Parallel and Distributed Systems**, [New Jersey], v. 26, n. 8, p. 593-604, Aug. 2015. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/6875932>. Acessado em: Nov 28, 2021.

SHOUP, J. A. **Ethnic groups of Africa and the Middle East: an encyclopedia**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2011.

SIDDAPPAJI, B.; AKHILESH K. B. Role of cyber security in drone technology. *In*: AKHILESH, K.; MÖLLER, D. (ed.). **Smart technologies**. Singapore: Springer, 2020.

SINGH, A. Drone forensics: an unrevealed dome. *In*: DATA FORENSICS. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.dataforensics.org/drone-forensics/>. Acessado em: Nov 30, 2021.

SNOW, C. Why drones are the future of the internet of things. **sUAS News: the Business of Drones**, [s. l.], Dec 1, 2014. Disponível em: <https://www.suasnews.com/2014/12/why-drones-are-the-future-of-the-internet-of-things/>. Acessado em: July 22, 2018.

SOUBRIER, E. air power procurement in the gulf: from sparkling mirages to strategic ambitions. *In*: THE ARAB GULF STATES INSTITUTE IN WASHINGTON. Washington, D.C., Dec 6, 2019. Disponível em: <https://agsiw.org/air-power-procurement-in-the-gulf-from-sparkling-mirages-to-strategic-ambitions/>. Acessado em: Nov 28, 2021.

SUHRKE, A. Human security 15 years after Lysøen: the case against drone killings. **Asian Journal of Peacebuilding**, v. 2, n. 2, p. 185-198, 2014. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/5321-human-security-15-years-after-lysoen>. Acessado em: Nov 30, 2021.

TAYLOR, J. W. R. (ed.). **Jane's pocket book of remotely piloted vehicles: robot aircraft today**. [London: Collier Books], 1977.

THE BENEFITS and challenges of UAVs. *In*: OHIO UNIVERSITY. **Blog**. Athens, Ohio, Feb 3, 2020. Disponível em: <https://onlinemasters.ohio.edu/blog/the-benefits-andchallenges-of-uavs/>. Acessado em: Dec 1, 2021.

TIPPENHAUER, N. *et al.* On the Requirements for Successful GPS spoofing attacks. *In: CONFERENCE ON COMPUTER AND COMMUNICATIONS SECURITY, 2011, Chicago. Proceedings [...].* Chicago, IL: Association for Conference on Computer, 2011. p. 75-86. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/2046707.2046719>. Acessado em: Dec 12, 2021.

WASSEF, K. Saudi Arabia drone attack oil infrastructure. **CBSNews**, [New York], Mar 8, 2021. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/saudi-arabia-drone-attack-oil-infrastructure-ras-tanura-dhahran-houthis-yemen-iran/>. Acessado em: Nov 28, 2021.

YULAS, A.; GAYLE, D.; WEAVER, M. Mohammed Emwazi targeted in a U.S. airstrike. **The Guardian**, [London], Nov 13, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/live/2015/nov/13/mohammed-emwazi-targeted-in-us-airstrike-live-updates-jihadi-john>. Acessado em: Nov 30, 2021.

YUMO, Z. The assassination of Qasem Soleimani: United States policy and relations in the middle east from the cold war to the present day. **European Journal of Humanities and Social Sciences**, Bruxelles, n. 4, p. 74-88, 2020.



A comunicação estratégica como ferramenta para a diplomacia militar brasileira


Strategic communication as a tool for Brazilian military diplomacy

Resumo: Trata-se de um artigo sobre a Comunicação Estratégica e sua contribuição para a diplomacia militar. Baseia-se em levantamentos documentais de trabalhos e livros produzidos com autores do Brasil e exterior. Os objetivos específicos da pesquisa foram: 1. Traçar um panorama da Diplomacia Militar Brasileira; 2. Descrever a Comunicação Estratégica no âmbito do Exército Brasileiro, EUA e Rússia; 3. Levantar ferramentas para integração da Comunicação Estratégica com a Diplomacia Militar brasileira. O estudo foi dividido em três etapas: Na primeira e segunda, foram utilizados o método descritivo e pesquisa bibliográfica, sobre Comunicação Estratégica no Brasil e exterior e a Diplomacia Militar. Na terceira etapa, por meio de uma análise comparativa foram analisadas as ferramentas que proporcionam essa integração, concluindo sobre os possíveis benefícios dessa proposta. Ao final, o trabalho apresenta premissas para que se trabalhe de forma conjunta a Diplomacia com a Comunicação Estratégica, fortalecendo a mentalidade de Defesa no País.

Palavras-chave: Comunicação Estratégica. Diplomacia. Relações internacionais.

Abstract: This is an article about Strategic Communication and its contribution to military diplomacy. It is based on documentary surveys of works and books acquired from authors in Brazil and abroad. The specific objectives of the research were: 1. To draw an overview of Brazilian Military Diplomacy; 2. Describe a Strategic Communication within the Brazilian Army, USA and Russia; 3. Raise tools for the integration of Strategic Communication with Brazilian Military Diplomacy. The faith study was divided into three stages: In the first and second, the descriptive method and bibliographical research were used, on Strategic Communication in Brazil and abroad and Military Diplomacy. In the third stage, through a comparative analysis, the tools that provide this integration were analyzed, concluding on the possible benefits of this proposal. At the end, the work presents premises for working together on Diplomacy with Strategic Communication, strengthening the Defense mentality in the country. Keywords: Strategic Communication. Diplomacy. International relations.

Keywords: Strategic Communication. Diplomacy. International relations.

Leonardo de Souza Franklin 
Exército Brasileiro. Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
franklin.souza@eb.mil.br

Recebido: 09 abr. 2021

Aprovado: 28 out. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

A comunicação estratégica pode ser definida como a comunicação integrada, sincronizada e alinhada com as ações realizadas por uma organização para atingir seus objetivos. Pressupõe a combinação das práticas adotadas, no âmbito da comunicação social tradicional, com as relações institucionais sistematizadas e com o emprego das mídias digitais, aí incluídas as mídias e redes sociais. O seu campo de atuação está associado ao ambiente estratégico.

A diplomacia, entendida como um instrumento pacífico da política externa de um Estado, opera, por natureza, em um campo de atuação multifacetado e plural, característico da política internacional. Por conseguinte, o contexto das relações internacionais contemporâneas imprime intensa dinâmica à atividade diplomática, demandando, cada vez mais, preparo e especialização no trato de temas atrelados a agendas políticas, econômicas, militares, sociais, ambientais, tecnológicas, entre outras. A diplomacia militar, entendida como o emprego não violento de meios e recursos militares, é um segmento da atividade externa do Estado. O presente artigo objetiva lançar um olhar sobre o papel da diplomacia militar, destacando suas principais características e a sua relevância como ferramenta de política externa

Verifica-se, portanto, que a Comunicação Estratégica e a diplomacia militar são excelentes ferramentas para atuação na dimensão informacional, cada uma com seu campo de atuação. A diplomacia militar orientada através de uma política externa bem definida, associada a uma comunicação estratégica no nível mais alto da instituição, interagindo com os atores existentes no ambiente estratégico para seguir e conduzir ações focadas nos objetivos nacionais definidos.

2 Metodologia

O trabalho baseia-se em levantamentos documentais de trabalhos e livros produzidos com autores do Brasil e exterior. É um artigo de amplitude nacional, com o uso de referências nacionais e internacionais, de natureza quantitativa e qualitativa, com pesquisa em arquivos permanentes e entrevistas dentro e fora da Instituição. Os objetivos específicos da pesquisa foram: 1. Traçar um panorama da Diplomacia Militar Brasileira; 2. Descrever a Comunicação Estratégica no âmbito do Exército Brasileiro; 3. Levantar os aspectos para uma integração da Comunicação Estratégica com a Diplomacia Militar brasileira. O estudo terá um caráter quantitativo e qualitativo e será dividido em três etapas. Na primeira, baseado em um método descritivo e uma pesquisa bibliográfica, as Comunicações Estratégicas do Brasil se existirem, será confrontada com a forma de aplicação desse instrumento nos Estados Unidos da América e Rússia. Na segunda etapa será identificado os aspectos que precisam ser seguidos para viabilizar a sua integração com a Diplomacia Militar. Na terceira etapa, serão levantadas premissas para proporcionar essa integração e concluindo sobre os possíveis benefícios dessa proposta. Essa integração propiciaria ferramentas para que se atinja de forma mais eficiente os interesses das Forças e, com isso, se obtenha uma consequente ampliação da mentalidade de Defesa no Brasil e seu fortalecimento no Exterior.

3 Diplomacia

Retirando o texto de um Dicionário da Língua, Diplomacia em seu sentido amplo é:

1 Ciência que trata das relações e dos interesses internacionais entre Estados. 2 Atividade que envolve relações internacionais por meio de governantes, de embaixadas em outro país ou de qualquer outro órgão internacional. 3 Arte de preservar os direitos e interesses do Estado em uma negociação com governos estrangeiros (FERREIRA, 2008, p. 320).

Observando o significado de diplomacia acima descrito, observa-se que não há um consenso acerca do seu conceito, já que ela é tratada ao mesmo tempo como ciência e como arte. O mesmo ocorre nas Relações Internacionais, em que vários autores e estudiosos buscam definir o que vem a ser diplomacia.

No entanto, estabeleceu-se um consenso que diplomacia, em um sentido mais amplo é o relacionamento entre Estados. Na Antiguidade foram largamente utilizados, mensageiros e emissários, os quais enviavam os comunicados de seus reinos a outros povos. Naquela época, já eram representantes de seus monarcas e possuíam, alguns privilégios e imunidades.

Dessa forma, a diplomacia buscava, conciliar através do diálogo e da persuasão, os diferentes interesses dos Estados, sempre evitando o emprego da força e do poder militar (WATSON, 1982).

No século XX, o aumento do número de Estados, da interdependência e das agendas de interesse global, gerou um novo desenvolvimento da diplomacia. O novo e complexo ambiente das relações internacionais trouxe uma nova dinâmica na discussão de temas de agendas políticas, econômicas, militares, sociais, ambientais, tecnológicas, entre outras, demandando uma rápida adaptação à realidade da sociedade internacional (SILVA, 2014).

Entre os especialistas estudados, verificou-se pontos comuns para a função da diplomacia. Entre eles, a negociação, a comunicação e a informação, foram elencadas como as mais importantes.

Além dessas funções, é importante ressaltar os trabalhos oficiais da diplomacia previstos pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, promulgada através de Decreto Presidencial de 1965, a saber: representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado; proteger, no Estado acreditado, os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional; negociar com o governo do Estado acreditado; inteirar-se, por todos os meios lícitos, das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse respeito o governo do Estado acreditante; e promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado.

Dentro desse processo de condução das diversas agendas internacionais, torna-se por demais custosa a centralização e a coordenação da execução da política externa do país, por maior que seja o esforço do Ministério das Relações Exteriores (SILVA, 2014). O Estado busca então repartir sua tarefa com outros agentes nacionais, delegando muitas de suas atribuições.

Assim sendo, verifica-se o papel principal do Ministério das Relações Exteriores na condução da política externa, mas admite-se a existência e o uso de diplomacias setoriais, as quais são executadas por outras agências governamentais. Cada agente governamental específico pode se relacionar diretamente com seus congêneres dos demais países no cenário internacional (SILVA, 2014).

Dentre as diplomacias setoriais realizadas por agentes governamentais específicos, a realizada no ambiente dos ministérios da defesa pode ser destacada. É a chamada diplomacia de defesa ou diplomacia militar.

3.1 Diplomacia Militar

Na história da humanidade, as forças armadas sempre foram vistas como elementos de força e coação dos Estados (BARSTON, 2006). Elas sempre foram um instrumento de imposição da vontade das nações mais poderosas sobre as mais débeis. A política externa pode fazer uso da guerra como um instrumento final de consecução de interesses não alcançados pela diplomacia (HILL, 2003).

Durante o período da Guerra Fria, surgem as primeiras referências à diplomacia militar. Nesse momento, entretanto, essa diplomacia ocorria basicamente na forma de cooperação militar, com o objetivo de formação de alianças estratégicas dentro de cada um dos dois blocos opostos de poder, o americano e o soviético. Essas alianças buscavam basicamente “incrementar capacidades militares, contrabalançar ameaças advindas do polo oposto, manter esferas de influência, apoiar governos amigos no controle interno do Estado e conquistar mercados para a indústria bélica” (SILVA, 2014).

Tendo em vista esses objetivos, a diplomacia militar contribui para a política externa com atividades como os diálogos políticos, de segurança e defesa estratégica; acordos e tratados de defesa; transparência de intenções em relação à política de defesa nacional; assistência na manutenção da legalidade e legitimidade do governo; intercâmbio de pessoal militar e de percepções; participação em operações de paz da ONU; fortalecimento das relações de defesa para promover influência; reforçar as próprias capacidades de defesa nas áreas de equipamento de defesa; assistência amistosa a países estrangeiros para desenvolver suas capacidades de defesa; assumir compromissos militares internacionais para melhorar sua própria capacidade militar; promover a interoperabilidade militar e de defesa; designação de adidos de defesa para outros países; e ações específicas de diplomacia de defesa. (MUTHANNA, 2016).

A diplomacia militar brasileira no período da Guerra Fria, tal qual como no resto do mundo, era marcada pelo realismo que predominava nas relações internacionais naquele momento. Na década de 1970, houve uma aproximação entre Brasil e Paraguai no projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu, obra que seguia na esteira do nacional desenvolvimentismo que caracterizou os governos militares no Brasil. O maior entrave ao acordo de Itaipu ainda era a desconfiança Argentina, que via na obra uma ameaça ao equilíbrio de poder na região. É necessário observar que a aproximação entre Brasil e Paraguai teve seu início antes de Itaipu, ainda no governo de Getúlio Vargas, em 1942, com a criação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (VASCONCELOS, 2011). Era a diplomacia militar atu-

ando como ferramenta impulsora da política externa do país. No governo Figueiredo, em 1979, Argentina, Brasil e Paraguai firmaram o acordo tripartite Itaipu-Corpus, que viabilizou a construção da hidrelétrica. Nesse contexto de maior cooperação iniciou-se o processo de integração da região do Cone Sul (LANDIM, 2014).

Nesse ambiente favorável ao diálogo, novos acordos bilaterais foram firmados entre Argentina e Brasil, com o objetivo de eliminar antagonismos e fomentar a confiança mútua entre as nações. O principal deles foi na área nuclear, que se encontrava em plena expansão nas décadas de 70 e 80. Nesse momento, havia a clara preocupação de que o desenvolvimento nuclear dos dois países pudesse suscitar possíveis animosidades e a corrida nuclear na região. Assim, em 17 de maio de 1980, foi firmado o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicações dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (AGUILLAR, 2010). Essa convergência na área nuclear é fundamental e embrionária para o que viria a ser o processo de criação e integração do MERCOSUL.

O fim da Guerra Fria, na década de 1990, trouxe um novo ambiente para a diplomacia militar. Um contexto permeado pelo realismo, no qual o poder militar era usado como fator de coerção e dissuasão, dá lugar a relações marcadas pela cooperação, influenciadas pelo liberalismo nas relações internacionais e pelo multilateralismo promovido pela ONU. No Cone Sul, o regionalismo e a cooperação foram fomentados pela implementação do MERCOSUL e foram sucedidos por outros organismos, como a UNASUL, criada em 2008.

O início do século XXI e os desafios de um mundo cada vez mais global, trouxeram, como já foi dito, significativos impactos sobre a Política Externa Brasileira (PEB). Segundo a PEB, a ordem internacional deve estar fundamentada na democracia, no multilateralismo, na cooperação e na busca da paz entre os Estados. Dessa forma, ela defende “a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do direito internacional” (BRASIL, 2013).

As premissas indicadas pela PEB passam, então, a balizar as ações diplomáticas brasileiras e também a atuação militar do país no âmbito externo. O Exército Brasileiro, através da Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), elaborada em 2013, busca balizar e subsidiar suas ações no campo internacional, bem como sua diplomacia militar, adequando-se às demandas da atual PEB. Na visão da instituição, a diplomacia militar é:

[...] o conjunto de ações de cooperação na Área de Defesa, levadas a efeito entre países amigos, incluindo estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras (BRASIL2013, p. 19).

A diretriz específica também o que seria a diplomacia militar no âmbito da defesa, ou seja, a diplomacia de defesa: “No âmbito da Defesa, a Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2013, p. 19).

A diretriz prossegue explorando o campo da diplomacia militar, apresentando os seus propósitos:

[...] manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos de outros países; contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais; apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas; facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais; e ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis (BRASIL, 2013, p. 20-21).

Prosseguindo, a diretriz detalha as ações a serem executadas pela Força por meio da diplomacia militar:

[...] aprofundar o relacionamento no campo militar com os países de maior interesse para o Brasil; contribuir com a defesa dos interesses do EB, por meio dos adidos militares, da ligação com os adidos estrangeiros acreditados no Brasil, da participação em eventos internacionais, das visitas de autoridades militares brasileiras ao exterior e da recepção de autoridades militares estrangeiras no Brasil; auxiliar na projeção de uma imagem positiva do Brasil no concerto das nações, particularmente pela contribuição à paz e à segurança internacionais e pela participação em instâncias internacionais relevantes; assessorar os chefes de missões diplomáticas brasileiras no exterior; e coordenar com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio do MD, as medidas necessárias para que o trabalho diplomático, nos temas afetos à Força, reflita, com precisão, os interesses da Defesa. (BRASIL, 2013, p. 21).

Por fim, a DAEBAI apresenta o conceito da “Preclusão Estratégica” como um objetivo permanente da diplomacia militar:

A diplomacia militar deve favorecer a Preclusão Estratégica, que abrange o conjunto de ações voltadas para a prevenção e neutralização de agressões que tornariam imperativo o uso da força militar pelo Brasil em condições que potencialmente escalariam a situação para uma crise mais grave. Assim, poderá incluir programas de cooperação específicos para um determinado país, definindo estratégias diferenciadas para a atuação de adidos militares e para o oferecimento de oportunidades de intercâmbio subsidiadas pelo Brasil (BRASIL, 2013, p. 24).

A participação em operações de paz sob a égide das Nações Unidas, como uma das principais atividades da diplomacia militar, é ponto comum a praticamente todos os seus estudiosos e às diretrizes das várias Forças Armadas. Ela é importante ferramenta da política externa por três razões: apoiada no discurso da paz, constrói uma imagem positiva perante a comunidade internacional; permite expandir a influência estratégica em âmbito regional e global; e possibilita a expansão de capacidades e aprendizado (SINGH, 2011). Sabedor dessas premissas, o Brasil, desde 1947, participa de missões de paz da ONU. Mais recentemente, em 2004, o país ganhou notoriedade por ter assumido o comando de uma dessas missões, a MINUSTAH no Haiti. Essa posição de destaque assumida em missões das Nações Unidas vai ao encontro de anseios do Brasil pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e do seu antigo pleito por um assento permanente no referido conselho.

Um último aspecto merece ser analisado na diplomacia militar, dado seu valor como fator de aproximação e facilitador das relações entre as nações: a linguagem militar comum e a homogeneidade da cultura militar ao redor do mundo. Assim como há uma comunidade diplomática internacional, é possível reconhecer uma comunidade militar internacional com cultura e pensamentos comuns, favorecedores do diálogo entre os militares das diversas nações.

É claro que se verificam também diversas divergências e animosidades entre exércitos de diversas nações, provocados por desavenças históricas ou conflitos recentes. No entanto, observa-se no campo da diplomacia de defesa um entendimento facilitado por um ambiente e uma cultura comuns, “que contribui para criar e manter uma rede global de parceiros no âmbito militar” (REVERON, 2010, p. 53).

As semelhanças podem ser verificadas na forma de organização das instituições militares, no compartilhamento de valores como hierarquia e disciplina, no emprego de doutrinas muitas vezes iguais, já que alguns exércitos literalmente “copiam” suas doutrinas de outros considerados mais poderosos. Até mesmo as visões e demandas se assemelham, ao haver uma busca e um comprometimento sempre constante com os objetivos de seus Estados, com o fortalecimento dos meios de defesa e na busca de melhores provimentos inclusive. Os diversos intercâmbios de pessoal militar nos centros de estudos e escolas de formação possibilitam a troca de informações e doutrinas, fortalecendo a difusão da cultura militar (SILVA, 2014).

Dentre os atributos do profissional militar e que definem sua cultura, três são considerados entre aqueles comuns a praticamente todos os países: “capacidade - adquirida por meio de vasta educação e experiências; corporativismo - como consciência própria do grupo de profissionais; e responsabilidade - em direção à sociedade como um todo” (HUNTINGTON, 1996, p. 53).

Janowitz (1971, p. 213), por sua vez, apresenta cinco características comuns do profissional das armas: “importantes habilidades sociais, organização própria, autonomia e regras próprias, código de ética arraigado, e sistema de obrigações bem definido”. Essa identidade militar comum torna a diplomacia militar uma ajuda valiosa das relações exteriores e que bem direcionada através de uma comunicação estratégica eficaz torna-se uma poderosa ferramenta.

4 Comunicação Estratégica

Com a atual tendência de globalização, as organizações modernas passaram a investir em processos de comunicação para se adaptar à nova realidade. Nesse cenário, a informação tornou-se indispensável e elemento estratégico determinante, pois ela produz impactos econômicos, políticos, sociais e culturais para as organizações (OLIVEIRA; PAULA, 2007). Para Cabestré, Graziadei e Polesel Filho (2008), somente a Comunicação Estratégica apresenta as condições ideais para gerir o fluxo de informações e proporcionar resultados favoráveis à organização.

Para Pereira (2014), a Comunicação Estratégica consiste em um conjunto de ações planejadas, bem definidas e estruturadas para que os objetivos da organização sejam atendidos. Esta comunicação conduz a mudanças de atitudes e alterações no comportamento dos membros da organização e orienta-os de forma que seus componentes se sintam motivados e integrados para que as metas sejam atingidas. A comunicação envolve a organização em sua totalidade – diretores, funcionários, associados, voluntários etc.

A Comunicação Estratégica é uma forma de aglutinar as diferentes ações de comunicação para a consecução dos objetivos estratégicos da empresa, pensando mais nos objetivos do que nas ações, corresponde a sobrevivência e êxito sustentado de uma empresa (ZERFASS et al., 2018).

A Comunicação Estratégica não participa de toda a estratégia empresarial, mas sim naquela parte relacionada à relação com os públicos de interesse para aumentar o seu valor, em termos de imagem e reputação (ativos intangíveis), contribuindo para êxito nos objetivos comerciais.

A Comunicação Estratégica não é comunicação integral ou global que se define por todas as ações de comunicações tomadas (interna e externa) e sim, pode ser definida, como a comunicação realizada pelos objetivos a alcançar e decisões a serem tomadas nesta direção.

A Comunicação Estratégica se define por dois termos: *comunicação* de longo prazo e omnidirecional (VAN RULER, 2018) e *estratégia*, por meio de táticas e planos (CARRILLO, 2014).

Neste contexto é importante definir estratégia como estando associada ao pensamento estratégico, a forma de alcançar objetivos a longo prazo, prevendo cenários, ameaças, reações e outros fatores como, até mesmo, o azar. As estratégias se valem de táticas que devem ser empregadas por meio da coordenação de ações e recursos disponíveis para se obter uma posição vantajosa, por meio de planos de ação. A estratégia deve ser pensada a longo prazo (VAN RULER, 2018).

Segundo Carrillo (2014), a Estratégia deve ter alguns pontos focais: a gestão da comunicação; os *Stakeholders*; os modelos capazes de medir o benefício da Comunicação Estratégica; a demanda de novos profissionais; e a integração da comunicação interna e externa.

Um diretor de Comunicação Estratégica deve dominar algumas áreas: as relações informativas; a responsabilidade social corporativa (**ativos intangíveis**); a gestão do conhecimento; a gestão da marca; a cultura corporativa; o planejamento e gestão estratégica; a comunicação de crises; e a criação de imagens e reputação.

De posse de todos os conceitos e definições, anteriormente descritos, pode-se definir comunicação estratégica **como sendo um esforço da gestão da comunicação realizada a longo prazo, em torno de uma organização, para conseguir que as relações com todos os**

públicos de interesse vinculados a ela contribuam, positivamente, para alcançar os objetivos definidos na visão estratégica global da empresa (grifo nosso). A perseguição de tais objetivos colocará em marcha um mecanismo de ações táticas que se desdobrarão em planos de ação de comunicação, com uma temporalidade definida, para alcançar os objetivos definidos.

A Comunicação Estratégica serve para ajudar a gestão dos ativos intangíveis, tais como a imagem e a reputação, entre outros. Somente é possível ser feita a longo prazo, pois não persegue resultados parciais e sim globais e que consolidam os valores de uma organização (CARRILLO, 2014).

4.1 Comunicação Estratégica no Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro atualmente está implantando em seu âmbito a comunicação estratégica, entretanto, esse assunto dentro da Força ainda está incipiente. O Curso de Política e Alta Administração do Exército, em 2021 está apresentando a seguinte proposta:

Propõe-se que a Comunicação Estratégica do EB é a unidade de **ações, palavras e imagens** em sintonia com sua **Missão, Visão, Valores e seus Objetivos Estratégicos, na paz ou em operações**, de forma **alinhada, integrada e sincronizada**, visando alcançar seus **públicos de interesse**, produzindo **efeitos de longo prazo** (A COMUNICAÇÃO..., 2021, p. 353, grifo do autor).

Atualmente, a Comunicação Estratégica no EB assume características próprias, facilitada pela projeção e capilaridade da Força em âmbito nacional.

A estratégia é focada no fortalecimento da imagem da Força, por intermédio da apresentação dos valores e das entregas do Exército Brasileiro, por intermédio da utilização das mídias, em especial as mídias digitais.

Mas são informações “estanques”, baseadas em operações que se destacam no cenário nacional e no interesse da população, não se trabalha no longo prazo, e se ressentem pela falta de um maior alinhamento e integração das ações de Comunicação Estratégica, a qual se faz necessária uma abordagem estrutural e cultural de implementação e de sistematização desse importante processo de nossa Força, focada inclusive no público interno e fundamentadas no monitoramento e na avaliação de diversos indicadores.

Ressalta-se que o fundamental da Comunicação Estratégica é trabalhar com um alinhamento das vertentes do Sistema de Comunicação Social com o trabalho desenvolvido pela equipe de Relações Institucionais, para permitir a transmissão de mensagens da mais alta gestão por todos os níveis da Organização, alcançando seus stakeholders internos e externos, nos três ramos de Poder, em outras Instituições e perante a sociedade como um todo, fortalecendo a imagem e a credibilidade da Instituição, contribuindo para o alcance dos objetivos da Organização.

Do exposto, verifica-se que no âmbito do Exército Brasileiro, se faz necessária aprimorar e criar uma mentalidade de Comunicação Estratégica, para que se comece a trabalhar e usar essa importante ferramenta estratégica para conduzir as ações dentro de nossa Força Terrestre.

4.2 Comunicação Estratégica em Outros Países

Os Estados Unidos da América estabelecem em sua doutrina, que a Comunicação Estratégica é composta por quatro componentes principais: operações de informação, operações psicológicas, diplomacia pública e relações públicas. Ao trabalhar com esses componentes, verifica-se que primeiro, é necessário informar, influenciar e persuadir audiências no país e no exterior, sejam públicos amigos, adversos ou simplesmente a população em geral. Segundo, é necessário realizar a coordenação das ações através dos diversos órgãos do governo para evitar o que o Exército dos Estados Unidos chama de “fratricídio de informação”. Terceiro, a necessidade de comunicar estrategicamente é intrinsecamente dependente da habilidade para comunicar ações para todos os públicos afetados ou interessados, assegurando que essas ações são comunicáveis por si mesmas, isto é, que essas ações complementam e apoiam a consecução dos objetivos estratégicos.

Em seu livro sobre Comunicação Estratégica, Christopher Paul definiu Comunicação Estratégica como apoio para a estratégia nacional e não como um elemento essencial dessa estratégia. Paul destaca uma relação essencial entre estratégia nacional e Comunicação Estratégica:

Nós temos que definir claramente os objetivos nacionais, que contém os objetivos intermediários e objetivos de apoio relacionados, tudo devidamente alinhado até os níveis operacional e tático. Com esses objetivos claros, fica fácil determinar quais objetivos podem ser atingidos por meio da influência e ou da persuasão, e quais podem ser apoiados por tais esforços. Em busca desses objetivos, a prioridade apropriada é dada à influência. Não que a influência seja sempre o meio principal para alcançar o objetivo estabelecido pela política, mas sempre será considerada como meio para a consecução de uma política ou operação, e será o meio prioritário quando for apropriada para isso (PAUL, 2011, p. 174).

Sendo assim, deduz a importante relação entre comunicação estratégica e os objetivos estratégicos de uma Organização e/ou País. A Comunicação Estratégica não apenas comunica os objetivos estratégicos, ela cria um ambiente favorável à consecução dos Objetivos Estratégicos.

O pensamento de Comunicação Estratégica do Departamento de Defesa dos EUA está muito avançado e estabeleceu que:

Comunicação Estratégica é o alinhamento de múltiplas linhas de operação (por exemplo: implementação de políticas, relações públicas, movimento de forças, operações de informação etc.) que, juntas, geram efeitos que apoiam os objetivos nacionais. Comunicação Estratégica significa, essencialmente, compartilhar significados (isto é, comunicar) em apoio aos objetivos nacionais (isto é, estrategicamente). Isso envolve ouvir tanto quanto transmitir, e se aplica não somente à informação, mas também à comunicação física (ação que transmite significado) (UNITED STATES, 2009, p. II).

Como parte indissociável da estratégia nacional, a Comunicação Estratégica não pode ser reativa e liderada por militares. Ela deve ser de longo prazo e envolver toda a estrutura governamental.

Finalmente, para os americanos, a Comunicação Estratégica deve ser verdadeiramente nacional, não deve refletir apenas a política governamental, deve conter uma narrativa nacional, possuída e endossada por toda a sociedade.

Na Rússia, a Comunicação Estratégica é a projeção do Estado de certos valores, interesses e objetivos estratégicos na consciência de públicos nacionais e estrangeiros.

Na Rússia, os três principais aspectos de sua Comunicação Estratégica e que se inter-relacionam são: Relações Públicas, Diplomacia Pública e Sistemas de Segurança da Informação.

Em relação a diplomacia pública russa, ela enriquece a diplomacia, marcada pelo domínio da interação oficial de diplomatas profissionais. Na maior parte, os assuntos públicos visam informar e influenciar a população e os meios de comunicação de massa da Rússia. A diplomacia pública é utilizada para afetar as atitudes em relação à política externa russa e aos interesses nacionais - de preferência, para obter amplo apoio nas duas esferas. Por outro lado, as relações públicas incluem atividades de contato direto com os cidadãos, o público, jornalistas e outros formadores de opinião fora do país.

No sistema russo, existe um forte alinhamento estratégico, dos níveis político/estratégico para com os níveis operacionais e tático para que se alcance os efeitos pretendidos pela Com Estrt.

Resumindo, verifica-se partes comuns entre as estratégias de Comunicação pelos países abordados acima. Ambos utilizam a Com Estrt para atuar sobre os públicos designados com todos os elementos do Poder Nacional, auxiliando na consecução dos objetivos estratégicos definidos.

5 Integração da Comunicação Estratégica com a Diplomacia Militar

A comunicação estratégica pode ser definida como um conjunto de processos criados para tornar a comunicação entre membros de uma mesma Instituição ou empresa, mais eficiente em diferentes canais e para diferentes públicos, com suporte para o alcance dos seus objetivos globais.

Em um contexto organizacional, a comunicação estratégica é uma prática focada na valorização e na propagação da cultura empresarial e seus valores para os clientes internos e externos.

Um planejamento de comunicação estratégica envolve a segmentação dos públicos de interesse — stakeholders —, a avaliação e pesquisa sistemática da sua área de atuação em que se encontra e a utilização de recursos financeiros, tecnológicos e humanos para o desenvolvimento da estratégia a ser executada.

A diplomacia militar se refere a todas as atividades externas relacionadas à segurança nacional e às forças armadas. Especificamente, se refere às relações exteriores que o Ministério da Defesa e as forças armadas conduzem ou das quais participam.

Em um sentido mais amplo podemos dizer que a diplomacia militar é o emprego de forças armadas em operações outras que não a guerra, com base na sua experiência e disciplina, para atingir objetivos nacionais e internacionais.

Dessa forma, o uso de um planejamento de comunicação estratégica, buscando trabalhar os objetivos nacionais traçados, apoiado por uma diplomacia militar já estabelecida no ótimo relacionamento e no trabalho desenvolvido em âmbito nacional e internacional executado pelas Forças Armadas e o Ministério da Defesa, vai potencializar a busca dos objetivos e a tomada de decisões na direção que o País deseja seguir.

O Ministério da Defesa produziu, com a colaboração de diplomatas, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, os quais permitiram coordenar as ações da defesa e da diplomacia em consonância com a política externa brasileira.

Essa legislação tem provocado a produção de várias diretrizes, como a DAEBAI por parte do Exército Brasileiro, bem como resultados concretos em ações e coordenações interministeriais. Diversos encontros de alto nível têm ocorrido entre as pastas da Defesa, das Relações Exteriores e do Gabinete de Segurança Institucional, buscando alinhar e sincronizar as principais atividades a serem executadas pelos citados ministérios e que cooperem para o sucesso e o atingimento dos objetivos da política externa.

Portanto, a comunicação estratégica pode e deve ser considerada como uma importante ferramenta de integração pois, através desse planejamento de comunicação, baseado na legislação já existente e bem construída entre militares e diplomatas, e a construção de um relacionamento militar, apoiados em premissas levantadas após criterioso trabalho de avaliação e pesquisas nas áreas de interesse, como pedidos de cooperação e intercâmbios com Forças Armadas estrangeiras, a diplomacia terá mais uma ferramenta para atingir e desenvolver seus objetivos nacionais de política externa.

6 Propostas de Uso da Comunicação Estratégica como Ferramenta para o Incremento da Diplomacia Militar

Da análise realizada, considerando a importância do assunto e com o objetivo de possibilitar o incremento da diplomacia militar, foram elaboradas premissas para consecução de um planejamento de comunicação estratégica:

Quadro 1 – Premissas para a comunicação estratégica para a diplomacia militar

Premissas para a comunicação estratégica para a diplomacia militar	
01	Fortalecer e preservar a imagem do País.
02	Pautar-se pelo alinhamento, integração e sincronização, com planejamento centralizado no mais alto nível decisório.
03	Todas as ações do Ministério da Defesa deverão ser respaldadas pelos pilares da credibilidade, transparência e oportunidade.
04	Divulgar, Incentivar e Fortalecer a Indústria de Defesa.
05	Visão prospectiva, com atuação tempestiva.
06	A Com Estrt deve ser dinâmica e integrada com as três Forças.
07	O MD é uma instituição organizacional singular.
08	A Com Estrt deve ser conduzida desde o tempo de paz.
09	Divulgar e fortalecer os princípios que regem as relações internacionais do País previstos no Art. 4º.
10	Fortalecer a imagem do País em sua defesa e proteção do meio ambiente e a busca em cumprir os acordos estabelecidos empregando, o MD e suas Forças Armadas.

Fonte: A comunicação... (2021).

Essas premissas podem servir de base para a proposição de um efetivo sistema de Com Estrt no âmbito do Ministério da Defesa para se integrar com nossa diplomacia de defesa.

7 Conclusão

O objetivo final deste trabalho foi apresentar a diplomacia limitando o seu ramo “setorial” de diplomacia militar integrando com a comunicação estratégica o que propiciaria ferramentas para que se atinjam de forma mais eficiente os interesses das Forças e, com isso, se obtenha uma consequente ampliação da mentalidade de Defesa no Brasil e seu fortalecimento no Exterior.

A diplomacia militar em resumo é uma ramificação da diplomacia que emprega os meios militares em ações no ambiente nacional e internacional, principalmente em operações de não guerra, para auxiliar a consecução dos objetivos traçados pela política externa.

A Comunicação Estratégica deve ser entendida como uma abordagem mais ampla e no mais alto nível em uma ação conjunta de governo, impulsionada por processos interagências e de integração de esforços focados em comunicar eficazmente a estratégia nacional.

A partir da publicação de documentos como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, elaborados por militares e diplomatas, estabeleceram-se ações e coordenações para a Defesa e para a diplomacia, que podem ser muito bem explorados através de uma comunicação estratégica de mais alto nível, para estreitar os laços de cooperação entre os Países, estabelecer parcerias internacionais, desenvolver a base industrial de defesa, entre outros exemplos.

Este artigo ao analisar a diplomacia militar e a comunicação estratégica, procurou estabelecer um ponto convergente entre os dois assuntos, propondo ao final premissas para a consecução de um planejamento de comunicação estratégica para fortalecer a diplomacia militar.

Finalizando, a comunicação estratégica é uma importante ferramenta que os governos podem utilizar para a difusão e o fortalecimento de sua política externa. Essa comunicação realizada de forma planejada, atuando em seu público de interesse inclui como ideias centrais a influência ou mudança de comportamento e o foco nos assuntos de interesse da política nacional, criando assim um ambiente favorável a ser explorado pela diplomacia militar.

Referências

A COMUNICAÇÃO estratégica como vetor da consecução dos objetivos estratégicos do exército. 2021. Projeto Interdisciplinar CPEAEx - Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

AGUILAR, S. L. C. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Ed Porto de Ideias, 2010.

BARSTON, R. P. **Modern diplomacy**. 3rd. ed. England: Pearson Education Limited, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Diretriz para as atividades do exército brasileiro na área internacional**. Brasília, DF: 2013.

CABESTRÉ, S. A.; GRAZIADEI, T. M.; POLESEL FILHO, P. Comunicação Estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. **Conexão - Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 39-58, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/151/142>. Acesso em: 3 maio 2021.

CARILLO, M. V. Comunicação Estratégica no ambiente comunicativo das organizações atuais. **Comunicação e Sociedade**, Braga, Portugal, v. 26, p. 71-80, 2014. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1146>. Acesso em: 29 nov. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **O minidicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

HILL, C. **The changing politics of foreign policy**. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, M. **The professional Soldier**: a social and political portrait. New York: The Free Press, 1971.

LANDIM, H. G. C. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

MUTHANNA, K. A. **Enabling military-to-military cooperation as a foreign policy tool**: options for India. New Delhi: United Service Institution of India Centre for Research; Knowledge World, 2006.

OLIVEIRA, I. de L.; PAULA, M. A. de. **O que é comunicação estratégica nas organizações?**. São Paulo: Paulus, 2007.

PAUL, C. **Strategic communication: origins, concepts and current debates**. Santa Barbara: Praeger, 2011.

PEREIRA, M. J. de S. Comunicação Estratégica no contexto organizacional. **Revista Internacional de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/7480/10592>. Acesso em: 3 maio 2021.

REVERON, D. S. **Exporting security**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2010.

SILVA, A. R. de A. **A diplomacia de defesa na sociedade internacional**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24563/24563.PDF>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SINGH, P. K. China's Military diplomacy. **Strategic Analysis**, New Delhi, v. 35, n. 5, p. 793-818, Sep 2011.

UNITED STATES. Department of Defense. **Strategic communication: joint integrating concept**. Washington, D.C.: Department of Defense, Oct 7, 2009. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/concepts/jic_strategiccommunications.pdf?ver=2017-12-28-162005-353. Acesso em: 29 nov. 2021.

VANRULER, B. Communication theory: an underrated pillar on which strategic communication rests. **International Journal of Strategic Communication**, [London], v. 12, n. 4, 2018, p. 367-381, Aug 2018.

VASCONCELOS, K. N. de. **A Cooperação Brasil – Paraguai no campo militar e seus reflexos nas relações bilaterais**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

WATSON, A. **Diplomacy: the dialogue between States**. London: Methuen, 1982.

ZERFASS, Ansgar, Dejan Verčič, Howard Nothhaft & Kelly Page Werder (2018) Strategic Communication: Defining the Field and its Contribution to Research and Practice, **International Journal of Strategic Communication**, 12:4, 487-505, DOI: 10.1080/1553118X.2018.1493485



Forças Especiais do Exército da Guatemala na luta contra o tráfico de drogas.

Special Forces of the Guatemalan Army in the fight against drug trafficking.

Resumo: O objetivo deste ensaio é descrever os resultados das operações de combate às drogas das Forças Especiais do Exército da Guatemala. Para tanto, a orientação metodológica é baseada na pesquisa qualitativa/descritiva, aplicando o método indutivo por meio da coleta de informações atualizadas e da utilização de instrumentos de pesquisa qualitativa, que consiste em uma revisão bibliográfica dos autores referentes aos temas apresentados, uma síntese de seus principais conceitos e perspectivas com o objetivo de apoiar as ideias do ensaio e a análise documental, ou seja, a busca e classificação de documentos existentes e disponíveis sobre as operações das Forças Especiais. Os resultados obtidos pelas forças especiais do Exército da Guatemala no período 2018–2020, os sucessos e erros no planejamento, preparação, execução e avaliação das operações, por meio do uso de variáveis de missão, METT-TC (Missão, Inimigo, Terreno e Clima, Tropas e Suporte Disponível, Tempo Disponível e Considerações Cívicas) estão expostos para melhorar a compreensão da situação. Além disso, existem fatores exógenos em termos de produção de cocaína no sul do continente americano e seu consumo no norte. Finalmente, são tiradas conclusões sobre os resultados do uso das Forças Especiais do Exército da Guatemala na luta contra o tráfico de drogas.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas. Segurança. Forças Especiais. Variáveis de Missão. Guatemala.

Abstract: The objective of this essay is to describe the results of the counternarcotics operations of the Guatemalan Army Special Forces. To this end, the methodological orientation that this research work will follow is based on qualitative/descriptive research, applying the inductive method through the collection of updated information and the use of qualitative research instruments, which consists of a bibliographic review of the authors referring to the topics presented, a synthesis of their main concepts and perspectives with the aim of supporting the ideas of the essay and documentary analysis, that is, the search and classification of existing and available documents on the operations of the special forces. The results obtained by the Special Forces of the Guatemalan Army in the period 2018-2020, the successes and errors in the planning, preparation, execution and evaluation of operations, through the use of mission variables, METT-TC (Mission, Enemy, Terrain and Climate, Troops and Available Support, Available Time and Civil Considerations) are exposed to improve the understanding of the situation. In addition, there are exogenous factors in terms of cocaine production in the south of the American continent and its consumption in the north of this. Finally, conclusions are drawn on the results of the use of the Guatemalan Army's Special Forces in the fight against drug trafficking.

Keywords: Drug Trafficking. Security. Special Forces. Mission Variables. Guatemala.

Mario Castillo 
Ejército de Guatemala.
Ciudad de Guatemala, Guatemala.
mcastle55@hotmail.com

Recebido: 09 abr. 2021

Aprovado: 28 out. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

O fim da Guerra Fria e vários atos terroristas no final do século XX e início do século XXI,¹ motivado pela Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), em Williamsburg 1995, Bariloche 1996, Cartagena 1998 e Manaus 2000, a nova direção que os países tomariam para o compromisso de suas forças armadas na luta contra as novas ameaças latentes e emergentes que foram apresentadas, como terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado, desastres naturais, entre outros. Na Guatemala, em 1996, o conflito armado interno se encerrou dando lugar aos Acordos de Paz, uma nova doutrina, O Livro Branco, um quadro legal do sistema de segurança nacional. Em virtude do exposto, o Estado-Maior da Defesa Nacional do Exército da Guatemala ordena a criação de uma unidade eminentemente antiterrorista com o pessoal existente no Grupo de Forças Especiais.

Desde 2007, a organização criminoso mais violenta e sanguinária do México, os Zetas, vê na Guatemala não apenas uma área estratégica para operações na rota do tráfico de drogas, mas o elo na cadeia de distribuição por ar, mar e terra, entre os produtores máximos de cocaína na América do Sul e um dos consumidores máximos no norte do continente, razão pela qual decidiram se aventurar no país, mas não de forma convencional. "Em vez de controlar as cadeias de distribuição ou gerenciar as operações do dia a dia, os Zetas estão focados no controle de territórios [...] criando um conjunto de bandidos dispostos a levar a luta para outros níveis" (DUDLEY, 2011, n. p.). Ao mesmo tempo, nesse mesmo ano, com o apoio do Comando Sul dos Estados Unidos da América, iniciou-se um processo de seleção de pessoal e treinamento de contraterrorismo e combate urbano, ministrado por um destacamento de Operações Especiais, ODA por sua sigla em inglês, que também apresentou propostas para a aquisição de equipamentos, armas e a reestruturação da unidade de contraterrorismo, que por ordem do Alto Comando do Exército, seria usada na luta contra o narcoterrorismo que ameaçava a segurança nacional e regional.

Dito isto, o objetivo do ensaio é descrever os resultados obtidos pelas Forças Especiais do Exército da Guatemala no período 2018–2020, os sucessos e erros no planejamento, preparação, execução e avaliação das operações, através do uso de variáveis de missão, METT-TC (Missão, Inimigo, Terreno e Clima, Tropas e Apoio Disponível, Tempo Disponível e Considerações Cíveis), além dos fatores exógenos em relação à produção de cocaína no sul do continente americano e seu consumo no norte.

A orientação metodológica é baseada na pesquisa qualitativa/descritiva, aplicando o método indutivo por meio da coleta de informações atualizadas e da utilização de instrumentos de pesquisa qualitativa, que consiste em uma revisão bibliográfica dos autores referentes aos temas apresentados, uma síntese de seus principais conceitos e perspectivas com o objetivo de apoiar as ideias do ensaio e a análise documental, ou seja, a busca e classificação de documentos existentes e disponíveis sobre as operações das Forças Especiais do Exército da Guatemala durante os anos mencionados.

1 Argentina 1992 e 1994, Quênia e Tanzânia 1998, EUA 1993 e 2001, Espanha 2004

2 Metodologia

"A pesquisa é um conjunto sistemático, crítico e empírico que se aplica ao estudo de um fenômeno ou problema" (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCI, 2014). Nesse sentido, a orientação metodológica que será seguida neste trabalho de pesquisa baseia-se em pesquisa qualitativa/descritiva, aplicando o método indutivo (explora e descreve para gerar perspectivas teóricas), ou seja, vai do particular ao geral para entender o fenômeno em estudo. É um processo recorrente; analisa múltiplas realidades. A abordagem qualitativa avalia o desenvolvimento natural dos eventos. Segundo o mesmo autor, a abordagem qualitativa geralmente inclui:

- a. O propósito e/ou objetivos,
- b. Questões de pesquisa,
- c. Justificativa e viabilidade,
- d. Uma exploração de deficiências no conhecimento do problema,
- e. A definição inicial do ambiente ou contexto.

"A abordagem qualitativa utiliza a coleta e análise de dados para afinar questões de pesquisa ou revelar novas questões no processo de interpretação" (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCI, 2014). A abordagem qualitativa utiliza diferentes técnicas para a coleta e análise de dados com o objetivo de refinar questões de pesquisa ou revelar novas questões no processo de interpretação (revisão de literatura, documentos, entrevistas, observação, etc.).

Este ensaio, sendo pesquisa qualitativa, realiza uma revisão da literatura principal sobre o assunto levantado. Da mesma forma, a coleta de informações atualizadas, a revisão bibliográfica dos autores referentes aos tópicos apresentados, a síntese de seus principais conceitos e perspectivas são utilizadas com o objetivo de apoiar as ideias do ensaio. Da mesma forma, a avaliação de experiências pessoais em operações especiais, o uso de análise documental, ou seja, a busca e classificação de documentos existentes, disponíveis e estratégicos, no mais alto nível do Estado da Guatemala, Sistema de Segurança Nacional e Sistema de Inteligência. Além disso, a busca e compilação de documentos operacionais e táticos do Ministério da Defesa Nacional e especificamente sobre as operações realizadas pelas forças especiais do exército no que diz respeito à luta contra o tráfico de drogas na Guatemala durante os anos 2018, 2019 e 2020 respectivamente; a ameaça número um, estabelecida na Agenda Nacional de Riscos e Ameaças de 2021, documento elaborado pelo Sistema Nacional de Inteligência e aprovado anualmente pelo Conselho Nacional de Segurança.

Uma vez que as informações e dados coletados durante os anos de 2018, 2019 e 2020 tenham sido analisados e interpretados, o relatório dos resultados alcançados pelas Forças Especiais do Exército da Guatemala na luta contra o narcotráfico é preparado para contextualizar o fenômeno e, posteriormente, chegar às conclusões derivadas sobre o assunto desta investigação.

3 Análise das capacidades das Forças Especiais do Exército da Guatemala em operações especiais de interdição.

Desde a assinatura dos acordos de paz em 1996 até os dias atuais, o Exército da Guatemala tem se empenhado em uma variedade de tarefas, como patrulhas de segurança, proteção de centros de detenção, entrega de fertilizantes, livros, sacos de comida, renovação de estradas, preparação de mesas e macas; sua função natural, de acordo com o disposto no artigo 244 da Constituição Política da República da Guatemala:

O Exército da Guatemala é uma instituição destinada a manter a independência, soberania e honra da Guatemala, a integridade do território, a paz e a segurança interna e externa. É único e indivisível, essencialmente profissional, apolítico, obediente e não deliberativo. É composto por forças terrestres, aéreas e marítimas. Sua organização é hierárquica e baseada nos princípios de disciplina e obediência (GUATEMALA, 1993, p. 62).

The Strategic Plan of the Ministry of National Defense establishes five (05) mission areas:

- a. Fronteiras Nacionais e Áreas de Valor Estratégico.
- b. Proteção de Infraestrutura Crítica Relacionada à Defesa Nacional.
- c. Apoio institucional no domínio da segurança interna.
- d. Cooperação no âmbito do Sistema Nacional de atenção às catástrofes naturais.
- e. Ações proativas, em apoio à política externa do Estado da Guatemala (GUATEMALA, 2016, p. 20).

O Plano de Operações Evolução II, determina na área de missão 1, as seguintes operações a serem realizadas:

- a. De Guerra e de não Guerra, conjunta e combinada.
- b. Operações de apoio ao combate às ameaças transnacionais.
- c. Coordenado; patrulhamento coordenado e/ou coincidente; voos correspondentes (CFAC, GANSEG, GANSEJ).
- d. Patrulhamento de contato (Medidas de fortalecimento da confiança, Guatemala-Belize).
- e. Postos de controle de tráfego, no território nacional.
- f. Postos de controle de terra, em cruzamentos veiculares não controlados da rede rodoviária.
- g. Defesa Aérea, reconhecimento e vigilância no espaço aéreo nacional.
- h. Defesa Naval, Dissuasão e presença Naval. (Preventiva e Reativa).
- i. Proteção Naval (funções da polícia naval, controle do tráfego marítimo, fluvial ou lacustre) (GUATEMALA, 2018, p. 24).

A Brigada de Forças Especiais do Exército da Guatemala tem em sua organização dois Batalhões, o Batalhão de Forças Especiais Kaibil BAFEK e o Batalhão Especial de Interdição e Resgate do BEIR, que, para os fins do seguinte trabalho, delimitaremos na análise do mesmo, cuja missão é a seguinte:

Realizar operações especiais em qualquer parte do território nacional por ordem de persuadir, neutralizar e combater qualquer ameaça terrorista ou narcoterrorista, direcionada ao pessoal, infraestrutura e instalações (GUATEMALA, 2021, p. 3).

De acordo com o exposto, o objetivo geral deste ensaio é apurar os resultados das operações antinarcóticos, pelo BEIR, no cumprimento da área de missão 1, fronteiras nacionais e áreas de valor estratégico, realizando operações de apoio ao combate à ameaças transnacionais. Para verificar se o BEIR tem tais capacidades, a ferramenta "DOTMLPF integrated structured systems analysis" do Exército dos Estados Unidos será usada (UNITED STATES, 2010, p. 3-5), que visa identificar lacunas em suas capacidades atuais e futuras para atender a área de missão 1 e uma análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da seguinte forma.

Figura 1 – Rotas do tráfico de drogas na América Central 2020



Fonte: Silva, Papadovassilakis e Dittmar (2020).

a. Análise de sistemas integrados estruturados (Doutrina, Organização, Treinamento, Materiais, Liderança, Pessoal e Instalações).

1) Doutrina:

A base doutrinária para o uso do BEIR na área de missão 1 é o Livro de Defesa Nacional, o manual de Doutrina e o Manual de Defesa Territorial. Esta base doutrinária destina-se aos níveis estratégico e operacional, ao nível tático de condução das operações, para que o BEIR esteja comprometido com as fronteiras nacionais e a defesa contra ameaças transnacionais, existe uma diversidade de manuais, diretivas, ordens e planos.

2) Organização:

A organização do BEIR, passou por modificações desde sua fundação em 1999, essas reestruturações obedecem às necessidades do Exército da Guatemala de acordo com as ameaças à soberania, sendo a última adotada a partir do ano de 2019, com base nas missões atribuídas de interdição e resgate e é a que é detalhada abaixo:

- a) Comando.
- b) Gabinete Sênior.
- c) Destacamento de Apoio.
- d) Duas Companhias.
- e) Destacamentos, quatro (04) por Companhia.
 - i. Equipes de penetradores (02 por destacamento).
 - ii. Equipes de atiradores (01 por destacamento).

3) Treinamento:

A Direção de Operações do Estado-Maior da Defesa Nacional emite a Diretiva de Treinamento do Exército da Guatemala, que regulamenta a instrução e treinamento, a atual diretiva é 3-"B"-i-EMDN-001-SAGE-2009 e está em vigor desde 2009. O BEIR, conforme os acordos de cooperação entre o Estado da Guatemala e os Estados Unidos da América, recebeu treinamento e certificação desde 2007 dos destacamentos Alfa de Operações Especiais do Exército dos Estados Unidos da América, o que aumentou seus níveis de habilidade para serem usados em operações contra o tráfico de drogas. Além deles, novas capacidades foram geradas para uso em infiltração vertical em queda livre, dia e noite.

4) Materiais:

Devido a supostas violações dos Direitos Humanos, desde 1977 o Exército da Guatemala teve um embargo à aquisição de armas e equipamentos dos Estados Unidos da América. Por esse motivo e por não ter se comprometido com sua missão natural, o inventário de armas, aeronaves, veículos militares e embarcações se deteriorou, no entanto, por meio dos programas de combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas, o BEIR recebe apoio para seus equipamentos.

5) Liderança:

Desde 1873, o treinamento de líderes do Exército da Guatemala é realizado pela Escola Politécnica. Para a profissionalização dos líderes da instituição, o comando Superior do Exército COSEDE, realiza uma variedade de cursos, que são realizados exclusivamente por oficiais, sem cursos de profissionalização atualmente existentes para Especialistas ou Sargentos. Assim, recomenda-se que a Escola de Galonistas Profissionais seja reestruturada e se transforme em Escola de Suboficiais e também deve-se programar cursos de profissionalização para esse pessoal.

6) Pessoal:

O pessoal que entra no BEIR, passa por um processo de seleção de acordo com suas habilidades e o emprego que terá dentro da organização, além disso, eles devem passar satisfatoriamente no teste de confiabilidade e na verificação de nome válido VETTING, que servem para manter os padrões de confiabilidade dentro da equipe.

7) Instalações:

O BEIR está localizado em duas sedes no solo, 50% no Comando Aéreo Central da Capital e os outros 50% nas instalações da Brigada das Forças Especiais "GBPNH", município de Poptún, Departamento de Peten, a uma distância de 385 quilômetros. Desde 2018, foi solicitada a construção de uma nova instalação para o BEIR, levando em consideração que, como unidade de reação rápida, está à disposição do comando do Exército da Guatemala, sob controle operacional, do Chefe do Estado-Maior da Defesa Nacional.

b. Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças – SWOT, sobre o uso de BEIR, na área de missão 1.

1) Forças:

- a) Aceitação perante a população não envolvida com o crime organizado
- b) Disciplina e organização hierárquica.
- c) Pessoal comprometido com a instituição.
- d) Liderança proativa.
- e) Melhor e maior profissionalização de acordo com a área de missão 1.

f) Melhoria contínua da doutrina de acordo com a área de missão 1.

g) Coerência com políticas públicas, planos estratégicos e agendas desenvolvidas pelo Sistema de Segurança Nacional.

2) Oportunidades:

a) A defesa do território nacional é fortalecida.

b) Interesse internacional (Plano Aliança para a Prosperidade).

c) Boa imagem a nível internacional para a participação em operações de paz.

d) Delimitando as missões do BEIR.

e) Participação em coalizões multinacionais, após negociação ou definição da política externa.

3) Fraquezas:

a) Capacidade operacional reduzida.

b) Unidade de doação para aquisição de equipamentos.

c) Restrições orçamentais.

d) Áreas não acessíveis por terra.

e) Dispersão de esforços e atividades, gerando uma gestão ineficiente dos recursos.

4) Ameaças:

a) Permeável à infiltração por organizações criminosas.

b) Grande porosidade de fronteira.

c) Alta capacidade financeira de organizações criminosas.

d) Socialização do tráfico de drogas e crimes relacionados.

e) Maior vulnerabilidade institucional às ameaças e riscos que o país deve enfrentar.

- f) Perda de capacidades e prestígio em relação a outros Estados e organizações governamentais internacionais.

4 Interdição do território nacional através do Batalhão Especial De Interdição e Resgate.

Tendo realizado a análise de sistemas estruturados integrados e o SWOT do BEIR, tendo como missão a interdição do território, para combater ameaças transnacionais, deve-se levar em consideração que essas estruturas criminosas possuem grandes quantidades de recursos econômicos, materiais, tecnológicos e humanos, é por isso que o processo de planejamento deve ser realizado muitas vezes contra o tempo e levando em consideração que o vazamento de informações deve ser evitado para alcançar o cumprimento da missão. Também deve ser levado em conta que vinte anos se passaram em que o exército se envolveu em tarefas de segurança cidadã. Além disso, o Exército da Guatemala continua a receber uma variedade de missões que não têm absolutamente nenhuma relação com as suas principais atribuições.

Isso significa que, atualmente, o Exército da Guatemala não possui capacidades diferenciadas para ser usado na interdição do território nacional; em virtude da falta, principalmente, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros que essa missão exige. Apesar disso, o Exército da Guatemala continua apostando em ser um parceiro eficiente e eficaz na luta contra ameaças transnacionais, razão pela qual o BEIR foi organizado, equipado e treinado para esse fim, como uma unidade de operações especiais, de acordo com a doutrina dos EUA:

As Operações Especiais exigem modos específicos de emprego, táticas, técnicas, procedimentos e equipamentos. Muitas vezes são realizadas em ambiente hostil, politicamente negado e/ou diplomaticamente vulnerável e caracterizam-se por um ou mais dos seguintes aspectos: urgência, caráter clandestino ou obscuro, baixa visibilidade, trabalho com ou através de guias locais, aumento das exigências de orientação e conhecimento cultural, e um maior grau de risco (ESTADOS UNIDOS, 2014, p. 9).

É por isso que as operações serão avaliadas, por meio do uso das variáveis de missão, METT-TC, Missão, Inimigo, Terreno e Clima, Tropas e Apoio Disponível, Tempo Disponível e Considerações Civis, um método que é usado para avaliar a situação da operação e desenvolver o melhor curso de ação para seu cumprimento e que promove uma abordagem para avaliar vários fatores, que são representados por cada uma das letras dessa sigla.

a. Missão.

O Batalhão Especial de Interdição e Resgate do "BFEGBPNH", estará em prontidão e sob o controle operacional do EMDN, para realizar operações de interdição de aeronaves não identificadas, do dia "D" a hora "H", em todo o território nacional e espaço aéreo da República da Guatemala, com o objetivo de interditar de aeronaves não identificadas, exercendo controle sobre rotas de comunicação, faixas autorizadas, faixas não autorizadas e, assim, combater o flagelo do tráfico de drogas.

b. Inimigo.

1) As organizações criminosas continuaram a aproveitar a porosidade das áreas fronteiriças e geográficas onde não há presença do estado, para realizar ações ilegais, violando a segurança interna e a soberania nacional.

2) Aeronaves não identificadas violam o espaço aéreo nacional e pretendem pousar em pistas de pouso autorizadas, pistas de pouso não autorizadas, estradas ou qualquer terreno que lhes forneça as instalações para fazê-lo, violando a soberania nacional, violando a legislação aérea internacional atual.

c. Terreno e Clima

Por sua natureza, as missões de interdição aérea podem ser afetadas pela configuração do terreno e das condições climáticas, tanto de dia como de noite, razão pela qual, quando tal análise é realizada, é feita da seguinte forma:

1) Terreno: condições de superfície, comprimento e extensão da pista ou área de pouso provável, obstáculos naturais e artificiais, avenidas de aproximação terrestre ou fluvial, campos de tiro e observação, tanto para aeronaves no momento de fazer sua abordagem final, bem como no momento de fornecer cobertura aérea e para pessoal no solo, características do terreno que podem ajudar a observação e os campos de tiro.

2) Clima: especialmente chuva, nebulosidade, velocidade e direção do vento, temperatura e como isso pode afetar o desempenho do pessoal de acordo com a duração da missão, visibilidade para tripulações de aeronaves e para o pessoal que fará a missão no solo, nascer e pôr do sol, para contemplar o uso de viseiras de visão noturna.

d. Tropas e Apoio Disponíveis.

Realiza-se verificando se isso só pode ser feito com o pessoal comprometido da Unidade, seu status de treinamento, o material e o equipamento a ser usado, o estado de espírito e as condições de saúde de cada um dos operadores especiais e que apoio poderia ser exigido de outras unidades, estejam ou não na capacidade de apoiar, reforçar ou aliviar o pessoal comprometido e a estimativa aproximada de sua proximidade ou afastamento da área onde a operação está sendo realizada.

e. Tempo Disponível.

Para fazer isso, é estabelecida uma linha do tempo, a partir do momento em que a ordem de alerta é recebida, a fim de visualizar quais serão os parâmetros para o sucesso da missão e os

efeitos dela. Como já mencionado acima, o fator de tempo para a realização do planejamento e execução desse tipo de operações é mínimo.

f. Considerações Civas.

O nível de risco aceitável deve ser avaliado, como afeta o desenvolvimento da missão e a forma como ela pode ser mitigada, as medidas de comando, controle e comunicação necessárias para evitar especialmente incidentes com a população civil que é frequentemente usada por organizações do tráfico de drogas para impedir que unidades militares ou policiais realizem a operação.

5 Resultados das operações especiais de interdição no período 2018–2020.

a. Tabela 1 – Operações Especiais de Interdição Aérea realizadas pelo BEIR, por ano.

Número	Ano	Quantidade
01.	2018	19
02.	2019	54
03.	2020	40
TOTAL		113

Fonte: O autor (2021).

b. Tabela 2 – Operações Especiais de Interdição Aérea bem-sucedidas conduzidas pelo BEIR, por ano.

Número	Ano	Quantidade
01.	2018	10
02.	2019	03
03.	2020	04
TOTAL		17

Fonte: O autor (2021).

* O BEIR detém o recorde de mais pessoas detidas em uma única operação de forças terrestres, doze (12) pessoas.

** O BEIR detém o recorde de maior apreensão de drogas em uma única operação de forças terrestres, 2.353 quilos de cocaína.

c. Tabela 3 – Traços de ilícitos e voos que entraram na Guatemala por ano.

	2018	2019	2020	Total
Traços Sul-Norte	121	159	105	385
Aeronaves que entraram ilegalmente no território nacional	32	56	39	127
Aeronaves localizadas no solo com ilícitos	2	8	13	23

Fonte: Guatemala (2021).

d. Quadro 4 – Conquistas do período de operações especiais de interdição 2018-2020.

Número	Conquista	Quantidade
01.	Cocaína apreendida em quilos	5.191
02.	Pasta base de cocaína apreendida em quilos	571
03.	Aeronaves apreendidas	07
04.	Veículos apreendidos	28
05.	Barcos apreendidos	04
06.	Motores de popa apreendidos	04
07.	Motocicletas apreendidas	04
08.	Cavalos apreendidos	11
09.	Detidos, Guatemaltecos	16
10.	Detidos, Mexicanos	13
11.	Detidos, Colombianos	02
12.	Armas longas apreendidas	18
13.	Pistolas apreendidas	18
14.	Munição apreendida, Cartuchos de 5,56mm	153
15.	Munição apreendida, Cartuchos de 7,62mm	127
16.	Munições apreendidas, Cartuchos de 9mm	395
17.	Munição apreendida, Cartuchos de 0,45"	18
18.	Munição apreendida, cartuchos de .22"	07
19.	Munição apreendida, cartuchos de .40"	05
20.	Magazines de diferentes calibres	31
21.	Munições apreendidas, cartuchos de espingarda	09
22.	Dólares Americanos	22.919,00
23.	Pesos Mexicanos	70.040,00
24.	Quetzais Guatemaltecos	160.603,00

Fonte: O autor (2021).

Las tablas anteriores nos muestran que de 127 aeronaves que ingresaron ilegalmente al territorio nacional de Guatemala en los años 2018, 2019 y 2020, BEIR participó en 113 operaciones especiales de interdicción aérea; del mismo modo, de 23 aeronaves ubicadas en tierra con actividades ilícitas, BEIR participó en 17 operaciones especiales de interdicción aérea exitosas.

6 Conclusões

- a. Com base na análise de sistemas integrados estruturados DOTMLPF (por sua sigla em inglês), O BEIR tem capacidades limitadas a serem comprometidas principalmente na área de missão 1. Para este fim, mudanças foram iniciadas em relação à doutrina, organização, liderança e pessoal, uma vez que isso causará mudanças no treinamento, materiais e instalações.
- b. Como parte do poder nacional, o Exército da Guatemala deve, de forma eficiente e eficaz, aumentar, equipar, treinar e envolver seu pessoal na interdição do território nacional. Isso contribuirá para reduzir as ações de ameaças transnacionais, não apenas para a Guatemala, mas para a região.
- c. A análise SWOT prevê uma grande oportunidade para o Exército da Guatemala de se concentrar na missão natural para a qual foi criado e poder deixar definitivamente de exercer funções que são de responsabilidade de outras instituições estatais; já que atualmente há apoio nacional, regional e internacional para isso.
- d. A população afetada nas áreas mais remotas do território nacional, devido à fraca presença do Estado, carente de serviços que atendam às necessidades básicas, se beneficiará e perceberá a presença militar como apoio à segurança da comunidade, proporcionando condições para o desenvolvimento integral local.
- e. Ao fazer os contrastes, conclui-se que é possível ao BEIR transferir capacidades para outras unidades do Exército da Guatemala que cumpram as normas e acordos através dos quais o BEIR obteve essas capacidades, o que terá impacto na retirada definitiva do Exército da Guatemala de missões que não são da natureza de um exército e se concentram principalmente nas áreas de missão 1 e 2; proteger a população, garantir a independência, soberania e integridade do território e, conseqüentemente, cumprir as disposições dos artigos 1 e 2 da Constituição Política da República.
- f. O BEIR durante os anos de 2018, 2019 e 2020, teve uma participação de 88,97% em operações especiais de interdição aérea contra aeronaves que entraram ilegalmente no território nacional da Guatemala e um sucesso de 73,91% contra aeronaves que estavam localizadas no solo com ilícitos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012a.

COLOMBIA es el principal productor de cocaína del mundo: EE.UU. **Radio Santa Fe**, Bogotá, 3 Mar. 2017. Disponível em: <http://www.radiosantafe.com/2017/03/03/colombia-es-el-principal-productor-de-cocaina-del-mundo-ee-uu/>. Acessado em: Set. 28, 2021.

DUDLEY, S. Guatemala: cuando llegaron "Los Zetas". **Revista Proceso**, México City, 22 Sep 2011. Disponível em: <https://www.proceso.com.mx/reportajes/2011/9/22/guatemala-cuando-llegaron-los-zetas-92389.html>. Acessado em: Ago. 2, 2021.

GUATEMALA. Army. **Doctrine manual of the army**. Guatemala: Higher Education Command, 2003a.

GUATEMALA. Army. General Staff of the National Defense. **Operations plan "Evolucion II" No. 3-"L"-008-JCPB-mg/2018**, Guatemala: Directorate of Operations of the General Staff of the National Defense. Guatemala, 2018.

GUATEMALAN. Army. **Integral cooperation manual**. Guatemala: Higher Education Command, 2003b.

GUATEMALAN. Army. **Joint doctrine manual**. Guatemala: Higher Education Command, 2010.

GUATEMALAN. Army. **Special operations manual of the army of Guatemala**. Guatemala: Higher Education Command, 2021.

GUATEMALAN. Army. **Territorial defense manual**. Guatemala: Higher Education Command, 2003c.

GUATEMALA. Congress de la República. **Decreto nº 18-2008**. Ley marco del sistema nacional de seguridad. Ciudad de Guatemala, 11 Mar 2008. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/files/8.2%20LEY%20MARCO%20DEL%20SISTEMA%20NACIONAL%20DE%20SEGURIDAD.pdf>. Acessado em: Ago. 6, 2021.

GUATEMALA. Congress de la República. **Decreto nº 72-90**. Ley constitutiva del Ejercito de Guatemala. Ciudad de Guatemala: Congress de la República, 1990. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_gtm_decreto_72-90.pdf. Access: Set. 5, 2021.

GUATEMALA. [Constitución (1993)]. **Constitución Política de la República de Guatemala**. Reformada por Acuerdo legislativo nº 18-93 del 17 de noviembre de 1993. Ciudad de Guatemala: Asamblea Nacional Constituyente, 1993. Disponível em: <https://www.cijc.org/es/NuestrasConstituciones/GUATEMALA-Constitucion.pdf>. Acessado em: Ago. 3, 2021.

GUATEMALA. Ministerio de la Defensa Nacional. Estado Mayor de la Defensa Nacional Dirección de Operaciones. **Directiva nº 3-"B"-i-EMDN-001-SAGE**. Ciudad de Guatemala: Ministerio de la Defensa Nacional, 2013.

GUATEMALA. Ministerio de la Defensa Nacional. **Plan Estratégico del Ministerio de la Defensa Nacional 2016**. Guatemala: Ministerio de la Defensa Nacional, 2016. p. 20-22. Disponível em: https://www.mindef.mil.gt/datos_abiertos/pdf/pei%202016-MDN.pdf. Acessado em: Set. 23, 2021.

GUATEMALA. National Intelligence System. **National agenda of risks and threats 2020**. Guatemala City, 2020.

GUATEMALA. National Security Council. **National security policy**. Guatemala City: Technical Secretariat of the National Security Council, 2017.

GUATEMALA. **Política nacional de defensa 2021-2032**: República de Guatemala. Ciudad de Guatemala: [s. n.], October, 2021. Disponível em: https://www.mindef.mil.gt/datos_abiertos/pdf/politica%20nac%20def%202021.pdf. Acessado em: Nov. 25, 2021.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCI, M del P. **Metodología de la investigación**. 6. ed. Mexico, DF: McGraw; Interamericana Editores, 2014.

POSADA, J. D. Modifying planes to carry drugs: another criminal speciality in Colombia. **Insight Crime**, Colombia, Sep 9, 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/narco-planes-another-link-in-colombias-long-drug-trafficking-chain/>. Acessado em: Out. 11, 2021.

SILVA, Á. H.; PAPADOVASSILAKIS, A.; DITTMAR, V. GameChagers 2020: the resurgence of the Central America cocaine highway. **Insight Crime**, Colombia, Dec 28, 2020. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/analysis/resurgence-central-american-cocaine-highway/>. Acessado em: Set. 10. 2021.

UNITED STATES. Army. **Special Operations Manual ADP 3-5**. Washington, D.C.: Institute for Hemispheric Security Cooperation; Army Secretary General Headquarters, Aug 31, 2012.

UNITED STATES. Army. **Special operations**. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, Army Secretary General Headquarters, July 16, 2014. (Joint publication JP 3-05). Disponível em: http://edocs.nps.edu/2014/July/jp3_05.pdf. Acessado em: Nov. 25, 2021.

UNITED STATES. Army. **The operations process manual ADRP 5-0**. Washington, D.C.: Institute of Cooperation for Hemispheric Security; Army Secretary General Headquarters, July 2013.

UNITED STATES. Department of State. **International narcotics control strategy report: volume 1: drug and chemical control**. Washington, D.C.: Department of State, Mar 2018. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/04/2018-INCSR-Vol.-I.pdf>. Acessado em: Set. 28, 2021.

VENTURA, J. P. **El camino de la droga**. In: VENTURA. Barcelona, 5 Mar 2014. Disponível em: <https://vaventura.com/divulgacion/geografia/camino-la-droga>. Acessado em: Set. 28, 2021.



Aperfeiçoando os esquemas de segurança social do Exército Nigeriano para melhorar a motivação do pessoal

Enhancing Nigerian Army welfare schemes towards improved personnel motivation

Resumo: Os membros das Forças Armadas da Nigéria (FAN) estão entre as populações mais vulneráveis do país devido aos perigos associados à profissão e aos crescentes desafios de segurança no país. As FAN estão envolvidas em operações de combate ao terrorismo, insurgência, sequestro, roubo de gado, banditismo, secessionismo e separatismo em todo o país. Essas operações resultaram em perda de vidas, invalidez permanente e outras formas de mazelas para os membros das Forças Armadas, especialmente o Exército nigeriano. Por esta razão, o Exército da Nigéria encontrou maneiras e meios para melhorar a motivação do pessoal através de uma variedade de Esquemas de Segurança Social (ESS). O principal objetivo deste estudo, portanto, é examinar maneiras de melhorar a segurança social do pessoal do Exército Nigeriano (EN) para melhorar a Motivação do Pessoal (MP). Este artigo propõe estratégias para melhorar a segurança social do pessoal, a fim de melhorar a MP no EN. Os dados coletados foram analisados por meio de método qualitativo e apresentados de forma analítica descritiva.

Palavras-chave: Esquemas de Segurança Social. Motivação de Pessoal. Exército Nigeriano.

Abstract: Members of the Armed Forces of Nigeria (AFN) are among the most vulnerable populations in the country due to hazards associated with the profession and the rising security challenges in the country. The AFN are involved in counter terrorism, insurgency, kidnapping, cattle rustling, banditry, secessionism and separatism operations across the country. These operations have resulted in loss of lives, permanent disabilities and other forms of hardships to members of the armed forces, especially Nigerian Army. For this reason, the Nigerian Army have found ways and means to improve the motivation of personnel through a variety of Welfare Schemes (WS). The main objective of this study, therefore, is to examine ways to enhance the welfare of Nigerian Army personnel towards improved personnel motivation. This paper proposes strategies improve staff welfare in order to enhance PM in NA. The collected data were analysed using a qualitative method and presented in a descriptive analytical form.

Keywords: Welfare Schemes. Personnel Motivation. Nigerian Army.

Michael Ushikpeiba Ugbong 

Nigeria Army.

Abuja, Nigeria.

mykebond4u2@yahoo.com

Recebido: 09 abr. 2021

Aprovado: 28 out. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

Os governos mantêm forças militares principalmente para preservar sua integridade territorial e defender as fronteiras nacionais contra agressão externa. Essas medidas de manutenção da força, que muitas vezes reforçam o componente do estado de espírito da força de combate, são alcançadas por meio de várias iniciativas de Motivação de Pessoal (MP) implementadas por meio de diversos Esquemas de Segurança Social (ESS). Tais esquemas movidos por uma estratégia de defesa robusta aumentam o sucesso dos militares em operações de combate e defesa nacional geral. Como os recursos humanos são essenciais para o sucesso das organizações, a segurança social do pessoal tornou-se um componente crítico na formulação de esquemas de segurança social militar.

O termo Esquema de Segurança Social (ESS) é definido como “um arranjo cuidadosamente coordenado para melhorar as condições sociais do pessoal nas Forças Armadas” (COUNCIL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PROFESSIONALS, 2012). Também se refere a uma série de programas governamentais que fornecem ajudas financeiras ou outras a indivíduos ou grupos para apoiá-los ou motivá-los. Os objetivos do ESS são, portanto, promover a prossecução do trabalho, a educação, um melhor padrão de vida e uma melhor motivação de pessoal. Motivação de Pessoal (MP) simplesmente se refere à maneira de fazer com que os soldados trabalhem juntos e fazê-los se sentirem parte de um grupo de luta digno. A MP implica a prontidão estratégica e tática das tropas necessárias para realizar objetivos e tarefas militares em apoio aos imperativos de segurança nacional (KAYE, 2005).

O Departamento de Defesa dos EUA (DOD) estabeleceu metas de financiamento para melhorar a entrega de 2 categorias de seu Programa de Moral, Bem-Estar e Recreação (MWR) para melhorar a MP. Trata-se da Categoria A, que promove a segurança social física e mental dos membros do serviço, e da categoria B, que financia sistemas de apoio comunitário para os membros do serviço e suas famílias. A Política de MWR do DOD identifica seis indicadores de desempenho amplos para seu ESS. Essas metas são projetadas para garantir que os militares sejam adequadamente financiados com recursos apropriados para melhorar a MP, em vez de exigir que os membros do serviço e suas famílias paguem taxas para cobrir custos (GAO, 2018).

O Exército de Gana (EG) percebeu que a maioria de suas instituições não é produtiva devido ao ESS ineficaz. Isso afetou o desenvolvimento do capital humano e tornou difícil para a administração atingir metas e objetivos organizacionais (AMPOTY, 2014). Cada vez mais, o EG começou a prestar atenção detalhada ao desenvolvimento de habilidades de pessoal e tornou o desenvolvimento de pessoal um tema central na prática da Gestão de Recursos Humanos (GRH). Esse alto nível de compromisso com as práticas de RH melhorou os resultados do EG, moldando capacidades, comportamentos e atitudes para trabalhar, aumentando assim a produtividade (BARUCH, 2016).

O Exército Nigeriano (EN) nos últimos tempos passou por uma série de transformações. O período de 2010 a 2020 testemunhou uma grande expansão em quase todas as esferas de influência, desde esquemas de segurança social, treinamento, cursos, aumento da mão de obra e desenvolvimento de infraestrutura. Consequentemente, o EN estabeleceu a Army Welfare Holdings Limited (AWHL) em 2008. O AWHL mais tarde se metamorfoseou para a Nigerian

Army Welfare Limited/Guarantee (NAWL/G). O mandato principal do NAWL/G era coordenar a segurança social de pessoal do EN. O NAWL/G também tem a tarefa de fornecer orientação política estratégica, agilizar, harmonizar e coordenar as atividades de subsidiárias até então independentes. Sua missão estratégica é aproveitar as oportunidades dentro do ambiente nigeriano para melhorar a segurança social das tropas e garantir a rentabilidade para o EN. Apesar desses esforços, é discutível se ESS adequados são colocados em prática para melhorar a MP no EN.

No EN, os ESS destinam-se a garantir ao pessoal que seu bem-estar e bem-estar da família estejam sendo atendidos. Assim, o Quartel-General do Exército (QG) implementou vários ESS, incluindo o Esquema de Seguro do Exército Nigeriano (NAWIS), Desenvolvimento de Habitação Pós-Serviço (PHD) e a Troca de Postos do Exército Nigeriano (NAPEX), entre outros. Esses esquemas alcançaram alguns resultados nas áreas de habitação e compensações monetárias dadas às famílias de alguns funcionários que foram mortos em serviço ativo. No entanto, a implementação do ESS no EN é atormentada por ineficiências sistêmicas e insensibilidade percebida às aspirações do pessoal. Algumas dessas deficiências foram atribuídas ao declínio dos recursos do EN, atrasos indevidos no acesso a benefícios e má gestão de fundos destinados à implementação do ESS.

O objetivo deste estudo é identificar formas de aumentar a eficácia do ESS para melhorar a MP no EN. O estudo é motivado pela situação de segurança social do pessoal e as perspectivas de um ESS aprimorado como a panaceia para a melhoria da MP no EN. Normalmente, o ESS disponível para o pessoal do EN é razoavelmente adequado para melhorar a MP em áreas operacionais. No entanto, o EN não possui uma estrutura ESS flexível e adaptável que seja capaz de acompanhar a dinâmica do ambiente operacional. Isso requer a reavaliação dos objetivos do ESS do EN para enfrentar os desafios esperados. É em vista disso que este estudo busca encontrar maneiras de oferecer soluções para os desafios que militam contra o ESS no EN para uma MP melhorada.

O estudo discutirá as perspectivas de melhorar o ESS no EN para melhorar a MP e destacará estratégias para mitigar os desafios que militam contra a implementação de ESS eficazes no EN para melhorar a MP. O escopo do estudo abrange o período de 2015 a setembro de 2021. Isso marca o período de esforços crescentes para garantir um ESS eficaz e confiável para que o EN atenda aos seus requisitos em vários níveis de operações. Em termos de escopo, o estudo concentra-se nos ESS do EN na Academia de Defesa da Nigéria (NDA) Kaduna, devido à sua relevância no recrutamento e treinamento de pessoal. O escopo também incluirá a FCT Abuja porque é a localização do QG onde as políticas relativas aos ESS no EN são desenvolvidas e referências numéricas estabelecidas para monitorar e avaliar o progresso de qualquer programa. O foco geral do estudo examinou os Esquemas de Segurança Social do Exército Nigeriano em direção a uma Motivação de Pessoal melhorada. No entanto, especificamente, o conteúdo do estudo se concentrará em avaliar os papéis integrativos do ESS existente no EN em direção de uma MP aprimorada.

2. Revisão da Literatura

2.1 Discurso Conceitual

As 2 variáveis-chave deste estudo são ESS e MP, que são as variáveis independente e dependente, respectivamente. Essas variáveis são conceituadas e sua relação estabelecida posteriormente.

2.1.1 Esquema de Segurança Social

Briggs (1961) vê o ESS como um esforço organizado deliberadamente usado por meio da política e da administração para modificar o jogo das forças de mercado em pelo menos três direções. Em primeiro lugar, garantindo aos indivíduos e às famílias uma renda mínima, independentemente do valor de mercado de seu trabalho ou de sua propriedade. Em segundo lugar, limitar a extensão da insegurança, permitindo que indivíduos e famílias atendam a certas “contingências sociais” que poderiam levar a crises individuais e familiares. Em terceiro lugar, assegurando que todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, sejam oferecidos os melhores padrões disponíveis em relação a uma determinada gama de serviços sociais acordada. Essa visão é muito estreita e não está apta para este estudo porque não considera a variância dos modelos no ESS.

Anderson e Ytrehus (2012) intelectualizam o ESS como serviços universais que não devem estigmatizar. Deve estar disponível e acessível sem envolver qualquer perda de dignidade ou autorrespeito. Eles argumentaram que deveria ser um sistema que envolve até mesmo os militares para desfrutar de um conjunto abrangente de serviços, segurança social, educação, serviços sociais pessoais, saúde e habitação. Alguns serviços especializados seletivos adicionais ainda podem ser necessários para atender às necessidades especiais ou responder à exclusão de alguns grupos a certos serviços que idealmente deveriam estar disponíveis para todos. Essa visão é centrada no exército e articula outros aspectos dos esquemas de segurança social. Portanto, é apropriada e é adotada como definição operacional para este estudo.

2.1.2 Motivação de Pessoal

De acordo com Trevor (2007), MP é um conceito de medição envolvendo desempenho em relação aos resultados durante a realização de uma função atribuída. Esta visão captura alguns fundamentos básicos da MP, como desempenho, resultados e controle de gerencial. No entanto, a perspectiva de Trevor não via a MP a partir da dimensão operacional militar, como mão de obra de qualidade, prontidão para o combate e proficiência do pessoal. Essa perspectiva não é suficientemente abrangente para este estudo e, portanto, não é adotada.

Metz (2015) conceitua MP como uma medida da capacidade alcançada pela geração e manutenção flexíveis de uma força operacionalmente pronta implantada com uma combinação certa de plataformas, proficiência de pessoal, segurança social efetiva, organização logística e recursos humanos bem desenvolvidos para atender aos objetivos estratégicos de maneira econômica. Metz postulou ainda que a MP é alcançada por meio de uma liderança eficaz, bom estado do equipamento, taxa de manutenção ideal, motivação do pessoal e prontidão psicológica das tropas, com o objetivo de atingir metas operacionais. A visão da Metz destaca a eficiência de combate, o sucesso da missão, a baixa mínima e a relação custo-benefício no uso de recursos como índices de MP. Também considera a proficiência do pessoal, a combinação certa de plataformas e a segurança social efetiva, bem como o suporte logístico como fatores críticos para a MP. A exposição conceitual de Metz é holística, lógica e adequada no contexto deste estudo e, portanto, é adotada.

2.2 Relação entre esquema de Segurança Social e Motivação de Pessoal

O principal atributo do ESS é o arranjo cuidadosamente coordenado para melhorar as condições sociais do pessoal nas Forças Armadas, enquanto os atributos da MP incluem desempenho, precisão e velocidade dentro das capacidades do homem e da máquina. Uma melhoria no ESS facilita o desenvolvimento de serviços sociais abrangentes que melhorarão o desempenho do pessoal e sua capacidade de realizar missões com precisão, levando à realização de objetivos estratégicos de maneira econômica. Assim, um aumento no ESS fornece um aumento correspondente na MP.

Por outro lado, um corte no ESS diminui o desenvolvimento de serviços sociais abrangentes. Isso reduzirá o desempenho, a velocidade e a precisão do pessoal nas operações, reduzindo assim a MP. Portanto, a melhoria no ESS aumentaria a MP e vice-versa. Assim, existe uma relação direta entre ESS e MP.

2.3 Revisão da Literatura Existente

Existem vários livros, revistas e trabalhos de pesquisa não publicados realizados sobre ESS e seus efeitos sobre a MP no exército. Andidi (2021), em um estudo intitulado “Welfare Schemes and Personnel Motivation: The Nigerian Army in Perspective”, examinou o efeito positivo do ESS na MP. Ele observou que a provisão de ESS foi identificada como um multiplicador de força para garantir MP nas Forças Armadas. O estudo também propôs novas iniciativas para orientar o fornecimento de ESS. Isso inclui a criação de uma Diretoria de Planos Futuros no EN, adoção de um Roteiro para o EN, bem como alavancagem nas fontes de IGR do EN. Essas estratégias, de acordo com Andidi (2020), certamente aumentariam a capacidade do EN de fornecer ESS adequados e reconfortantes para seu pessoal para melhorar a MP.

Bulus (2021), em seu artigo intitulado “Bem-Estar e Empreendimentos Comerciais do Exército Nigeriano”, observou que os militares em todo o mundo colocam a segurança social de seu pessoal como uma prioridade. Ele destacou os vários empreendimentos comerciais e de bem-estar no Exército Nigeriano. Ele trouxe à tona os vários ESS, como NAWL/G, Incorporação de Finanças do Exército Nigeriano (NAFIC), NAWIS, Fundo Benevolente do Exército Nigeriano (NA BENFUND) e Diretoria de Fundos Não Públicos (DNPF). Os Empreendimentos Comerciais do Exército Nigeriano, como o Grupo Nigerian Army Properties Ltd, Post Housing Development Ltd, Command Guest Houses Limited, Nigerian Army Small Scale Drug Manufacturing Unit, Nigerian Army Farms and Range Ltd and Supply & Transports Foods Limited foram examinados. Bulus (2021) enumerou os desafios, perspectivas e estratégias para vários ESS e empreendimentos comerciais para melhorar a segurança social do pessoal, bem como gerar receita para o sistema. Bulus (2021) acredita que os empreendimentos de bem-estar e negócios do EN são capazes de fornecer oportunidades maciças de investimento para oficiais e pessoal, melhorando assim a MP.

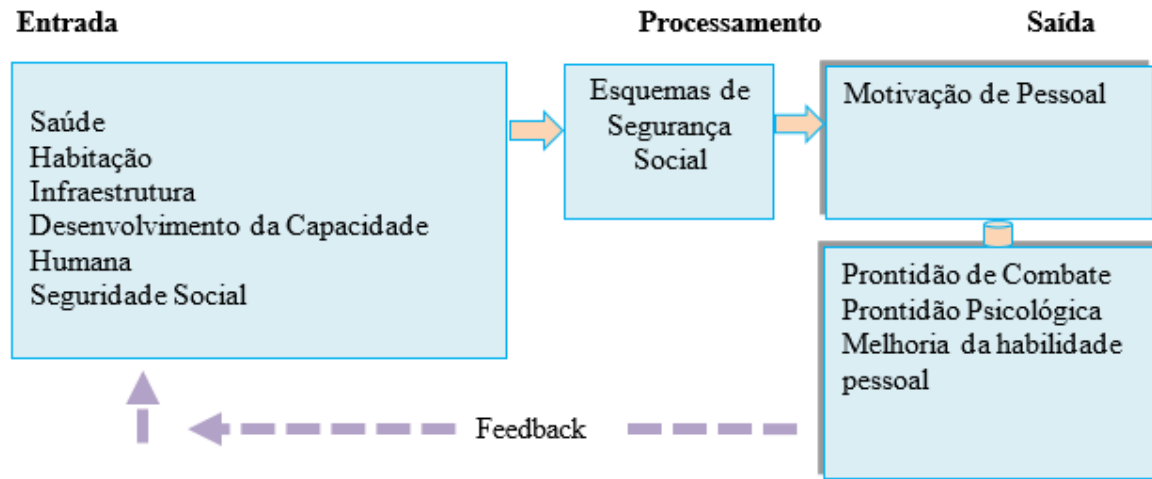
Em resumo, os trabalhos revisados estabeleceram a relação entre ESS, MP e prontidão de combate. No entanto, a prontidão de combate nem sempre pode se traduzir em MP de tropas. Além disso, a maioria dos pesquisadores analisou descritivamente seus trabalhos, mas nenhum estabeleceu o nexos entre a implementação dos vários ESS no EN e seus impactos na MP. Assim, este estudo tentará preencher a lacuna observada, fornecendo a ligação entre a entrega de ESS e MP.

3. Referencial Teórico

Existem várias teorias que podem ser usadas para situar ESS e MP no EN. Algumas dessas teorias incluem a Teoria Geral de Sistemas (GST - General System Theory), a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg e a Teoria de Maslow da Hierarquia das Necessidades, entre outras. Considerando o foco deste estudo, o referencial teórico mais adequado é o GST. Esta teoria foi desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy em 1968. Ludwig von Bertalanffy (1968) observou que, um sistema é uma complexa teia de elementos interagindo dentro de um ambiente. Ele defendeu a GST, um processo no qual os problemas são resolvidos em um sistema do ponto de vista holístico. Como o EN é uma rede complexa de esforços organizacionais, o GST descreve melhor o processo de evolução do ESS do EN para melhorar a MP.

A principal crítica ao GST é que ele é muito vago, sem definições aceitas e sua abordagem às questões de um indivíduo nem sempre é adequada para explicar suas circunstâncias atuais. No entanto, apesar dessas fragilidades, este estudo ainda adota a teoria porque ela possibilita as interrelações entre as variáveis e também define o sistema em relação ao seu meio. Dessa forma, a organização é obrigada a explorar sua relação com o meio ambiente para atingir as metas esperadas.

Figura 1 – Diagrama da Teoria Geral do sistema



Fonte: Lucey (2004)

3.1 Visão Geral do Esquema de Segurança Social e Motivação de Pessoal

As autoridades coloniais britânicas, no início, legaram aos pacotes de bem-estar do EN destinados a maximizar a produção de pessoal na independência em 1960. O ESS incluiu serviços médicos gratuitos, uniformes gratuitos e acomodações mobiliadas, bons salários, bem como subsídios, entre outros. No entanto, o antigo ESS instalado desde a era da Independência foi se tornando ineficaz pela inflação e pelo crescimento populacional, afetando posteriormente a MP. O ESS inadequado resultante foi criado pela incapacidade do Governo de antecipar novas realidades econômicas ao lado da expansão do EN. Isso afetou negativamente a MP.

Em 1990, ESS adicionais foram introduzidos para o pessoal do EN nos esforços para mitigar os efeitos da expansão institucional, aumentando assim a MP (IBRAHIM, 2016). Esses ESS incluíam o famoso IBB Spirit, que viu a distribuição de carros Peugeot novos para oficiais do EN, bem como outros subsídios veiculares para soldados. Esses ESS aumentaram a MP e extraíram uma excelente lealdade do pessoal. No entanto, este esquema não antecipou a rápida expansão dos militares e, portanto, não conseguiu acomodar a expansão resultante na força e nas operações do EN. O outro ESS na época era o desenvolvimento de capacidade por meio de treinamentos internacionais. Este ESS permitiu que a maioria dos oficiais viajasse para o exterior para cursos profissionais destinados a aumentar sua capacidade, melhorando assim a MP. Os efeitos resultantes destes ESS foi um Exército Nigeriano altamente motivado e que estava disposto e pronto para defender a integridade territorial do país, bem como ajudar a autoridade civil, quando necessário.

Na década de 2000, a liderança do EN continuou a iniciar vários ESS para o pessoal, visando melhorar a MP com eficiência operacional de atendimento (SHEHU, 2017). Tais ESS incluíram iniciativas maciças de reabilitação de quartéis que viram a maioria dos quartéis reformados e outros novos construídos. Isso garantiu que o pessoal fosse acomodado em alojamentos decentes que ajudaram a melhorar a MP dentro do serviço. Além disso, os Termos e Condições de Serviço das Forças Armadas foram revisados e harmonizados em 2004. A revisão teve como objetivo aprimorar o ESS para o pessoal, a fim de melhorar a MP para uma melhor produção (DHQ, 2019). A implementação desses esforços, no entanto, foi prejudicada pela mudança de liderança e pela ausência de um quadro institucional para a implementação de políticas no EN.

Nos esforços para mitigar a questão da implementação de políticas inconsistentes, o QG reorganizou o ESS existente em 2007, com o objetivo de aprimorar a MP. Esta iniciativa deu origem à criação do AWHL que eventualmente se metamorfoseou no NAWL/G. O mandato principal do NAWL/G era coordenar a segurança social do pessoal do EN e das subsidiárias independentes. Estes são projetados para gerar riqueza, explorando oportunidades dentro do ambiente para melhorar a segurança social das tropas para uma maior MP e rentabilidade do EN. Os nobres Ideais do NAWL/G, no entanto, não puderam ser realizados devido à escassez de fundos para implementar as agendas da empresa.

A visão geral dos vários ESS no EN com o objetivo de melhorar a MP destacou algumas questões e desafios que precisariam ser abordados. Isso garantiria que os ambiciosos ESS destinados ao pessoal do EN fossem efetivamente implementados para obter uma MP aprimorada no serviço.

3.2 Destaque de Questões Associadas ao Esquema de Segurança Social e Motivação de Pessoal no Exército Nigeriano

Algumas das questões associadas aos ESS e MP no EN incluem realidades de expansão, implementação de políticas e capacidade de financiamento. Essas questões e seus desafios correspondentes serão discutidos e estratégias confiáveis delineadas para possível implementação.

3.2.1 Realidades de Expansão

As realidades de expansão do EN desde o início têm sido um problema na provisão de ESS adequados e necessários para aprimorar a MP. A participação do EN em operações de contrainsurgência no país exerceu tensões significativas na mão de obra disponível, levando ao aumento do recrutamento. O aumento resultante na força do pessoal de 80.000 para cerca de 120.000, dentro de um período de 3 anos, não foi previsto no desenvolvimento dos vários ESS. Isso limitou a capacidade dos ESS de melhorar a MP do EN (NIGERIA, 2020). Assim, o EN expandiu-se a um ritmo mais rápido do que seus ESS poderiam acomodar e isso impactou negativamente a MP.

3.2.2 Implementação de Políticas

Os mecanismos para implementação de políticas no EN têm sido um problema para garantir ESS adequados para uma MP aprimorada. O QG, por meio dos departamentos relevantes, é responsável por supervisionar a implementação das políticas do EN, incluindo os ESS. No entanto, a implementação de políticas muda toda vez que há nova liderança no EN. Isso resultou em mecanismos ineficazes de implementação de políticas. Missões e visões variadas de sucessivos Chefes de Estado-Maior do Exército (COAS) alteram as direções políticas, afetando assim o fornecimento de ESS para uma MP aprimorada. Portanto, a mudança frequente de liderança no EN afeta negativamente a implementação de políticas, o que é um grande desafio que afeta a entrega de ESS decentes para o pessoal que poderia melhorar a MP (Inyang, 2 de setembro de 21)¹. Assim, a falta de implementação de políticas impediria o ESS com impacto negativo na MP.

3.2.3 Capacidade de Financiamento

A capacidade de financiamento do EN, que é principalmente extraída do orçamento nacional, tem sido um problema na prestação de ESS realistas para uma MP aprimorada. O orçamento anual do EN de 2016 a 2020 revela que os fundos alocados nunca corresponderam às demandas do serviço. Por exemplo, apenas 85% das propostas do QG para o EN para 2020 foram liberadas, apesar dos compromissos do exército em várias operações (NIGERIA, 2020). A alocação orçamentária limitada impediu o EN de implementar vários ESS que poderiam ter melhorado a MP. Assim, os escassos fundos do EN provenientes do orçamento nacional é um problema na entrega de ESS eficazes para melhorar a MP.

4. Apresentação e Análise de Dados

4.1 Informação e Análise da Amostra

As informações da amostra são organizadas em categorias lógicas e significativas para estabelecer a capacidade dos respondentes de fornecer explicações com foco no tamanho da amostra e na análise de dados. Um total de 425 cópias do questionário foram administradas, 413 foram devolvidas, enquanto 4 dos questionários devolvidos eram inválidos. Do tamanho da amostra de 400, a taxa de retorno percentual e a taxa de não retorno de 97,2% e 2,8%, respectivamente, representam uma taxa de resposta muito boa para fins de generalizações. A matriz de distribuição do questionário está no Apêndice 3.

¹ INYANG, K. E. DDLP, Departamento de Logística da Sede do Exército, Abuja. Entrevistado em “Esquemas de Segurança Social e Motivação de Pessoal: O Exército Nigeriano em Perspectiva” via telefone, 2 de maio de 2021.

Os dados coletados dos entrevistados foram primeiro codificados e convertidos em porcentagens usando uma análise estatística simples. Os dados gerados foram plotados em gráficos para melhorar a análise e a compreensão. No geral, a taxa de retorno dos entrevistados foi adequada para análises quantitativas e qualitativas válidas, deduções e achados como representados.

Tabela 1 – Distribuição de Informações sobre a Amostra

Núm.	Item	Frequência	Porcentagem	Observação
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
	Tamanho Estimado da Amostra	400	-	
	Núm. de questionários distribuídos	425	100	
	Núm. de questionários retornados	413	97,2	
	Núm. de questionários válido após verificação cruzada	409	96,2	
	Taxa de Retorno Percentual	$413/425 \times 100$	97,2	Alta Taxa de Retorno

Fonte: O autor (2021).

4.2 Apresentação e Análise de Dados sobre Questões Associadas ao Esquema de Segurança Social e Motivação de Pessoal no Exército Nigeriano

Esta seção apresenta as questões examinadas a fim de consolidar a interação entre os dados sobre ESS e MP no EN. Essas questões incluem as realidades de expansão, implementação de políticas e capacidade de financiamento. As questões serão analisadas qualitativa e quantitativamente usando tabelas e gráficos. Os questionários foram projetados em uma escala de 6 pontos de: Concordo Fortemente (SA), Concordo (A), Indeciso (U), Conhecimento Insuficiente (IK), Discordo (D) e Discordo Fortemente (SD).

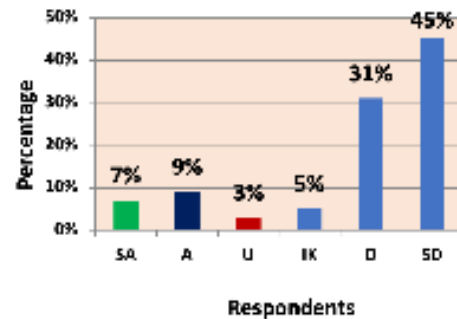
4.2.1 Realidades de Expansão

As realidades da expansão referem-se à alta taxa de recrutamento forçada no EN devido à crescente necessidade de mão de obra para conter as insurgências. Essas realidades em expansão foram estudadas pelo departamento de política da QG e planejam capturar o crescimento esperado, bem como permitir um planejamento informado para um ESS necessário que garantisse que a MP fosse aprimorada. A pesquisa realizada no Departamento de Políticas e Planos do QG analisa os potenciais da realidade de expansão para apoiar o ESS no EN, conforme descrito na tabela e na figura a seguir.

Tabela 2 – O Departamento de Políticas e Planos da QG é robusto o suficiente para oferecer suporte ao ESS para MP aprimorada?

Serial	Response	Frequency	Percentage
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	SA	29	7
2.	A	37	9
3.	U	12	3
4.	IK	20	5
5.	D	127	31
6.	SD	181	45
Total		299	100

Figura 2 – O Departamento de Políticas e Planos da QG é robusto o suficiente para oferecer suporte ao ESS para MP aprimorada?



Fonte: O autor (2021)

O resultado da pesquisa de campo sobre se o departamento de políticas e planos da QG é robusto o suficiente para apoiar o ESS para melhorar a MP mostrou que 45 por cento dos entrevistados discordaram fortemente, 31 por cento discordaram, enquanto 7 por cento dos entrevistados concordaram fortemente e 9 por cento concordaram. Os resultados indicam que as realidades de expansão do Departamento de Políticas e Planos da QG não são robustas o suficiente para suportar o ESS para melhorar a MP. Portanto, a variável “realidades de expansão” é relevante na busca de potencializar a SW para melhorar a MP no EN.

4.2.2 Implementação da Política

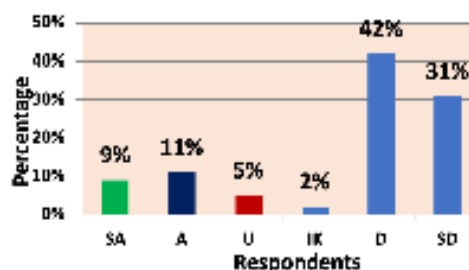
A implementação de políticas refere-se a um conjunto de diretrizes sobre como uma organização espera ou planeja realizar as metas e objetivos de uma política. Os Termos e Condições de Serviço Harmonizados (HTACOS) orientam toda a implementação da política. Os mecanismos de implementação de políticas no EN operam sob o ponto de vista de incentivar a ESS para melhorar a MP. O QG, por meio dos departamentos relevantes, é responsável por supervisionar a implementação das políticas do EN, incluindo os ESS.

O pesquisador realizou uma pesquisa de campo para determinar se a implementação no EN melhora os ESS existentes para melhoria da MP. O resultado da pesquisa de campo realizada indicou que 42% dos entrevistados discordam, 31% discordam totalmente, enquanto 9% dos entrevistados concordam totalmente e 11% concordam. A tabela e a figura abaixo descrevem o resultado da pesquisa e as várias respostas.

Tabela 3 – Existe uma implementação efetiva de políticas nas operações do Exército da Nigéria, sob o ponto de vista de incentivar o ESS para melhorar a MP?

Serial	Response	Frequency	Percentage
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	SA	37	9
2.	A	45	11
3.	I	20	5
4.	IK	8	2
5.	D	172	42
6.	SD	127	31
	Total	409	100

Figura 3 – Existe uma implementação efetiva de políticas nas operações do Exército da Nigéria, sob o ponto de vista de incentivar o ESS para melhorar a MP?



Fonte: O autor (2021)

Os destaques desses resultados indicam que a má implementação da política no Exército Nigeriano reduz a eficácia do ESS com efeito negativo concomitante na MP. Isso foi corroborado por Inyang (2001), que afirma que a mudança frequente de liderança no EN afeta negativamente a implementação de políticas e a formulação de ESS apropriados para melhorar a MP. Além disso, a melhoria da política é um dos elementos essenciais do GST, pois promove sinergia, MP e ESS no sistema. Assim, a implementação de políticas é uma variável importante na entrega efetiva de ESS para o EN buscando uma MP aprimorada.

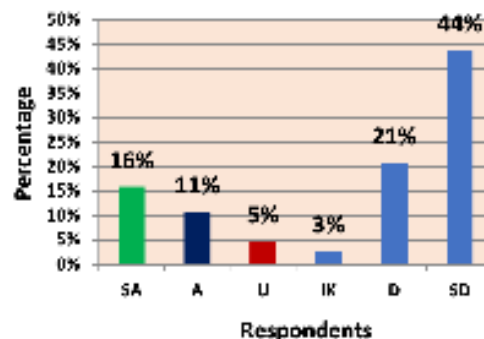
4.2.3 Capacidade de Financiamento

A capacidade de financiamento refere-se à disponibilidade de fundos para projetos destinados a aumentar os recursos humanos. A alocação orçamentária limitada do Exército Nigeriano não é suficiente para apoiar a maioria de seus Esquemas de Segurança Social com o objetivo de melhorar a Motivação do Pessoal. O resultado da pesquisa de campo conduzida indica que 44% dos entrevistados discordam fortemente, 21% discordam, enquanto 16% concordam fortemente e 11% concordam. A tabela e a figura a seguir descrevem o resultado da pesquisa e as várias respostas.

Tabela 4 – O Exército Nigeriano tem capacidade de financiamento suficiente para garantir Esquemas de Bem-Estar eficazes?

Serial	Response	Frequency	Percentage
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	SA	62	16
2.	A	45	11
3.	U	21	5
4.	IK	12	3
5.	D	86	21
6.	SD	180	44
Total		409	100

Figura 4 – O Exército Nigeriano tem capacidade de financiamento suficiente para garantir Esquemas de Bem-Estar eficazes?



Fonte: O autor (2021).

Os resultados revelam que a capacidade de financiamento do Exército Nigeriano é inadequada para apoiar efetivamente o ESS para melhorar a MP. O GST identificou os recursos humanos como vitais para a realização dos resultados desejados em qualquer processo de bem-estar. O GST observou ainda que a capacidade de financiamento inadequada pode impedir a MP. Assim, a capacidade de financiamento é uma variável importante para fornecer ESS eficazes para melhorar a MP no Exército Nigeriano.

4.3 Apresentação e Análise de Dados sobre Contribuições do Esquema de Segurança Social para a Motivação do Pessoal do Exército Nigeriano

As contribuições dos ESS para a MP no Exército Nigeriano incluem disciplina, vida profissional e produtividade. Essas contribuições são discutidas em parágrafos subsequentes.

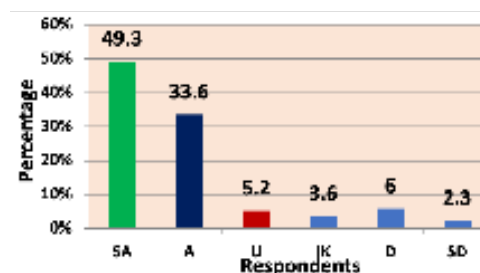
4.3.1 Disciplina do Pessoal

A disciplina é a base do profissionalismo militar. É a capacidade de obedecer regras e ordens na realização de tarefas atribuídas sem hesitação. A obtenção da disciplina de serviço entre o pessoal devido às melhores oportunidades de ESS pode ser gratificante. Foi observado que a disciplina tem um efeito na MP devido ao seu ESS melhorado. Na pesquisa, os entrevistados foram questionados se o ESS melhorou a disciplina no Exército Nigeriano? As respostas da pesquisa realizada é destacado na Tabela 5 e na Figura 5:

Tabela 5 – O ESS melhorou a disciplina de pessoal no Exército Nigeriano?

Serial	Response	Frequency	Percentage
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	SA	202	49.3
2.	A	137	33.6
3.	U	21	5.2
4.	K	15	3.6
5.	D	25	6
6.	SD	9	2.3
		409	100

Figura 5 – O ESS melhorou a disciplina de pessoal no Exército Nigeriano?



Fonte: O autor (2021)

Os resultados da pesquisa indicam que 201 entrevistados, representando 49,3%, concordam fortemente que o ESS melhorado melhorou a disciplina e 33,6% concordam. Enquanto isso, 6% mantiveram uma posição negativa em relação à questão, enquanto 5,2% eram indiferentes. Embora o GST tenha sido concebido durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, quando aplicado à disciplina de pessoal nos dias modernos, ainda melhora os aspectos do ESS e da MP.

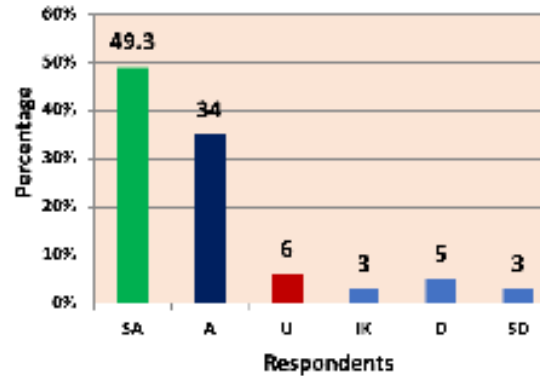
4.3.2 Vida Profissional do Pessoal

A profissão militar prospera na ética. Cada profissão é medida por seus resultados e realizações. As realizações ou resultados do pessoal em qualquer profissão dependem de quão bem eles são equipados e atendidos. Isso pode ser em termos de pagamento, acomodação e disponibilidade de ESS, entre outros. Uma força de trabalho deve ser emocional, social e mentalmente saudável além de alerta para poder ter um desempenho ideal. Os resultados dos entrevistados são apresentados na Tabela 6 e na Figura 6.

Tabela 6 – Você acha que o ESS melhorará a vida profissional do pessoal no Exército Nigeriano?

Serial	Response	Frequency	Percentage
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	SA	200	49
2.	A	139	34
3.	U	25	6
4.	IK	12	3
5.	D	21	5
6.	SD	12	3
Total		409	100

Figura 6 – Você acha que o ESS melhorará a vida profissional do pessoal no Exército Nigeriano?



Fonte: O autor (2021)

A pesquisa mostra que 49% dos entrevistados afirmaram que o ESS melhorará a vida profissional do pessoal no Exército Nigeriano. Enquanto isso, 5% mantiveram uma percepção negativa em relação à pergunta feita, enquanto 8% eram indiferentes. Além disso, uma premissa fundamental do GST tem a ver com a definição de um sistema e como uma organização é formada para melhorar a vida profissional do pessoal.

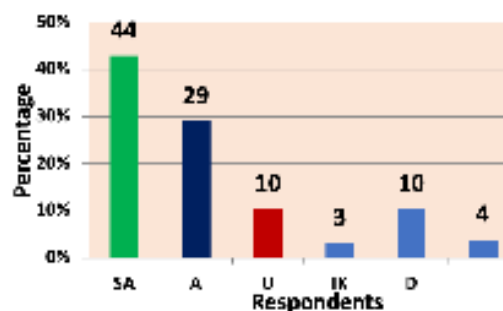
4.3.3 Melhoria do Moral do Pessoal

Moral é o estado de bem-estar psicológico de um indivíduo baseado em um senso de confiança. Nas forças armadas, o moral é considerado um espírito que faz com que os membros de um grupo se esforcem para ter sucesso. Onde quer que falte moral, o entusiasmo pelo sucesso dos membros do grupo torna-se fraco. As oportunidades criadas pela ESS no Exército Nigeriano desempenharam um papel fundamental na melhoria do moral do pessoal na área de treinamento e aquisição de conhecimento. Isso é apoiado pelos resultados da pesquisa de campo na Tabela 7 e na Figura 7.

Tabela 7 – Você acha que o ESS no Exército Nigeriano melhorou o moral do pessoal?

Serial	Response	Frequency	Percentage
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	SA	180	44
2.	A	119	29
3.	U	41	10
4.	IK	12	3
5.	D	41	10
6.	SD	16	4
Total		409	100

Figura 7 – Você acha que o ESS no Exército Nigeriano melhorou o moral do pessoal?



Fonte: O autor (2021).

Os resultados mostram que 44% dos entrevistados concordaram que o ESS no Exército Nigeriano melhorou o moral do pessoal, 29% concordaram, enquanto 10% discordaram. Portanto, o ESS é um contribuinte significativo para o moral do pessoal no EN.

4.4 Interpretação da Análise de Dados

Os dados apresentados para responder às questões da pesquisa foram interpretados e analisados para fazer inferências e deduções estatísticas. Além disso, o resultado da pesquisa foi modelado para mostrar a aplicação do GST no ESS e sua relação com MP. Finalmente, deduções lógicas foram desenhadas para fundamentar e autenticar a confiabilidade da pesquisa. A Tabela 8 fornece o significado estatístico e as inferências do resultado da pesquisa.

Tabela 8 – Interpretação dos fatores identificados e sua correlação com o ESS para MP aprimorada no Exército Nigeriano

Núm.	Contribuições dos Esquemas de Segurança Social (Variável Independente)	Atributos da Motivação do Pessoal (Variável Dependente)	Resultado/Relacionamento
(a)	(b)	(c)	(d)
1.	Disciplina do Pessoal.	Gestão Humana.	Forte Contribuição Positiva
2.	Melhoria do Moral do Pessoal.	Motivação melhorada.	Forte Contribuição Positiva
3.	Vida Profissional do Pessoal.	Inovação.	Forte Contribuição Positiva

Fonte: O autor (2021).

4.4 Estratégias para Melhorar o Esquema de Segurança Social no Exército Nigeriano

Após os vários desafios que dificultam a provisão de ESS adequados e encorajadores para uma MP aprimorada no EN, algumas estratégias-chave foram identificadas. Algumas dessas estratégias incluem a criação de uma Diretoria de Planos Futuros para o EN, adotando um roteiro para a continuação da implementação da política de ESS no EN, bem como alavancando as fontes de IGR do EN. Essas estratégias seriam discutidas em conformidade.

4.4.1 Criação de uma Diretoria de Planos Futuros para o EN

O desafio da má previsão e da falta de preparação adequada para um Serviço em crescimento como o do EN poderia ser enfrentado através da criação de uma Diretoria Independente de Planos Futuros. O objetivo desta estratégia é garantir que o QG sempre se mantenha a par dos potenciais de crescimento do Serviço e faça planos adequados para o ESS necessário, a fim de melhorar a MP. Isso garantiria que o ESS fosse devidamente financiado, aprimorando a MP no EN. Essa estratégia pode ser implementada até o segundo trimestre de 2022.

4.4.2 Adoção de um Roteiro para a Continuação da Implementação de Políticas de ESS no EN

O desafio da implementação de políticas inconsistentes devido a frequentes mudanças no regime na liderança poderia ser resolvido através da adoção de um roteiro para a continuidade da implementação de políticas de ESS no EN que garantiria que a MP continuasse sendo uma prioridade. Nas últimas 6 décadas, os COAS foram alterados mais de 20 vezes com cada novo chefe entrando a bordo com uma visão e missão diferentes. Assim, a implementação da política torna-se a maior vítima, pois é parcialmente executada ou abandonada na totalidade. Portanto, a adoção de um roteiro que institucionalizasse a implementação de políticas poderia garantir que o EN permaneça em um curso constante para o desenvolvimento e implementação de ESS eficazes para uma MP aprimorada. O QG poderia convocar um comitê para o desenvolvimento deste roteiro para o ESS do EN até o primeiro trimestre de 2022.

4.4.3 Aproveitando as fontes de IGR do Exército Nigeriano

O desafio de diminuir a alocação orçamentária para o EN em grande parte devido a outras necessidades nacionais concorrentes, bem como as realidades econômicas atuais no país, poderia ser resolvido aproveitando as fontes existentes de IGR do EN. O EN poderia reservar até 70% dos fundos gerados a partir de suas fontes IGR para o fornecimento de ESS que melhoraria a MP. Assim, o financiamento para o ESS estaria fora dos orçamentos regulares do EN, garantindo assim a disponibilidade de fundos. Consequentemente, seria necessário que um comitê desenvolvesse modalidades de aproveitamento do IGR do EN para aumentar os fundos disponíveis para desenvolver um ESS eficaz para melhorar a MP no EN. O QG poderia convocar um comitê para alavancar as fontes existentes de na IGR até o Segundo Trimestre de 2022.

5. Conclusão

A provisão de ESS foi identificada como um multiplicador de forças para garantir a MP nas Forças Armadas. Isso leva a um alto nível de compromisso com o dever com o aumento da produtividade no EN, como ficou evidente durante a Guerra Civil da Nigéria entre 1967 e 1970 e suas consequências imediatas. Ao longo dos anos, no entanto, a ESS no EN tornou-se inadequada devido a questões como realidades de expansão, a ineficaz implementação de políticas e financiamento inadequado. Essas questões estavam associadas a desafios como projeções, planejamento e previsão ruins para o futuro, mudanças frequentes na liderança, bem como financiamento insuficiente, o que impacta nos ESS e MP no EN.

A fim de mitigar os desafios destacados, este estudo propõe algumas estratégias que melhorariam a ESS para MP aprimorada no EN. Essas estratégias incluem a criação de uma Diretoria de Planos Futuros no EN, adoção de um roteiro de implementação para a EN, bem como alavancagem nas fontes de IGR do EN. Essas estratégias certamente aumentariam a capacidade do EN de fornecer ESS adequados e reconfortantes para seu pessoal para melhorar a MP.

5.1 Recomendações

Recomenda-se que o QG:

- a. Crie a Diretoria de Planos Futuros sob o QG DAPP até o segundo trimestre de 2022.
- b. Desenvolver um roteiro para a continuidade da implementação da política de ESS no EN até o primeiro trimestre de 2022.
- c. Desenvolver modalidades para alavancar o na IGR existente até o segundo trimestre de 2022.

Referências

AARON, V. G. Planning and strategies: effective means for attaining efficient military. **American Journal for Military Development**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 12, 2020.

ABUL-MAGD, Z. **Militarizing the nation: the army, business, and revolution in Egypt**. New York: Columbia University Press, 2017.

ADEKOLA, B. Career planning and career management as correlates for career development and job satisfaction: a case study of Nigerian Bank Employees. **Australian Journal of Business and Management Research**, Sydney, v. 1, n. 2, 2011.

ADISA, J. Military professionalism under a post-military administration: the Nigeria Prospect. *In: PROCEEDINGS OF CHIEF OF ARMY STAFF ANNUAL CONFERENCE, 1992. Proceedings [...]. [S. l.: s. n.]*, 1992.

AHMADU, M. Bureau of Public Procurement Partners with the Army to Strengthen Procurement Process. Abuja, 2018. Seminar organised by the Nigerian Army and BPP, Army Headquarters.

AKINSUYI, Y. Nigeria: 2000 Benefit from Army Housing Scheme. *In: ALLAFRICA*. [S. l.]: AllAfrica, June 17, 2006. Disponível em: <https://allafrica.com/stories/200606190100.html>. Acessado em: Dec 1, 2021.

AKPA, P. A. Career planning and terms and conditions to service: an appraisal HQ 3 Armored Division Administrative Seminar. 2008.

ALAO, S. Centralised procurement and operational efficiency in the Nigerian Armed Forces: issues and prospects. *In: NATIONAL DEFENCE COLLEGE NIGERIA*. Abuja: NDC, July 2010. Unpublished.

BOBAI, S. K. **Career planning for increased productivity in the Nigerian Army: an appraisal**, Kaduna. Jaji: AFCSC, 2013.

CHETANA, N.; MOHAPATRA, A. K. das. Career Planning and Career Management as Antecedents of Career Development. **Asian Journal of Management**, v. 8, n. 3, p. 614-618, Jul/Sep 2017.

COUNCIL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PROFESSIONALS. **The military role and personnel motivation**. London: CSCMP, 2012.

EIFERT, K. **Plot your future using the career master plan**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: http://navy.mil/search/display.asp?story_id=2559. Acessado em: Nov 17, 2020.

EISENHOWER, D. **US Doctrine for Military Operations**. Washington: The Pentagon Press, 1991.

ESTERHUYSE, A. Educating for professionalism: a new military for a new South Africa. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, Saldanha, v. 34, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/smsajms/article/view/75308>. Acessado em: Dec 2, 2021.

FLIPPO, E. B. **Personnel management**. New York: McGraw Hill, 2005.

GBOR, J. W. T. Military intervention and military professionalism. *In*: ODUNSI, S. A. **Declining Professionalism in the Nigerian Army NWC**. Abuja: [s. n.], Apr 1998.

GREENE, H. K. Personnel Motivation and Welfare Schemes. **Journal for Military Service**, [s. l.], v. 2, n. 14, 24, 2011.

HALL, D. **Career development in organizations**. Michigan: Jossey-Bass, 1986.

IBRAHIM, G. **Military welfare schemes: an assessment**. Ibadan: Spectrum Publication Ltd., 2016.

IGOCHE, J. I. Career Planning Officers/Soldiers. **NA Journal**, [s. l.], v. 9, n. 2.2, p. 201, year.

LUCY, T. Management information systems. 9th ed. [S. l.]: Cenegafe Learning, 2004.

NIGERIA. Armed Forces. **Armed forces act cap a20 the law of the Federation of Nigeria 2004**. [S. l.: s. n., 2004]. Disponível em: [https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/049ea0330082bc31c12576ea005be4a3/\\$FILE/ARMED%20FORCES%20ACT.pdf](https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/049ea0330082bc31c12576ea005be4a3/$FILE/ARMED%20FORCES%20ACT.pdf). Acessado em: Dec 2, 2021.

NIGERIA. Armed Forces. **Harmonised terms and condition of service officers**. Revised. [S. l.: s. n.], 2012.

ROLE of Welfare in Personnel Motivation. **DefenceWeb**, [s. l.], 2020.

NIGERIA. Army. **Army welfare services**. Abuja: Army Headquarters, 2020.

NIGERIA. Army. **Directorate of Nigerian Army welfare limited/guarantee**. Abuja: Nigerian Army, 2018. Disponível em: https://army.mil.ng/?page_id=454. Acessado em: Dec 2, 2021.

NIGERIAN ARMY POST EXCHANGE. **About us**. Lago: NAPEX, 2021. Disponível em: <https://www.napex.com/about-us/>. Acessado em: Dec 1, 2021.

NIGERIA. Budget Office. **Approved appropriation bill**. Abuja: Budget Office, 2019.

NIGERIA'S content implementation now at 1 % contractors fund - Simbi Wabote. **Vanguard Newspaper**, [Lagos], Mar 10, 2020. Disponível em: <https://www.vanguardngr.com/2020/03/nigerian-content-implementation-now-at-new-level-with-1-contractors-fund-simbi-wabote/>. Acessado em: Apr 20, 2020.

NIGERIA. Ministry of Defence. Headquarters. **Armed forces terms and condition of service**. Abuja: [Ministry of Defence], 2019.

OBIALO, G. Full List of All Military/Command Schools in Nigeria's 36 States. **Nigerian Infopedia**, [s. l.], Oct 1, 2019. Disponível em: <https://nigerianinfopedia.com.ng/list-of-military-command-schools-in-nigeria/>. Acessado em: Dec 1, 2021.

OLADUNTOYE, T. O. Career planning for NA infantry officers. Lecture delivered to CCC 53/11 on 3 Nov 1, 2011.

PERLMUTTER, A. **The military and politics of modern times**. New Haven: Yale University Press, 1987. p. 275.

PERSONNEL welfare for operational effectiveness. **DoD Journal**, [s. l.], v. 2. n. 14, p. 15, 2007.

SHEHU, P. Nigerian army personnel welfare and motivation. **Journal for Science and Development**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2017.

SHELLE, L. T. NA Welfare programmes for service personnel - an appraisal. 2006. Thesis (Doctorate) – Armed Forces Command and Staff College, Kaduna, Nigeria, 2006.

THE DEBT MANAGEMENT OFFICE OF NIGERIA. Press Release. **Facts about chinese loans to Nigeria**. Abuja: The Debt Management Office, 2020. Disponível em: <https://www.dmo.gov.ng/facts-about-chinese-loans-to-nigeria>. Acessado em: Dec 2, 2021.

UDUOKHAI, G. O. **Career planning and disengagement: an assessment of the Nigerian Air Force**: NWC Project. [S. l.: s. n.], 2001.

UNITE STATES. Army. Assessment of Personnel Welfare. **The Military Journal**, [s. l.], v. 1, n. 12, 16, 2012.



DIRETRIZES PARA AUTORES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Todo o processo de submissão deverá ser realizado através de nosso sistema de gerenciamento editorial, disponível em:

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index> (link reduzido: bit.ly/cmmbbr)

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco pelo email: info.cmm@eceme.eb.mil.br

O manuscrito:

- 1) deverá ser original e inédito;
- 2) não ter sido publicado ou estar em processo de avaliação por outra revista, e que uma eventual submissão a outra revista apenas ocorrerá após o retorno da avaliação;
- 3) não ter sido publicado uma versão substancialmente similar em anais de eventos.

Diretrizes para autores

As diretrizes a seguir são fundamentais para um bom fluxo editorial. Por favor, leia atentamente as instruções para ter certeza que seu artigo atende a todos os requisitos. Os requisitos normativos completos devem ser acessados diretamente em nosso sistema.

As submissões de artigos estão abertas em fluxo contínuo. Outras publicações como entrevistas ou relatórios técnicos serão selecionados diretamente pela equipe editorial.

Foco e Escopo

A Coleção Meira Mattos é um periódico interdisciplinar que publica artigos científicos relacionados a Segurança, Defesa e Ciências Militares, que promovam o diálogo entre acadêmicos e profissionais, integrando questões sobre as Forças Armadas e a Sociedade. São publicados artigos revisados por pares e, ocasionalmente, entrevistas e relatórios técnicos selecionados, sobre temas atuais e de interesse para a área.

Formatação

Os trabalhos deverão ser enviados em formato Word ou RTF.

Estrutura

Idioma: poderão ser submetidos artigos em português, inglês ou espanhol.

Título: o título deverá ser breve, limitado a 22 palavras (incluindo, quando houver, o subtítulo).

Resumo: com no máximo 150 palavras no idioma do texto e em inglês (quando submetido em português ou espanhol). Deverá descrever os objetivos, metodologia e resultados.

Palavras-chave: no mínimo três e no máximo cinco.

Tabelas, gráficos e imagens: sempre que possível, utilize formatos editáveis para que as traduções possam ocorrer diretamente na imagem. A qualidade das imagens deverá ser de 300dpi quando não forem próprias do Word/Excel (tabelas e gráficos). O conteúdo gráfico deverá ser incluído somente se proverem informações indispensáveis para o entendimento do artigo.

Limite de palavras: o artigo deverá possuir entre 6000 a 8000 palavras, incluindo pré-textuais e referências. Entretanto, artigos maiores ou menores poderão ser publicados desde que justificados pelo conteúdo da contribuição.

Notas de rodapé: a inclusão de notas deverá ser a mínima necessária e apenas para informações cruciais. Deverá ser incluída na mesma página da indicação da nota, não utilize notas de fim. Evite utilizar as notas para referenciar, privilegie o uso das citações autor-data diretamente no texto. Para notas de textos informativos disponíveis na Internet, de interesse do leitor e que não sejam citações diretas ou indiretas, como notícias, sites institucionais ou de empresas, documentos eletrônicos, tabelas ou dados estatísticos, deverá ser indicado o link e data de acesso, conforme exemplo a seguir:

[Texto explicativo]. Disponível em: [site]. Acesso em: [dia mês ano] abr. 2019.

Maiores informações disponíveis no site do Exército Brasileiro. Disponível em: www.eb.mil.br. Acesso em: 02 abr. 2019.

Outras recomendações

Indicação de financiamentos: deverá ser indicado como nota de rodapé do título se a pesquisa é financiada e quem financiou. Indicar também, quando houver, o número do processo. Conforme a seguinte estrutura:

Estudo/Pesquisa financiado pelo [órgão de fomento], através do [projeto/programa], [edital/processo].

Exemplo:

Estudo financiado pelo Ministério da Defesa e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), edital 27/2018.

Dados sobre o(s) autor(es): deverão ser informados somente nos metadados preenchidos no sistema durante a submissão do artigo. Serão publicados somente o nome completo, vínculo institucional e endereço de e-mail.

Exemplo:

Tássio Franchi

Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

editor.cmm@eceme.eb.mil.br

Não serão aceitos artigos com mais de 4 (quatro) autores/coautores.

Solicitamos que a titulação dos autores seja no mínimo mestrado ou similar e, preferencialmente, que um dos autores tenha título de doutor.

Documentos suplementares: Outros documentos podem ser inseridos durante a submissão para auxiliar os revisores no processo de avaliação do artigo. Entretanto, somente o artigo será publicado e disponibilizado no periódico.

Citações e Referências

A CMM adota as normas brasileiras para as referências e para as citações, respectivamente ABNT 6023:2018 e 10520:2002.

Para autores não familiarizados com a norma ABNT, solicitamos que adequem o máximo possível suas citações e referências conforme os exemplos a seguir. Todas as referências e citações serão revisadas por especialistas, garantindo sua uniformidade. Entretanto, não serão aceitos artigos normalizados em outros padrões de apresentação.

Consulte os requisitos normativos completos e exemplos de referências e citações em nosso site.

Declaração de Direito Autoral

A Coleção Meira Mattos (CMM) está licenciada sob as condições do Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Sob esta licença, a CMM permite:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros os termos da licença a que se encontra submetida esta obra.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro e administrativo das seguintes instituições e suas agências relacionadas. Além de todos os funcionários envolvidos que colaboraram direta e indiretamente com o Coleção Meira Mattos.

Ministério da Defesa



Departamento de Ensino



Divisão de Cooperação Acadêmica



Departamento de Educação e Cultura do Exército



Diretoria de Educação Superior Militar



Dir. do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército



EB Conhecer





Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

Publicação



Edição

